

Mariana Prioli Cordeiro
Maria Fernanda Aguilar Lara
Henrique Araujo Aragusuku
Rodolfo Luis Almeida Maia
(Organizadores)

Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas II:

Diálogos na pós-graduação

Volume 2

1ª Edição

São Paulo
Psicologia/USP
Universidade de São Paulo
2020

Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas II

Diálogos na pós-graduação

Volume 2

Mariana Prioli Cordeiro
Maria Fernanda Aguilar Lara
Henrique Araujo Aragusuku
Rodolfo Luis Almeida Maia
(Organizadores)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibido qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Pesquisas em psicologia e políticas públicas II / organizado por Mariana Prioli Cordeiro... [et al.] . - São Paulo : IPUSP, 2020.

252 p. (Diálogos na Pós-Graduação, v.2)

ISBN: **9 78-65-87596-06-8**

DOI: **10.11606/9786587596068**

1. Psicologia social 2. Pesquisa científica. 3. Políticas públicas I. Título

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor Vahan Agopyan
Vice reitor Antonio Carlos Hernandez

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Diretora Ana Maria Loffredo
Vice diretor Gustavo Martineli Massola

CONSELHO EDITORIAL
Profa. Dra. Adriana Marcondes Machado
Prof. Dra. Mariana Prioli Cordeiro
Profa. Dra. Marina Ferreira da Rosa Ribeiro
Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior
Prof. Dr. Arley Andriollo
Prof. Dra. Márcia Helena da Silva Melo Bertolla
Prof. Dr. Danilo Silva Guimarães
Prof. Dr. Rogério Lerner

Sumário

Apresentação	5
1. As demandas escolares e o atendimento psicológico na rede de serviços públicos.....	11
<i>Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso, Jane Teresinha Domingues Cotrin</i>	
2. Psicologia Crítica e Movimento ProUnista: uma atuação conjunta é possível?	34
<i>Flávia de Mendonça Ribeiro</i>	
3. A produção do fracasso escolar como expressão da precarização do trabalho das Cuidadoras de Aluno com Deficiência.....	52
<i>Ruzia Chaouchar dos Santos, Naiana Marinho Gonçalves, Lélica Elis Pereira de Lacerda, Daniela Barros da Silva Freire Andrade</i>	
4. Crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo: uma narrativa da viração do circuito da rua a partir da experiência profissional e de pesquisa.....	72
<i>Gabriela Milaré, Gustavo Martineli Massola</i>	
5. Enfoque apreciativo na pesquisa com psicólogos(as) do Centro de Referência de Assistência Social.....	96
<i>Luciana Alonso, Laura Vilela e Souza</i>	
6. O método de execução penal APAC e a construção do Self.....	112
<i>Sirlene Lopes de Miranda, Danilo Silva Guimarães</i>	
7. Memória Política e Elaboração Psicossocial: contribuições e articulações a partir de uma pesquisa participante	135
<i>Beatriz Besen de Oliveira</i>	
8. A Política Municipal para a População Imigrante: reflexões a partir de uma perspectiva de gênero	158
<i>Rocio Bravo Shuña, Núria Margarit Carbassa</i>	

9. Negligência na prestação de serviços públicos a pessoas trans: uma análise de denúncias realizadas por meio do serviço Disque Direitos Humanos	176
<i>Ubirajara None Caputo</i>	
10. Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil: um campo de reflexão e prática profissional em construção.....	186
<i>Henrique Araujo Aragusuku, Felipe Cazeiro</i>	
11. Políticas Públicas de Saúde e questões de Gênero possíveis: uma leitura a partir da Psicologia Social	207
<i>Mariana Fagundes de Almeida Rivera, Fernanda Lyrio Heinzelmann, Ianni Regia Scarcelli</i>	
12. O SUS e a Atenção Primária em Saúde: tensões entre o modelo seletivo e o modelo ampliado de saúde	227
<i>Rodolfo Luis Almeida Maia, Fernanda de Jesus Ligeiro Braga, Mariana Prioli Cordeiro</i>	
Sobre as/os autoras/es.....	247
Pareceristas.....	252

Apresentação

Henrique Araujo Aragusuku
Maria Fernanda Aguilar Lara
Rodolfo Luis Almeida Maia
Mariana Prioli Cordeiro

Este é o segundo volume do livro *Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas: diálogos na pós-graduação*, editado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Esta coletânea de dois volumes congrega resultados de pesquisas sobre políticas públicas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação em Psicologia de diversas regiões do país. O processo de construção destes dois volumes contou com a abertura e divulgação de edital para submissão de propostas, bem como com a participação dos/as autores/as dos capítulos e de outros/as pesquisadores/as como pareceristas das versões preliminares dos textos, auxiliando no processo de discussão, revisão e aprimoramento dos capítulos. O primeiro volume foi publicado em outubro de 2019, reunindo 14 textos originais. Com a publicação deste segundo volume, que conta com 12 novos capítulos, temos, ao todo, 26 textos que visam contribuir para as discussões teóricas e metodológicas em Psicologia vinculadas ao estudo das políticas públicas no Brasil.

Buscamos, a partir destes dois volumes, dar visibilidade às discussões oriundas de pesquisas de mestrado e doutorado em andamento ou recentemente concluídas. Como mencionado na apresentação do primeiro livro, de forma geral, as produções em pós-graduação ficam restritas à publicações de teses e dissertações, sendo pouco divulgadas em formatos resumidos que facilitam a circulação da produção acadêmica, como artigos, capítulos e ensaios. Assim, este livro procura contribuir com a divulgação e a valorização do conhecimento produzido no âmbito da pós-graduação.

Sabemos que, atualmente, existe um cenário de instabilidade institucional e de fragilização da pós-graduação no Brasil, vinculado, fundamentalmente, ao desfinanciamento de pesquisas (sobretudo das Ciências Sociais e Humanidades) e à agenda política do atual do Governo Federal de desmonte da educação pública. Soma-se a isso a forte crise institucional que atravessa o Estado brasileiro, além da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19

– crise que, no momento da escrita de apresentação, já havia causado mais de 90 mil mortes no país, um cenário de isolamento social de mais de quatro meses e uma forte queda da atividade econômica, o que certamente produzirá ou aprofundará problemas sociais em longo prazo.

Consideramos que tais crises recentes evidenciaram a relevância das políticas públicas para a resolução de problemas sociais, a importância das universidades para a produção de conhecimento científico e a necessidade da realização de pesquisas voltadas à compreensão do funcionamento das políticas públicas. Assim, neste cenário de crises e instabilidades, cabe nos perguntarmos: como a Psicologia, por meio dos programas de pós-graduação, pode contribuir para o funcionamento das políticas públicas e para a resolução de velhos e novos problemas sociais?

Essa questão perpassa todos os capítulos desta obra, dando certa unidade à diversidade teórica e temática que a caracteriza. Diversidade oriunda do fato de que, no Brasil, a relação entre a Psicologia e as políticas públicas é marcadamente plural, complexa e multifacetada. Isto é, existem diversas formas de compreender e performar esta relação, vinculadas à diversidade interna (teórica e metodológica) da Psicologia enquanto campo de conhecimento e aos distintos enquadramentos possíveis sobre o fenômeno, dada a natureza plural das políticas públicas e sua divisão em múltiplas áreas ou pastas – como Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos, etc. Reconhecer esta complexidade implica assumir a necessidade de um olhar ampliado sobre o fenômeno, de forma a possibilitar a construção de pontes entre distintas abordagens de estudo e, conjuntamente, de novas sínteses analíticas e teóricas sobre as informações produzidas por pesquisas da Psicologia em contextos particulares e áreas específicas de políticas públicas.

É importante também enfatizar o caráter multi e interdisciplinar do estudo de políticas públicas. Estudar uma política pública envolve a articulação de conhecimentos de diferentes campos e disciplinas acadêmicas, como da Sociologia, da Ciência Política, da História, da Antropologia, entre outras. Apesar da Psicologia possuir um enfoque na produção de conhecimento sobre os aspectos micro, relacionais e intersubjetivos das políticas públicas, tais aspectos são ininteligíveis sem a compreensão dos âmbitos sociológicos, culturais, políticos, administrativos e históricos que as contextualizam. Desse modo, podemos considerar a produção de pesquisas sobre políticas públicas como um fazer epistêmico essencialmente interdisciplinar, que envolve a especialização acadêmica em mais de um campo de saber.

Como afirmamos anteriormente, os dois volumes do livro reúnem ao todo 26 capítulos, cada um tratando a temática de forma particular, abarcando diversas áreas de políticas públicas

a partir de diferentes teorias e abordagens metodológicas. Portanto, acreditamos ser fundamental apresentar um panorama geral deste conjunto de textos, explicitando as temáticas específicas abordadas, assim como as teorias e metodologias que embasam as pesquisas relatadas.

Podemos dividir os 26 textos em cinco grandes grupos, de acordo com as políticas públicas abordadas: Assistência Social, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Justiça. Logicamente, existem intersecções entre áreas; com capítulos que tratam, em maior ou menor profundidade, sobre mais de uma política pública. Muitos desses textos produzem intersecções com a área dos Direitos Humanos, pois partem do pressuposto de que um dos papéis essenciais das políticas sociais (como Saúde, Educação e Assistência Social) é a promoção de direitos, cidadania e justiça social em consonância com o conceito de direitos humanos. No entanto, além de servir como conceito norteador dessas políticas, Direitos Humanos constitui também uma área específica de política pública, organizada por meio de pastas e secretarias governamentais, que intervêm em várias das temáticas tratadas nestes dois volumes, tais como: políticas de gênero e sexualidade, políticas étnico-raciais, políticas migratórias, entre outras.

Estas cinco áreas evidenciadas nos capítulos são foco de muitos estudos em Psicologia, por se tratarem de áreas privilegiadas de atuação profissional em Psicologia no Brasil. Áreas como Educação, Saúde e Assistsências Social podem ser consideradas como tradicionais para o campo da Psicologia, que vem produzindo reflexões acadêmicas e intervenções profissionais de referência sobretudo após o período pós-Constituição de 1988. A área da Justiça, em menor grau, também conta com a participação de psicólogos/as em seu funcionamento, que atuam em subáreas como a Justiça do Trabalho, as Varas da Infância e da Juventude, as Varas da Família, etc. Em destaque, a área dos Direitos Humanos ganhou relevância na Psicologia após a redemocratização em fins dos anos de 1980 e, principalmente, a partir da consolidação de uma rede nacional de políticas de direitos humanos ao longo dos anos de 1990 e 2000. A promoção de direitos humanos por meio das políticas públicas vem sendo, nos últimos trinta anos, um dos principais focos de atuação de muitas das principais instituições da Psicologia brasileira – com destaque para o próprio Conselho Federal de Psicologia que, desde 2001, vem organizando Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas centrados nas noções de democracia, direitos humanos e cidadania.

Em relação aos aspectos teóricos e metodológicos, vemos algumas características e elementos que estão presentes em todos os capítulos. Primeiramente, no plano do desenvolvimento teórico, percebe-se a utilização majoritária de abordagens críticas e sócio-

construcionistas – de forma separada ou articulada. Em relação às abordagens críticas, existe uma forte influência das perspectivas marxistas, feministas e da Teoria Crítica, levantando questões referentes ao papel das políticas públicas na reprodução (em seu aspecto conservador) ou no rompimento (em seu aspecto transformador) de estruturas sociais que reforçam desigualdades e sistemas de dominação/opressão. Em relação às abordagens sócio-construcionistas, existe um enfoque que privilegia a compreensão do processo de produção subjetiva do mundo e sua inter-relação com as políticas públicas, tratando sobre como os sentidos produzidos pelos sujeitos agenciam suas ações e organizam o funcionamento cotidiano das políticas públicas em seus aspectos intersubjetivos, dialógicos e relacionais.

Segundo, no plano do desenvolvimento metodológico, temos a utilização majoritária de abordagens qualitativas de pesquisa. Alguns capítulos (1, 2, 12 e 13 no primeiro volume, e 8, 10 e 11 no segundo) realizaram análises teóricas, conceituais e metodológicas a partir de uma revisão da literatura ou da síntese de resultados de pesquisas de mestrado e doutorado, de um mesmo grupo de estudos, que trataram sobre a temática das políticas públicas. Outros desenvolveram análises empíricas de casos e se sustentaram em métodos de análise do discurso ou de narrativas, principalmente por trabalharem com materiais textuais oriundos de documentos públicos, cadernos de campo e/ou entrevistas. Podemos dizer que a revisão documental, o trabalho de campo e a realização de entrevistas foram procedimentos essenciais para os estudos empíricos presentes neste livro e refletem, em certa medida, uma tradição qualitativa, focada na análise das interações socioculturais, das pesquisas sobre políticas públicas em Psicologia no Brasil.

Sobre os capítulos publicados neste segundo volume, o capítulo 1, de autoria de Dayane Cardoso e de Jane Cotrin, apresenta uma análise da queixa escolar, dos encaminhamentos externos feitos pelas escolas (para CREAS, Conselho Tutelar, CAPSI, entre outros) e do atendimento psicológico em contextos escolares no Estado de Mato Grosso. No segundo capítulo, Flávia Ribeiro discorre sobre a atuação do Movimento ProUnista em duas universidades particulares localizadas no Estado de São Paulo, levantando o referencial da Psicologia Crítica para lançar reflexões sobre as políticas de educação e o movimento estudantil. Já no capítulo 3, Ruzia dos Santos, Naiana Gonçalves, Lélica Lacerda e Daniela Andrade analisam o trabalho das Cuidadoras de Alunos com Deficiência (CAD) em Cuiabá-MT, explicitando uma correlação entre o processo de produção do fracasso escolar, a precarização dos trabalhos das CADs e o ordenamento socioeconômico neoliberal no qual as políticas de educação estão circunscritas.

Caminhando da educação para as políticas de assistência social, no capítulo 4, Gabriela Milaré e Gustavo Massola apresentam um relato profissional e de pesquisa etnográfica sobre o trabalho socioassistencial com crianças e adolescentes em situação de rua no município de São Paulo, para assim trazer reflexões sobre as relações socioterritoriais da rua e a disposição dos serviços públicos especializados para o atendimento a esta população. De autoria de Luciana Alonso e Laura Vilela e Souza, o capítulo 5, aborda a utilização da metodologia de intervenção Investigação Apreciativa (IA) em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para refletir sobre as possibilidades de interação entre percepções críticas e apreciativas do funcionamento cotidiano de uma política pública. Abarcando o debate sobre o sistema penitenciário, no capítulo 6, Sirlene Miranda e Danilo Guimarães apresentam o método alternativo de execução penal da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), trabalhando sobre os aspectos institucionais desta política, as relações de poder e o processo dialógico de construção cultural do Self .

No capítulo 7, Beatriz Besen de Oliveira mobiliza os conceitos de memória política e elaboração psicossocial, trabalhados no âmbito do referencial teórico da Psicologia Crítica Latino-Americana, para então descrever o desenvolvimento de uma pesquisa participante realizada em um Centro Educacional Unificado (CEU) da Prefeitura de São Paulo. Junto à temática dos direitos humanos para a população imigrante, o capítulo 8, de autoria de Rocio Shuña e Núria Carbassa, apresenta uma contextualização histórica e a análise das ações voltadas para mulheres na Política Municipal para a População Imigrante do município de São Paulo a partir de uma perspectiva de gênero.

Os dois capítulos seguintes discutem a questão das políticas públicas destinadas às pessoas LGBT. O capítulo 9, de Ubirajara Caputo, levanta reflexões sobre as negligências e violências sofridas pelas pessoas trans nos serviços públicos brasileiros; e, para isto, foram analisadas denúncias de violação dos direitos de pessoas trans feitas no Disque Direitos Humanos (DDH), política vinculada ao Governo Federal. No capítulo 10, Henrique Aragusuku e Felipe Cazeiro apresentam reflexões iniciais e um panorama geral sobre as relações entre Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil, com a realização de uma contextualização histórica da atuação da Psicologia na temática dos direitos humanos e da emergência das políticas públicas LGBT no cenário brasileiro no século XXI.

Por fim, a política de saúde é abordada nos dois capítulos finais. No capítulo 11, Mariana Rivera, Fernanda Heinzemann e Ianni Scarcelli analisam as intersecções entre gênero e política de saúde a partir de um diálogo com a Psicologia Social da Práxis. Mais especificamente, tendo

como base os resultados de duas pesquisas realizada no Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO) da USP, as autoras discutem a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a Política Nacional de Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (PNS-LGBT). No capítulo 12, último deste volume, Rodolfo Maia, Fernanda Braga e Mariana Prioli Cordeiro trazem reflexões sobre a política de Atenção Primária em Saúde prevista pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e analisam a luta da Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia para a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Capítulo 1

As demandas escolares e o atendimento psicológico na rede de serviços públicos

Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso

Jane Teresinha Domingues Cotrin

Introdução

A presente discussão é fruto da pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, intitulada *Psicologia na Educação ou Educação na Psicologia? Os lugares de atendimento à queixa escolar na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso*, finalizada no ano de 2019. Neste capítulo, apresentaremos um recorte dos resultados que nos remetem ao fluxo dos encaminhamentos na rede de serviços públicos e às condições de trabalho dos profissionais no atendimento às queixas escolares.

A Psicologia, enquanto campo de pesquisa e prática profissional, se consolida produzindo saberes e ocupando importante espaço político no país. Dentre as áreas em que tais estudos mais afetam o planejamento de políticas está a Educação¹. Segundo Antunes (2007), pode-se dizer que as demandas oriundas da Educação estão entre os principais determinantes do processo de autonomia da Psicologia enquanto ciência e profissão e o fracasso escolar² seria um dos problemas, potencialmente determinantes, para a inserção de uma Psicologia científica aplicada, no país.

Para compreendermos a relação entre Psicologia e Educação, na atualidade, é preciso buscar elementos na história, mais precisamente no início do século XX – período marcado por um grande desenvolvimento urbano-industrial no comércio e na sociedade de modo geral. De acordo com Antunes (2007), havia um desejo de uma elite social em ingressar num efetivo processo de industrialização, o que motivou uma preocupação com a instrução da população e com seu controle.

¹ Como exemplo temos a reforma mineira de 1927; a reforma do Distrito Federal de 1928 e a reforma pernambucana de 1929. Todas elas foram profundamente marcadas pelos ideais do movimento escolanovista, que tinha a Psicologia como uma de suas principais bases teóricas (Lemos, 2015). O movimento escolanovista previa um aluno ativo no processo de aprendizagem e uma escola sob medida para a criança. Para isso, era necessário conhecer a criança para poder educá-la e coube às ciências psicológicas esta missão (Cotrin, 2013).

² Revelado nos altos índices de evasão e repetência, nas escolas brasileiras, no início do século XX (Patto, 2000).

A intenção de construir uma sociedade pautada no lema “Ordem e Progresso” teve como foco a população das classes pobres considerada responsável pelo atraso nacional. Movimentos e ações, engendrados neste período, objetivaram uma espécie de normalização e fortalecimento das funções afetivas, intelectuais e morais do indivíduo, bem como combater as causas determinantes de suas perturbações psíquicas. Para Barbosa e Souza (2012), a Psicologia, neste contexto, teve como foco principal avaliar o grau de normalidade dos alunos com dificuldades escolares encaminhando-os para classes adequadas a seus níveis de desenvolvimento e, se necessário, para atendimentos terapêuticos.

A Psicologia surge, então, como ciência capaz de contribuir, amplamente, com o processo educacional por meio de teorias que explicavam o desenvolvimento infantil normal, além de adotar o uso da psicometria como forma de medir as funções mentais e garantir um ensino adequado às condições cognitivas e de personalidade das crianças. Desenvolveram-se práticas psicológicas interventivas atreladas a um modelo médico com caráter diagnóstico, reeducativo e terapêutico que buscava resolver os problemas de aprendizagem, classificando as crianças a partir de coeficientes e separando-as em categorias, como normais e deficientes (Antunes, 2007). É no bojo desse modelo de atuação, focada no indivíduo, e de todo o movimento social da época, que a Psicologia foi se estabelecendo como ciência e firmando bases para seu desenvolvimento, tanto em serviços de Saúde quanto na clínica, com práticas psicoterápicas e psicodiagnósticas.

Assim, a Psicologia partilhou com a Educação os mesmos objetos de interesse, o desenvolvimento e a aprendizagem, constituindo a área educacional como um lugar de produção de demandas para seus profissionais. Tais demandas são nomeadas aqui como “queixas escolares” e compreendem, conforme Braga e Morais (2007), aquelas feitas pelos profissionais da escola sobre os alunos, seja de ordem pedagógica ou comportamental. Tais queixas constituem uma ampla demanda de atendimento psicológico para profissionais que atuam na Educação e para outras áreas de atendimento como Saúde e Assistência Social. Dazzani et al. (2014) realizaram uma revisão crítica sobre a queixa escolar na produção científica nacional entre os anos de 2002 à 2012 e ressaltam que, principalmente no interior da escola pública, a queixa escolar tem configurado importante demanda para os serviços de Saúde envolvendo a atuação de diversos profissionais vinculados a esse contexto.

Gomes e Pedrero (2015), ao realizarem uma pesquisa com o objetivo de caracterizar o perfil da demanda encaminhada por queixa escolar aos serviços públicos de Saúde de um município do interior paulista, no período 2010 a 2011, pontuam que as queixas escolares estão

entre os principais motivos dos encaminhamentos de crianças e que, considerando concepções e práticas dos profissionais da Psicologia que atendem tal demanda, existe um predomínio do modelo clínico de atenção. Dessa forma, as novas propostas teórico-metodológicas sobre o atendimento às queixas escolares, que incluem o fortalecimento do grupo de profissionais que estão na escola pra atender suas próprias demandas, ainda não se fazem suficientemente presentes na prática dos profissionais da área da Saúde.

Moreira e Cotrin (2016) corroboram os resultados das pesquisas citadas afirmando que as queixas escolares constituem uma das maiores demandas de atendimento infantil para os profissionais da Psicologia nas Unidades de Saúde de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Tais profissionais consideram que problemas individuais da criança, situação familiar ou técnicas de ensino inadequadas são causas das dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento apresentados pelos alunos na escola. Nesta pesquisa, uma alta demanda de queixas escolares é atendida na rede de atenção secundária à Saúde, em serviços de média complexidade e, embora os profissionais compreendam a importância de promoverem uma interlocução com a escola, alegam não ter condições para fazê-lo devido à alta demanda de atendimentos diários, fila de espera e a própria natureza de serviços de média complexidade que, no caso, é a Policlínica. Conforme cartilha do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Brasil, 2011), os serviços de média complexidade visam atender aos principais agravos de problemas de saúde da população, “cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento” (Brasil, 2011, p. 12). Dessa forma, já não se trata mais de um trabalho preventivo.

Lessa e Facci (2011), ao se proporem a identificar e analisar as práticas desenvolvidas pelos psicólogos da rede pública de Educação do Estado do Paraná, ressaltam que existe um movimento de avanço na compreensão das queixas escolares, pois os processos tradicionais de avaliação e diagnóstico centralizados no aluno não dão conta de responder aos aspectos que estão por trás do problema. As autoras destacam a importância da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural neste processo, que pode auxiliar os psicólogos na compreensão das circunstâncias históricas, culturais e institucionais que produzem tais queixas, constituindo uma perspectiva crítica de atuação que rompe com explicações individualizantes dos problemas escolares.

Cavalcante e Aquino (2013) propõem uma pesquisa com objetivo de conhecer concepções e práticas de psicólogos escolares da cidade de João Pessoa, capital do Estado da

Paraíba, relacionadas às queixas escolares e cujos resultados apontam uma diversidade de encaminhamentos concentrados nos alunos, sejam estes por problemas comportamentais ou de aprendizagem, e apontam que as ações dos profissionais entrevistados estão focadas na dinâmica familiar do aluno como principal causa das queixas escolares e não englobam o trabalho interdisciplinar e institucional como via estratégica.

Yamamoto, Santos, Galafassi, Pasqualini e Souza (2013), ao analisarem de que maneira concepções e práticas desenvolvidas pelos psicólogos que atuam na rede pública de Educação, têm incorporado discussões recentes da Psicologia escolar e educacional, apontam que apesar de muitos profissionais desenvolverem práticas marcadas por uma perspectiva institucional, a expectativa da escola é que seja realizado um atendimento individual e psicoterapêutico com os alunos que apresentam queixas escolares. As autoras defendem uma formação de qualidade para os psicólogos que atuam na área educacional, a existência de profissionais que atuem diretamente nas escolas e o “fim da medicalização excessiva dos alunos” (Yamamoto et al., 2013, p. 806).

Em se tratando da queixa escolar como um fenômeno complexo e multifacetado, os estudos citados apontam avanços em termos de discussões e práticas profissionais na sua compreensão, mas elucidam, também, dificuldades de comunicação entre família e escola, formas de diagnósticos e atendimento concentradas nos alunos, e limites na atuação profissional vinculados à estrutura dos serviços.

Embora os estudos citados tenham como objeto, na sua maioria, os profissionais que atuam na área educacional, compreendemos que, atualmente, são muitos os lugares ocupados por psicólogos no atendimento às queixas escolares, sejam em espaços públicos ou privados, ligados ou não às unidades escolares. Nestas condições, nos perguntamos: quais são estes lugares? Quais são suas características, objetivos e perspectivas? Como recebem as queixas escolares e que tipo de atendimento propõem? Que tipo de relação estabelecem com a escola? Quais as expectativas e dificuldades têm com estes atendimentos?

Para Moreira e Hespanhol (2008), na Geografia Crítica representada por Milton Santos, o conceito de lugar é considerado uma construção social e o fator central da identidade pessoal que está em consonância com a localização física, as atividades e os significados culturais. Na contemporaneidade, tal conceito é visto como uma construção sócio espacial, marcada pela relação de cooperação e de conflito, e reside na integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas (materiais e imateriais). Santos (2008) afirma que os lugares respondem ao mundo segundo sua própria lógica, apesar de a ordem global buscar impor, a todos, uma única

racionalidade. O lugar é, dessa forma, uma referência pragmática ao mundo, mas também um teatro das paixões humanas responsáveis por diversas manifestações de espontaneidade e criatividade. Jodelet (2002) chama atenção para a necessidade de compreender que a significação do espaço é atravessada pela cultura e pela história.

O conceito de lugar apresentado aqui corrobora com a perspectiva crítica em Psicologia que vem fundamentando estudos e práticas profissionais em contextos educacionais.

A obra de Maria Helena Souza Patto (1981, 1984, 2000) representa um grande marco na perspectiva crítica em Psicologia e discute o modelo de atuação profissional do psicólogo escolar que se centra em um referencial positivista de ciência, desconsiderando os processos institucionais e políticos que produzem os fenômenos humanos. Para Barbosa e Souza (2012), com a crítica desponta uma Psicologia que deve considerar o processo de escolarização e o contexto sócio-político-cultural em que se inserem os processos educativos, o que resulta na compreensão de que as queixas escolares são determinadas por fatores que vão desde as políticas públicas até a organização do espaço escolar.

A partir das considerações teóricas e dos questionamentos feitos, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal foi caracterizar o atendimento psicológico, a partir dos lugares para onde são encaminhados alunos e alunas com queixas escolares na cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Utilizamos a entrevista semiestruturada para a produção de dados para análise que foi realizada por meio de eixos temáticos com categorias definidas após a realização das entrevistas. Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Para além da caracterização do atendimento psicológico no que se refere à abordagem teórica, instrumentos e finalidades, os resultados nos apontaram uma espécie de fluxo espontâneo de encaminhamentos para a rede de serviços públicos, além de revelarem um estado de asfixia vivido pelos próprios serviços. Na presente discussão, nos ateremos a estes resultados.

1. Percurso metodológico de produção de dados para análise

A produção de dados para análise teve início com a seleção dos participantes, numa etapa de recrutamento³. Nesta etapa, entramos em contato com os gestores das escolas da rede

³ Termo utilizado na Norma Operacional Nº 001/2013 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/ Conselho Nacional de Saúde que aprova as normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.

pública e privada de ensino fundamental de Cuiabá, presencialmente ou por telefone⁴, e solicitamos o preenchimento de um questionário, cujas questões versaram sobre o encaminhamento de alunos com queixas de dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento e necessidades especiais.

Essa primeira etapa possibilitou um mapeamento dos serviços para onde são encaminhados os alunos com queixas escolares e, de posse destes dados, iniciamos a segunda etapa que consistiu em entrarmos em contato com os serviços, convidando os profissionais da Psicologia para participarem da pesquisa. Nem todos os serviços possuíam este profissional e quando nos deparamos com esta realidade, convidamos um gestor ou representante do serviço para participar. Concordaram em participar oito profissionais, sendo cinco psicólogos (duas do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil-CAPSI, uma do Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS, um da Policlínica, uma da Secretaria Municipal de Educação-SME e uma que atende em clínica particular) e três gestores/representantes de serviços (um do Conselho Tutelar, uma da Unidade Básica de Saúde - UBS, e uma do Programa Anjos da Escola). Como instrumento para coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, cujo roteiro versou sobre os objetivos do serviço, a importância para a comunidade, como chegam as queixas escolares, quem as encaminha, quais as principais causas, se existe contato com a família e a escola, e quais as principais dificuldades no atendimento. Esse roteiro buscou compreender como os profissionais que atuam em diferentes serviços, atendendo às demandas escolares, compreendem e atuam com esta demanda, além de permitir elaborarmos um fluxo de encaminhamentos na rede de serviços.

A seguir apresentaremos os resultados e a discussão das duas etapas.

2. Resultados e discussão

Os resultados, além de permitirem um mapeamento inicial dos locais para onde são encaminhadas as queixas escolares, mostraram o quanto a demanda extrapola os muros da escola e seguem para a rede pública de serviços⁵ demonstrando a ausência ou fragilidade de políticas e ações que possam, de fato, auxiliar a escola no enfrentamento de queixas que, conforme aponta Patto (2000), vão além das questões pedagógicas e se revelam na própria

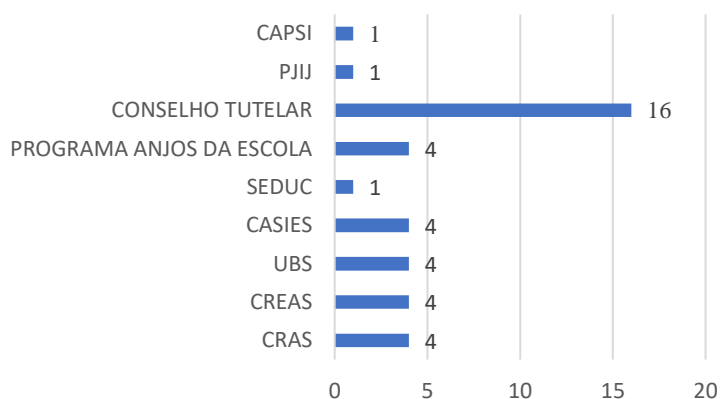
⁴ O acesso às escolas foi feito mediante autorização das Secretarias Municipal e Estadual de Educação. Aplicamos o questionário somente nas escolas que concordaram em participar e contamos com o auxílio de oito graduandos do curso de Psicologia da UFMT, campus Cuiabá.

⁵ Também são feitos encaminhamentos para a rede privada, mas nos ateremos aqui à discussão dos encaminhamentos feitos para a rede pública.

dinâmica institucional, nas relações estabelecidas entre seus membros e nas políticas educacionais.

Os Gráficos 1, 2 e 3 mostram os locais para onde são encaminhadas as queixas segundo as escolas estaduais, municipais e particulares.

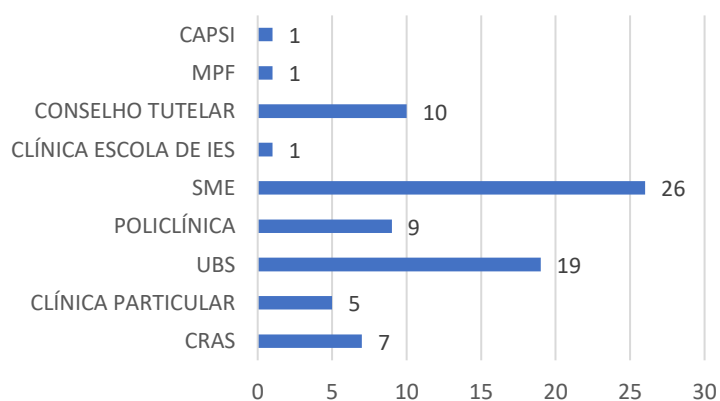
Gráfico 1 – Número de encaminhamentos externos feitos pelas Escolas Estaduais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nas escolas estaduais, como visto no Gráfico 1, se sobressaem os encaminhamentos para o Conselho Tutelar, seguido pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Programa Anjos da Escola, Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (CASIES) e, em menor número, para a Secretaria Estadual de Educação, Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSI) e Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (PJIJ).

Gráfico 2 – Números de encaminhamentos externos feitos pelas Escolas Municipais

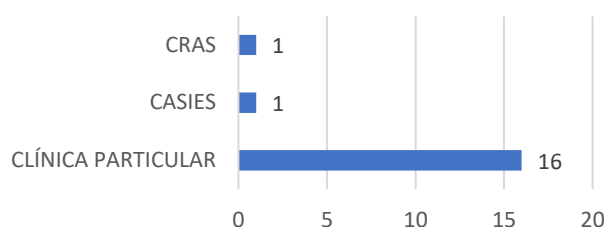


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nas escolas municipais, o maior número de encaminhamentos é para a equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação (SME), seguido pelas UBS, Conselho Tutelar, Policlínica e CRAS – como demonstrado no Gráfico 2. Em menor número de encaminhamentos podemos identificar a clínica particular, as clínicas-escolas de Institutos Superior de Educação que mantém cursos de Psicologia, os CAPSI e o Ministério Público Federal (MPF).

Nas escolas privadas, como exposto no Gráfico 3, o atendimento clínico particular prevalece como referência para os encaminhamentos externos, tendo pouca referência aos serviços públicos em que aparece, somente, o CASIES e o CRAS.

Gráfico 3 – Número de encaminhamentos externos feitos pelas Escolas Privadas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

De posse das informações sobre os lugares para onde são encaminhadas as queixas escolares, agrupamos os serviços citados em quatro grandes áreas: Educação - Programa Anjos da Escola da SME, SEDUC e CASIES; Saúde - CAPSI, UBS, Policlínica, Clínica Particular; Assistência Social - CRAS, CREAS; e Justiça - PJIJ, MPF e Conselho Tutelar que, embora seja um órgão autônomo do poder Executivo, atua em parceria com órgãos do poder Judiciário. A seguir, discorreremos, brevemente, sobre cada uma destas áreas e serviços.

Educação. No que se refere aos encaminhamentos feitos para a própria área da Educação, apesar das escolas apontarem a SEDUC e SME como referências para encaminhamentos externos, elas não são serviços, mas estruturantes de serviços. No caso da SME, em sua maioria, as escolas encaminham para uma equipe multiprofissional voltada para a Educação Especial e que atua dentro da Secretaria. Os serviços citados pelas escolas são: PROGRAMA ANJOS NA ESCOLA – Programa idealizado pela SEDUC e desenvolvido após um diagnóstico feito nas escolas da rede estadual em que foi identificado o alto índice de evasão escolar, indisciplina, violência e infrequência. São três os projetos centrais dessa atuação: Saúde na Escola, Paz na Escola e Mediação Escolar e são desenvolvidos pelos batalhões da Polícia Militar. O Programa prevê, também, o Centro de Atendimento Anjos, instalado numa escola

estadual e que conta com uma equipe multidisciplinar voluntária com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros profissionais, para atender os alunos (Estado de Mato Grosso, 2018); CASIES – Também pertence à SEDUC e é composto por equipe multiprofissional, entre eles psicólogos, e atende alunos (e as famílias) que apresentam dificuldades no desenvolvimento escolar em função de transtornos diversos. Também é responsável pelo treinamento e capacitação de profissionais para trabalhar com Educação Especial ou com alunos com deficiência na rede regular de ensino. O CASIES abrange as seguintes unidades: Centro de Atendimento Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP), Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento a Pessoa Surda (CAS) e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) (Estado de Mato Grosso, 2019).

Saúde. O atendimento de saúde, no Brasil, é garantido pelo Sistema Único de Saúde, regulamentado pela lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que prevê serviços de níveis primário, secundário e terciário (Brasil, 2011). A Atenção Básica é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Este trabalho é realizado, dentre outras, nas **UBSs**. As unidades de saúde de nível secundário ou de média complexidade reúnem os serviços especializados de apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento ambulatorial como é o caso da *Policlínicas*. Para ter acesso à atenção secundária, o usuário deve ser encaminhado de um serviço de atenção básica (Prefeitura de Cuiabá, 2014). No caso da Saúde Mental, o atendimento é feito pelos CAPS que oferecem serviços de “portas abertas”, ou seja, atendem à demanda espontânea e é facultada a apresentação de encaminhamentos para realizar o acolhimento. Com a estabilização do quadro, os pacientes têm alta do CAPS e passam a ter acompanhamento nos ambulatórios de Saúde Mental, localizados nas Policlínicas e nas Unidades Básicas de Saúde, por meio da Estratégia Saúde da Família (PSF) de acordo com o endereço de residência do usuário. *O CAPSI* é responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes e é uma das modalidades dos CAPS – pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que é a rede formada pelos serviços de saúde de caráter aberto e comunitário que atuam sob a ótica interdisciplinar e territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial (Brasil, 2018a).

Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a política pública que organiza os serviços em Assistência Social no Brasil e promove o acesso a benefícios,

programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial (Brasil, 2015a). Compõem essa política o CRAS e o CREAS. No CRAS, atuam equipes de assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais que fazem a inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e as orientam para receber benefícios como o do Programa Bolsa Família, participar de cursos de qualificação profissional e desenvolver atividades que promovam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o acesso e a garantia de direitos. Deve estar localizado, prioritariamente, em áreas de maior vulnerabilidade social e se configura como a porta de entrada da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, devendo se tornar uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Para as famílias e pessoas que enfrentam situações de maior vulnerabilidade e risco social e pessoal, em que seus direitos já foram violados e os vínculos familiares e comunitários se encontram fragilizados, o encaminhamento é feito para CREAS que, assim como o CRAS, é uma unidade pública que dispõe de uma equipe multiprofissional especializada para realizar estes atendimentos e acompanhamentos de situação de violência física, psicológica e negligência, violência sexual, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras.

Justiça. A área da justiça é representada pelo Poder Judiciário, que tem como função garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal (Brasil, 2018b). O Conselho Tutelar, como já foi dito, é um órgão autônomo que atua em parceria com o MPF e PIJI para garantir o respeito aos direitos da criança e do adolescente contidos na Constituição e nas leis. Como órgão autônomo, seus membros são escolhidos pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São atribuições do Conselho, segundo o ECA: o atendimento de crianças e adolescentes nas hipóteses em que seus direitos forem violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; ou em caso de ato infracional. Os conselheiros têm a função de acompanhar os menores em situação de risco e decidir, em conjunto com os demais conselheiros da região, sobre as medidas protetivas adequadas para cada caso, além de terem autonomia para aplicar medidas como

encaminhamentos, orientação, apoio e acompanhamentos temporários à criança ou adolescente e suas famílias (Brasil, 2016). A PJIJ tem como objetivo zelar pelo efetivo respeito aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme o ECA. Também presta atendimento e orientação às entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento à criança e ao adolescente. Dentre as atribuições das promotorias estão: promover e acompanhar os procedimentos relativos a atos infracionais atribuídos a adolescentes; promover e acompanhar ações de alimentos; destituir ou suspender o poder familiar; acompanhar ações de adoção, guarda, tutela, entre outras (Brasil, 2015b). O MPF tem como função essencial a defesa dos direitos sociais e individuais; a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático.

Após apresentar as instituições citadas como locais de encaminhamentos por áreas, elencamos alguns trechos das entrevistas com profissionais provenientes destes locais para analisarmos o contexto em que os atendimentos ocorrem.

De maneira geral, os profissionais entrevistados ressaltaram a importância dos serviços para a população elucidando o acompanhamento, o cuidado, o empoderamento e a educação que respeita a diversidade. Os profissionais também demonstraram uma preocupação de que seja oferecido, de fato, um atendimento de qualidade nos serviços públicos.

...o acompanhamento que a gente faz ajuda nesse sentido, de empoderar essas pessoas...o sentido do atendimento psicossocial é devolver o empoderamento dessas pessoas no sentido de conversar, de estar junto, de mostrar que eles não estão sozinhos. Isso eu acho importante (Maya, CREAS).

O serviço é de extrema importância dada a complexidade do trabalho que é o de educar de forma integral, crianças em unidades educacionais do município, que abriga a diversidade multifacetada e que compreende a sociedade atual. (Luz, SME)

... a equipe também vem vivenciando esse adoecimento, esse cansaço nesse processo que a gente vem de resistência a esse desmonte do SUS, e a gente como prima por esse SUS de qualidade e acredita nisso, a gente, não é para se vangloriar, mas porque nós somos uma equipe que tem um respeito por essa população e a gente ouve isso das famílias aqui também, “nossa vocês atendem como no particular”. Então já se tem essa cultura de que o serviço público é ruim, e esse trabalho que a gente faz é de extrema importância para a população (Lucia, CAPSI).

Primeiro é uma paixão, né? porque dedicar ao público, vamos dizer, aos menos favorecidos tem uma importância muito grande pela falta de conhecimento dessa sociedade que ainda preconiza a cultura de que quem precisa de psicólogo é louco, então desmistificar é muito importante, desmistificar o preconceito quanto à profissão do psicólogo (João, Policlínica).

A gente percebe quando a gente atende aqui dentro, quando as pessoas vêm procurar o Conselho Tutelar por questões de saúde. E eu, particularmente, gosto de atender as questões de saúde, quando as pessoas não estão conseguindo atendimento no SUS e são casos graves é um desafio atrás do outro. Quando a família nos procura e solicita a gente dá o pontapé inicial e pede para

a promotoria fazer uma ação em nome dessa criança. E quando a criança consegue o atendimento, pra mim é muito gratificante (Pedro, Conselho Tutelar).

No que se refere ao tipo de prática realizada, os serviços apresentam diferenças significativas. Os profissionais do CAPSI e CREAS anunciam uma prática territorializada com foco no lugar em que os usuários estão inseridos. Demonstram compreender a necessidade de que o atendimento promova a socialização e o fortalecimento da pessoa/família na sua comunidade. No caso da Policlínica, o ponto central é o atendimento terapêutico com foco nas queixas individuais dos usuários. Os serviços de Educação Especial tanto da secretaria municipal, quanto estadual de Educação, focam no diagnóstico da deficiência ou transtorno e nas orientações às famílias e aos profissionais da escola. Destaca-se a atuação das equipes multiprofissionais e o processo de acolhimento.

O serviço oferecido pela Equipe de Educação Especial busca oferecer atendimento às crianças com deficiência matriculadas na rede municipal de Educação investigando a necessidade ou não de disponibilização de um Cuidador de Aluno com Deficiência. Como a equipe é multiprofissional, investiga ainda a queixa dos professores/escola sobre problemas de aprendizagem dos alunos ou não adaptação escolar. Faz os devidos encaminhamentos clínicos, e orientações à família, aos professores (Luz, SME).

Então, esse serviço é um atendimento psicossocial. Ele é diferente de um atendimento clínico semanal, a gente faz um acolhimento de todas as famílias, geralmente são famílias em situação de risco, em situação de direitos violados. O que são direitos violados? Que já foram ameaçados, pessoas que, geralmente, são crianças, adolescentes e idosos, mulheres vítimas de violência (Maya, CREAS).

A proposta do serviço é oferecer ajuda para que possa amenizar o sofrimento do outro, isso em diversas abordagens e demandas (João, Policlínica).

Para além dos objetivos dos serviços, existem as expectativas da comunidade com relação aos mesmos. Destaca-se uma constante busca por soluções mágicas e imediatas que cabe aos profissionais desmistificá-las, o acolhimento e a explicação sobre a dinâmica de trabalho do profissional de Psicologia, que tem variações em cada lugar.

Solução rápida para os problemas, imediatismo, né? (João, Policlínica).

Olha, muitas pessoas não sabem na verdade o que é realmente o CREAS, confunde muito com o CRAS. O CRAS faz serviços para pessoas em vulnerabilidade social, ou seja, que não tiveram seus direitos violados ainda, o CRAS também é a porta de entrada né? Questões de bolsa família, inscrição no cadastro único, número de NIS. A gente percebe que a comunidade não tem um bom esclarecimento do que é o CREAS, que a gente faz esse acompanhamento psicossocial, eles vêm aqui sem muita expectativa de como vai ser, entendeu? (Maya, CREAS).

Existem expectativas e desconhecimento, também, por parte de gestores e das próprias instituições reguladoras sobre a natureza dos serviços. A gestão destes serviços é feita por

indicação política, em cargos de confiança, o que nem sempre garante a presença de gestores que conhecem o funcionamento do sistema. Isso dificulta, sobremaneira, o fortalecimento dos próprios serviços.

Olha, geralmente nos CREAS não são profissionais que a gente chama de equipe técnica, assistente social, psicólogo ou pedagogo, então alguns profissionais, alguns coordenadores, como é que eu posso dizer, eles não entendem muito bem a política de assistência. Vamos por parte, a minha atual gestão é compreensiva, sabe como lidar, sabe a necessidade e sabe também que não é um serviço rápido. No entanto, a secretária de Saúde, ela tem a exigência de que seja rápido, portanto eles querem implantar o serviço de Psicologia no SISREG, onde vai ser mais demorado, mais burocrático e sem uma data de retorno porque como controlar um sistema onde a demanda é do sujeito? Como eu vou mensurar o sofrimento dele e determinar se com uma, duas, três sessões vão resolver o problema dele? (Maya, CREAS).

Com o desejo de oferecer um atendimento de qualidade à população aliado aos objetivos de uma rede de serviços territorializada que lida com diferentes expectativas da população e da própria gestão, as queixas escolares chegam aos diferentes serviços. As queixas escolares chegam por demanda espontânea (quando os pais procuram o atendimento), orientação da escola (quando a escola orienta os pais a procurarem o atendimento), encaminhamentos da escola e encaminhamento do Conselho Tutelar. Os encaminhamentos acontecem via e-mail e/ou por meio de ofício entregues pessoalmente pelos responsáveis ou pela própria escola. Em alguns casos, são acompanhados por um relatório sobre o desempenho da criança ou adolescente. Estas queixas compõem uma altíssima demanda de atendimento.

Então, geralmente, os atendimentos com relação à escola chegam por demanda do Conselho Tutelar ou demanda espontânea, ou seja, quando os pais, porque o professor falou, o coordenador falou, vem até o CREAS, aqui ou no CREAS centro, eu estive nos dois, e solicitam esse atendimento (Maya, CREAS).

...os agendamentos ainda são direto comigo. Às vezes eles mandam com relatório, às vezes indicam os pais a procurar psicólogo, digamos que 30%, e boa parte agora estão usando a estratégia de convocar Conselho Tutelar para intimar a gente a atender mais rápido. Isso sob penalidades, se não atender a criança a gente é responsabilizado, responde judicialmente com multa de dois à dez, vinte salários mínimos (João, Policlínica).

O CAPSI ele é porta aberta, então pode ser assim, pode ser por encaminhamento, então sobre quem encaminha, geralmente entra unidade de saúde, unidade social e as escolas também fazem a demanda desses encaminhamentos, alguns procuram por demanda espontânea, então, assim, de várias formas as crianças chegam. ... inicialmente o CAPSI ele teve um momento de receber muita demanda da escola, a ponto de verdade, isso não é mentira ou força de expressão, eles chegarem de Kombi aqui, e descer um monte de crianças assim, como se fossem problema que precisassem ser tratados pela saúde mental, e por muito tempo a gente foi acolhendo porque o serviço estava começando, a demanda reprimida não aparecia e a gente foi se estruturando, estruturando a equipe e estruturando o trabalho (Maria, CAPSI).

A derivação das queixas tem que, necessariamente, ser oficializada pelas escolas, geralmente o Coordenador Pedagógico, a Equipe de Educação Especial explicitando, além do nome da criança, a idade, ano escolar, período que este frequenta a unidade educacional e a principal queixa que demandou essa avaliação/triagem (Luz, SME).

Quem encaminha são as escolas, através de ofício e agora estão encaminhando através de e-mail por uma questão de acesso mais rápido. Para você ter uma ideia, eu estou com tudo isso aqui ó (apontando para uma pilha de papéis), tudo isso é demanda escolar, toda essa pasta, e já deve ter uns 15 dias que eu não consigo nem pegar na pasta (Pedro, Conselho Tutelar).

Dazzani et al. (2014) e Moreira e Cotrin (2016) ressaltam que, principalmente no interior da escola pública, a queixa escolar tem configurado importante demanda para os serviços de Saúde envolvendo a atuação de diversos profissionais. Porém, conforme os relatos, os encaminhamentos ocorrem de maneira desordenada e não respeitam as especificidades de cada serviço.

A alta demanda para atendimento psicológico aliada à falta de profissionais nos serviços dificultam o atendimento às queixas escolares e vão resultar, inclusive, em assédio moral aos profissionais. A qualidade dos atendimentos e a capacidade temporal dos profissionais para fazê-los aparece com pouca prioridade na organização dos serviços. Nos casos de não atendimento, a demanda é judicializada e o Conselho Tutelar desponta como agente intermediador deste processo.

Infelizmente, entra governo e sai governo, e as coisas não evoluem em razão da burocracia, da morosidade, e por não entender a importância do trabalho do psicólogo nesses setores. Hoje em dia, na assistência social de Cuiabá, são apenas três psicólogos, nós temos 14 CRAS em Cuiabá e apenas o CRAS Dom Aquino que tem aquela que estava aqui e foi para lá por ser mais perto de sua residência (Maya, CREAS).

Assim, o meu coordenador por ser bem compreensivo comigo como eu falei, ele criou uma pasta de Conselho. Anteriormente, o que eu estava fazendo, eu estava no computador fazia os pacientes normais, as demandas de CRAS, CREAS, outras instituições e a demanda espontânea e uma lista para os Conselhos Tutelares. Eu cheguei numa lista com 250 pacientes, o qual já fui ameaçado e ofendido por duas vezes na minha porta. Pensei não vou esperar a terceira, uma colega me ajudou a acabar com a lista e depois só agendamento, quando tiver eu agendo, os meus atendimentos hoje estão dando em média de 35 a 40 dias de um atendimento para o outro e quem trabalha com criança sabe que não é funcional e os pais não compreendem isso (João, Policlínica).

Então, isso é constante, esse tipo de ameaça, vou no conselho, vou fazer tal coisa, porque a gente vive o assédio moral constante aqui (João, Policlínica).

Quando a equipe constata algum problema infantil que precisa ser melhor investigado por um especialista, neurologista, psiquiatra, ou que a criança precisa de um atendimento com fonoaudiólogo, T.O., psicólogo clínico, entre outros, observa-se a precariedade do sistema de Saúde em oferecer esses atendimentos ou a descontinuidade nos atendimentos por questões

várias, e por vezes a impossibilidade da família dirigir-se a eles ou até mesmo aceitar a problemática que envolve seu filho (Luz, SME).

Dificuldades? (pausa) olha aí eu acho que a gente vai entrar em uma questão da SEDUC, né? E então, por isso, que os nossos profissionais da Psicologia são parceiros ou são voluntários, porque a educação não contrata Saúde. Talvez o número reduzido de profissionais, nesse sentido, possa ser uma dificuldade (Ana, Programa Anjos da Escola).

Nós precisamos de uma estrutura maior porque as demandas escolares são muitas, eu tenho mais de 80, que chegou só no meu plantão, porque como trabalhamos nesse sistema de plantão, cada um é responsável pelo que chega no seu plantão (Pedro, Conselho Tutelar).

Nesse estado de coisas, a relação dos profissionais com a escola é mínima. Para Moreira e Cotrin (2016), apesar das queixas escolares constituírem uma das maiores demandas no cotidiano dos serviços, o contato desses com as instituições educacionais, contexto onde se produz a queixa, é limitado devido ao excesso de demanda e à natureza do serviço.

Tem, assim, eu não consigo atender telefone, é mais por meio de encaminhamentos solicitando relatórios. [...] Ahm, às vezes aqui eu solicito relatório, quando eu coloco relatório pedagógico eles não sabem informar o que é, então eu já resumi, eu já percebi algumas situações assim, solicito relatório da criança acima referenciada, o básico, porque quando eu digo pedagógico é aquela questão, para saber como está o desenvolvimento na escola, porque tem situações de troca de letras, incompreensão tudo isso (João, Policlínica).

Geralmente não, porque é muito difícil chegarem demandas da escola em si, no sentido de fazer encaminhamentos, solicitando atendimento para a criança fulano de tal, o que vem é demanda do Conselho (Tutelar) porque a escola solicitou que conseguisse o atendimento psicológico (Maya, CREAS).

Na realidade, o tempo e as condições que temos são complicadas, então, infelizmente, a gente não consegue fazer uma visita ou um relatório de atendimento para cada encaminhamento, nós somos em cinco conselheiros para uma média de noventa bairros, então se a gente for parar, só na nossa região deve ter umas quarenta, cinquenta, escolas, nós não conseguimos fazer relatório de atendimento de todas as escolas. O que a gente faz aqui é, quando vem uma demanda escolar, a gente vai nas casas ou por telefone, notifica o responsável para vir junto com a criança e aí a gente conversa, orienta e dá uma advertência. A advertência eles precisam levar na escola e apresentar na escola. Então, assim, a escola fica sabendo que essa criança foi atendida pelo Conselho (Pedro, Conselho Tutelar).

Dazzani et al. (2014), Gomes e Pedrero (2015), Lessa e Facci (2011), Cavalcante e Aquino (2013), Yamamoto et al. (2013), além do próprio referencial crítico adotado, nesse estudo, preconizam a importância da territorialização do atendimento, do fortalecimento da intersetorialidade, da compreensão do lugar como o espaço de produção de adoecimento e de cura. Dessa forma, o contato com as escolas como um espaço de vivências e produções individuais e coletivas fortaleceria os serviços na concretude de seus objetivos e, principalmente, os usuários na completude de suas vivências. Mas esta interlocução pareceu-nos impossibilitada pela alta demanda para atendimento e a própria estrutura dos serviços.

Com a falta de profissionais e altíssima procura pelo atendimento, alguns serviços buscam organizar e autorregular a demanda, como apontam as psicólogas do CREAS e CAPSI:

A gente teve que colocar pra fora, colocar para fora assim, no sentido de que é uma clínica que precisa absorver os psicóticos graves e a gente precisa movimentar na rede a estruturação, se não tem, precisa ter, e se você absorve uma demanda aquele outro dispositivo, vai ficar muito fácil para a gestão pública, não vai haver uma movimentação na rede (Lucia, CAPSI).

Se durante essa primeira entrevista, esse acolhimento a gente identifica que houve uma situação de direito violado que são os que eu já citei, a gente faz esse atendimento e esse acompanhamento. Se a gente identifica que é questão de dificuldade, apenas de comportamento escolar, ou se é questão de TDAH, isso não tem como a gente atender aqui no CREAS, porque aqui às vezes a criança ou adolescente que tem determinados transtornos necessitam de medicamentos, de acompanhamento clínico, e no CREAS até pela demanda muito grande que a gente tem, porque são apenas dois CREAS para Cuiabá inteiro, e mais distrito da Guia, Aguaçu, Coxipó do Ouro, dois CREAS para tudo isso então não é possível a gente fazer esse acompanhamento, então a gente encaminha, a gente pede para o Conselho, porque o Conselho tem essa viabilidade até para um maior acesso ao Ministério Público e Promotoria da Infância para solicitar até por medidas judiciais junto à Promotoria da Infância que essas crianças sejam atendidas com prioridade na área da Saúde (Maya, CREAS).

Em diversos momentos, a fala dos profissionais nos remete a um modelo de que busca acolher sem, necessariamente, conseguir dar prosseguimento ao atendimento. Em meio a essa rede, os profissionais parecem ter encontrado uma estratégia para chamar atenção para as dificuldades estruturais nos serviços em que estão inseridos: deixam de atender. Fazem apenas um acolhimento e encaminham para outros serviços.

Até porque se a gente ficar abraçando tudo que chegar..., já há uma defasagem muito grande de psicólogos na rede de saúde, na rede escolar, tanto municipal quanto estadual, se a gente abraçar o estado não vai contratar nunca outros profissionais, e não é isso que a gente quer, né? Queremos cada vez mais colegas ai atuando e a gente agindo em parceria, porque o que faz o serviço público funcionar são as equipes multiprofissionais, então se a gente abraçar tudo não consegue (Maya, CREAS).

... a gente fala que se a gente continuar tampando buraco a gente se esgota aqui que é uma loucura de atendimento, não atende bem os casos graves, que é o que se propõe o CAPSI e a gente precisou delinear isso para evitar que os casos graves recebessem uma assistência morna, e apesar de ter sido bem difícil e dolorido para a equipe, teve um efeito de movimentação de rede, do município, nas Policlínicas, de absorção (Lucia, CAPSI).

A insuficiência de profissionais para atender as demandas educacionais desponta como uma grande problema que está para além da disposição desses profissionais. Os profissionais enfatizam que, em se tratando de recursos públicos, também existe uma insuficiência de recursos materiais e destacam o improvisado como estratégia para melhorar a dinâmica de atendimento.

Lápis de cor e papel, temos alguns jogos aqui também, não jogos psicológicos, jogos lúdicos, didáticos, mas assim testes a gente já solicitou, mas fica naquela morosidade, aquela burocracia, ah porque não dá. Se a gente quiser aplicar teste tem que ser do nosso bolso, não é algo que parte da secretária ou da gestão comprar pra gente, se for comprar tem que ser à base de muito suor e muita insistência, o que nunca aconteceu nos quatro anos que eu estou aqui (Maya, CREAS).

Eu costumo dizer que eu uso de tudo que for para benefício do paciente e gosto de trabalhar com reciclagem por que aqui temos carência, meus brinquedos foram todos doações, a minha prateleira foi feita de reciclagem. Eu tenho diversos brinquedos e todos eles têm nomes e os que não têm as crianças dão nomes. Eu trabalho com desenhos também, aqui eu não aplico teste, apesar de eu ser técnico não aplico porque a rede não tem testes psicológicos e eu não sou capacitado para isso, então, eu trabalho com desenhos, hoje em dia como está em evidencia a questão do celular eu baixei alguns jogos de memória e damas, que depois são transferidos para o tabuleiro, além da música, então cada caso é um caso, eu já comprei pandeiro para brincar com criança, tem tambor que com as crianças autistas é uma estratégia de autoreverso, primeiro eu ensino a bagunçar para depois condicionar (João, Policlínica).

Então hoje são recursos humanos mesmo, a gente tem salas insuficientes, essa sala está com ar condicionado porque a equipe bancou, algumas salas têm outras não, a gente atende do mesmo jeito. O pátio ali, que é aberto se torna setting de atendimento, não é o ideal, mas é possível. Então assim, a gente precisa dar um jeito, e quando você conta com recursos humanos você encontra, cria, transforma. Brinquedos, temos que a própria equipe doa, todos hoje são de doação, jogos a gente que organiza, a gente estrutura um bazar onde os próprios técnicos doam roupas e hoje até as famílias também. A gente consegue um recurso mínimo, mas compra alguma coisa que as crianças precisam seja um material de estimulação, jogos e materiais diversos. [...] Se você tem lápis e papel da pra criar, usa materiais de sucata e faz proposta de oficina de construção (Lucia, CAPSI).

A falta de recursos é, sem dúvida, um desafio que perpassa e limita a prática profissional nos serviços públicos. Observamos o compromisso dos profissionais que, compreendendo a necessidade, doam, compram ou buscam alternativas para fabricarem estes materiais. Mas compreendemos como uma denúncia grave o abandono dos serviços públicos revelado na falta de estrutura física, material e de profissionais para o atendimento.

Quando questionados se gostariam de falar algo além do que foi perguntado, os participantes pontuaram expectativas com relação à pesquisa.

Bom se você conseguir levar a importância do profissional psicólogo na rede, na rede escolar, eu conversei com uma colega que está trabalhando na SME como psicóloga e ela tem falado assim, que os casos que eles tem atendido é crianças que já sofreram abusos sexuais, que vivem em ambiente de violência e eu falei pra ela que esses casos deveriam ser encaminhados para o CREAS. Eu gostaria que vocês dessem mais atenção a esses casos que são mandados para nós e não são nossas demandas, no sentido de crianças que tem esses comportamentos escolares, esses transtornos, eu acredito que são esses que vocês deveriam atender com mais afinco, ai ela não soube o que me responder. Eu acho que seria importante nessa sua pesquisa levar para outros gestores, para outras secretarias, pra que incentive o contrato ou mesmo realização de concurso,

para haja mais profissionais de Psicologia nas secretarias, para que a gente possa efetivamente ter uma efetividade no serviço (Maya, CREAS).

A importância, né? Na verdade da conscientização da profissão de psicólogo... (João, Policlínica).

Aproveitar que você é da Universidade e dizer que a gente precisa de parceiros, porque a demanda é grande e nós precisamos de psicólogos, porque temos uma rede que, infelizmente, não funciona (Pedro, Conselho Tutelar).

Logo nota-se que, embutido nas expectativas com esta pesquisa, houve um pedido de socorro. Há desconhecimento sobre os objetivos do atendimento psicológico nos serviços, tanto por parte da população quanto de alguns gestores, há um apelo para que as demandas sejam encaminhadas para os lugares adequados, há uma alta demanda de queixas escolares comprometendo serviços estruturalmente já comprometidos. Compreendemos que temos duas questões importantes aqui: a dificuldade das escolas em lidar com determinadas queixas apontando a necessidade de profissionais da Psicologia que as auxiliem nesta missão e a fragilidade da rede de serviços públicos para atender esta demanda já que, com uma estrutura precária, seu estrangulamento é iminente.

Sobre a rede de serviços, os resultados nos permitiram criar uma espécie de fluxo de encaminhamentos das queixas escolares. De modo geral, a escola encaminha alunos para o CAPSI, Setor de Educação Especial da SME, Policlínica, Conselho Tutelar, CREAS e Anjos da Escola. O Conselho Tutelar encaminha para o CAPSI, Policlínica e CREAS. A Policlínica encaminha para o CAPSI. O CREAS encaminha para o Conselho Tutelar. O Programa Anjos da Escola encaminha para a Policlínica e a família busca os serviços da Policlínica e CAPSI. E, apesar de não aparecerem nesse esquema, as clínicas-escola de Institutos de Educação Superior (IES) como Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade de Cuiabá (UNIC) e Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG) são também referências de encaminhamentos para essas instituições por oferecer um serviço de atendimento psicológico gratuito. Nesse modelo, o Conselho Tutelar é a figura central dos encaminhamentos. A Saúde, a Educação e a Assistência Social são constantemente atravessadas pela Justiça que pode garantir, minimamente, o direito das pessoas. Ou seja, não é suficiente encaminhar uma demanda escolar para a Policlínica, é importante fazer o encaminhamento por meio do Conselho Tutelar que cobra o atendimento e, inclusive, pode requerer sanções punitivas caso a demanda não seja atendida. A responsabilidade pelo atendimento, neste modelo, está nas mãos dos profissionais.

Além de intermediar uma espécie de judicialização das demandas educacionais, o Conselho Tutelar está sobrecarregado e tem muitas dificuldades para assumir esse lugar de

destaque em meio a uma rede de atendimento fragilizada. Também esta não é sua função. As psicólogas do CAPSI explicam que, no caso das queixas escolares, buscam fazer um acolhimento e posteriormente um encaminhamento responsável, também para a área da Saúde, porque além desses atendimentos não serem o foco principal do serviço, a instituição não possui recursos humanos e financeiros suficientes para se responsabilizar por essa demanda. A Policlínica atende, mas os profissionais estão sobrecarregados. O psicólogo que entrevistamos, nesse contexto, apresenta uma agenda fechada para os próximos dois meses e conta sobre uma lista de espera de tal proporção que se faz necessário um serviço somente para separar os casos que realmente precisam de atendimento psicológico.

A psicóloga do CREAS pontua que queixas escolares são atendidas se acompanharem uma violação de direitos, caso contrário é feito um acolhimento e encaminhamento dessas queixas para a área da Saúde, muitas vezes via Conselho Tutelar para “agilizar” o processo. No Conselho Tutelar isso também acontece, o que é proveniente da escola só tem prioridade em caso de violação de direitos. Por último, a profissional responsável pelo Programa Anjos da Escola relata que o programa faz um trabalho de acolhimento das queixas e caso necessário encaminha para a área da Saúde e/ou para as clínicas das universidades que disponibilizam atendimento para a população. Nessa vertente o programa tem desempenhado uma função que outros serviços já desempenham.

O que esta realidade nos conta sobre a quantidade de alunos encaminhados para a rede de serviços com queixas escolares é que as escolas, assim como os serviços, também pedem socorro. O encaminhamento de queixas escolares para serviços que tem diferentes propósitos e práticas nos remete a uma ideia de que as ciências psicológicas podem resolver as queixas escolares, independente dos lugares que estas ocupam e o que as motivaram. Para Cavalcante e Aquino (2013), há uma diversidade de queixas que são concentradas nos alunos, sejam estas comportamentais ou de aprendizagem e a dinâmica familiar é uma das causas principais do fracasso escolar. Essa ideia nos remete ao encontro da Psicologia com a Educação no início do século XX, quando teorias do desenvolvimento deveriam explicar o comportamento anormal das crianças. Criou-se uma ideia de que há um conhecimento psicológico universal que pode explicar e resolver os problemas escolares que repousam nos próprios alunos. Então, encaminha-se as crianças para o atendimento psicológico independente do lugar que estes profissionais ocupam e as especificidade do trabalho ali desenvolvido - revelando de uma maneira mais profunda a falta de investimento no setor público no que diz respeito ao cuidado com as questões escolares e atendimento à população nesse sentido.

Jodelet (2002) destaca que a significação do espaço é atravessada pela cultura e pela história. Para Milton Santos (2008), há uma ordem global que impõe ao mundo sua lógica, embora os lugares possibilitem às pessoas uma lógica própria de existir. Dessa forma, a proposição de serviços numa rede territorializada deveria busca compreender a lógica das relações estabelecidas nos espaços escolares e comunitários, mas a incidência das queixas escolares sobre todos eles parece desequilibrar uma estrutura já fragilizada. As queixas demandam atendimentos que recaem sobre uma Psicologia que foge ao lugar e se reporta a uma ideia abstrata e universalizada sobre o desenvolvimento humano.

O grande número de encaminhamentos feitos pelas escolas nos revela, cada vez mais, um pedido de parceria, onde a Psicologia é uma das áreas que pode contribuir, amplamente, para compreender e atuar em sua dinâmica, atendendo, em sua complexidade, às queixas escolares, por exemplo. É preciso defender políticas públicas que se voltem ao estabelecimento de serviços estruturados nos quais psicólogos, que atuem em uma perspectiva crítica em diálogo com a Educação, possam atuar. Meira (2000) ressalta que a perspectiva crítica em Psicologia reafirma a possibilidade da construção de uma compreensão mais adequada dos fenômenos presentes no espaço escolar a partir das relações históricas, culturais e políticas que se dão no seu interior. A partir desta compreensão, é necessário empreender políticas que realmente auxiliem as escolas no seu cotidiano fortalecendo a rede de serviços públicos e não o contrário.

Considerações Finais

Para Bock (2003), a relação Psicologia e Educação deve ser analisada do ponto de vista crítico, já que devemos ser capazes de desvelar o que esta parceria ocultou historicamente. A Psicologia naturalizou práticas excludentes do sistema educacional e práticas pedagógicas já corroboraram estudos psicológicos de caráter naturalizante e patologizante. Compreendemos que as ciências psicológicas, assim como a ciência de um modo geral, não é neutro, mas responde à interesses sociais que se manifestam, também, no interior das escolas.

Ao discutirmos para quais lugares são encaminhadas as queixas escolares, verificamos a existência de uma rede de serviços territorializada que tem como propósito fortalecer as relações familiares e comunitárias dos seus usuários. De diferentes formas, os serviços disponíveis nesta rede buscam emancipar as pessoas para que possam romper com uma trajetória naturalizante de fracassos e violências. Mas a intensa demanda para atendimentos não só desestrutura uma rede fragilizada como contribui para a perpetuação de um modo de produzir

o fracasso no interior da escola já que se acata a ideia de que existe um conhecimento que, acima da condição de existência desta comunidade e das relações de trabalho dos profissionais, promove a aprendizagem. Inclusive, esse tipo de encaminhamento, a profissionais externos à realidade escolar, acaba por reiterar o olhar excludente e individualizante que se tenta romper sobre as queixas escolares quando, a partir de uma perspectiva crítica, compreendemos que é necessário movimentar a rede de relações que se faz no interior das escolas e na comunidade da qual ela faz parte.

A alta demanda de encaminhamentos da escola para a rede de serviços não pode ser naturalizada e deve ser vista como um alerta para o quanto estamos reproduzindo o fracasso escolar. É necessário defender políticas públicas que assegurem o lugar da Psicologia em diálogo com a Educação como espaço de produção específica de saber, compondo as áreas de atuação na ciência psicológica.

A atuação com demandas escolares não deve fugir ao que Milton Santos (2008) preconiza como lugar – o território de identidade das pessoas – assim é imprescindível considerar a rede de serviços SUS e SUAS como parceiros potenciais da escola na defesa e proteção de famílias e grupos que estão privados de seus direitos básicos de existência. Consideramos que a privação de direitos também se revela em múltiplas queixas escolares. Mas a parceria supõe que cada serviço esteja estruturado e fortalecido para atender suas próprias demandas e, em conjunto, atuar para compreender e transformar essa realidade.

Assim, compreendemos que é necessário fortalecer uma rede de serviços territorializada, dentro e fora da escola, para auxiliá-la na difícil missão de acolher, educar e romper com um sistema que reproduz e produz relações de opressão. Entendemos que os profissionais da Educação, principalmente os professores, necessitam de ajuda para se fortalecer e constituir parcerias no grupo em que estão inseridos. Assim, será possível questionar e buscar soluções para as inúmeras demandas da escola e, numa disposição crítica, compreender como são produzidas as queixas escolares.

Referências

- Antunes, Mitsuko A. M. (2007). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: PUC.
- Barbosa, Deborah R., & Souza, Marilene P. R. (2012). Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 163-173. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>

- Bock, Ana M. B. (2003). Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In M. E. M. Meira & M. M. A. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: teorias críticas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Braga, Sabrina G., & Morais, Maria de L. S. (2007). Queixa escolar: atuação do psicólogo e interfaces com a educação. *Psicologia USP*, 18(4), 35-51. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642007000400003>
- Brasil. (2011). Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS*. Brasília: CONASS, 2011. Recuperado de https://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_4.pdf
- Brasil. (2015a). Ministério do Desenvolvimento Social. *Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS*. Brasília: MDS. Recuperado de <https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>
- Brasil. (2015b). Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. *Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude – PJIJ*. Brasília. Recuperado de <https://www.mpdft.m.p.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/promotorias-justica-menu/pjj-menu>
- Brasil. (2016). Conselho Nacional de Justiça. *CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?*. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar/>
- Brasil. (2018a). Ministério da Saúde. *Saúde mental: o que é, doenças, tratamentos e direitos*. Recuperado de <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>
- Brasil. (2018b). Supremo Tribunal Federal. *Cartilha do Poder Judiciário/ Supremo Tribunal Federal*. Brasília, DF: STF, Secretaria de Documentação. Recuperado de http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaGlossarioMirim/anexo/CartilhaPoderJudiciario_24092018.pdf
- Brasil. (2019). Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria do Desenvolvimento Social. *Unidades de Atendimento*. Restaurado de <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>
- Cavalcante, Lorena de A., & Aquino, Fabíola de S. B. (2013). Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares. *Psicologia em Estudo*, 18(2), 353-362. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200016>
- Cotrin, Jane T. D. (2013). *Psicologia e Educação Especial: Perspectivas Históricas e Políticas*. Cuiabá: EdUFMT.
- Dazzani, Maria V. M.; Cunha, Eliseu de O.; Luttigards, Polyana M.; Zucoloto, Patrícia C. S. do V., & Santos, Gilberto L. (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 421-428. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>
- Estado de Mato Grosso. (2018). Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer. *Programa Anjos da Escola*. Recuperado de <https://www2.seduc.mt.gov.br/pro-escolas/anjos-da-escola>

- Estado de Mato Grosso. (2019). Secretaria de Estado da Educação. *Casies*. Recuperado de <https://casies.com.br/inicio/>
- Gomes, Cláudia A. V., & Pedrero, Jennifer do N. (2015). Queixa Escolar: Encaminhamentos e Atuação Profissional em um Município do Interior Paulista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1239-1256. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002192013>
- Jodelet, Denise. (2002). A cidade e a memória. In V. Rio, C. R. Duarte & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do Lugar: colaboração entre Psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.
- Lemos, Adriane G. de S. (2015). *A Psicologia nas reformas educacionais da década de 1920*. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015. Florianópolis, SC: UFSC.
- Lessa, Patrícia V., & Facci, Marilda G. D. (2011). O psicólogo escolar e seu trabalho frente ao fracasso escolar numa perspectiva crítica. *IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo: ABRAPEE, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Recuperado de http://www.abrapso.psi.br/documentos/cdIXcompeIXCONPEArquivo/1_9.pdf
- Meira, Marisa. E. M. (2000). Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In E. R. Tanamachi, M. Proença & M. Rocha (Orgs.), *Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Moreira, Erika V., & Hespanhol, Rosângela A. M. (2008). *O lugar como uma construção social*. *Revista Formação*, 14(2), 48-60. Restaurado de http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.
- Moreira, Gercimeire R., & Cotrin, Jane T. D. (2016). Queixa escolar e atendimento psicológico na rede de saúde: contribuições para debate. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 117-126. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150201938>
- Patto, Maria H. S. (1981). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: TAO.
- Patto, Maria H. S. (1984) *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, Maria H. S. (2000). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prefeitura de Cuiabá. (2014). *Atenção Secundária*. Recuperado de <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/saude/atencao-secundaria/>
- Santos, Milton. (2008). *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia* (6a. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Yamamoto, Kátia; Santos, Aline de A. L.; Galafassi, Camila; Pasqualini, Mariana G., & Souza, Marilene P. R. (2013). Como atuam psicólogos na educação pública paulista? um estudo sobre suas práticas e concepções. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 794-807. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400003>

Capítulo 2

Psicologia Crítica e Movimento ProUnista: uma atuação conjunta é possível?

Flávia de Mendonça Ribeiro

Introdução

Atualmente, com as mudanças governamentais realizadas pelo governo federal, a Educação pública brasileira tem sido constantemente prejudicada por causa dos congelamentos e cortes de aproximadamente 7,4 bilhões de reais nos investimentos nas universidades e em políticas públicas a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, promulgada em 2016. Ao mesmo tempo, o Ministro da Educação¹ do governo de Jair Bolsonaro, ao defender o fortalecimento do ensino superior privado, nos direciona a um “novo” momento conjuntural, garantindo a agenda do Banco Mundial como iniciado antes da ditadura civil militar, em 1964. Em contrapartida, os movimentos sociais, sindicais e estudantis no Brasil têm lutado direta e constantemente contra os ataques sofridos nos últimos tempos, movimentos conhecidos como os Tsunamis pela Educação².

Tendo como pressuposto constitucional que a educação gratuita é direito de todos (Brasil, 1988), entende-se que o sistema educacional brasileiro já se mostra insuficiente não estando de acordo com a constituição, visto que mais de um milhão de jovens (36,5%) não conseguem terminar o Ensino Médio no tempo previsto; sendo que, 62% dos jovens de 19 anos que não concluíram o Ensino Médio não estão mais na escola e 55% pararam de estudar no ensino fundamental (SEMESP, 2017), um índice alto que possivelmente aumentará com as mudanças governamentais. Complementando este cenário, somente 17% dos jovens de 18 a 25 anos que terminam o Ensino Médio ingressam, mesmo que não permaneçam, no Ensino Superior (Ribeiro & Guzzo, 2019; SEMESP, 2017).

¹ Após a posse de Bolsonaro, em janeiro de 2019, ocorre a nomeação de Ricardo Vélez como Ministro da Educação, e, em abril de 2019, Bolsonaro demite Vélez e Abraham Weintraub assume o cargo.

² Os Tsunamis da Educação foram atos nacionais organizados por estudantes e profissionais da educação a fim de manifestarem-se contra os cortes e congelamentos na área da Educação, além da extinção da pasta de Ciência e Tecnologia, resultando no corte de fomento a pesquisas em andamento em todo o país. Os atos, ou “Dias Nacionais em Defesa da Educação”, aconteceram nos dias 15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto de 2019.

O objetivo deste capítulo³ é apresentar como, e se, a Psicologia pode auxiliar os movimentos sociais estudantis na avaliação do ProUni como política pública, ao mesmo tempo em que pretende fortalecer o estudante no processo de tomada de consciência. Neste capítulo, iniciaremos apresentando brevemente os referenciais teóricos do capítulo, com uma sucinta apresentação das políticas públicas educacionais, assim como formas de organização do movimento estudantil universitário, a relação da psicologia crítica com contexto universitário e como se daria o processo de tomada de consciência. Em seguida, apresentaremos o método com o procedimento metodológico, os resultados das pesquisas e discussão fundamentada teoricamente, finalizando com as considerações finais.

1. Fundamentação Teórica

As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado baseadas em pesquisas científicas para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. As políticas públicas são implementadas em diversos setores da vida cotidiana da sociedade, como a Assistência Social, a Educação, a Saúde, o Transporte, o Trabalho, a Moradia, a Cultura, o Lazer, etc. Planejadas, criadas e executadas pelos três poderes que conjuntamente formam o Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), as políticas públicas têm um ciclo, ou conjunto de etapas, pelas quais passam para serem efetivadas. As políticas públicas são propostas pelos poderes Legislativo e/ou Executivo, sendo que o Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. O Judiciário, por sua vez, faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo. Obviamente, esses são os papéis dos três poderes que não, necessariamente, acontecem como descrito (Ribeiro, 2019; Secchi, 2012).

Segundo Secchi (2012), o ciclo de políticas públicas é o conjunto de etapas pelas quais uma política pública passa até que atinja seus objetivos e pode ser dividido em sete partes. Na prática, não necessariamente se efetuam dessa maneira, visto que na vida cotidiana as fases do ciclo se misturam, se contrapõem, não acontecendo de forma linear e sim dialética, por essa razão não serão apresentadas aqui em uma ordem numérica como o autor sinalizou. São elas:

A) **identificação do problema:** reconhecimento de situações ou problemas que precisam de

³ Este capítulo é decorrente de um recorte de duas pesquisas amplas, mestrado e doutorado, orientadas pela Prof.^a Raquel S. L. Guzzo, a quem agradeço, juntamente ao Grupo de Estudos e Pesquisas - InPsi que foram fundamentais para as discussões e realização das pesquisas. Agências de fomento: CNPq (mestrado – nº130368/2012-1) e CAPES (doutorado – nº 88887.148361/2017-00).

uma solução ou melhora; B) **formação da agenda**: política, formal (institucional) e mídia - definição pelo governo de quais questões têm mais importância social ou urgência para serem tratadas e apresentadas à mídia para divulgação e coleta da opinião pública; C) **formulação de alternativas**: fase de estudo, avaliação e escolha das medidas que podem ser úteis ou mais eficazes para ajudar na solução dos problemas. “Quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será avaliar a efetividade da política pública” (Secchi, 2012, p.37); D) **tomada de decisão**: definição de quais ações serão executadas. São levadas em conta análises técnicas e políticas sobre as consequências e a viabilidade das medidas; E) **implementação**: momento de ação, é quando as políticas públicas são colocadas em prática pelos governos a nível macro; F) **avaliação**: avaliação da eficiência a partir dos resultados alcançados e quais ajustes e melhorias podem ser necessários. Acontece antes, durante (monitoramento) e depois da implementação da Política Pública, e os critérios para a avaliação são: economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade; G) **extinção**: é possível que depois de um período a política pública deixe de existir. Isso pode acontecer se o problema que deu origem a ela deixou de existir, se as ações não foram eficazes para a solução ou se o problema perdeu importância diante de outras necessidades mais relevantes, ainda que não tenha sido resolvido (Secchi, 2012).

Para que as políticas públicas possam atender as principais necessidades da sociedade é importante que os cidadãos também participem do processo de construção dando a sua opinião. Entretanto, a participação civil a partir de Conselhos como acontecia nos governos anteriores, mesmo que de forma precarizada, foi extinta com os decretos nº 9759 (11 de abril de 2019) e nº 9812 (30 de maio de 2019) do atual Governo Federal. Anteriormente, em nível nacional, existiam cerca de 700 conselhos, como, por exemplo, Juventude; Assistência Social; Direitos da Criança e do Adolescente; Educação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Direitos Humanos e Cidadania, entre outros. Mas com o novo decreto, o governo estima diminuir o número de conselhos de 700 para 50, dificultando ainda mais a participação da população na avaliação e, com isso, a continuidade das políticas públicas. Além disso, de acordo com a exposição de motivos apresentada pelo então Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (2019), a proposta de extinguir e diminuir os conselhos se dá, também, pelo Decreto anterior nº 8243⁴ (23 de maio de 2014) ter sido conhecido como “Decreto bolivariano” já que, em sua visão, daria

⁴ O Decreto nº 8243/2014, feito pela presidente “impeachmentada” Dilma Rousseff, instituiu “a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm.

muito poder à população a partir de sua participação nos conselhos (Soares, Maia & Grillo, 2019).

Nos estados e nos municípios a informação sobre as formas de participação, como o orçamento participativo, pode ser obtida nas secretarias de governo ou secretarias de políticas públicas do estado ou da prefeitura da sua cidade. Essa informação também pode ser encontrada no Portal da Transparência. A Lei da Transparência (lei complementar nº 131/09) estabeleceu que a participação do cidadão na formulação das políticas públicas deve ser incentivada pelos governos. Entretanto, em janeiro de 2019 o então presidente Jair Bolsonaro modificou a Lei de Acesso à Informação, por meio de decreto e ampliou o número de autoridades que podem tornar essas informações protegidas pelo período de 15 a 25 anos. Mas, em função da pressão popular e parlamentar, tal decreto foi revogado já em fevereiro.

Ao final de março de 2019, houve um corte orçamentário bilionário em um total de R\$5,87 bilhões. A Educação foi a pasta que sofreu mais cortes. Pela Lei Orçamentária Anual, esta pasta teria 23,6 bilhões de reais à sua disposição, o maior valor entre os ministérios. Agora, são 17,8 bilhões de reais. Ao final de julho, foi divulgado outro bloqueio de R\$348 milhões na Educação que antes não havia sido divulgado pelo governo. Esses cortes influenciam diretamente as pesquisas realizadas para criar e manter as políticas públicas na área. Por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) havia afirmado que conseguiria manter o pagamento das bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisadores até outubro de 2019, porém, no início de novembro o governo liberou parte da verba retida anteriormente referente somente ao ano de 2019, deixando em aberto como será o futuro da pesquisa brasileira. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) são exemplos de políticas públicas educacionais a nível nacional; algumas delas que já estão sendo prejudicadas com os cortes e congelamentos realizados pelo governo. Com a justificativa de falta de repasse federal, algumas denúncias feitas por estudantes ProUnistas (aqueles que participam do ProUni) sobre corte de bolsas do Programa têm sido veiculadas nas redes sociais, como por exemplo em grupos de discussão sobre o Programa e auto-organização de estudantes.

O ProUni, foco deste estudo, é um programa que garante o acesso ao Ensino Superior por pessoas que frequentaram o ensino básico em escola pública; privada – desde que comprovando a utilização de bolsa integral –; pessoas com deficiência; e professores da rede

básica que concorrem a um dos cursos – normal superior, licenciatura e pedagogia (Brasil, 2017). Ele é resultado da Reforma Universitária, que tinha o intuito de democratizar o Ensino Superior, pois este era muito elitizado – com acesso majoritário de estudantes e “jovens oriundos das camadas privilegiadas, econômica e culturalmente” (Bauer, 2010). O Programa foi implementado em 2004, pelo governo Lula como uma forma de Parceria Público Privada, que foi “apresentada como uma genial ideia: em troca de algumas garantias, o setor privado irá aportar um grande volume de recursos nos setores de infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia etc.” (Leher, 2004, p. 872), já que para o governo, o Estado não tem capacidade para suprir as necessidades sociais e individuais (Leher, 2004). Durante toda a discussão da Reforma Universitária, o movimento estudantil esteve presente.

O movimento estudantil sempre atuou de forma plural tendo como objetivo central a discussão e luta por direitos dos estudantes, mesmo dividindo-se em movimento secundarista ou universitário, partidário (aceita participação de partidos políticos), apartidário (não aceitam participação de partidos políticos) ou suprapartidário (movimento plural com participação de partidos políticos e independentes – estudantes que não se organizam em coletivos ou partidos). Nas universidades encontram-se os Centros ou Diretórios Acadêmicos (CA ou DA) de cada curso; o Diretório Central dos Estudantes (DCE), composto normalmente por estudantes de cursos diversos, dependendo do seu estatuto a partir do Centro de Entidades Bases (CEB), composto para a realização das eleições do DCE. Além disso, o DCE tem uma cadeira no Conselho Universitário da Universidade, em que pode levar as demandas discutidas coletivamente pelos estudantes. Outros espaços de atuação do movimento estudantil podem existir dentro da universidade, como coletivos auto organizados de mulheres, negros e negras, bolsistas, representação discente, entidades nacionais, regionais e municipais de cada curso etc. Historicamente, o movimento estudantil foi e é composto por pessoas dispostas a atuar na transformação social, reagindo contra as desigualdades sociais presentes em nosso cotidiano.

Diante da clara desigualdade em relação ao acesso ao Ensino Superior vemos uma problemática constante em nossa sociedade, a exploração de uma classe social sobre a outra e, Heidrich (2006) acredita que, apesar de diferentes expressões do que seria a questão social, o conceito continua o mesmo ao analisarmos o contexto universitário. Uma das questões a serem trabalhadas a partir dessa realidade é o fato de o acesso à educação superior por ProUnistas ser visto, por algumas pessoas e grupos, como um favor aos estudantes, e não como direito à educação. Outra questão é a falta de políticas de permanência estudantil a todos os ProUnistas. A Bolsa Permanência (Brasil, 2017), oferecida apenas aos estudantes que têm seis horas-aula

diárias comprovadas pela Instituição de Ensino Superior (IES) – normalmente cursos de saúde, como Medicina e Odontologia, oferece o recebimento de uma bolsa auxílio no valor de uma Iniciação Científica (CAPES) porém, sua adesão é revista mensalmente pelos órgãos governamentais competentes, não havendo a garantia ao estudante de seu recebimento continuado. (Ribeiro & Guzzo, 2017).

Sendo assim, o sentimento de injustiça frente às dificuldades cotidianas pode gerar um sofrimento social (Carreiro, 2003; Sawaia, 2008), e este sentimento de dor originado pelas injustiças sociais acaba por desvalorizar e humilhar o indivíduo, fazendo com que se sinta envergonhado. Então, um dos papéis do psicólogo em nossa sociedade, em especial nas Instituições de Ensino Superior é a atuação visando o fortalecimento do estudante no Ensino Superior (Marinho-Araújo & Rabelo, 2015; Marinho-Araújo & Almeida, 2017; Marinho-Araújo, 2016; Ribeiro, 2018). Isso pode se dar a partir do exercício político e crítico de sua participação na sociedade; uma formação para o processo coletivo de ação e para a contribuição na mudança da realidade. Complementando as autoras acima, Prilleltensky e Nelson (2002) apresentam outras três possíveis ações da Psicologia: 1) fazer *parcerias com movimentos sociais*; 2) entender como funciona o sistema educacional para *divulgar a política social - tomada de consciência das políticas institucionais*; 3) ter como um dos objetivos o *combate ao capitalismo e as consequências desse sistema como uma forma de resistência*.

Complementando Prilleltensky e Nelson, Parker (2014) em sua obra *Revolução na Psicologia* apresenta como a psicologia foi pensada e criada para a manutenção do sistema capitalista, ou seja, individualizando problemas sociais e culpabilizando o sujeito por estes problemas, já que a patologização do sujeito é essencial ao capitalismo. Afinal,

a tristeza insuportável é tratada pela psicologia como se fosse desordem, fracasso ou doença. Um dos aspectos mais destrutivos da alienação é a separação das pessoas dos sentimentos (tristeza e raiva), seja quanto ao seu próprio sofrimento ou aos problemas dos outros. (Parker, 2014, p. 12).

E é atuando como psicólogos críticos e levando em consideração a situação histórica de nossa sociedade e suas necessidades que conseguiremos auxiliar na superação da alienação – a partir da desideologização – em sua identidade no âmbito pessoal e social. Colaborando para que possam transformar as condições opressivas em seu contexto, procurando assim, realizar a práxis revolucionária (Martín-Baró, 1985, 1996; Freire, 1980; Guzzo, 2007a, 2007b, 2010; Lacerda Jr. & Guzzo, 2011). Parker (2014) apresenta como a psicologia crítica latino-americana alicerçada em sua atuação com a população, com os sujeitos das pesquisas, pela pesquisa ação

participante, conseguem apresentar possibilidades contra hegemônicas, ou seja, contra a psicologia individualizante, patologizante e culpabilizadora. Obviamente que o trabalho e atuação são pautados em realidades concretas e realizados por seres humanos também contraditórios, dialeticamente conflituosos e, por essas razões, se faz necessária uma constante reavaliação da forma de atuação.

Como apresentado anteriormente, a desideologização é entendida como parte do processo de tomada de consciência, a *consciência em si* (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b; Ribeiro & Guzzo, 2017, 2019; Ribeiro, 2013, 2018). Os autores a apresentam como a superação da alienação, já que essa forma de consciência é pautada pelo fato de o sujeito acreditar que somente de forma individual poderá alcançar alguma mudança real em sua vida. Por exemplo, de forma simplista, se fizer minha parte não jogando lixo no chão, logo o ecossistema estará a salvo. Apesar de ações individuais serem importantes, os autores apresentam que é a partir da *consciência para si* que há a possibilidade de real mudança social sistêmica, já que é a partir do auto reconhecimento enquanto classe trabalhadora e proletária, da luta e organização coletiva, sendo por isso que a consciência para si também é entendida como consciência de classe ou revolucionária.

Finalizando, partindo do pressuposto de que a leitura da realidade se dá a partir da totalidade, a mudança social não se finda e acaba na psicologia, mas ela tem um papel importante para isso. O psicólogo acaba tendo um impacto na subjetividade do sujeito, mas não tem que dizer às pessoas o que elas devem ou não fazer, e sim indagá-las, fazê-las pensar e questionar o mundo, suas necessidades, a fim de fortalecê-las para realizarem a mudança social (Markard, 2007; Parker, 2009, 2014; Ribeiro, 2018).

2. Método

Optou-se pela pesquisa qualitativa por entender que esse método oferece a possibilidade de produzir um conhecimento específico relacionando à experiência humana a partir da ação social (Parker, 2005). Com a inspiração no método materialista histórico dialético (MHD) e a partir das categorias totalidade, contradição e mediação, entendemos que a sociedade é uma “totalidade concreta” (Paulo Netto, 2011, p. 56) extremamente complexa e são seus graus de complexidade que a fazem dinâmica. É neste movimento dinâmico que se apresentam as contradições cotidianas, e são nas mediações das relações sociais que os processos – de totalidade e contraditórios – constituem essa mesma sociedade de classes tão distintas e interdependentes (Paulo Netto, 2011).

2.1 Procedimento metodológico

Com o intuito de explicitar melhor o recorte do processo metodológico realizado nas duas pesquisas amplas de mestrado e doutorado, respectivamente (Ribeiro, 2013; Ribeiro, 2018), apresentaremos como fonte de informações quatro diários de campo de participação de reuniões do Fórum de ProUnistas em uma IES privada e um estudo de caso de uma estudante bolsista do ProUni, militante partidária e do movimento estudantil local. As duas universidades privadas se encontram em um estado da região sudeste.

2.1.1 Diários de Campo do Fórum de ProUnistas

O Fórum de ProUnistas foi um movimento auto-organizado que surgiu em 2012 em uma universidade privada a fim de lidar com as demandas dos bolsistas estudantis provindos do programa governamental ProUni, como restaurante universitário, bolsa permanência, assistência estudantil, etc. A participação da pesquisadora nas reuniões do Fórum de ProUnistas durante a pesquisa do mestrado garantiu a construção de quatro diários de campo, também utilizados no recorte para este capítulo. Os diários de campo, de acordo com Montero (2006), devem apresentar as observações, percepções e reflexões da pesquisadora, levando em consideração o contexto da época, a fim de, também, identificar se houve, no andamento da reunião, atuação dos participantes do contexto estudado, entre outras situações. Nas reuniões do Fórum estiveram presentes 18 estudantes de uma mesma universidade, dos seguintes cursos: Psicologia, Medicina, Odontologia. A fim de garantir a preservação da identidade dos estudantes, estes serão referenciados neste capítulo como PFP1 (Participante Fórum de ProUnistas 1), PFP2 (Participante Fórum de ProUnistas 2), PFP3, etc.

2.1.2 Estudo de Caso e Entrevista on-line

O estudo de caso utilizado foi realizado a partir das respostas de uma estudante de Psicologia em uma entrevista *on-line* gravada – método utilizado na tese de doutorado – realizada, em 2017, após a participação de um questionário on-line. A fim de manter o sigilo da participante, aqui ela será referenciada como PEC (Participante Estudo de Caso). No caso do estudo de caso, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após a aprovação do Comitê de Ética (nº 1754084). Ventura (2007) apresenta que o estudo de caso pode ser utilizado para reconstrução da história de vida de um sujeito singular, como é o caso desse capítulo, e neste caso, a partir das respostas da entrevista on-line. Após ouvir sucessivamente a

entrevista com PEC percebeu-se a possibilidade de descrever parte significativa de sua história de vida, e utilizá-la na análise deste capítulo, visto que foi a única participante da pesquisa ampla de doutorado que integrou o movimento estudantil universitário.

3. Resultados e Discussão

Como resultado da pesquisa, baseando-se na análise construtivo-interpretativa (Rossato & Martínez, 2017) que possibilita a análise das informações à medida em que vão sendo (re)lidas, ao mesmo tempo em que são retiradas categorias de análise, ou núcleos de significação, tivemos duas categorias de análise: 1) **organização individual** e 2) **organização coletiva**, que se complementam em diversos momentos. Para melhor compreensão do contexto da pesquisa, a seguir estão as sínteses dos Diários de Campo e do Estudo de Caso.

3.1 Síntese dos Diários de Campo

DC01 – Presentes: 5 Psicologia, 2 Medicina. Foram discutidos os temas: Organização do Fórum, comprovação de renda, assistência estudantil e bolsa permanência. Houve discordâncias na forma como lidar com lutas específicas dos cursos e lutas do Fórum como um todo.

DC02 - Presentes: 2 Psicologia, 1 Odontologia. Foram discutidos os temas de Assistência, Permanência estudantil e Preconceito. Formas de como lidar com o preconceito foram pensadas.

DC03 - Presentes: 5 Psicologia, 7 Medicina. Foram discutidos os temas de Assistência e Permanência, organização do grupo (quem será o novo representante dos ProUnistas do campus) e comprovação de renda.

DC04 - Presentes: 4 Psicologia, 3 Medicina. Foram discutidos: assistência e permanência, como é o ProUni pra eles, outros movimentos da IES, comprovação de renda e organização do Fórum.

3.2 Síntese do Estudo de Caso

PEC, de 18 a 25 anos, mulher branca, classe baixa, conseguiu bolsa 100% em um cursinho particular onde teve contato com professores de sociologia, filosofia, história com um viés crítico que a apresentaram ao movimento estudantil secundarista. Ao terminar o cursinho,

ingressou como ProUnista em uma universidade elitizada, porém particular, e apresentou diversas histórias de preconceito que sofreu na universidade e em contato com alguns colegas. Disse que esses são alguns dos motivos que a fazem lutar por uma educação de qualidade e pública, apesar de estar em uma universidade privada utilizando o ProUni, já que acredita que a educação deveria ser gratuita para todas as pessoas. Foi participando de um grupo de ProUnistas ativos no movimento estudantil universitário que PEC conheceu o partido em que está inserida hoje e tenta participar ativamente, enquanto estudante, de reuniões do conselho da profissão que escolheu. PEC finaliza apresentando que a militância (estudantil e partidária) é essencial para que consiga lidar com as adversidades da vida e as contradições que presencia em uma universidade tão elitizada.

3.3 Análise dos Resultados

Como apresentado anteriormente, serão utilizadas duas categorias para análise dos resultados: **Organização Individual** e **Organização Coletiva**. Tanto no estudo de caso, quanto nos diários de campo pode-se observar que a participação no movimento social estudantil foi de extrema importância, tendo resultados e mudanças a nível individual e a nível coletivo. Os nomes das categorias de análise, ou núcleos de significação, foram escolhidos por serem uma forma de simplificar as possibilidades de ação encontradas pelos estudantes ProUnistas para lidar com as situações de sofrimento psíquico geradas no cotidiano das universidades (Carreteiro, 2003; Ribeiro, 2013; Ribeiro, 2018; Holzkamp, 2016).

A categoria **Organização Individual** pode ser diretamente relacionada com uma das formas do processo de tomada de consciência, ou seja, a consciência **em si** (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b; Ribeiro & Guzzo, 2017, 2019; Ribeiro, 2013, 2018) e com o conceito **capacidade restritiva de ação** (Holzkamp, 2016). A consciência em si é a superação da alienação, ou a desideologização. Essa forma de consciência é muito importante, pois, mesmo não reconhecendo o outro como companheiro de luta contra a injustiça vivida o sujeito entende que alguma mudança é necessária, mesmo que seja realizada com iniciativas individuais, ou seja, ele tenta mudar as coisas que não o satisfaz em sua vida cotidiana, ou tenta reformar uma ou outra parte do sistema. A ideologia dominante entra em peso na caracterização dessa forma de consciência, pois tenta garantir que grande parte da população permaneça alienada das mazelas de sua vida (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b; Ribeiro & Guzzo, 2017, 2019; Ribeiro, 2013, 2018). E é no mesmo contexto apresentado acima que podemos complementar com a teoria da capacidade restritiva de ação (Holzkamp, 2016) –

quando a pessoa, mesmo não percebendo, age de acordo com as forças e ideias dominantes que podem ser a fonte de seu próprio sofrimento.

Exemplificando, o DC1 é referente a uma das primeiras reuniões do Fórum de ProUnistas e apresenta a discussão de uma reunião em que os estudantes avaliavam quais seriam os próximos passos do coletivo, visto que apenas o curso de medicina conseguiu bolsa permanência dada pelo governo, de acordo com as normas apresentadas anteriormente (Brasil, 2017). Por isso, esses estudantes de outros cursos com a mesma carga horária, mas que não conseguiram a Bolsa Permanência, decidiram se unir e reivindicar o direito. Discordando da decisão coletiva PFP2 afirmou: “Temos que saber quais as lutas tem que ser só dos ProUnistas e quais as específicas dos cursos” (PFP2, 2012), ou seja, mesmo participando do Fórum de ProUnistas e sendo representante dos bolsistas nas instâncias internas da universidade, PFP2 apresentou que cada curso tem que se organizar individualmente para conseguir a bolsa permanência. “A luta não tem que ser conjunta”, segundo ela (PFP2 - DC1, 2012). Para finalizar sua fala, a estudante, em um tom de ameaça, afirmou ainda que se o coletivo decidisse algo que ela não concordasse, como a decisão que foi apresentada acima, ela não participaria mais das reuniões.

Após apresentar o posicionamento controverso, percebeu-se um incômodo da estudante de medicina, e, ao discordarem dela, esta não mais participou do Fórum e deixou de ser representante dos ProUnistas nas instâncias universitárias. A avaliação coletiva nas próximas reuniões (DC3, DC4, 2013), que voltaram a acontecer cerca de 6 meses depois, foi que o tom de ameaça utilizado não condizia com o objetivo do coletivo, e mesmo a estudante sendo representante nas instâncias, eles poderiam conversar pontualmente com ela, garantindo uma forma de diálogo posterior.

Esse caso nos mostra como é difícil lidar com situações em que alguns dos envolvidos, mesmo entendendo a necessidade da luta por direitos e mudanças na sociedade e cotidiano imediato, agem de forma individual retardando o avanço das conquistas coletivas. Neste caso, especificamente, seu posicionamento contrário só aconteceu depois dela já haver conseguido a Bolsa Permanência, afinal, era uma das poucas pessoas na IES que recebiam o benefício. O mesmo apresentado pela PEC (2017) quando afirma que “não há identificação de causas para união e assim mudar algo”, são as diferenças individuais, como por exemplo, gênero, classe, religião, que dividem os coletivos e fazem com que as conquistas não aconteçam. PEC afirma que o preconceito é um dos motivos para que os coletivos se dividam. Nessa direção, Parker (2014) afirma que a alienação não é mera separação de nós mesmos e dos outros, mas é um tipo de

separação de nós mesmos em que experienciamos nós mesmos como habitados e impulsionados por forças que nos são misteriosas. Estas forças misteriosas incluem forças econômicas que estruturam nossas vidas como seres que precisam vender nossa força de trabalho para outros; entretanto, a psicologização das diversas dimensões da opressão que tornou o capitalismo possível, também condensa “raça” e “sexo” em forças altamente carregadas, algumas vezes excitantes e outras vezes atemorizantes, fora de nosso controle (Parker, 2014, p.13).

Outra questão apresentada por PEC (2017) é a auto-organização dos cursos, por Centros Acadêmicos (CA). Na IES que estuda, alguns CA conquistaram “bolsa xerox”, por exemplo, como no caso do direito e da psicologia, além do micro-ondas e geladeira para os estudantes guardarem suas marmitas. Temos, então, casos de lutas “individuais” que ao mesmo tempo são “coletivas”. Quando os estudantes de um curso se organizaram para garantir um direito – xerox, alimentação – organizaram-se de forma coletiva, mas ainda assim individual, se pensarmos no todo da universidade, com diversos outros cursos. Ao entendermos que o processo de tomada de consciência é dinâmico e complexo, percebemos na resposta de PEC (2017) uma exemplificação de consciência em si ao mesmo tempo em que apresenta a consciência para si:

Pelo que eu sofro, as violências que eu sofro, pra mim, são violências que só vão ser resolvidas por uma transformação da sociedade. Porque, pela instituição, podem me dar dinheiro, e isso vai resolver muito, muito mesmo. Mas ter mais dinheiro, ou ter bolsas no geral, não vai me fazer ser menos oprimida na universidade (*sic*) (PEC, 2017).

A categoria **Organização Coletiva** se relaciona com a consciência **para si** (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b; Ribeiro & Guzzo, 2017, 2019; Ribeiro, 2013, 2018), assim como a **capacidade de ação generalizada** (Holzkamp, 2016). Segundo Holzkamp (2016), a capacidade de ação generalizada é quando o sujeito, ao articular-se com seus pares, age para enfrentar os problemas, em seu cotidiano, pela raiz e ampliar seu controle sobre as próprias condições de vida, afinal, deve-se enfrentar o sofrimento causado por situações geradoras de sofrimento psíquico.

Este é o mesmo princípio da consciência para si (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b; Ribeiro & Guzzo, 2017, 2019; Ribeiro, 2013, 2018), também conhecida como **consciência de classe**, ou ainda consciência revolucionária, pois em sua luta diária, não basta o indivíduo se reconhecer enquanto classe proletária – consciência em si – mas, deve-se também reconhecer-se para além de si – consciência para si. Ou seja, tem que se colocar à frente da tarefa histórica de compromissos com a mudança social, afinal, não há como mudar a realidade somente mudando a si mesmo, é necessário mudar de forma coletiva o sistema econômico e social, além de reconhecer, também, o próximo como alguém que possa

contar para modificar essa situação. E ao se mudar as condições de vida cotidiana que lhe são opressivas é que se alcança a práxis revolucionária, a qual identificamos como mudança com intencionalidade, entendendo o sujeito como um todo, dialético e contraditório, um ser que ao se conhecer e entender, avança no processo de tomada de consciência.

O Fórum de ProUnistas apresentou a necessidade coletiva – que vai para além dos estudantes bolsistas – de retomar um movimento que havia na universidade alguns anos antes, o movimento “a gente não quer só comida”, que reivindicava como pauta máxima um restaurante universitário com valor de refeição acessível a todos (DC3, 2013). A nível imediato, a pauta era para que a universidade garantisse um espaço físico contendo geladeira e micro-ondas para que os estudantes, bolsistas ou não, pudessem levar sua comida de casa e não gastar tanto dinheiro com alimentação.

Os estudantes fizeram panfletos e cartazes que pudessem dialogar com os outros estudantes para que aderissem ao movimento, assinando assim o abaixo assinado para entregar para a reitoria com tais reivindicações. Convidaram os CAs e o DCE (à época recém-criado) para as reuniões, ampliando a participação e luta coletiva. Tal movimento e ação coletiva garantiu, em 2014, um espaço físico com geladeira e micro-ondas para estudantes naquele Campus. Entretanto, a pauta de restaurante universitário foi rejeitada pela reitoria sem uma justificativa plausível e esquecida pelos estudantes posteriormente.

Em uma tentativa de manter a história viva, PEC (2017) afirma que, no início de seu envolvimento com o movimento estudantil universitário, não percebeu as conquistas deste movimento que antecederam sua entrada à universidade, pois “a caminhada é tão difícil pela frente que nem olhamos pra trás e pensar no que já foi conquistado” (PEC, 2017). Um dos motivos pelos quais o materialismo histórico dialético se faz tão necessário. Conhecer a história do espaço em que ocupa, das pessoas a sua volta que compõem o movimento de forma coletiva, faz entendermos mais sobre as contradições cotidianas – coletivas e individuais – que podem potencializar a capacidade generalizada de ação, ou restringi-la. E é na mediação dessas situações que, diante da análise apresentada, percebemos que os Profissionais de Psicologia no Ensino Superior devem atuar. Ao serem mediadores e facilitadores, para que a pessoa reflita sobre seus verdadeiros interesses e sobre como deve agir de forma consciente e coletiva, auxiliamos na modificação de sua realidade imediata e futura. (Guzzo, Ribeiro, Meireles, Feldmann, Silva, Santos & Dias, 2019). Com base nesse fundamento a criação de espaços auto organizados para a convivência é essencial no âmbito da universidade, tendo em vista que possibilitam o planejamento coletivo de ações.

Nesse sentido, outra forma de ação para psicólogos no contexto universitário é auxiliar os coletivos estudantis a entenderem o ProUni enquanto uma Política Pública, e não como um favor aos estudantes, o que foi discutido no DC3 (2017). Os estudantes propuseram uma atividade com profissionais do Direito, da Psicologia e da Educação e ao final da atividade, buscaram se inteirar e ocupar os espaços institucionais e governamentais que formularam o Programa Universidade para Todos. A justificativa de tais áreas de conhecimento se deu pelo fato de que um advogado poderia explicar os direitos jurídicos relacionados ao ProUni, uma pedagoga poderia entender melhor como surgiu o Programa e uma psicóloga poderia entender e discutir sobre as dificuldades cotidianas na universidade e a vida de bolsista – preconceito, “nivelamento educacional”, entre outros temas geradores de sofrimento psíquico.

Temas esses, inclusive, foram pautas da reivindicação apresentada por PEC (2017) e nos quatro DC, para que houvesse um acompanhamento psicológico dos bolsistas do ProUni. A necessidade desse acompanhamento pode ser embasada em diversas situações, desde vivências conturbadas na universidade, dificuldade de aprendizagem, vivências de diversos tipos de violências, discriminações e preconceitos – institucionais, racial, gênero, classe – até situações cotidianas não relacionadas diretamente com sua permanência na universidade.

Então, as ações coletivas realizadas pelos estudantes – vistas nos DC – e pelo fato de PEC atuar no movimento estudantil de forma organizada entende-se que a atuação do psicólogo crítico nesses contextos seria benéfica, auxiliando no processo de tomada de consciência dos estudantes a fim de atuar pela transformação social, tão necessária para real emancipação humana.

Considerações finais

O objetivo proposto para este capítulo foi apresentar como, e se, a Psicologia pode auxiliar os movimentos sociais estudantis na avaliação do ProUni enquanto política pública, portanto, frente a isso, entende-se que há a possibilidade desse auxílio ao discutirem coletivamente sobre as normas do Programa, seu objetivo, possíveis ações complementares para a garantia da permanência dos estudantes no Ensino Superior, por exemplo. Além do mais, mostrou-se necessário o fortalecimento do estudante como consequência do processo de tomada de consciência, processo que se dá a partir do entendimento de si, seus sentimentos, vivências que geraram (ou não) sofrimento psicológico dentro e fora da universidade, ao mesmo tempo em que o estudante consegue conceber-se enquanto sujeito de sua história sendo modificado e

modificando sua realidade. Ao entender que um dos papéis da psicologia é fortalecer o estudante a partir do fortalecimento do movimento estudantil, dialeticamente, há uma possível contribuição para melhoria do ProUni enquanto política pública educacional para o Ensino Superior.

Sobre as limitações encontradas no percurso da pesquisa, podemos apresentar que não houve entrevista com os participantes do Fórum de ProUnistas, devido ao método escolhido à época, então não pudemos ter mais informações sobre os motivos que faziam alguns participantes do Fórum de ProUnistas se posicionarem de forma menos coletivizada. Além disso, outra limitação é que, após a pesquisa, o Fórum não se manteve, então, muitas das ações propostas não foram realizadas pelo movimento, e hoje não se sabe se as reivindicações ainda existem. Fato que poderá ser modificado com uma futura pesquisa.

Referências

- Bauer, Carlos. (2010). *A classe operária vai ao campus – esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade Brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2017). Portal ProUni. *BRASIL/MEC – Ministério da Educação – Programa Universidade para todos*. Lei 11.096. Recuperado de http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140
- Carreiro, Tereza. C. (2003). Sofrimentos Sociais em Debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300006>
- Euzébios Filho, Antonio. (2015). Sobre movimentos sociais, cursinhos populares e envolvimento político de estudantes. In A. Accorssi (Org.), *Distintas faces da questão social desafios para a Psicologia*. Florianópolis: ABRAPSO.
- Euzébios Filho, Antonio. (2016a). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p257>
- Euzébios Filho, Antonio. (2016b). Representação política e movimento estudantil no ensino superior: reflexões sobre uma universidade pública paulista. In C. Meneguello (Org.), *Universidade, poder e direitos humanos* (1a ed.). São Paulo: Cultura Acadêmica
- Freire, Paulo. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.

- Guzzo, Raquel S. L. (2007a). Psicologia e Educação: Que compromisso? Que relação? In A. V. B. Bastos & N. M. D. Rocha (Orgs.), *Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber* (pp. 357-378). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guzzo, Raquel S. L. (2007b). Reforma Universitária, Universidade Nova e o Futuro da Psicologia. *Texto apresentado no XIVº Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)*. Rio de Janeiro: ABRAPSO. Recuperado de <http://www.abepsi.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/07/Artigo-Raquel-Guzzo.pdf>
- Guzzo, Raquel S. L. (2010). Educação para a Liberdade, Psicologia da Libertação e a Psicologia Escolar: uma práxis pra a Liberdade. In S. F. C. Almeida (Org.), *Psicologia Escolar: Ética e competência na formação e atuação profissional* (pp. 169-178). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Guzzo, Raquel S. L.; Ribeiro, Flávia M.; Meireles, Jacqueline; Feldmann, Mariana; Silva, Soraya; Santos, Laura C., & Dias, Carolina N. (2019). Práticas Promotoras de Mudanças no Cotidiano da Escola Pública: Projeto ECOAR. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 153-167. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.2967>
- Heidrich, Andréa V. (2006). Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5(5), 1-9.
- Holzkamp, Klaus. (2016). *Ciência marxista do sujeito: uma introdução à psicologia crítica*. Tomo I (S. Vollmer ed.). Maceió: Coletivo Veredas.
- Iasi, Mauro L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lacerda Jr., Fernando, & Guzzo, Raquel S. L. (2011). Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da Obra de Martín-Baró. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia Social para América Latina: O resgate da psicologia da Libertação* (pp. 15-37). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Leher, Roberto. (2004). Para silenciar os campi. *Educação e Sociedade [online]*, 25(88), 867-891. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300011>
- Marinho-Araújo, Claisy M. (2016). Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 2, 199-211. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>
- Marinho-Araújo, Claisy M., & Almeida, Leandro S. (2017). Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação. *Psicologia: Teoria E Pesquisa (Brasília. Online)*, 32, 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne212>
- Marinho-Araújo, Claisy M., & Rabelo, Mauro L. (2015). Avaliação educacional: a abordagem por competências. *Avaliação Campinas; Sorocaba, SP*, 20(2), 443-466. <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000200009>
- Markard, M. (2007). *A crítica como atitude – O psicólogo marxista Klaus Holzkamp*. Traduzido por Raquel Souza Lobo Guzzo.

- Martín-Baró, Ignacio. (1985). La Encuesta de Opinión Pública como instrumento desideologizador. *Cuadernos de Psicología*, 7(1-2), 93-108.
- Martín-Baró, Ignacio. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Montero, Maritza. (2006). Dos técnicas auxiliares en la investigación e intervención comunitarias: las anotaciones o diario de campo y el uso de documentos secundarios. In M. Montero, *Hacer para transformar: El método de La psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Parker, Ian. (2005). *Qualitative Psychology: Introducing Radical Research*. Open University Press: London.
- Parker, Ian. (2009). Psicología crítica: ¿Qué es y qué no es?. *Revista Venezolana de Psicología Clínica Comunitaria*. 8, 139-159.
- Parker, Ian. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Paulo Netto, José. (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Prilleltensky, Isaac, & Nelson, G. (2002). *Doing Psychology Critically: making a difference in diverse settings*. New York, NY: Palgrave MacMillan
- Ribeiro, Flávia de M. (2013). *Consciência de estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/315>
- Ribeiro, Flávia de M. (2018). *Preconceito e ProUnistas: “Seu lugar não é aqui”* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1072>
- Ribeiro, Flávia de M. (2019). Políticas Públicas em Educação e a Conjuntura Atual. Aula ministrada na Disciplina Estágio Supervisionado em Educação Escola II a convite da professora titular Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Ribeiro, Flávia de M., & Guzzo, Raquel S. L. (2017). Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 418-431. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001472016>
- Ribeiro, Flávia de M., & Guzzo, Raquel S. L. (2019). Psicologia e Ensino Superior: Aspirações Pequeno-Burguesas e Contradições Cotidianas em Cotistas. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 27-45. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3004>

- Rossato, Maristela, & Martínez, Albertina M. (2017). A metodologia construtiva-interpretativa como expressão da Epistemologia Qualitativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. *Investigação Qualitativa em Educação*, 1, 343-352. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1352/1310>
- Santos, Theodoro. (1987). *Conceito de Classes Sociais* (4a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, Bader. (Org). (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (8 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Secchi, Leonardo. (2012). *Políticas públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2017, Novembro 7). Em debate, o futuro do Ensino Superior. *Ensino Superior*. Recuperado de <http://www.revistaensinosuperior.com.br/19-fnesp/>
- Soares, Jussara; Maia, Gustavo, & Grillo, Marco. (abril, 2019). Governo Bolsonaro quer extinção de conselhos sociais criador por Dilma: Meta, segundo chefe da Casa Civil, é diminuir de 700 para 50 colegiados. *Jornal O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-bolsonaro-quer-extincao-de-conselhos-sociais-criados-por-dilma-23591925>
- Ventura, Magda M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*, 20(5), 383-386. Recuperado de: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf

Capítulo 3

A produção do fracasso escolar como expressão da precarização do trabalho das Cuidadoras de Aluno com Deficiência

Ruzia Chaouchar dos Santos

Naiana Marinho Gonçalves

Lélica Elis Pereira de Lacerda

Daniela Barros da Silva Freire Andrade

Introdução

A partir do diálogo interdisciplinar entre a Psicologia e o Serviço Social, este trabalho propõe a análise da produção do fracasso escolar (Patto, 1993) sob sua trajetória histórica, identificando-o enquanto resultado das causalidades que conformam as condições de trabalho das profissionais executoras das políticas sociais (Cuidadoras de Aluno com Deficiência) em um contexto de capitalismo dependente (Fernandes, 2005; Marini, 2005).

Para tanto, a presente investigação se constrói pela interlocução entre as informações produzidas na pesquisa de mestrado que pretendeu discutir as significações partilhadas por crianças sobre a queixa escolar e suas implicações no processo de representação de si, segundo vinte e seis crianças, vinculadas a uma unidade escolar da rede municipal de ensino, situada em Cuiabá-MT (Santos, 2018) e as reflexões teóricas sobre as políticas sociais como mediação de segunda ordem do capital tecidas na tese *Era só mais um Silva: Fundamentos e defesa do exercício profissional crítico da Assistente Social* (Lacerda, 2017).

Diante do exposto, defende-se que esta aproximação interdisciplinar contribui para o estudo de políticas públicas, à medida que a investigação acerca das múltiplas determinações envolvidas no anúncio da queixa escolar¹ revela, por meio das significações dos discursos das Cuidadoras de Alunos com Deficiência (CADs), a expressão da questão social, reprodução

¹ As queixas escolares, podem ser apreendidas, conforme as pressuposições de Souza (2015), como um conjunto de relações intersubjetivas que se engendra no processo de escolarização, constituídas em empecilhos de distintas facetas que são refletidos no encaminhamento do(a) criança/adolescente que supostamente não aprende – por parte de diferentes atores(atrizes) sociais, professores(as), coordenadores(as), gestores(as) pedagógicos(as), pais ou responsáveis – para esferas extraescolares, sobretudo, associadas ao campo da saúde

social das desigualdades a partir da divisão do trabalho, partindo dos determinantes de raça, classe e gênero. Por essa via, pensar as políticas educacionais como políticas sociais que se caracterizam como mediação de segunda ordem do capital (Lacerda, 2017) auxilia a desvelar qualificadamente a reprodução social dos determinantes de raça, classe e gênero na conformação das atividades profissionais constitutivas do cotidiano escolar.

Os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam essa investigação, alicerçaram-se nos fundamentos no materialismo histórico e dialético (Marx, 2011; Mészáros, 2009, 2011; Tonet, 2005) e na teoria histórico-cultural (Vigotski, 2009), que permitem apreender os determinantes desta problemática educacional mediante o estudo da historicidade dos elementos que a compõem.

Os caminhos percorridos no processo de geração de dados inspiraram-se nos contornos de um estudo do tipo etnográfico em educação (André, 2003), por meio da observação participante (Ezpeleta & Rockwell, 1986) da cena escolar, combinado com a realização de entrevistas semiestruturadas (Gaskell, 2002) realizadas com duas CADs vinculadas às dinâmicas das turmas as quais pertenciam as crianças identificadas com as queixas de indisciplina que participaram da investigação desenvolvida por Santos (2018), como destacado anteriormente.

Para análise dos dados, tomou-se em consideração as relações macroeconômicas que estruturam o mundo do trabalho brasileiro, país de capitalismo dependente (Fernandes, 2005; Marini, 2005) constituído por traços não superados do colonialismo, que demarcam um tipo de capitalismo cujas relações sociais são fundadas a partir das profundas marcas do racismo e patriarcado próprias do escravismo colonial (Gorender, 2016).

No intuito de abarcar estas discussões esboçadas, serão apresentados os seguintes subtemas ao longo deste ensaio: *tecendo reflexões em torno do exercício profissional das CADs; política social como mediação de segunda ordem do capital; política social como mediação de segunda ordem do capitalismo dependente; percursos metodológicos trilhados; o item de análise dos dados, entre o trabalho real e o trabalho prescrito: reprodução social do sóciometabolismo do capitalismo dependente no cotidiano escolar*”, e, por fim, as *considerações finais*.

1. Tecendo reflexões sobre o exercício profissional das CADs

No sistema educacional brasileiro, diariamente, observam-se encaminhamentos de crianças em idade escolar anunciadas com queixas escolares relativas às dificuldades de

aprendizagem e/ou comportamento na experiência de escolarização para serviços especializados, sobretudo, da esfera da saúde, por elas se apresentarem distantes do modelo normativo que orienta saberes e ações educacionais (Souza, 1997, 2010; Souza, 2015).

O panorama explicitado acima oferece indicativos de que a atribuição da causalidade a respeito das dificuldades no processo de escolarização está cada vez mais ancorado em pressuposições positivistas que enfocam o não aprendido nas diferenças individuais, afastando-se das colaborações de Patto (1993) que nos estudos sobre o fracasso escolar apreende esta problemática educacional levando em consideração sua construção social e histórica.

Com isso, alude-se que seria ingênuo analisar e interpretar o exercício profissional desempenhado pelas CADs como um desdobramento exclusivamente reducionista e simplista das determinações constitutivas da realidade educacional brasileira, sem considerar que tanto a política de educação quanto o desempenho escolar das crianças é reflexo das relações sociais brasileiras, caracterizadas pelo capitalismo dependente que se ergue sobre as estruturas não rompidas do escravismo colonial (Gorender, 2016).

Parte-se do pressuposto que as funções exercidas por estas trabalhadoras se configuram como importantes avanços de agenciamentos coletivos nas discussões sobre inclusão escolar que se inserem na formulação de políticas públicas, organização escolar e formação docente relativas às práticas educativas destinadas às crianças com necessidades educacionais especiais (AEE). (Carvalho, 2017). Todavia, o desafio apresentado consiste em compreender as ações educativas como atividade humana, sendo assim, social e histórica, que não pode ser apreendida menosprezando as complexas redes de mediações que compõem a precarização das condições de trabalho oferecidas a estas profissionais.

A presente investigação compreende que o perfil socioeconômico que descreve a majoritária população que ocupa este cargo: mulheres e de classes populares, trata-se de expressão dos traços coloniais não superados pela revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 2005; Marini, 2005), que se configurou por meio de uma revolução passiva, por cima e alheia aos debaixo, sem rupturas.

Em face dessas colocações, destaca-se que no regime colonial escravista, segundo Davis (2016), era comum que as mulheres negras deixassem de cuidar de seus próprios filhos para se dedicarem aos filhos de suas senhoras, mulheres brancas. Na sociedade contemporânea, por sua vez, as mulheres (em geral brancas) que conseguem via mercado se emancipar do espaço de

trabalho reprodutivo, usualmente o faz transferindo este trabalho para outras mulheres (comumente negras); seja porque as contratam como babás, empregadas domésticas², dentre outros vínculos de trabalho precários; essas desiguais oportunidades de trabalho se reproduzem no seio de serviços educacionais, públicos ou privados.

O racismo estrutural se expressa na constituição das políticas sociais, que funcionam como mediação de segunda ordem do capital, em um país marcado pelo racismo e patriarcado. Por essa via, a maior parte dos professores e professoras dos níveis de educação infantil e básico, categoria menos valorizada (em comparação, por exemplo, com professores do ensino superior), é constituída por mulheres, sendo a elas que o capitalismo monopolista transfere os cuidados das crianças e adolescentes identificados com maiores dificuldades de aprendizagem (refletindo sua precariedade de vida). Fazem-no, porém, ofertando-lhes condições precárias de trabalho, o que pode inviabilizar a superação do fracasso escolar (fruto das relações intra e extraescolares). Isto porque, como mediação de segunda ordem do capital, reproduz em seu bojo a divisão de classe, raça e sexo, na qual as crianças das famílias mais pobres deverão ter sua posição hierárquica reproduzida por meio de uma política educacional pensada por personificações do capital (secretários/as municipais e estaduais, os/as diretores/as das escolas, cargos ocupados em geral por pessoas próximas às elites); enquanto as posições mais baixas (porteiro, faxineiro, CADs, dentre outras funções.) são ocupadas por mulheres e não brancos.

2. Política social como mediação de segunda ordem do capital

A leitura da política social como mediação de segunda ordem do capital tem por objetivo desvelar as políticas sociais como uma das mediações que viabiliza (no plano econômico e ideopolítico) a reprodução do capital. Para tanto, será esboçado elementos sobre o debate proposto por Mészáros (2009, 2011) acerca da reprodução da sociabilidade capitalista.

O autor chama a atenção para a constituição da sociedade capitalista, ao considerá-la como a formação socioeconômica mais complexa já constituída pela humanidade, que possui

² Sobre a caracterização do trabalho doméstico no Brasil, “De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2011, cerca de 6,6 milhões de pessoas realizavam trabalho doméstico no Brasil, tornando esta uma das maiores categorias de trabalhadores do país. Uma das características do trabalho doméstico é o predomínio quase absoluto de mão de obra feminina. Do total apresentado, 92,6% dos empregados domésticos são mulheres, um equivalente a 6,1 milhões de trabalhadoras. [...] Ademais, é possível observar que a maioria do trabalho doméstico é exercido por mulheres negras. Os dados mostram que entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras nesta categoria teve um crescimento de 56,9% para 61%. [...]”. Ver mais em: Araújo, M. M. (2015). *Trabalho Doméstico no Brasil: A luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos*. Departamento de Sociologia. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília. Recuperado de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11482/1/2015_MarinaMacedoAraujo.pdf. Acesso em 08 ago. 2019.

um complexo mecanismo de funcionamento, um verdadeiro sóciometabolismo movido pela gana de autoexpansão do capital; viabilizado por mediações de segunda ordem do capital que se retroalimentam.

Mészáros (2009, 2011) explica que para Marx existem mediações de primeira ordem as quais são necessárias a humanidade enquanto espécie, como a troca ininterrupta com a natureza para tirar dela aquilo de que necessita; espaço de reprodução biológica, etc. Tais mediações em si não redundam em hierarquias ou exploração. Ocorre, porém, que estas mediações constituídas por meio do trabalho assalariado (estranhado) atribuem a todas as mediações do sóciometabolismo traços deste estranhamento (Mészáros, 2009), constituindo as mediações de segunda ordem do capital.

Neste padrão econômico e cultural, a reprodução biológica se dá no seio da família nuclear burguesa, célula do capital que viabiliza o consumo privado, mesmo em uma sociedade de trabalho coletivo; a relação com a natureza se dá mediada por meios de produção que são propriedade privada da burguesia; e a mediação de primeira ordem de

[...] alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios de reprodução da sociedade dada, na medida do viável sobre a base de um nível de produtividade alcançável e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas (Mészáros, 2009, p. 192).

É mediada pelo Estado burguês como mediação de segunda ordem do capital, ao lidar com as relações políticas em favor do capital na medida em que mantém intacta a relação exploratória de extração de mais-valia no campo da produção, atendendo às necessidades imediatas do trabalhador enquanto força de trabalho e no campo político-ideológico manipulando as expressões mais superficiais e agudas desta relação que colocam em xeque a coesão social em torno do projeto burguês.

No bojo do Estado burguês entendido como mediação de segunda ordem do capital, representando a hegemonia da política burguesa na gestão da coletividade, as políticas sociais se caracterizam como mecanismos institucionais que portam a natureza socializante reivindicada pela luta da classe trabalhadora, mas o faz materializando direitos conforme o contexto da luta de classes. Sob a hegemonia do capital, materializa o direito burguês dos cidadãos conforme o capital requer: cidadão individualista, passivo que vivencia seus direitos como força de trabalho, mediado pelo mercado (Abreu, 2008), moldando-os (seu tempo,

hábitos, rotinas, valores, dentre outros aspectos) à sua função na divisão hierárquica do trabalho, reproduzindo a desigualdade ampliada, em vista de que é submetida à lógica do capital.

Diante disso, no plano ontológico, pode-se inferir que os serviços sociais se configuram como equipamentos de gestão das necessidades humanas coletivas mais imediatas da classe trabalhadora, fruto das conquistas do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho que permite a conjugação de diversos tipos de trabalho, por exemplo, o exercício profissional do/a psiquiatra, articulado ao da assistente social, psicóloga, enfermeira, dentre outras/os profissionais, se conjugam para viabilizar a existência do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Muitas destas necessidades são produzidas pela própria dinâmica do capital (como o adoecimento físico e psíquico, a fome, etc.); outras necessidades são da própria reprodução humana, como a educação; mas todas elas atendidas em consonância com os interesses do capital.

Conforme Netto (2007), o avanço da luta de classes no bojo do capitalismo monopolista colocou diversas pautas dos trabalhadores na cena pública e impôs ao Estado burguês a necessidade de intervir sistematicamente nas refrações da “questão social”, reconhecendo direitos da classe trabalhadora e constituindo políticas sociais públicas para materializá-los.

Muito embora as necessidades sobre as quais as políticas sociais atuam sejam oriundas da relação capital-trabalho (a fome, a falta de habitação, o adoecimento, etc.), elas as atendem de forma a perpetuar, no plano mediato, aos interesses do capital.

Sob essa linha de pensamento, Netto (2007) explica que as políticas sociais nos marcos do capitalismo monopolista operam com as refrações da “questão social” de modo a lidar com as causalidades mais superficiais da reprodução da família trabalhadora, para viabilizar sua reprodução em sua própria posição na divisão hierárquica do trabalho, reproduzindo o *status quo*. Elas atuam de modo a retirar a “questão social” do marco da luta de classes, que pode levar à radicalidade revolucionária (resolver a pobreza, a fome, o adoecimento, etc. alterando as relações de trabalho), trazendo-a para o cerne da gestão do Estado burguês, nos marcos de seu aparato burocrático, lidando com ela de forma fragmentada e pontual. Como diria Mészáros (2011), brincando com as consequências, deixando as causas intocadas.

Para tanto, a gestão desses serviços está estruturalmente alheia aos trabalhadores. Os altos cargos da burocracia estatal são membros diretos das elites ou pessoas a elas vinculadas, para gerirem a máquina estatal conforme suas necessidades, sobretudo em um contexto como o brasileiro, no qual a revolução burguesa é promovida pelas elites no interior do Estado com

apoio imperialista, redundando em uma elite e no Estado particularmente autoritários (Fernandes, 2005).

Há que se afirmar que os limites institucionais das políticas sociais sob hegemonia do capital estão para além de qualquer capacidade humana individual ou técnica na determinação do resultado do trabalho por parte dos profissionais. Como todo trabalhador executor, os profissionais que operacionalizam os serviços sociais públicos estão submetidos a máquina burocrática estatal que organiza o trabalho: somos apenas sua ponta terminal, justamente aquela que entra em contato com o público.

Assim, como profissionais, proporcionamos respostas às refrações da “questão social”, sob condições forjadas pela institucionalidade do Estado burguês. Os limites institucionais são, desse modo, a “gaiola de ferro” (Netto, 2007) que dá base à forma como podem ser dadas as respostas profissionais, apenas compreensíveis na historicidade, a partir dos limites da própria dinâmica do capital. Trata-se, assim, de uma questão de prioridade ontológica.

A gaiola de ferro sobre a política educacional significa a imposição de uma estrutura em que personificações do capital (ministros, secretários, diretores, dentre outras figuras) detêm o poder de mando, enquanto os trabalhadores que oferecem a vida a tais serviços possuem poder e condições de vida tão mais rebaixados quanto sua posição na divisão hierárquica do trabalho, hierarquia codeterminada pelas relações de classe, sexo e raça. Sob essa perspectiva, os serviços educacionais reproduzem em si a hierarquia do trabalho que sustenta a totalidade da vida social, já que seu objetivo sob a hegemonia do capital é reproduzir e naturalizar estas relações.

A política de educação é uma das mediações de reprodução da sociabilidade burguesa e faz parte da reprodução humana. Segundo Tonet (2005), educação e trabalho são indissociáveis

[...] Enquanto nos animais o processo educativo necessário para a garantia de sua reprodução consiste em fazer emergir comportamentos e habilidades em cuja base está o código genético e que permanecerão praticamente inalteradas até o fim da vida. Entre os humanos este processo é dirigido em grau cada vez maior pela consciência. Os humanos, ao contrário dos animais, não nascem “sabendo” o que deve fazer para dar continuidade à sua vida e à da espécie e deve receber este cabedal de conhecimentos de outro indivíduo já em posse deles (Tonet, 2005, p. 213).

Assim, o autor ressalta que a educação se caracteriza na mediação que promove a construção do indivíduo como ser social, entendendo o ser social como a unidade integrada entre a individualidade e a genericidade (Tonet, 2005). Uma genericidade que neste sóciometabolismo se estrutura pela atividade humana do trabalho que está submetida a necessidade econômica do capital de extração de mais-valia, pressuposto para o lucro.

Ontologicamente, a educação cumpre o papel destacado por Lukács (2013) de influenciar os homens para que reajam de modo desejado diante das novas alternativas de vida. No caso da sociabilidade capitalista, para que naturalizemos a exploração e hierarquização humana (em classe, raça e sexo).

Mas pode-se mencionar que este processo não se desvela de forma absoluta. Ressalta Tonet (2005) que o fato de a economia ser ontologicamente determinante não exclui que haja um grau relativo, mas efetivo, de liberdade de escolha. Estas escolhas, por sua vez, ainda que limitadas, poderão influenciar outras dimensões sociais em sentidos diversos, restando ou impulsionando mudanças. Assinala o autor (2005) assinala que a tendência essencial não significa caráter absoluto.

Por mais que o projeto do capital seja escamotear o ensino público, professores e estudantes lutam; e quanto mais autoritárias e truculentas forem as respostas do Estado burguês sobre estas ações, novas respostas serão construídas a elas.

Sob este aspecto, Tonet (2005) salienta que a reprodução social é um processo dinâmico: novos problemas, processos, acontecimentos e situações se apresentam continuamente e o indivíduo precisa encontrar outras soluções, sob pena de ruína. Esta reação não pode ser de qualquer modo, puramente individual.

Se a educação é uma das mediações que viabilizam o processo criativo (quanto maior acervo de conhecimentos maior repertório para a construção do novo), o autor (2005) pondera que a expressiva parte do processo educativo é gasta na assimilação de elementos já existentes, sem os quais não se poderia criar o novo e sem os quais o próprio indivíduo não se constituiria como ser humano. Isso acaba contribuindo para acentuar o caráter conservador da educação.

Tonet (2005) apreende, portanto, que existe um conservadorismo na educação que não deriva de questões político-ideológicas, mas da própria função exercida por ela na reprodução social. A dimensão político-ideológica servirá para influenciar no sentido revolucionário ou reacionário.

3. Política Social como mediação de segunda ordem do capitalismo dependente

Fernandes (2005) explica que a revolução burguesa no Brasil é oriunda de um processo político conduzido pelas elites nacionais como sócias minoritárias das internacionais. Haja visto que o Brasil integra o mercado mundial em condição de subordinação e este processo jamais foi superado.

No cenário brasileiro a revolução não aconteceu segundo um modelo universal: as forças acumuladas do capitalismo interno que levam a transição, conferindo a burguesia nacional forte orientação democrática e nacionalista. Este dinamismo, por sua vez, veio do âmbito externo para o interno. O que determinou esta mudança não foi a vontade de revolução da burguesia brasileira, nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno, mas a potencialidade vista no Brasil de incorporar práticas financeiras, produção industrial e consumo inerentes do capitalismo monopolista. Ao perceber esta oportunidade, a burguesia brasileira edificou laços de associação com o imperialismo.

Isto significa que não houve ruptura radical com o escravismo colonial (Gorender, 2016), mas sua refuncionalização e modernização para o capitalismo, em que o fazendeiro de ontem é o latifundiário de hoje; a mulher negra escravizada ontem é a trabalhadora informal, em postos precarizados, muitas no trabalho doméstico; em que o tímido setor industrial brasileiro é oriundo de imigrantes brancos intimamente relacionados com as elites internacionais, tendo o processo industrial brasileiro se desenvolvido em conformidade e sob os limites da burguesia internacional.

Esta revolução por cima se deu tendo por carro-chefe as elites agrárias que eram as que tinham poder e extensão capazes de conduzir este processo por todo o Brasil.

Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto, aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (Fernandes, 2005, p. 240).

Elite que utilizou o próprio poder do Estado para promover as alterações sistêmicas na sociabilidade brasileira.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no campo político, antes de converter a dominação sócio-econômica [...] (Fernandes, 2005, p. 240).

Esta revolução que ocorreu no interior do aparato estatal constituiu um Estado particularmente autoritário; e o revolucionamento da base econômica sem revolucionamento da sociedade conferiu uma elite e uma sociabilidade particularmente autoritária. Segundo Fernandes (2005), o grosso da burguesia vinha de e vivia de um estreito modo provinciano, em sua essência rural.

Deste processo salientado anteriormente, decorre uma política educacional que tende a reproduzir o conservadorismo e autoritarismo que permeia a sociabilidade brasileira; uma

educação que reproduz a estrutura e os valores de divisão do trabalho absolutamente desigual, que estabelece abismos entre classes, raças e sexos, já que não houve ruptura de baixo para cima com o escravismo colonial.

Fernandes (2005) elucida que o eixo da revolução econômica brasileira se situa no esquema de importação e exportação sistematizado sob a égide da economia neocolonial. Um drama crônico que não é típico do capitalismo em geral, mas se configura na peculiaridade do capitalismo dependente, haja visto que “[...] Como não há ruptura com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço” (Fernandes, 2005, p. 238).

O preço do não desvencilhamento com o passado colonial reverbera em uma economia que pauta predominantemente a extração de mais-valia na intensificação e extensão da jornada de trabalho (extração de mais-valia absoluta) do que no desenvolvimento tecnológico (mais-valia relativa) (Marini, 2005). Se na colônia, conforme Gorender (2016), era a intensa exploração dos corpos escravizados que nos viabilizava viver do fornecimento de ouro, prata, madeira, dentre outros recursos baratos para a indústria nascente; como herança, hoje temos o trabalho análogo ao escravo e/ou superexplorados³ na produção de soja, de carne, de metais, sendo a superexploração de nosso trabalho o meio pelo qual se torna viável que forneçamos matérias primas baratas para as grandes indústrias e bens de consumo aos trabalhadores dos países centrais.

Isto significa dizer que alimentamos a grande indústria de matérias-primas de baixo custo que reduz os investimentos das grandes indústrias em capital fixo; e de bens de consumo baratos que tornarão os salários baixos, tendo por função atuar como contra-tendência de queda da taxa de lucros dos países centrais, sem jamais desenvolver forças produtivas capazes de competir com eles.

A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras de difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite [...] (Fernandes, 2005, p. 243).

Em linhas gerais, pode-se assinalar que ir além poderia trazer o risco de acordar o homem nativo para os sonhos da independência e de revolução nacional. Assim, o impulso modernizador que vinha de fora anulava-se antes de se tornar um fermento verdadeiramente revolucionário. Diante disso, pode-se mencionar que além de uma educação conservadora nos

³ Marini (2005) salienta que o capitalismo dependente latino-americano se estrutura a partir do trabalho superexplorado, um tipo de trabalho em que se recebe abaixo do necessário para sobreviver, numa jornada de trabalho mais extensa e intensa, mediado por relações de trabalho precárias.

valores o suficiente para naturalizar as heranças de exploração e opressão do escravismo, ainda tem por objetivo formar mão de obra pouco qualificada, já que não se vislumbra como horizonte o desenvolvimento autônomo de ciência e tecnologia.

4. Percursos metodológicos trilhados

Para iniciar este tópico, cabe ressaltar que a finalidade do trabalho em questão consiste em analisar a produção do fracasso escolar sob sua trajetória histórica, identificando-o como resultado das causalidades que conformam as condições de trabalho das profissionais executoras das políticas sociais (CADs), em um contexto de capitalismo dependente.

Diante disso, o estudo em tela sustenta-se nas informações produzidas na pesquisa de mestrado desenvolvida por Santos (2018) que foi realizada em uma Escola Municipal de Educação Básica (EMEB), situada no município de Cuiabá-MT, no transcorrer de três meses. Os critérios de seleção desta instituição de ensino estão correlacionados ao aceite e autorização do desenvolvimento da investigação por parte do corpo diretivo e gestor que compunham este cenário escolar, à época de realização do estudo. Participaram desta investigação vinte e seis crianças vinculadas a duas turmas escolares do primeiro ano do ensino fundamental, nas quais pertenciam dois aprendizes anunciados com a queixa de indisciplina escolar. Por essa via, ao longo do delineamento da pesquisa em campo priorizou-se a participação de duas CADs, Maria e Cecília⁴ que atuavam, respectivamente, nas dinâmicas das turmas escolares que se configuraram como *locus* investigativo. Considerou-se o interesse destas profissionais em contribuir com o desenvolvimento da investigação, a partir de interlocuções sobre os objetivos da pesquisa e a inscrição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O contexto de investigação ao assumir um caráter qualitativo, inspirou-se nos contornos de um estudo do tipo etnográfico em educação (André, 2003), mediante a utilização dos procedimentos de observação participante (Ezpeleta & Rockwell, 1986) combinado com a realização de entrevista semiestruturada (Gaskell, 2002) com as duas CADs participantes. A entrevista foi organizada por meio de um roteiro sistematizado em duas partes, a primeira relativa a apresentação da técnica de *narrativa encorajadora*⁵ (Andrade, 2017) e a segunda concernente às outras questões relativas ao objeto de investigação.

⁴ Em conformidade com as premissas acordadas com as CADs que se propuseram participar da investigação, estas serão nomeadas por nomes fictícios a serem citados no decorrer da discussão, de forma a preservar o sigilo de suas identificações.

⁵ Este procedimento se caracteriza nesta investigação como uma ferramenta mediadora das vivências humanas capazes de potencializar a expressividade dos sujeitos tanto em modalidades individuais como grupais, em

As informações produzidas por meio do processo de observação participante (Ezpeleta & Rockwell, 1986) foram escritas em diário de campo, as quais posteriormente auxiliaram na elaboração e análise de relatos ampliados. Em relação aos conteúdos gerados no transcorrer das entrevistas (Gaskell, 2002), estes foram registrados por meio da gravação de áudio com auxílio de um gravador e posteriormente transcritos.

Para a análise dos dados produzidos procurou-se promover interlocuções entre as informações geradas pelo emprego da observação participante e as questões interpretativas elaboradas a partir da técnica de *narrativa encorajadora*⁶ (Andrade, 2017). Todas as informações foram analisadas compreensivamente por meio do delineamento de episódios interpretativos, esboçados a seguir.

5. Entre o trabalho real e o trabalho prescrito: reprodução social do sóciometabolismo do capitalismo dependente no cotidiano escolar

O cargo de Cuidador de Aluno com Deficiência se caracteriza no cumprimento da jornada de trabalho de trinta horas semanais (7h30 às 11h ou 13h30 às 17h), assim como outros profissionais que constituem a equipe técnica escolar (Prefeitura de Cuiabá, 2018). Quanto às atribuições desta função, encontram-se regulamentadas pelo edital nº 006/GS/SME/2018 (referência à época do estudo desenvolvido junto às crianças de uma EMEB em Cuiabá-MT), edital da prefeitura municipal de Cuiabá de processo seletivo para contratos temporários imediatos e formação de cadastro de reserva para o ano de 2018:

Cuidador de Aluno com Deficiência – CAD: Apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não a condição de deficiência (Prefeitura de Cuiabá, 2018).

Ainda sobre o referido edital (Prefeitura de Cuiabá, 2018), pode-se inferir que pessoas não brancas são o maior contingente de contratados por este, nas atuações profissionais com

diferentes espaços de socialização que estes atuam, ao incitá-los a produzirem novos enredos ou desenrolarem a construção de uma história com base na apresentação de uma narrativa semiacabada, formulada por meio de elementos comuns e familiares às experiências vivenciadas pelos/as participantes. É importante elucidar que esta técnica adotada pode favorecer os sujeitos expressarem conteúdos simbólicos que em situações comuns de interlocução dificilmente seriam narrados, oportunizando a escuta de vozes comumente silenciadas e desqualificadas, sob suas próprias versões, haja visto seu caráter de abertura a imprevisibilidade.

⁶ Tal procedimento investigativo é compreendido como uma ferramenta psicológica mediadora das vivências humanas, capaz de potencializar a expressividade humana em nível individual e grupal, em diferentes espaços sociais que os sujeitos participam, podendo auxiliá-los a explorarem novos contornos das lógicas convencionais que deslegitimam a emergência do novo (Andrade, 2017).

menor exigência de escolaridade (nível médio) e com os piores salários. A questão mais visível no Quadro 1 elaborado mediante os dados do Anexo III do edital (Prefeitura de Cuiabá, 2018), é que a maior parte das vagas são destinadas para as funções de nível técnico, com menor exigência de escolaridade e salários rebaixados, se caracterizando nas atribuições com o maior número de vagas para cotistas.

Estas informações, por sua vez, oferecem indicativos de que nas ocupações mencionadas anteriormente tende a se concentrar um maior contingente de trabalhadores(as) não-brancos(as), já que nas atividades com maiores salários e exigência de escolaridade, a quantidade de vagas para cotistas é menor.

Quadro 1 – Demanda de vagas por nível de ensino/cotas.

Nível de formação	Carga Horária	Salário (R\$)	Quantidade de vagas	Quantidade de cotistas
Nível Médio	30 horas	1.115,48	1.337	266
Nível Superior	20 horas	2.448,57	107 professores em geral	18
			820 pedagogos	164
Nível superior com especialização	20 horas	2.693,44	4	0
Outros cargos de Nível Superior	30 horas	3.319,20	21	0

Fonte: Prefeitura de Cuiabá, 2018.

Ao refletir o desprestígio da sociedade patriarcal aos cuidados domésticos e outras funções intimamente relacionadas ao cuidado, o cenário escolar vem sendo precarizado pela contratação de profissionais por via do subemprego; para viabilizar o enxugamento de investimentos na educação, ao priorizar a contratação de trabalhadores mal remunerados, enfatizando os de menor escolaridade.

Sobre este aspecto, nota-se que dentre as funções de nível técnico, a mais demandada se refere a de Cuidador de Aluno com Deficiência (CADs) com 515 vagas (103 cotistas), em seguida o cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil com 505 vagas (101 cotistas). Juntas, são demandadas 1020 vagas nestas ocupações (204 cotistas), em contraposição há apenas 107 vagas para professores (18 cotistas) e 820 vagas para pedagogos (164 cotistas), totalizando 927 profissionais de ensino superior atuando no processo educativo (182 cotistas).

Sob essa linha de pensamento, pode-se dizer que o cotidiano escolar reflete a submissão do trabalho reprodutivo designado às mulheres pelo sistema do patriarcado e reforça a

superioridade estrutural dos trabalhos produtivos tidos por masculinos, tais como: engenharias, contabilidade, advocacia, dentre outras atribuições que são previstas em “[...] outras profissões de ensino superior[...]”, que apresenta a demanda de 21 vagas, com carga horária de 30 horas e salário de R\$3.319,20, sendo que nenhuma destas são atribuídas para as cotas, conforme as informações do edital analisado (Prefeitura de Cuiabá, 2018).

Diante dessas ponderações, convém elucidar que a própria sistematização do edital traduz o caráter classista, racista e patriarcal do Estado brasileiro. Por um lado, trata-se em geral de contratação precária, por tempo determinado, o que cumpre as determinações da acumulação flexível de precarização dos vínculos de trabalho e compressão de salários e direitos; e o faz hierarquizando o trabalho conforme divisão sexual e racial do trabalho.

Em consonância com as reflexões formuladas por Lacerda (2017), as políticas sociais se apresentam no senso comum como um elemento meramente jurídico-formal e passível de materialização por atividades estatais orientadas pela ação técnico-científica de profissionais que atuam na burocracia estatal. Esta interpretação costuma ser a forma padrão pela qual se interpreta, por exemplo, a modalidade de contratação ofertada pela prefeitura, com salários profundamente desiguais (Prefeitura de Cuiabá, 2018) e a própria forma como as atividades profissionais são desenvolvidas no cotidiano escolar, estruturadas por esta precariedade sistêmica. Estes discursos são justificados por parte do Estado que aponta a necessidade do ajuste fiscal para naturalizar o desinvestimento nas políticas sociais, como a educação por exemplo. Por essa via, observa-se a construção de uma lógica em que se anula o próprio caráter de tensão e disputa com o Estado sobre o atendimento das necessidades humanas, a partir do investimento nas políticas sociais.

Assim, no presente contexto que se vive, de aprofundamento da crise estrutural do capital (Mészáros, 2009, 2011) cada vez mais as ações estatais assumem contornos autoritários e de controle dos corpos. Em um Estado como o brasileiro em que, conforme Fernandes (2005) as estruturas do regime escravista colonial seguem sendo repostas pelo modo como atuam as elites nacionais (sócias minoritárias do capital estrangeiro e imperialista); e tendo em vista o caráter ontológico da educação como mediadora da construção do indivíduo como ser social, atuando na integração entre a individualidade e a genericidade. Pode-se assinalar que o cotidiano escolar assume enquanto consequências dessas múltiplas determinações o avanço sobre o controle dos corpos, em modalidades que tendem ao acirramento da reprodução de valores conservadores da ordem vigente, potencializando ações cotidianas (dimensões intersubjetiva e intrassubjetiva) de naturalização das heranças de exploração e opressão

estruturantes do colonialismo escravista, permanentemente visíveis na divisão de trabalho no mercado formal e informal.

Sendo a escola uma esfera que serve à formação de força de trabalho e de reprodução de sua hierarquia (dentre outros mecanismos) pela formação educacional, as profissões melhores remuneradas exigem formação educacional e as piores são aquelas que acolhem os mais mal formados, no mercado de trabalho informal (trabalhadoras domésticas, trabalhos terceirizados e informais, narcotraficantes, profissionais do sexo, dentre outras atribuições).

Diante disso, o controle exercido sobre os corpos das crianças expressa aspectos dos mecanismos presentes na escola para reprodução formal da força de trabalho. Segue abaixo o trecho da narrativa de uma das CADs participantes, em que ela revela suas significações sobre as vivências extraescolares do aluno considerado problema, ao abordar com enfoque a pressão normativa presente nas relações estabelecidas entre profissionais e as crianças no processo de escolarização.

Pesquisadora: Quais são os sentimentos do aluno difícil relacionado ao estar fora da escola?

Maria: Ah fora da escola eu imagino que ele se sente bem melhor, **ele se sente no mundo dele lá fora**, ele se sente, eu até que queria fazer igual você fez ir na casa dele pra ver como ele ficava lá, você foi lá? [...]

Maria: Ah eu acho que o sentimento dele lá fora é totalmente diferente, **ele se sente livre, sente solto**, acho que, assim ele não sente cobrança das pessoas ficarem cobrando dele, **eu acho que lá fora ele não sente muita cobrança como dentro da escola, na escola ele é cobrado, do pequeno aos grandes, da pessoa da limpeza até a equipe gestora**. Todo mundo cobra ele, e lá fora ele não sente cobrado, porque **dentro da escola todo mundo cobra aquele aluno, sabia, é o vigilante, é a menina da limpeza, é a professora, é a diretora, é todo mundo, muita cobrança às vezes pra uma criança só. Se agisse mais e cobrasse menos, talvez poderia dá melhor** porque você tirar por você que é adulto, **muita cobrança você acaba não fazendo nada, você fica muito acuado com tanta cobrança, eu mesmo sou assim, se me cobrar demais eu não faço nada, aí eu tenho que parar** (Maria, sexo feminino, idade 49).

Sob essa linha interpretativa, o conteúdo destacado revela elementos do cotidiano escolar que expressam a permanência de paradigmas biologicistas e racialistas que privilegiam a interpretação do fenômeno da escolarização por meio da individualização e psicologização do contexto escolar (Boarini, 2012; Bolsanello, 1996). Sabe-se, no que diz respeito ao contexto histórico brasileiro, que estas ideias constituíram parte do movimento de higiene mental (Boarini, 2012; Bolsanello, 1996; Rocha, 2003) apontado como um desdobramento nacional da implantação das teorias da eugenia e darwinismo social aplicadas ao delineamento das políticas públicas de educação e saúde no Estado (Schwarcz, 1993; Almeida, 2018).

Pesquisadora: Hum... Maria como você compreende um aluno considerado bom na escola?

Maria: [...] Um aluno bom é isso, ele faz tudo, ele faz as tarefas, ele chega sempre no horário, **sempre limpinho, organizadinho, tem uns que vem sujo também, esse também já é considerado ruim, acho que não toma nem banho para vir para escola. “a professora já, hum fulano óia”** (risos), é verdade, eu já vi, já presenciei. Às vezes os pais ficam **trabalhando não dá de dar banho no filho**, não tá lá, o filho vem de qualquer jeito. **E o outro que a mãe tá livre banha, passa perfuminho, vem para escola, esse aluno é bom, esse aluno é bom, esse aluno é excelente, faz as tarefas, falar de aluno bom é fácil** (risos) (Maria, sexo feminino, idade 49).

As significações anunciadas pela participante, podem exemplificar a forma com a qual a educação, enquanto mediação ídeo-política do capital, valora os comportamentos tidos como positivos, ou seja, aqueles que servem à formatação do trabalhador como força de trabalho - a disciplina, a higiene, a pontualidade - naturalizando as condições concretas de vida dos sujeitos, que fazem com que uns se enquadrem melhor nestas exigências que outros. Chama-se atenção, portanto, da mediação econômica como principal fator da produção do fracasso escolar, em que os mais pobres e discriminados, que passam pela escola reproduzirão a colocação das novas gerações de força de trabalho em posições hierárquicas inferiores.

As condições objetivas da reprodução social que rebatem neste público (nas piores posições da hierarquia do trabalho) somente serão reproduzidas se a formação escolar destes sujeitos for desenvolvida num serviço estruturado de forma tão precária quanto a posição a qual se quer reproduzir. Esta precariedade estrutural irá rebater nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores dos serviços educacionais. Como expressão desse processo, as CADs são convocadas a assumir atividades para além das atribuições de seus ofícios, as quais coexistem com a realização do trabalho prescritivo, como pode ser observado no excerto ilustrado a seguir:

[...] Ao buscar receber as crianças na escola, a CAD Cecília chega nesta unidade educativa e aguarda as mesmas no portão da instituição até o horário do início das ações educacionais junto a turma na qual esta se insere. Após o término das atribuições com o aluno que acompanha, a mesma se dirige ao parquinho para cuidar das crianças da comunidade escolar até seus pais ou responsáveis buscá-las, quando a parcela mais expressiva dos/as alunos/as retorna para suas residências, a profissional procura auxiliar as demais crianças que continuam na escola aguardando seus responsáveis, contribuindo para os esclarecimentos das atividades didáticas, como também acolhendo as angústias que emergem pela condição de espera dos mesmos, esta ainda procura se dedicar ao cuidado das crianças para que elas não se machuquem ao adentrar o espaço que está em reforma na escola. Destaca-se que hoje, a mesma saiu correndo pela escola atrás de uma criança com receio desta se ferir, em vista de que os materiais de construção estavam dispostos na área que se encontra em reforma. Assim, essa permanece na portaria até a finalização da carga horária diária de trabalho (Notas de campo do dia 10 de novembro de 2016).

A diversidade de funções exigidas se traduz no perfil polivalente de trabalhador demandado pela acumulação flexível, na medida em que equipes são enxugadas e os trabalhadores que permanecem contratados absorvem tarefas de distintas funções. Cumprem esta multiplicidade de tarefas, pois, diante do exército de reserva, sabem que a negativa ante as exigências de mercado pode colocar em risco o seu posto de trabalho, haja visto que estas estão submetidas a vínculos precários de contratação que podem corroborar com o processo de exclusão social das mesmas.

As condições precárias que constituem o trabalho das CADS promove consequências ambíguas: se de um lado representa o limite de atuação, já que não existem recursos condizentes com as necessidades; por outro a precariedade de condições de vida, que partilha com o público que atende, cria condições favoráveis à apreensão das necessidades das crianças que possuem necessidades particulares, tais como as quais elas atendem.

Maria: [...] eu acredito muito nessas crianças que tem problema, eu acho que eles não tem problema, as pessoas que são um problema na vida deles, eles não são um problema se você tentar mostrar pra eles a capacidade que eles têm, o potencial que eles têm, eu tenho certeza que eles vão virar um príncipe sim, falta isso, a pessoa mostrar para ele que ele tem capacidade, que ele tem potencial, que ele consegue e vibrar com ele quando ele fizer alguma coisa, por menor que seja. Por exemplo, se ele desenhar uma casa, pode ser feia, do jeito que for “nossa mais que casa linda”, dar aquele incentivo, tenho certeza que ele vai para frente que ele vai ser um príncipe. Ah **acho que todo ser humano é meio termo, tem esse lado meio príncipe, meio sapo, eu acho**” (Maria, sexo feminino, idade 49).

A presente sensibilidade às necessidades das crianças ilustrada acima no relato da CAD demonstra a identificação desta profissional em posição de compartilhamento dos afetos e a condição a que estão submetidas estas crianças, reconhecimento que pôde ser observado de forma recorrente na postura destas profissionais, no contexto da escola municipal *lócus* de investigação. Embora esta sensibilidade seja fundamental ao exercício de implementação da política de educação inclusiva nas unidades educacionais, esta postura profissional por si só não constitui as múltiplas mediações requeridas para lidar com as necessidades das crianças envolvidas no complexo contexto do fenômeno de produção da queixa escolar.

Deste modo, diante das sucessivas ações do Estado brasileiro de desinvestimento nas áreas sociais, em especial na educação no que tange ao presente debate, ter como responsabilização do aprendizado efetivo de crianças no contexto escolar apenas o conjunto da equipe técnica, em sua maioria mulheres, desvela o caráter de reprodução do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Considerações Finais

O trabalho apresentado traz em evidência as relações materiais concretas que determinam o cotidiano escolar organizado a partir de políticas sociais educacionais sob os marcos da mediação de segunda ordem do capital, em uma sociabilidade de capitalismo dependente, fortemente marcada pelas relações escravista-coloniais não superadas. Esta caracterização foi considerada fundamental para abordar o objetivo estruturante desta discussão, tendo sido esta a análise da produção do fracasso escolar sob sua trajetória histórica, identificando-o enquanto resultado das causalidades que conformam as condições de trabalho das profissionais executoras das políticas sociais (CADs) em um contexto de capitalismo dependente (Fernandes, 2005; Marini, 2005).

Como herança de uma sociabilidade marcada pela intensa exploração dos corpos, a educação adquire caráter conservador e discriminatório, reproduzindo a formação precarizada de maior parte da força de trabalho destinada a baixos postos de trabalho; enquanto, pela precarização da política de educação por meio dos sucessivos cortes orçamentários, hiperdimensiona a responsabilidade dos profissionais da educação, em sua maioria mulheres (e mulheres não-brancas nas mais baixas posições) no cuidado das gerações futuras.

Referências

- André, Marli E. D. A. (2003). *Etnografia da prática escolar* (9a ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Andrade, Daniela B. S. F. (2017). *Rede de apoio à infância: interfaces com a Psicologia e a Pedagogia* (Projeto de Extensão). Sistema de Extensão (SIEEx). Coordenação de Extensão (CODEX). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Abreu, Haroldo. (2008). *Para Além dos Direitos: Cidadania e Hegemonia no Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Almeida, Silvio L. (2018). *O que é Racismo Estrutural?*. Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Araújo, Marina M. (2015). *Trabalho Doméstico no Brasil: A luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos* (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11482/1/2015_MarinaMacedoAraujo.pdf
- Boarini, Maria L. (2012). A infância higienizada. In M. L. Boarini. *Higiene mental: ideias que atravessaram o século XX* (pp.25-48). Maringá: Eduem.

- Bolsanello, Maria A. (1996). Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educar*, Curitiba, (12),153-165. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601996000100014&script=sci_arttext
- Carvalho, Sandra P. T. (2017). *Narrativas sobre a Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais em uma Escola Municipal de Educação Básica de Cuiabá-MT* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Recuperado de <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/64f7f2cde61d7e1164c5a22f27844e87.pdf>
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, Raça e Classe* (Heci Regina Candiani, trad., 1a. ed.). São Paulo: Boitempo.
- Ezpeleta, Justa, & Rockwell, Elsie. (1986). *Pesquisa Participante* (Francisco Salatiel de Barbosa, trad., 2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Fernandes, Florestan. (2005). *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (5a ed.). São Paulo: Globo.
- Gaskell, George. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Org.), *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Gorender, Jacob. (2016). *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lacerda, Lélica E. P. (2017). *Era só mais um Silva: fundamentos e defesa do exercício profissional crítico da assistente social* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188781/PGSS0193-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Marini, Ruy M. (2005). Dialética da Dependência. In J. P. Stédile & R. Traspadini (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, Karl. (2011). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Martins, Silvia M. (2011). *O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95218/297802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Mészáros, István. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, István. (2011). *Para Além do Capital: Por uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Netto, José P. (2007). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

- Patto, Maria H. S. (1993). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Prefeitura de Cuiabá. (2018). Secretaria Municipal de Educação. *Edital de processo seletivo simplificado para contratos temporários imediatos e formação de cadastro de reserva n. 6, de 29 de outubro de 2018 do Município de Cuiabá*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação. Recuperado de https://selecon.org.br/pdf/CUIABA_SME_006/FINAL_SME_006_30_10.pdf
- Santos, Ruzia C. (2018). *Crianças anunciadas com queixa escolar: estudo sobre significações e implicações na representação de si* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Recuperado de <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/b5ee50d5d18775dccabbf38c00a7f1df.pdf>
- Souza, Beatriz P. (2015). Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. In B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 97-118). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, Marilene P. R. (2010). *A atuação do Psicólogo na Rede Pública de Educação concepções, práticas e desafios* (Tese de Livre Docência). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-2502201_3-103516/publico/proenca_ld.pdf
- Souza, Marilene P. R. (1997). Queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In M. P. R. Souza (Org.), *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 19-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schwarcz, Lilia M. (1993). *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tonet, Ivo. (2005). *Educação, cidadania e Emancipação humana*. Ijuí: Unijuí.
- Vigotski, Lev S. (2009). *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores*. (Zoia Ribeiro Prestes, trad.). São Paulo: Ática.

Capítulo 4

Crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo: uma narrativa da viração do circuito da rua a partir da experiência profissional e de pesquisa

Gabriela Milaré

Gustavo Martineli Massola

Introdução¹

Com base em uma experiência de estágio e profissional no Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes (ECCA) Moinho da Luz, na região central da cidade de São Paulo; na contextualização da questão da infância e da adolescência em contexto de vulnerabilização no Brasil; e do relato de trechos de uma pesquisa etnográfica, buscamos contribuir para a discussão da situação da agenda pública voltada a crianças e adolescentes em situação de rua (CASRua) no município. O ECCA, um serviço de tipificação municipal, com o propósito de proporcionar um local de acolhimento e convivência entre crianças, adolescentes e orientadores socioeducativos, foi definitivamente extinto com o encerramento do Moinho da Luz, no ano de 2016. Este texto apresenta três episódios vivenciados pela primeira autora, a partir dos quais se reflete sobre os liames inextricáveis entre a “viração” das pessoas em situação de rua e a “viração” institucional a que são submetidos os serviços criados para atendê-las. Esse vínculo não é metafórico: podemos argumentar que certos aspectos dos processos sociais que acometem crianças e adolescentes em situação de rua são observados *pari passu* nos serviços que os atendem.

O fechamento dos portões do Moinho da Luz constitui o episódio inicial de nossa narrativa, e permite discorrer sobre os afetos homólogos disparados em adolescentes em situação de rua e educadores pela volubilidade das políticas públicas àqueles destinadas. Apresentando efeitos psicossociais decorrentes do fechamento do Moinho da Luz, a partir de

¹ Apoio: Processo nº 2018/00728-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(os) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

cenar vividas no equipamento, pretendemos endereçar o descaso histórico frente a essa população e proposições a partir dessas discussões para a formulação de políticas públicas ainda inexistentes. O segundo episódio, o “desaparecimento” dos adolescentes das ruas de São Paulo durante a pesquisa etnográfica, permite endereçar o fenômeno concomitante da invisibilidade de adolescentes e educadores diante do poder público. O terceiro episódio, também no contexto da pesquisa etnográfica, relata a instauração do Programa Vizinhança Solidária, e permite mostrar que a lógica militar de guerra e extermínio que estrutura as relações locais com os adolescentes é a mesma que substitui as ações de atenção pautadas pelo respeito aos direitos de crianças e adolescentes. Assim, o movimento de extermínio desses jovens também explica a quase erradicação das organizações voltadas para o seu atendimento.

1. Breve apresentação da infância e da adolescência como questão social no Brasil

Documentos que datam aproximadamente da década de 1870 retratam a cena pré-republicana na cidade de São Paulo acerca da participação da criança no espaço público, como aponta Moura (1999). Filhas da classe trabalhadora pobre apresentavam-se como um problema social, dado que o “futuro da nação” encontrava-se desde sua infância sob o signo da rua, lugar onde se perpetravam os comportamentos imorais, como o crime e o ócio. Neste período, caracterizavam-se ainda como crianças e adolescentes “na rua”, tendo participação tanto em trabalhos operários como em atividades informais e ilegais, assomando aproximadamente 21% das ocorrências policiais, no período de 1900 a 1915, na cidade de São Paulo.

Como analisa a autora, essas crianças e adolescentes eram alvos de dois estereótipos, simultaneamente, o de seres pertencentes a um mundo infantil angelical e inocente, a serem protegidos das moléstias do mundo – uma vez que em condição desigual a de adultos –, e o de delinquentes representantes da degeneração e degradação social sediada nas ruas, pela relação entre pobreza e criminalidade que já se apresentava na sociedade da época (Moura, 1999). Esta leitura sobre um papel ambíguo dessa população, reafirmada pelo Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua (2014), implica ainda que entre os extremos em que são enquadrados, dos coitados aos perigosos, suas identidades acabam por ser vinculadas à rua, e tornam-se alvo de uma série de concepções que se transformam ao longo da história:

Do filho de escravas do ventre livre de 1871, passando pelas categorias de menor abandonado ou delinquente habitual do Código de Menores de 1927, e de menor em situação irregular, do Código de Menores de 1979, até a de ser humano em desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (...) (p. 6).

A obra *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo* (Frontana, 1999) refaz o percurso histórico pelo qual emerge a “questão social” e como se torna premente no contexto brasileiro: com a libertação das pessoas escravizadas, isto é, a população negra, é constituída uma preocupação de governos e sociedade civil em torno de problemáticas que diziam respeito ao flagelo das populações mais vulneráveis – como a exclusão, o desemprego e pobreza extrema dessas pessoas recém concebidas como cidadãs – enquanto questões de preocupação da sociedade de maneira geral. A autora apresenta um percurso argumentativo que alcança tempos mais recentes em que o “menor”, como heteronomeadas as crianças e adolescentes que tinham a rua como espaço de busca de sobrevivência, passa a figurar como a questão social mais premente, ou a “questão do menor”.

Retomando a obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, e como a noção de infância vai tomando vulto em nossas sociabilidades, Frontana (1999) demonstra como a preocupação com o desenvolvimento e a educação destinada a essa faixa específica e singular da sociedade ganhou relevância já no século XIX. É simultaneamente a esse processo que a importância do Estado sobre a regulação e o controle dos processos individuais se estrutura. E é em prol do fortalecimento de uma nação comandada por um Estado moderno que o papel de autoridade mor do pai perde espaço para o próprio Estado, uma nova autoridade suprema.

Nessa toada, de normatização e moralização da vida cotidiana a serviço de um bem maior nacional, é que o Estado passa a assumir o papel de defensor e protetor da família e da propriedade, células constituintes do projeto de nação vigente. Para consolidar as formas de ação e intervenção estatais, passa-se a regimentar a vida também por vias jurídicas. No que tange à infância e à adolescência, em 1927 é elaborado o Código de Menores, primeira legislação a respeito dessas populações. Além de definir limites etários, a condição civil e jurídica, essa legislação dá contornos à expressão que vinha ganhando maior visibilidade e uso em jornais, discursos e produções acadêmicas – “menor”. Esse termo é, assim, mais bem explicitado, e evidencia o processo social que subjazia a sua constituição, o de cisão entre as noções de infância e menoridade.

A infância, como uma idealização desse período desenvolvimental, não correspondia ao público delimitado pelo Código. Este, por sua vez, previa reger a vida da população enquadrada abaixo dos 18 anos que se encontrasse sob o signo da marginalidade e do abandono moral e/ou material – ocasionados, em última instância pela negligência do Estado perante as precariedades crescentes da condição da vida urbana moderna, mas também pela negligência ou indignidade

de seus pais ou responsáveis. O termo “menor” passa a ser o sucessor de nomenclaturas utilizadas nos tempos de império, como “enjeitados” ou “expostos” (em referência às Rodas dos Expostos²), os abandonados da época, fosse por serem frutos de adultérios ou de famílias pobres.

Crianças e adolescentes estarem nas ruas desde tão tenra idade, quando deveriam estar sendo educadas para o bem do futuro da nação, surgia como uma grande preocupação de juristas, que viam nessa situação a necessidade de intervenção estatal. A preocupação recaía ademais sobre a crescente criminalidade infantil e juvenil vista pelas ruas das cidades. É a partir dessa legislação que o termo “menor” passa a ter os contornos que chegam até os dias de hoje, da infância abandonada, material e moralmente, carente de suporte e cuidado do mundo adulto, que por sua vez era julgado como incapaz, negligente e culpado.

No rol das mudanças mais recentes, em 1987, foi criada a Secretaria do Menor no Estado de São Paulo (Ferrarezi, 1995), com o objetivo de humanizar a concepção e o tratamento pelas políticas públicas de crianças e adolescentes. Até aquele momento, tais políticas eram caracterizadas por um viés assistencialista-repressor, instauradas em nível nacional pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNABEM), fruto da estratégia de desenvolvimento do regime militar pautada na centralidade da Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM) (Frontana, 1999).

Anteriormente, ainda sob a vigência do Código de Menores, a questão destes infantes era tratada como de polícia – a ser reprimida, como importunos à segurança pública –, podendo chegar a ser uma questão de carência, tratada pelo viés do assistencialismo. Ainda que o discurso jurista que embasa esta primeira legislação se mostrasse a favor de uma abordagem de assistência e proteção por parte do Estado, em que os menores seriam vítimas de seus meios deturpados, a prática demonstrava que eram concebidos, na realidade, como existências “irregulares”, e tratados primordialmente pelas políticas de segurança da ordem social pautados nos princípios correccional-repressivos.

De maneira apurada, Frontana (1999) se debruça sobre o período do regime ditatorial civil-militar brasileiro, e aborda como, ao passo em que o crescimento econômico se fazia visível a partir das políticas empreendidas pelo regime, as desigualdades sociais se acirravam, expressamente nos núcleos urbanos. Notavelmente, a marginalização das populações mais

² Roda dos expostos era uma estrutura acoplada a prédios de organizações religiosas por meio da qual bebês poderiam ser entregues aos cuidados da organização sem que a pessoa que deixava a criança pudesse ser identificada.

pobres era lida por uma chave sociológica como decorrência dos processos de industrialização e modernização, nortes da economia militar, concentrados nas metrópoles urbanas. Nesse período histórico, o forte discurso chauvinista clamava por medidas que colocassem a segurança nacional como prioridade. Como bem tecido na obra da autora, a “questão social” passa a ser tratada como questão de “ordem social”, uma vez que parecia ameaçar a integridade moral da nação. Os meninos e meninas de rua, nesse contexto, figuravam como máculas aos valores nacionais.

A década de 1980, marcada fortemente pela pressão de movimentos sociais e setores civis pela queda do governo ditatorial, pauta a mudança deste paradigma, defendendo como princípio democrático o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, atribuindo o caráter de cidadãos aos anteriormente tratados como “menores”. A isso soma-se o início do processo de reconstrução das políticas públicas, na década de 1970, muito influenciado pelos movimentos organizados por setores da sociedade civil, culminando na inclusão de direitos das crianças na Constituição, por meio do Artigo 227. Assim, a história do “menor” dirige-se a uma nova fase de concepção das políticas sociais: em 1990 é promulgado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumento político reconhecido na época como uma das mais modernas legislações de proteção e garantia de direitos da infância e adolescência no mundo, defendendo os princípios de cidadania e proteção integral como substitutas da noção de “situação irregular”. Neste sentido, diversas iniciativas de atendimento voltadas a este público, agora compreendido como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, merecedoras de direitos especiais, foram criadas na cidade de São Paulo, entre elas as voltadas às necessidades da população infanto-juvenil em situação de rua.

Conquistados esses avanços, era preciso realizar investigação mais aprofundada da realidade para a criação de estratégias de enfrentamento a partir de censos e dados estatísticos. Na década de 1980 e no início de 1990, os números de crianças e adolescentes em situação de rua (CASRua) aventados eram exorbitantes, não correspondendo a um diagnóstico fiel à realidade (Rosemberg, 1996). De acordo com informações levantadas por Hecht (1998 citado por Rizzini, 2003), o UNICEF divulgava em 1984 o número de 30 milhões de crianças vivendo nas ruas no Brasil, o que corresponderia a um contexto de mais crianças vivendo nas ruas que em casas. As cifras mais divulgadas na década de 1980, tanto por instituições como por jornais e pesquisas acadêmicas, eram de sete milhões de crianças, estimativa que corresponderia a 6% da população brasileira em 1993, ainda uma porcentagem extremamente elevada. Contudo, contagens realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre os anos de 1993 e 1994,

realizadas com apoio de instituições envolvidas com a questão, apresentaram uma estimativa de um número muito inferior, de 13 mil “crianças de rua” em todo o país. Os autores apontam que a falta de uma definição apropriada e compartilhada da noção de criança de rua, inclusive, pode ser um fator para a inflação das estatísticas.

Notificada pela literatura desde a década de 1990, há ausência de dados oficiais nacionais quanto à quantidade e ao perfil destas crianças e adolescentes, como evidenciado no documento publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos (2017). O mesmo documento afirma que a ausência dessas informações revela e mantém a invisibilização da temática frente à agenda governamental, o que prejudica o planejamento de políticas específicas, bem como de estratégias para a garantia dos direitos fundamentais dessa população e da avaliação do impacto de eventuais políticas públicas existentes. A reivindicação por dados oficiais acerca desta população é uma demanda também de movimentos sociais, trabalhadores da área e sociedade civil ainda hoje (Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, 2014).

No contexto da cidade de São Paulo, com o propósito de fornecer estimativas mais aproximadas, uma primeira contagem de CASRua foi realizada no ano de 1993 pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado, hoje extinta, registrando um total de 4.520 crianças e adolescentes no período diurno e 895 no período noturno (Rosemberg, 1996). Uma segunda (e última) contagem especificamente sobre crianças e adolescentes foi publicada entre os anos de 2006 e 2007 (FIPE, 2007), e contabilizou 1842 crianças e adolescentes vivendo nas ruas da capital, registrando um total de 805 crianças e adolescentes nas regiões das subprefeituras Sé (acrescida dos distritos Pari e Brás) e Pinheiros. Esta população apresentou-se como predominantemente masculina (77,7%) e adolescente (73,6%), sendo ainda 80,3% identificados como não-brancos. Trabalhadores e pesquisadores da área questionam continuamente o número total divulgado, que apresentaria um diagnóstico distorcido de subnotificação frente a suas experiências, ainda que concordem com outros aspectos do perfil apontado.

O censo mais recente divulgado oficialmente pelo governo municipal sobre a população de rua foi publicado em 2015, todavia, não apresenta metodologia específica para a contagem da população infanto-juvenil. Segundo o documento, a capital paulista tem 15.905 pessoas vivendo em situação de rua, entre moradores de rua e/ou que dormem em albergues. Esse universo representa 0,1% do total da população da cidade, estando destes 52,7% na região central (Subprefeitura Sé e distritos Pari e Brás), e mais especificamente, 17,9% no distrito Sé.

Apesar de apontar desaceleração do crescimento desta população entre 2009 e 2015, o censo constata que no período de 2000 a 2015, o crescimento da população total da capital foi de 0,7% ao ano, enquanto o crescimento da população em situação de rua foi de 4,1% em relação à população total, o que representa 82,6% de crescimento absoluto no período de 15 anos – de 8.706, em 2000, para 15.905, em 2015.

Apesar de o levantamento não ter considerado a população adolescente em situação de rua (indicando o número de apenas 54 adolescentes em todo o município), não lhes dirigindo nenhum questionário ou levantamento, o relatório aborda informações gerais sobre a localização da população que buscou (adulta em situação de rua), que possivelmente sejam replicáveis aos mais jovens: a população tende a diminuir quanto mais periférica a região; nos distritos Sé e República, os moradores se concentram em alguns pontos (discrepante com o encontrado em outras regiões, onde se encontram dispersos); e a ocupação das ruas se dá principalmente em áreas comerciais (57%), com pouco movimento noturno, como praças, estações de trem, metrô e ônibus, além de grandes avenidas e baixos de viadutos, igrejas e serviços destinados à população, ou regiões de uso misto (28%). Um dado relevante é a migração noturna para o centro.

O Sumário Executivo, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) a partir da pesquisa censitária de 2015, sintetiza os dados levantados e propõe um relatório temático das necessidades da população de rua (Prefeitura de São Paulo, 2015), que não resvala na questão da criança e do adolescente de rua (com exceção dos que foram computados como acompanhados das mães). É fundamental notarmos que o adolescente não constitui um tema eleito como relevante frente às pesquisas censitárias, que figuram como passo fundamental para a estruturação de políticas públicas. Destarte, apresentamos relatos de campo a partir da atuação em um Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes no município, e trechos de uma pesquisa etnográfica também no território central de São Paulo a fim de ilustrar o cenário mais recente quanto à questão de CASRua e a relevância que deveria figurar frente às agendas governamentais.

O chamado Moinho da Luz, que esteve em funcionamento por mais de três anos no centro de São Paulo, foi o último equipamento representante da tipificação de ECCA sob responsabilidade da pasta da Assistência Social, e tinha como população-alvo de atendimento crianças e adolescentes que especificamente se encontrassem em situação de rua. Como apresentamos anteriormente, o presente capítulo parte de relatos de experiência do encerramento do convênio mantenedor do ECCA Moinho da Luz ocorrido no início de 2016, e

de outros movimentos de “viração” dessa população a partir de um trabalho de campo, de inspiração etnográfica e influência da Educação Social de Rua brasileira, realizado entre os anos de 2017 e 2019 no Centro da cidade de São Paulo.

2. O ECCA Moinho da Luz, o consulado dos Refugiados Urbanos

Os refugiados urbanos não são fruto de guerras internacionais, de desastres naturais ou vêm de outros países. Estão próximos de nós, falam a mesma língua, também são brasileiros, são adultos, idosos e crianças. Este é o nome do programa no qual a primeira autora trabalhou por um ano, entre os anos de 2015 e 2016, idealizado pelo Projeto Quixote para o atendimento de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua na cidade de São Paulo. Como retratados pelo Projeto, deixam suas casas e lugares de origem e se refugiam nas ruas da região central da cidade de São Paulo como num campo de refúgio, onde não há lugar seguro para ir ou voltar:

Por ser um processo de profundas rupturas com a família, com a comunidade de origem, com os estatutos de garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente, entendemos que crianças e adolescentes que fazem da rua um espaço privilegiado de sobrevivência, moradia e relações estão na condição de estrangeiros e estranhos em sua própria pátria – são refugiados urbanos (Lescher & Bedoian, 2017, p. 94).

O primeiro contato com a instituição responsável pelo serviço, um Espaço de Convivência de Crianças e Adolescentes, especialmente em situação de rua, fez-se possível por meio de uma parceria firmada por uma disciplina da graduação sobre Psicologia Escolar e Práticas Interventivas do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Adriana Machado Marcondes. O Projeto Quixote, organização social parceira do estágio, teve início em 1996 também como um projeto de extensão coordenado por pesquisadores ligados ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Com uma metodologia de atendimento própria, baseia sua atuação junto a crianças, adolescentes e famílias em situações complexas de risco em aspectos psicossociais, pedagógicos e clínicos integrados.

Como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o Projeto gerencia serviços conveniados à rede pública de atendimento, como realizado durante mais de três anos no caso do equipamento do ECCA Moinho da Luz, por meio do Programa Refugiados Urbanos. Este é um programa voltado ao atendimento de crianças e jovens em situação de rua, pautado na metodologia já apresentada, com o objetivo final de *rematriamento* – ou seja,

promover a reinserção do sujeito em sua comunidade de origem. Uma abordagem que inclui acompanhamento tanto das crianças e jovens quanto de suas famílias³.

Este espaço de convivência localizava-se na Rua Mauá, nº 38, em frente à Sala São Paulo e à Praça Júlio Prestes, nos Campos Elíseos, próximo da qual havia o maior fluxo de pessoas em situação de rua e uso de substâncias ilícitas a céu aberto da cidade, a chamada Cracolândia. O Programa instalou-se ali há três anos, tendo ocupado anteriormente um local próximo à Praça da República e outro no bairro do Bixiga. O modelo do atendimento ofertado respondia às normatizações nas quais um ECCA se enquadrava, e dava-se por uma parceria entre a Prefeitura Municipal, sob responsabilidade da SMADS, e a OSCIP Projeto Quixote, como atendimento de portas abertas, receptivo às demandas espontâneas. Aberto das 9h às 19h para alocar atividades das mais variadas que se enquadrassem como de convivência, e aberto os sete dias da semana, atendia uma população considerada de alta complexidade, dentre os dois níveis de complexidade da proteção especial (média e alta) previstos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Atividades lúdicas, esportivas e culturais eram desenvolvidas, bem como eram oferecidos produtos de higiene para banho, lanche, espaço para descanso, etc., todas realizadas com uma perspectiva clínica ampla de cuidado, sendo os profissionais apoiadores coadjuvantes do processo de conquista de autonomia e protagonismo de seus próprios futuros. Uma das atividades diferenciais ofertadas pelo Espaço, o banho, era para além de uma forma de higiene pessoal, um resgate de dignidade, uma possibilidade de bem-estar e de autoestima: “Sem mencionar o lado da saúde e da higiene (que são importantíssimos), via que o banho conferia àqueles jovens um certo *status*: o de se misturar na multidão, de ser um cidadão a caminho de um compromisso qualquer” (Educador Terapêutico André Luís O. da Silva, em Lescher & Bedoian, 2017, p. 140).

A casa era como um consulado para esses expatriados, de paredes pintadas por desenhos infantis, árvores, nomes e declarações, povoada também por símbolos que lhes eram comuns nas ruas, como o Yin Yang, armas de fogo, “P JL” (Paz, Justiça e Liberdade) e “157” (um artigo penal). Profissionais de diferentes áreas compunham a equipe, como Terapia Ocupacional, Serviço Social, profissionais da limpeza e cozinha, e Psicologia. A constante permeação da rua no espaço, por meio dos meninos que a carregavam consigo e através das grades vazadas do portão agregavam à dinâmica do espaço, de maneira a importar suas oscilações e tensões. Uma

³ O Programa Refugiados Urbanos preexiste ao funcionamento do ECCA Moinho da Luz, tendo funcionado em outras sedes e sido implantado por meio de outros editais anteriormente.

horta nos fundos foi construída com a ajuda de voluntárias, para que desse alimentos saudáveis para os lanches e trouxesse uma mancha verde para o tom de concreto da região. Armários dispostos nas salas da equipe eram cheios de materiais lúdicos, muita tinta, e de uma maneira desorganizada que convidava a uma empreitada artística. Também nessa sala, as roupas e sapatos doados eram armazenados e ali se tornavam o armário das crianças, junto com os cremes de cabelo, desodorantes, esmaltes, sabonetes.

O trabalho acompanhado contava com diversos impasses por conta de sua natureza híbrida de gestão, entre a ordem pública e a da organização social. Entraves burocráticos, barreiras materiais como falta de recursos, condições de precarização como os salários baixos, a alta carga horária de trabalho, o desinvestimento em capacitação e na articulação dos serviços (ambos previstos pelos documentos), indisposições entre gestores dos serviços, e jogos políticos – para mencionar algumas questões de ordem estrutural. Ainda, a equipe era reduzida, com no máximo 12 funcionários, sendo que este era o único equipamento oferecendo este tipo de serviço no município, com uma demanda que ultrapassava o atendimento de 300 crianças e adolescentes, a depender do mês.

As precarizações do trabalho, bem como a natureza complexa da atuação, abriam brechas para que a violência que os adolescentes sofriam fora daquele espaço, de diferentes maneiras, se reproduzisse no contato com os educadores e nas relações de atendimento, por meio de agressões verbais ou físicas. Apesar de presentes e de questionados anteriormente, esses foram todos fatores que começaram a ser assimilados sob outra perspectiva a partir do momento em que rumores começaram a circular de que o convênio mantenedor do equipamento seria terminado, e o serviço seria fechado de maneira definitiva. A perspectiva de *acolhimento* que embasava a prática na casa passou a estar mais próxima de uma sensação de *confinamento*, em que os profissionais viam os recursos com os quais contavam antes – já escassos – ainda mais limitados, sem o recurso de um horizonte de atuação e desenvolvimento a longo termo das ações, e sem o suporte técnico para o encerramento e/ou encaminhamento dos atendimentos.

“Não responder ansiosamente a demandas ansiosas” (Lescher & Bedoian, 2017, p. 110). O jargão que era transmitido através dos funcionários ganhava um sentido real no dia a dia, em que o primeiro movimento ao qual o corpo como educador cedia era o de um impulso de agir e tentar dar o que aquela criança ou jovem aparentava – no rosto, nas roupas, na fala – não ter sido nunca oferecido. As diferentes temporalidades conjugadas – a urgência de ação contra as violações da rua, os atendimentos diários espontâneos, o processo demorado de vinculação e

acompanhamento dos casos, o tempo de contato com outros serviços e dos processos institucionais, etc. – figuraram como uma das dimensões mais marcantes do trabalho.

O clima nos meses finais era tão intenso, que o desânimo e o pessimismo predominavam na atmosfera da equipe, e o que antes era arejado, musical e frutífero na flexibilidade da rotina, tornou-se viciado, um espaço aversivo, onde a temporalidade era diferente, num tempo arrastado, prostrado. Um exemplo: de maneira geral, sempre houve atrasos na hora da entrada, e um prolongamento do horário de almoço, que eram manejados com jogo de cintura por parte de toda a equipe. No caminhar dos últimos meses, nos víamos desejando almoçar fora todos os dias – desculpa que não se encerrava em não ter que fazer marmita, mas que dizia sobre a vontade de não estar mais lá dentro. Os compromissos pessoais aumentaram em uma frequência impressionante, os apontamentos médicos aconteciam quase diariamente, fossem por doenças crônicas ou que estivessem surgindo do processo, e a equipe estava quase diariamente desfalcada.

Nossas reuniões em equipe evidenciavam uma vontade de estarmos juntos por um trabalho no qual acreditávamos, o trabalho no qual investimos tanto de maneira coletiva. Mas o tom de dificuldade, a sensação de um fim próximo, trazia silêncio e esvaziamento, das pautas e das cadeiras. Estar lá era dolorido, sôfrego, estressante, quase um rastejar, misturado a uma vontade de não largar o osso e continuar até onde as forças fossem, pois fora dali a angústia não diminuía. As reuniões exteriores, como as supervisões institucionais que atendíamos mensalmente na sede do Projeto, viraram peregrinações de sofrimento, sentindo-nos expulsos de nossas casas e mal acolhidos na casa do outro, e nossas participações viraram revoltosas, com falas ora inflamadas, ora ressentidas e machucadas; posturas pouco animosas, em que já não usávamos do humor sem o sarcasmo ácido; e em atitudes que marcassem a diferença entre nós (ou os próprios Refugiados Urbanos) e os donos da casa, protegidos das intempéries que nos acometiam (Relato de experiência da primeira autora registrado em diário de campo como orientadora socioeducativa do ECCA).

A cena que encerra as atividades do Moinho é simbólica, e carrega de forma condensada todo o processo dos últimos meses de atividades. Em meados de fevereiro, com a equipe já desfalcada, e os que estavam presentes em um ritmo de trabalho muito afetado pela instabilidade gerada pelo fechamento iminente – um agregado de abatimento, de falta de incentivo, e de medo de dar esperanças às crianças atendidas das quais não daríamos conta – um grupo de aproximadamente dez meninos entra pelos portões, todos atendidos pelo serviço, e a equipe é abordada de forma provocativa. Esse se tornou um tratamento comum nas últimas semanas do equipamento, desde que o fato do fechamento passou a circular entre os adolescentes. Nas palavras de um colega da equipe: “Hoje, fico na dúvida se de fato os comportamentos ríspidos aumentaram, ou se foi nossa capacidade de traduzir/receber/amortecer/significar/rebolar/etc. esses comportamentos ríspidos que diminuiu. Muito provavelmente as duas coisas aconteceram simultaneamente” (Marcelo Melissopoulos, técnico psicólogo do serviço).

Estes jovens tinham sido abordados pela polícia, não tomavam banho há um tempo, tinham feito uso de substâncias ilícitas recentemente, e algo muito menos aparente, porém explícito: estes meninos estavam perdendo aquele espaço que sediou o alívio de sofrimentos da rua, brigas e reencontros, paqueras, conversas boas, lanches caprichados, uma sombra boa para cochilos. Estavam vendo fechar o único espaço declaradamente dedicado a eles em todo o município, e em vários casos, um espaço de vínculos muito fortes e de longa data. Impossibilitados por falta de materiais, e também como uma maneira de não incentivar um contato confrontante, a equipe de educadores negou os pedidos de comida, sabonete, roupas e quaisquer outras demandas que os jovens pudessem usar para expressar a tensão, e nos perguntar o porquê de não estarmos mais oferecendo acolhimento, os educadores enquanto representantes do mundo adulto, e de um sistema que falha com eles repetidamente.

Os empurrões então começaram entre alguns atendidos e funcionários, portas foram arrombadas aos chutes, as pedras vieram para estilhaçar o que encontrassem no caminho, e um duplo de tensão paralisante e de adrenalina que pedia por atitudes imediatas. Não foi o primeiro episódio, e outros ocorriam de tempos em tempos, contudo, ali havia definitivamente um cenário de motim. Esse cenário vinha se anunciando de tal forma que a equipe havia discutido sobre uma estratégia para o caso de confrontos físicos em qualquer cena de tensão entre atendidos e orientadores: toda a equipe se reuniria na cena para mediar a negociação, e evitar maiores violências físicas, protegendo os corpos uns dos outros, além dos próprios adolescentes.

Então, os limites sustentáveis foram ultrapassados: outro atendido, Pedro, que estava em atendimento quando o grupo adentrou o Moinho, foi agredido e machucado pelos outros jovens enquanto saía do serviço, ao perceber a instabilidade da situação. Ao passo que alguns funcionários prestavam socorro ao adolescente, outra cena aflorava no portão, em que os demais funcionários buscavam mediar a situação, requisitando aos jovens agressores que deixassem o espaço. Nesse momento, um dos jovens mais velhos começou a agredir fisicamente um dos educadores, o qual reagiu protegendo-se com os braços. O enfrentamento físico real não era comum no dia-a-dia do serviço, e para o qual não havia um procedimento de ação institucional. Como uma medida desesperada e possível frente à situação impensável, uma das educadoras projetou-se à frente da equipe, que neste momento se encontrava do lado de dentro dos portões e gestualizou a condição possível daquele confronto: com um braço barrou o garoto envolvido na agressão, possibilitando o fechamento do portão – elemento tão simbólico do serviço, palco de muitos episódios, emblema do divisor entre o mundo da rua e o mundo de dentro. Ao passo

que essa se figurava como a pior despedida imaginável, não era possível prosseguir, para o melhor dos funcionários e dos adolescentes.

A cena figura como o ápice de um processo de desgaste de potencialidades, parte de um ciclo que parece se repetir em muitos trabalhos que tentam se desenvolver nas condições sob as quais são postos no campo da Assistência Social (e que partilha esse processo em muitos aspectos com o campo da Saúde). Conforme uma leitura possível a partir da experiência de trabalho nesse serviço, esta é uma área que, por sua natureza, lida com situações de extrema complexidade, sempre necessitando de ações em rede e projetos em parcerias com outras secretarias, como de Habitação, Cultura, Direitos Humanos, Saúde, e tantas outras, que, porém, é preterida, sofrendo do mesmo “esquecimento” que seus próprios usuários. Não só, é alvo de políticas formuladas sem apoio da produção especializada na área, sendo diretamente influenciadas seja pelo descaso ou pela ignorância da opinião pública sobre o tema ou ainda sobre seu poder de participar no ciclo de formulação de uma política pública. Ou ainda, mais grave, dos próprios gestores, os quais deveriam ter, *a priori*, formações profissionais sólidas e experiência de familiaridade com a realidade das populações sob responsabilidade de suas pastas de governo, além de capacidade de compreensão das dimensões implicadas nas situações de vulnerabilização alvo das políticas públicas e dos serviços que gerem, além de ciência de seu papel como representante do interesse público e, por isso, de comprometimento frente à produção de técnicas e conhecimentos especializados e de diálogo com a sociedade civil e com a demanda popular.

Por sua vez, no papel profissional de educador(a), uma postura por vezes ambígua é colocada: como as ações se dão corpo a corpo, fala a fala, a rotina de trabalho não responde exatamente a conformações institucionais, podendo seguir as regras que se fizessem cabíveis, ou podendo mesmo criar outras pelo saber da prática; porém, as condições institucionais, normativas, históricas, sociais, sistêmicas, e entraves se sobrepõem à camada cotidiana e pessoal e conformam-na.

No ECCA Moinho da Luz, sob o encerramento do convênio – determinado por instâncias superiores, tanto da OSCIP quanto da SMADS –, a equipe de trabalhadores ali (como outros trabalhadores de outros serviços) foi posta sob o ciclo da invisibilização, da mutilação de direitos, da violência estrutural que pode ser identificada na existência dos meninos e meninas em situação de rua atendidos, nas instituições atuantes junto a essa população e sobre elas, nos órgãos gestores no campo da Assistência Social, e nas políticas públicas da área que ou são falhas ou inexistentes.

É possível ler a posição da equipe de trabalhadores da “ponta” – isso é, na posição de execução direta das tipificações – como intermediários de um ciclo de violências, conquanto receptores indiretos das violências que acometiam as crianças, e também das instâncias superiores: policiais e outros adultos violentam as crianças, que já contam com histórias marcadas por outras violações em seus locais de origem, de contextos muitas das vezes historicamente violentados; que por sua vez reagem de maneira agressiva a um de seus poucos interlocutores profissionais (os educadores); que também reproduzem violências veladas e explícitas, corroboradas e incitadas por estruturas institucionais responsáveis; que respondem a uma superestrutura hegemônica que prevê a desigualdade; que prevê a existência dessas vidas degradadas para que possa manter as engrenagens rodando em benefício de outros.

Em um processo em que variáveis de muitas ordens confluíram – a citar, a complexidade do atendimento direto com os meninos, a desarticulação da rede de serviços, o enfraquecimento do controle social em relação a esta pauta e (des)interesses políticos superiores, e como circunstância definitiva, o confronto narrado – foi declarado o fechamento do último ECCA, único serviço de atendimento voltado especialmente à população em situação de rua infanto-juvenil da cidade de São Paulo.

Dada *a posteriori* em uma publicação em homenagem ao programa Refugiados Urbanos, a justificativa para o fechamento do serviço dada pela instituição Projeto Quixote foi a de “falta de estrutura (dos convênios públicos, da rede local, das condições de trabalho, da compreensão do fenômeno, da falta de uma política)” (Lescher & Bedoian, 2017, p. 180), e o prazo entre a decisão de encerramento do convênio e o fechamento real das portas mostrou-se insuficiente e excessivo ao mesmo passo. Os poucos meses não permitiram encaminhamentos e/ou encerramentos construídos cuidadosamente junto aos adolescentes, que ocasionou o interrompimento dos atendimentos. Muitos dos encaminhamentos não foram realizados apropriadamente, inclusive, por não haver nenhum outro serviço voltado ao atendimento dessa população.

Concomitantemente, os mesmos poucos meses foram mais que suficientes, pois a decisão vinha sendo tomada e discutida dentro da instituição, de maneira que toda a equipe vinha acompanhando o processo de fechamento – ainda que sem poderes de influência ou decisão. Em pouco tempo, um assunto que passava como um temor entre os trabalhadores, com a preocupação de apresentar a trágica situação para os atendidos de maneira amadurecida e cuidadosa, passou a se espalhar de maneira desmesurada, causando reações diversas, entre elas o fechamento precoce do serviço, com o estopim da cena revivida acima.

3. Um acompanhamento etnográfico do processo de *viração* do circuito-rua

Como prosseguimento do período de experiência profissional, a segunda etapa da pesquisa (Milaré, 2019) compreendeu um trabalho de campo também na área central de São Paulo, a partir de referenciais da Psicologia Social, mais especificamente da área da Psicologia Ambiental.

Como apresentada por Stokols (1977), a Psicologia Ambiental diferenciou-se das outras áreas de conhecimento na abordagem de temas como aprendizagem, cognição e personalidade ao integrar níveis molares e moleculares de análise, e ao apoiar-se sobre questões de relevância prática, seja na ordem social e/ou ecológica, com implicação na criação de políticas públicas de curto e longo prazo. Gunther e Rozestraten (2005) identificam aspectos característicos da área como: a influência da *Gestalt* e uma proposta holística do par comportamento-ambiente, preconizando a relação de influência recíproca entre eles; um viés pela Psicologia Social, dado pelo cruzamento de temas e metodologias entre as duas áreas; a interdisciplinaridade, como forma de ampliar a percepção do mundo real sobre o qual se debruça, e o que acaba por exigir um aporte multi-metodológico; e por fim, uma postura integrativa de teoria e prática através do modelo de pesquisa-ação.

Destarte, o método desta segunda etapa de pesquisa foi desenvolvido com base no fazer etnográfico e da Educação Social de Rua – a segunda com base na pedagogia freiriana e nos princípios da teologia da libertação (Oliveira, 2007). Por meio da afinidade teórica com o campo da Psicologia Social, argumentamos que há uma proximidade da postura da Educação Social com a proposta por autores da Etnografia. Essa segunda vem compor visto seu propósito de formar campos de sentido a partir da observação direta do fenômeno, buscando a articulação entre observação e teoria, e formulando uma “teoria da descrição” como uma consequência do fenômeno estudado, e não algo *a priori* (Ezpeleta & Rockwell, 1986). O fruto dessa prática deve ser uma troca entre os pesquisadores e os pesquisados, e de debate entre seus universos, teóricos ou vividos, que no fim aponte para novas formas de entendimento e novas pistas não previstas (Magnani, 2009, 2012). Nesse sentido, contribui com a postura de compromisso ético e político de transformação da realidade defendida pela Educação de Rua para a construção de um conhecimento – ou produção acadêmica – que não se mostre alienada da realidade e de seus “sujeitos de pesquisa”, e que possa desempenhar alguma relevância social.

Com o propósito de seguir em contato com o fenômeno da situação de rua no centro de São Paulo, mais especificamente pela vivência da população de crianças e adolescentes, a pesquisa de campo iniciou-se com a firmação de uma parceria junto a uma organização social

que já desenvolvesse atendimentos diretos com essa população, a Fundação Projeto Travessia⁴. Em companhia dos educadores do Projeto Travessia, foram realizadas seis incursões à rua. As incursões exploratórias tiveram como propósito apresentar-nos os espaços da rua em que os educadores faziam abordagens e atendimentos, com o fim de proporcionar a aproximação das crianças e adolescentes já atendidos ou conhecidos pelo projeto.

A pesquisa de campo também se amparou na participação em outros espaços relevantes na discussão do tema das crianças e adolescentes em situação de rua na região da Sé, como em diversas atividades ligadas ao Grupo de Trabalho (GT) Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescente (CMDCA); e na participação ativa – em um molde inspirado pela pesquisa-ação – do Fórum Regional de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente da Sé (FDDCA-Sé), espaço de controle social sobre as questões pertinentes à infância e juventude na região central de São Paulo.

Em todas as incursões realizadas, o grupo teve como primeiro local de busca a Rua Anchieta, uma viela em frente ao Pátio do Colégio. Esse foi um ponto tido pela rede de serviços do centro como um local de frequência para as CASRua durante o período da pesquisa, onde geralmente realizavam abordagens e atividades de atendimentos. Apesar de a rua ser referida pelos trabalhadores da Fundação, e por outros atores participantes dos demais espaços frequentados, como, por exemplo, educadores do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS)⁵, foi possível notar o pouco diálogo institucional entre as equipes na construção de estratégias de atendimento conjunto, ainda que a população atendida fosse a mesma.

A falta de comunicação e colaboração entre os serviços da rede de atendimento às crianças e adolescentes no centro de São Paulo é observada também por Gregori (2000) em suas pesquisas de campo entre 1991 e 1995. Esse aspecto da vida de CASRua inclui-se na *viração*, conceito proposto por Gregori (2000, p.31) como um movimento de constante circulação, que inclui a passagem por suas casas, instituições de acolhimento ou internação, e a rua, circulação que seria um “ato de conquistar recursos para a sobrevivência”, esta de cunho

⁴ Organização Social fundada em 1995, atuante na área da defesa, garantia e promoção dos direitos da infância e juventude em situações de vulnerabilidade. É reconhecida pela metodologia desenvolvida ao longo de décadas de trabalho com educação social de rua na cidade de São Paulo.

⁵ O Serviço Especial de Abordagem Social é tipificado pelas diretrizes nacionais da Assistência Social como um trabalho de abordagem e busca ativa de pessoas que se encontrem em situações de vulnerabilidade social e risco de violação de direitos, investindo na construção de vínculos que permitam o desenvolvimento gradativo de novos projetos de vida. Tem como objetivo ainda promover o acesso aos demais serviços da rede pública. O Serviço destina-se a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e/ou famílias que tenham o espaço público como local de sobrevivência e, portanto, não é um serviço especializado para CASRua.

material, simbólico e relacional. Dessa maneira, é na dialogicidade com outros elementos e atores urbanos que exercem suas atividades de viração, usam e apropriam-se dos espaços urbanos e aprendem a lidar com as imagens com que eles próprios são representados. Nessa esteira, no que tange aos serviços da rede de atendimento, há rivalidade por recursos e prestígio, que formam “tramas institucionais” que, reforçariam o aspecto da “viração”, e do aprisionamento das crianças e adolescentes no ciclo da rua, ao invés de quebrá-lo ao apontar um novo caminho para essa população. Vários comentários ao longo das incursões à rua foram feitos por parte dos educadores, demonstrando a rixa entre as figuras conhecidas na rede (entre eles, gestores, representantes públicos e trabalhadores) e o questionamento da qualidade da metodologia de um serviço por outro.

Outra observação de grande relevância à pesquisa se refere à localidade recorrente nas incursões à rua. Não coincidentemente, a região da Praça da Sé, onde se encontra o Pátio do Colégio e a Rua Anchieta, é apontada pela literatura como o berço da Educação Social de Rua (Oliveira, 2007), onde muitas instituições de atendimento se situam e/ou situavam. A região é identificada também por Gregori como ponto “emblemático para os meninos de rua” (Gregori, 2000, p. 105), e reafirmou-se como um *lugar* para esta população a partir da experiência empírica já na etapa inicial da pesquisa.

A viração que marca a vida desses adolescentes nas ruas assume também elementos históricos, dados pela natureza mesma do processo de repetição cíclica, quanto por sua dimensão necessariamente social, histórica e cultural – dimensão compartilhada com todos fenômenos humanos, como a rua. Não podemos ignorar esses elementos, pois a andança e presença deles não é aleatória, nem é apenas conforme as repressões vão moldando, ou onde estão os melhores lugares de “corre”, mendicância ou comida.

Contudo, durante as incursões realizadas, um número muito baixo de CASRua foi visto na Rua Anchieta, na contramão do esperado de acordo com as práticas dos serviços do território. Algumas hipóteses foram levantadas: o horário em que as incursões ocorreram, no período da manhã, não foi favorável por ser o momento em que se encontravam dormindo em outros locais mais protegidos das abordagens policiais; a violência e a perseguição por parte de agentes de segurança pública, relatada como mais ostensiva nos últimos meses, possivelmente provocou uma mudança na dinâmica da rua, de forma que os lugares habitualmente frequentados pela população de rua passaram a ser evitados, por serem lugares visados para as abordagens; e, uma última hipótese, baseada na experiência dos educadores com a mudança da ocupação das ruas pelos adolescentes em épocas festivas, era a de que nos meses de novembro e dezembro parte

dos adolescentes retorna à sua casa para as festas de final de ano, ou ainda, desce para as cidades do litoral.

Tanto nas incursões como nas reuniões do Fórum e do GT, o “sumiço” foi tematizado. Muitas vezes, as falas vieram acompanhadas pelo medo de estas crianças e adolescentes estarem sendo perseguidas por policiais, sem que suas localizações fossem conhecidas sequer por outros colegas em situação de rua – se estariam nas casas de origem, em unidades da Fundação Casa, ou mesmo desaparecidas. A questão da ação da polícia em relação à presença destes jovens nas ruas é tematizada pela literatura. Aptekar (1996), por exemplo, revela como a brutalidade da polícia é um dos maiores medos relatados pelas crianças e adolescentes em situação de rua na América Latina, ainda que comparada à fome e à falta de segurança.

É relevante ressaltar que, mesmo nos espaços de discussão entre serviços e outros atores que atuam pela defesa dos direitos das CASRua, não foram encaminhadas medidas concretas para a busca, como denúncia de desaparecimento, acionamento dos Conselhos Tutelares (CT), ou busca ativa junto aos serviços de atendimento.

Não ter caminhos para procurar um menino diz da fragilidade de toda a situação. Como isso é possível? Que no mundo de hoje, com toda a tecnologia e acesso à informação e dispositivos de comunicação e localização, alguém não possa ser encontrado? Somos rastreados o tempo todo, mesmo sem saber, mesmo não querendo. Quem não pode ser encontrado, não o pode ser porquê? Há interesse ou desinteresse nisso? (Diário de campo de mestrado da primeira autora, 21 de novembro de 2017).

Neste contexto, a hipótese dos educadores do Travessia, bem como do coordenador de projetos, era de que a dificuldade de contato é uma marca do trabalho de rua, ao passo que a sensação de desaparecimento dos meninos se devia às movimentações da vida na rua, dinâmica de “viração”, o que aprofunda a complexidade da leitura sobre esse “circuito-rua”. A partir dessas lentes de análise, compreendendo o comportamento dos trabalhadores junto ao sumiço dos meninos, é como se ambas as classes de atores estivessem no ciclo de viração da rua. Pelas hipóteses aventadas acima sobre os adolescentes sumidos, esses estariam buscando outra configuração de ocupação das ruas como estratégia de sobrevivência.

Os trabalhadores, por sua vez, operando numa lógica de inconstância, de vulnerabilidade também de seus corpos, e da fragilidade do alcance de suas possibilidades de ação, deixariam a viração ocorrer sem interferências além de suas atividades já cotidianas. Imersos em um universo que desinteressa às manchetes; que não possui prioridade de pauta nas secretarias municipais; onde costumam atuar junto de situações das mais extremas com baixos recursos financeiros; com condições pessoais muitas vezes fragilizadas, dado o estado de

precarização do trabalho; e sem possibilidade de se apoiar no aparato de segurança do Estado, como os agentes policiais, acabam por participar da viração sem vislumbrar oportunidade de quebrá-la. Essa não é uma proposta maniqueísta, que pretende culpabilizar os trabalhadores pelas violações que atingem as CASRua, mas de compreensão do fenômeno que parece englobar diversos atores que estão na rua ou em sua órbita.

Uma postura crítica quanto ao desenvolvimento do trabalho no ECCA Moinho da Luz faz-se pertinente quanto a esse desafio: as redes (assistência ou saúde, ou outras públicas) são estruturadas, programadas de forma a não funcionar adequadamente, e ter isso em mente é importante em um trabalho como o do projeto, pois poderíamos cair no raciocínio de que as coisas não funcionam por conta da boa vontade, ou não, dos funcionários ou de determinado equipamento.

4. O Programa Vizinhança Solidária na Rua Anchieta

Com o propósito de abranger outros elementos cotidianos das CASRua para além dos profissionais da área da Assistência Social, uma segunda etapa da pesquisa foi realizada junto a outros atores presentes no circuito-rua, como agentes de segurança privada e pública, comerciantes, e pedestres. O primeiro entrevistado foi Bento, comerciante e artesão de objetos de madeira que releva trabalhar na Rua XV de Novembro há anos, com sua bancada portátil como vitrine. Espontaneamente, diz que os meninos, “os menores”, atrapalhavam um pouco seu comércio. Nunca entrou em conflito, contudo já havia feito combinados, que uns meninos repassavam aos outros, de que não deveriam interpelar os passantes que parassem para cobiçar sua mercadoria. De acordo com o comerciante, seus clientes, ao serem abordados por estes meninos, demonstram medo e incômodo, e não abrem suas carteiras.

Perguntando se era comum a abordagem da polícia às pessoas que ficavam na calçada atrás de sua banca, a da Rua Anchieta, Bento disse que havia aproximadamente duas semanas que isso vinha acontecendo com maior frequência. A pergunta foi realizada exatamente para endereçar a percepção de tal mudança. Um novo programa de segurança havia sido implementado no local, e os indícios aparentes disso eram a ausência de pessoas deitadas e pertences espalhados, e duas placas afixadas nas paredes, uma de cada lado da rua. Uma delas, portanto, diretamente na parede do prédio da OAB. *Programa Vizinhança Solidária*, era o que dizia. Apesar de não saber do que se tratava em pormenores, qual o propósito ou como era o funcionamento, Bento insistiu em seu caráter positivo, pois acreditava que a ação policial de varredura e expulsão deveria ser feita, algo que o programa estava legitimando.

A fala de uma dupla da Guarda Civil Municipal (GCM) do Pátio do Colégio agrega uma percepção relevante ao relato do comerciante. As CASRua são mencionadas espontaneamente e, utilizando de outros termos pejorativos, dizem que essa população estraga a região central. Em ambas as frases aproximadas, “*O que estraga o centro são os moradores de rua*”, “*A Praça da Sé iluminada e sem moradores de rua é outra coisa!*”, é inclusive feita uma conexão explícita entre a desvalorização do espaço urbano e a presença das pessoas em situação de rua. Na mesma fala, demonstram orgulho por ver sua ocupação colaborando para o afastamento dos “cheiradores de cola” do local, ao passo que é apoiada por outros atores, como Bento, que justificam a ação policial devido ao uso de drogas dos meninos. Apesar de também não saberem informar como o Programa estava sendo implementado na região, explicitam apoiarem as ações de expulsão das crianças e adolescentes das ruas.

O Programa Vizinhança Solidária, como alegado por meio de comunicação oficial⁶, é um programa da Polícia Militar do Estado de São Paulo criado em 2009, e prevê a colaboração entre a PM e a comunidade, com o objetivo de, além de diminuir o índice de violência nos bairros, promover “a integração entre as pessoas, a preocupação mútua e a sensação de pertencimento, pois ninguém está sozinho”. Com base nos princípios da Polícia Comunitária, de vontade do agente, aceitação da comunidade e apoio/incentivo do comandante, destina-se à construção de uma Cultura de Paz.

O que muda com o Programa Vizinhança Solidária? Em especial, na região do Pátio do Colégio? Os entrevistados pareceram munidos de poucas pistas, inclusive sobre o funcionamento do programa. Contudo, o diálogo com o artesão elucida um importante impacto, o de que o programa estava legitimando as ações policiais no local para afugentar os meninos e adultos que por ali ficavam. Sua afirmação sobre apoiar as ações, uma vez que *aqueles “menores” ficavam ali fazendo uso de drogas*, ilustra uma das dimensões almejadas pelo Programa: “Lembre-se: a força contra o crime está na união coordenada entre povo e polícia”, como afirmado na apresentação oficial do programa.

Considerações Finais

Em retrospectiva: no início de 2016, o último equipamento destinado especificamente à população de CASRua foi fechado. Período também de intervenções urbanas de revitalização, como a ocorrida no Vale do Anhangabaú. A pasta da Assistência Social do município, à qual

⁶ Recuperado de <http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/programa-vizinhanca-solidaria/>.

respondia o serviço, sofreu cortes consecutivos, acompanhados de perto nos anos de 2017 e 2018 por meio da participação no Fórum DDCA-Sé. As poucas equipes de SEAS sobreviventes na região sofreram corte do quadro de funcionários, o que diminuiu a abrangência de atividades executadas, significando aprofundamento da precarização dos atendimentos feitos às CASRua. Ocorre a implementação de serviços de atendimento pontual à população *adulta* em situação de rua e as ações sincronizadas de internação compulsória realizadas no ano de 2017, ao passo que nenhum serviço foi implementado, ainda que em caráter de urgência, às crianças e adolescentes.

No momento da pesquisa, houve aumento dos relatos de ações de zeladoria urbana, expostas pela mídia alternativa como estratégias higienistas de expulsão e ataque aos que estão expostos vulneravelmente nas calçadas e praças. Os agentes de segurança pública figuraram como os maiores interlocutores dos meninos, como retratadas nas reuniões de rede dos serviços da região. Por fim, ocorre a implementação de um programa de monitoramento exatamente na Rua Anchieta, o ponto de referência indicado pelos trabalhadores como local de permanência dos adolescentes.

A presente narrativa parte de um breve resgate da literatura sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no cenário brasileiro, notadamente em situação de rua na cidade de São Paulo, e do encadeamento de episódios vivenciados no contexto da prática profissional, no ECCA Moinho da Luz, e de pesquisa etnográfica, ambas na região central e junto às CASRua. É por meio desse fio argumentativo que apresentamos, por fim, o local apontado como referência para os adolescentes em situação de rua, a Rua Anchieta, e como acaba por ser tratado como uma questão da convivência urbana a ser interpelada pelos serviços da força de segurança pública. O programa, que alega princípios inquestionáveis de paz e criação de senso comunitário, sob alçada da Segurança Pública do Estado, mostra-se como interlocutor direto das CASRua que utilizam o local e assim escancara como essa população continua a desempenhar o papel de “menor”, como existências que atentam à ordem e à segurança pública, e que tem como tratamento uma abordagem assistencialista-repressora. Repressão que, contudo, é escamoteada em nome de uma cultura de paz e de segurança da vizinhança.

Considerar os episódios narrados frente à literatura permite lançar luz sobre uma homologia na forma como os poderes públicos tratam as próprias CASRua e os serviços destinados a atendê-las. Permite mostrar que um aspecto essencial do trabalho de educadores neste setor é o de lidar com afetos que decorrem dessa teia perversa de relações e decisões, as quais põem CASRua e educadores no polo oposto das forças de repressão que, por fim,

instauram-se como resposta hegemônica à existência dessas pessoas. Podemos entender esses episódios, na verdade, como uma culminação do tratamento dado a essa população, por medidas nem tão distantes assim das historicamente já tomadas, e que coloca a própria sociedade civil como agente da violação desses sujeitos de direitos, aliando a opinião pública e a ação civil nesse processo de exclusão e legitimação da violência.

Compreendendo que esse cenário promove uma inversão de valores, o *sul* que deve guiar nossas produções acadêmico-profissionais é de que o espaço público tem o potencial de fazer o “nós”, o comum, e é do escopo e compromisso da Psicologia a dignificação dos espaços, e por consequência, da produção subjetiva e coletiva de territorialização. Entendido que todo território é uma combinação das várias produções que nele se inscrevem, tanto utilitárias como simbólicas, é necessário distinguir os vários sujeitos produtores dos territórios, podendo ser indivíduos ou grupos, instituições e aparatos do Estado, empresas etc. Nessa perspectiva, assumimos que a produção de cidadania, que depende da legitimação e cumprimento dos direitos tanto pela comunidade quanto pelo Estado que se fazem presentes nas ações cotidianas, está intrinsecamente ligada à dinâmica estabelecida no território habitado.

Podemos citar, a título de exemplo, como uma estratégia de ação local poderia ter sido o chamado e o convite amplo aos moradores e cidadãos que se solidarizam por essa pauta para a construção da proposta, bem como ampla divulgação do produto final do GT, a fim de mobilizar a opinião pública para a cobrança da efetivação da política. Ainda, poderiam ter sido incluídas estratégias para uma formação sensibilizada dos atores que se fazem presentes no atendimento, contato e cuidado desses meninos, nisso incluídos os atores entrevistados no território, por exemplo, comerciantes, policiais, trabalhadores das redes, além de governantes e trabalhadores de outras pastas do governo, como moradia, saúde e educação.

A proposta de sensibilização deve ser incorporada à construção de políticas públicas que visem a intervenção sobre a situação de rua especificamente no trabalho direto com os sujeitos rualizados. Nesse sentido, é fundamental que visem também a comunidade domiciliada. Não basta que ampliemos as políticas para as comunidades de atoras/es que cercam os territórios ocupados pelas CASRua, é preciso que outras medidas de longo prazo e de reparação histórica sejam feitas, como a reforma do solo urbano, uma vez que a exclusão socioterritorial é uma forma de seguir perpetrando desigualdades sociais. Essas são estratégias possíveis a serem somadas ao papel central que a escuta e a participação direta das próprias crianças, adolescentes e jovens deveria ocupar na formulação das políticas de atendimento dos quais são a população-alvo.

É preciso que nossos esforços – nós, governantes, diversos profissionais, e sociedade civil de maneira geral – caminhem no sentido de que as lutas de sobrevivência de crianças e adolescentes que experienciam a situação de rua possam se dar como movimento de resistência, por meio, por exemplo, da transformação qualitativa do uso dos espaços da cidade, e da rua por excelência: de uma condição imposta pela falta de outras oportunidades, para a apropriação pelo estatuto da cidadania, da autonomia, da dignidade, pautada na garantia de seus direitos. Destarte, a Psicologia, aliada a outras disciplinas, pode colaborar para a construção coletiva de estratégias de emancipação e autonomia crítica junto desses adolescentes, para que conquistem participação ativa nas construções das políticas públicas, dos discursos acadêmicos, da opinião pública sobre eles mesmos, como faces que diretamente refletem em seus processos identitários.

Referências

- Aptekar, Lewis. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 153-184.
- Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: MDS Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2017). Ministério dos Direitos Humanos. *Diretrizes nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua*. Brasília, DF: MDH.
- Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua. (2014). *Subsídios para a elaboração de uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua*. Fortaleza: [s.n.].
- Ezpeleta, Justa, & Rockwell, Elsie. (1986). A escola: relato de um processo inacabado de construção. In J. Ezpeleta & E. Rockwell (Orgs.), *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez.
- Ferrarezi, Elisabete R. (1995). *Evolução das políticas dirigidas à infância e adolescência: A Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma* (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5327/1199600054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Fundação Instituto de Pesquisas – FIPE. (2007). Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo: Relatório Final da Terceira Etapa. São Paulo: Prefeitura de São Paulo. Recuperado de: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Editais/2007_02.pdf

- Frontana, Isabel C. R. C. (1999). *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gregori, Maria F. (2000). *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gunther, Hartmut, & Rozestraten, Reinier J. A. (2005). Psicologia Ambiental: Algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. *Série: Textos de Psicologia Ambiental*, v.10. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Lescher, Auro D., & Bedoian, G. (2017) *Refugiados urbanos: rematriamento de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- Magnani, José G. C. (2009). *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Recuperado de http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf
- Magnani, José G. C. (2012). *Da Periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Milaré, Gabriela. (2019). “O centro pulsa”, o centro expulsa: sobre a rualização de crianças e adolescentes no Centro de São Paulo (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13112019-173349/pt-br.php>
- Moura, Esmeralda B. B. (1999). Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, 19(37), 85-102. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-0188199900010005>
- Oliveira, Walter F. (2007). Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciências, Saúde*, 14(1), 135-158. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/hcsm/v14n1/07.pdf>
- Rizzini, Irene. (Org.). (2003). *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Rosemberg, Fúlvia. (1986). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 21-58.
- Prefeitura de São Paulo (2015). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades Desta População na Cidade de São Paulo: Sumário Executivo*. São Paulo. Recuperado de http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf
- Stokols, Daniel. (1977). *Perspectives on environment and behavior: theory research and applications*. New York: Plenum Press.

Capítulo 5

Enfoque apreciativo na pesquisa com psicólogos(as) do Centro de Referência de Assistência Social

Luciana Alonso
Laura Vilela e Souza

Introdução

A Assistência Social enquanto direito começa a ser pensada a partir do movimento de redemocratização do Brasil, que trouxe em seu bojo uma grande necessidade de mudança na estrutura política e social que esteve em vigor durante o regime militar. Em consonância com os movimentos sociais democráticos, a constituição federal de 1988 se configura como um marco importante quanto à garantia de direitos ao apresentar o tripé da seguridade social formado por Saúde, Assistência Social e Previdência social. Esta é uma situação nova para o Brasil, onde o estado passa a ser responsável pelo direito à universalização dos acessos e das condições dignas de vida (Brasil, 2004).

Em 2004, acontece a publicação da PNAS – Política Nacional de Assistência Social, que, dentre outras alterações, delimita níveis de proteção (básica e especial) com objetivos a serem alcançados, bem como as ações pertinentes a cada um deles. Assim, inicia-se o movimento de implantação de uma política pública sistematizada e organizada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB SUAS- publicada em 2005. Nesta norma, há a primeira menção da assistência social enquanto sistema, promovendo uma mudança na estrutura, regulamentando o financiamento nas três esferas (União, Estados e Municípios) bem como a gestão e partilha dos recursos (Brasil, 2005).

De acordo com PNAS, o objetivo da proteção social básica consiste na prevenção das situações de risco social decorrentes da vulnerabilidade ocasionada pela pobreza e/ou privação – acesso precário a bens e serviços – bem como por fragilização dos vínculos afetivos, sociais e comunitários. Já a proteção social especial destina-se a situações de risco social e/ou violação dos direitos fundamentais, ou seja, pessoas que estejam em situação de violações de direitos nas suas mais diferentes manifestações. A proteção social especial é dividida em média

complexidade – quando há preservação dos vínculos familiares e comunitários; e em alta complexidade – quando há rompimento total de vínculos do indivíduo com seu contexto de origem (Brasil, 2004).

Para cada nível de proteção, existe um local onde os serviços, ações e programas devem ser ofertados. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal responsável pela oferta das ações da proteção social básica elencados na PNAS e pelos serviços normatizados e padronizados em todo território nacional pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), enquanto a proteção social especial de média complexidade tem como principal unidade de atendimento o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Em relação à proteção social de alta complexidade, há diversos serviços oferecidos em espaços organizados de acordo com o público atendido.

Para a implantação do CRAS deve-se levar em conta o índice de vulnerabilidade social do território, a fim de garantir o status de “porta de entrada” à rede de proteção prevista no SUAS. O CRAS deve ofertar os seguintes serviços, segundo a tipificação: (1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste em ações continuadas com o objetivo de prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento da função protetiva da família; (2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atua em caráter complementar ao PAIF, ofertado em grupos organizados por ciclos de vida a fim de prevenir situações de risco social, pautando-se no fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários; (3) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas, que se caracteriza por um trabalho preventivo e domiciliar promovendo a inclusão social, o desenvolvimento da autonomia, a garantia de direitos (Brasil, 2009).

Em 2006, foi lançada a NOB RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) que dispõe sobre os profissionais que devem compor as equipes que integram as unidades de atendimento previstas no SUAS (Brasil, 2006). Neste documento, há a inclusão do psicólogo(a) como integrante da equipe do CRAS. Apesar da importante conquista para a categoria profissional, a inserção do(a) psicólogo(a) como integrante da equipe dos CRAS não se deu sem seus desafios. Dentre eles, destacam-se o uso de teorias psicológicas patologizantes da situação de pobreza, foco em uma ideia de subjetividade apartada do contexto social, postura de culpabilização ou tutela das famílias atendidas, falta de formação para o trabalho social, práticas individualizantes e psicoterápicas ao invés de práticas preventivas e envolvendo coletividades, falta de elementos teóricos e práticos para sua prática, situações precárias de contratação profissional, e conflitos com interesses políticos locais (Andrade & Morais, 2017;

Costa & Alberto, 2017; Pereira & Guareschi, 2016; Pereira & Guareschi, 2017; Romagnoli, 2016).

Diante de uma literatura que aponta tantas adversidades utilizamos a Investigação Apreciativa (IA) em uma pesquisa¹ com psicólogos(as) do CRAS, apostando na produção de novos sentidos sobre o trabalho do(a) psicólogo(a) a partir do enfoque desses(as) profissionais naquilo que funciona no cotidiano de seu trabalho, o que consideram histórias de sucesso em sua atuação e os recursos que colaboram para a aproximação de uma atuação ideal no CRAS. A IA é uma proposta de intervenção institucional que, quando pensada como uma metodologia de pesquisa, propõe investigações com perguntas positivas e de resgate de recursos em contextos de dificuldades, conflitos e predomínio de situações problemáticas. Desta forma, utilizar-se de um recurso como a da IA, teve o intuito de produção intencional de conteúdos onde fosse possível uma forma inusitada de conversar sobre a Psicologia no CRAS.

Neste capítulo, abordamos alguns dos efeitos na pesquisadora e nos(as) pesquisados(as) sobre o uso da IA, buscando refletir se é possível sermos apreciativos e ainda assim seguir sendo críticos quando falamos em políticas públicas em um cenário como o do Brasil atualmente, onde o contingenciamento dos investimentos em políticas públicas coloca em xeque a manutenção da oferta e da qualidade de serviços entendidos como direitos e até então tidos como assegurados constitucionalmente.

1. Investigação Apreciativa como recurso conversacional

Para o(a) construcionista social a linguagem produz realidade. Como aponta McNamee (2014), o que encontramos em nossas pesquisas científicas tem mais relação com as perguntas que fazemos do que com o encontro com uma “evidência fatural”, ou ainda: “o que fazemos juntos *produz* nossos mundos sociais” (p. 105).

Dessa forma, somos levados a refletir sobre os conhecimentos que produzimos quando nos implicamos em um processo de investigação científica, sendo necessário considerarmos a que estamos dando voz e o que está sendo silenciado dentro da perspectiva adotada. Entendemos, portanto, que toda pesquisa é intervenção e uma pesquisa que busque transformações sociais deve pautar-se pela busca de novas práticas que permitam a superação

¹ Trata-se da pesquisa de mestrado da primeira autora intitulada “Investigação Apreciativa da atuação do psicólogo no CRAS” no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. A pesquisa está em fase final, com defesa prevista para o início de 2020.

do que foi identificado como problema na pesquisa por meio da produção de novos sentidos que possam ser compartilhados por meio da produção de conhecimento científico, produzindo uma mudança na vida cultural (Gergen & Gergen, 2010; McNamee, 2014).

A Investigação Apreciativa (IA), uma proposta de intervenção de mudança institucional que tem sido utilizada também como método de pesquisa, propõe investigações com perguntas positivas e de resgate de recursos em contextos de dificuldades, conflitos e predomínio de situações problemáticas (Reed, 2007). A IA problematiza os estudos com foco apenas naquilo que é problemático entendendo que se perguntas são feitas de modo a direcionar o olhar para os problemas, as respostas serão relativas a estes problemas, criando resultados e realidades que dizem sobre problemas. Por outro lado, se as perguntas são feitas sobre o que funciona e o que motiva as pessoas, construímos uma realidade de potenciais (Souza, McNamee & Santos, 2010). Ressalta-se aqui novamente o caráter pragmático da linguagem na perspectiva construcionista social. Assim, a IA se propõe a sensibilizar sobre nossas escolhas quando elaboramos nossas questões de pesquisa e refletir a quem as direcionamos e como engajamos os outros a pensar sobre a realidade que vivenciam (Gergen & Gergen, 2010).

Segundo Rogers e Fraser (2003) a IA pode ser útil em situações de dificuldades de alta complexidade que já tenham passado por avaliações que detectaram os problemas existentes e necessitam de energia para seguir adiante. Os autores defendem que uma avaliação que mantenha seu foco no déficit pode acabar deixando as partes envolvidas com um alto grau de estresse e frustração. Neste caso, a IA pode servir como uma estratégia de resgate das iniciativas que podem ser ofertadas e sobre como o que é considerado bom pode ser construído e pode servir como uma forma de reconexão com o que é “útil, valioso e importante” (p. 80). A IA é tida como um processo que, através da metodologia de contação de histórias, permite que várias vozes sejam ouvidas e que as mais variadas construções sociais tenham espaço. Em situações complexas que sofrem influência de relações de poder, a IA pode ser bastante útil para o trabalho com estas populações, pois o processo de empoderamento requer foco intencional (Cockell & McArthur-Blair, 2012).

Muitas vezes acusada de ingênua, idealista e/ou de promover uma visão demasiado higienizada da vida humana pelo fato de se focar em experiências positivas – o que muitos entendem como uma forma de ocultar os problemas - a IA também pode ser descrita como uma forma de contornar dificuldades e encontrar soluções para problemas conhecidos na medida em que focar no que funciona e no que precisa ser feito impulsiona colaboradores pela diminuição da possibilidade de culpabilização e/ou individuação de um problema, posto que o foco é

direcionado para outro lugar que não encontrar o déficit, o culpado ou o “bode expiatório” (Reed, 2007). A IA não elimina a possibilidade de falar sobre problemas, apenas propõe uma postura apreciativa como uma forma de engajar positivamente em prol de soluções, criando uma realidade onde as pessoas possam elaborar práticas aplicáveis em direção ao objetivo desejado, focando em dar suporte para obterem juntas histórias de desenvolvimento que elas podem construir.

Esta forma de interagir com o mundo a ser pesquisado por meio da descrição do que funciona e do desenvolvimento de planos para o futuro nos dá ideia do processo de construção do conhecimento através da ação e da criação/identificação de estratégias para o futuro, pontuando as possibilidades de mudança (Reed, 2007). Ao explorar os relatos sobre experiências positivas não estamos negando nenhuma das dificuldades encontradas, mas sim buscando dar espaço de produção de conhecimento para aquilo que tem sido pouco explorado e que pode oferecer elementos para entender como ampliar essas experiências para outros contextos (Souza, McNamee & Santos, 2010).

A IA, tomada como método de pesquisa, estrutura-se a partir dos princípios de: a) simultaneidade, que entende que investigar algo é intervir na medida em que a construção daquela realidade está acontecendo também no momento da pesquisa; b) no princípio poético, a partir do qual exploram-se as diferentes possibilidades interpretativas de uma mesma realidade; c) o princípio antecipatório, no qual entende-se que a maneira pela qual a pessoa pensa seu futuro influencia a forma como ela se direciona para ele, e d) o princípio positivo, que constata que quando as pessoas resgatam e relatam aquilo que é positivo em sua vida mostram-se mais engajadas na conversa e podem ter novas ideias ou maior clareza sobre o que as motiva em sua atuação e o que é necessário para tanto (Souza, McNamee & Santos, 2010). Em nossa pesquisa, nos inspiramos nesses princípios para construção de nosso roteiro de entrevistas para ser utilizado com psicólogos(as) que trabalham em CRAS.

Esses princípios nos inspiraram na escolha de perguntas que ao invés de abordarem as dificuldades vivenciadas pelo(a) psicólogo(a) no CRAS, aspecto amplamente abordado na literatura da área, abordavam momentos nos quais os(as) psicólogos(as) se sentiam competentes e admirados(as) pelos(as) colegas e usuários(as) do serviço. Apostamos que essa produção de conhecimento, não neutra e intencional, poderia produzir sentidos sobre o trabalho desse(a) profissional nesse serviço para a reflexão sobre alternativas às dificuldades vivenciadas. As perguntas do roteiro relacionadas a esse princípio foram: “*Quando você sente que está realizando um bom trabalho no CRAS? O que permite que você atue dessa maneira?*”, “*Como*

seus(suas) colegas descreveriam o que você faz de melhor no serviço?”, “Como você acredita inspirar seus(suas) colegas de trabalho a pensar sobre o trabalho do(a) psicólogo (a) no CRAS?”, “Como você acredita que os(as) usuários/as descreveriam o que você faz de melhor no serviço?”, “Conte uma história de sucesso em sua atuação no CRAS. O que te inspirou a agir dessa maneira? O que te deu suporte? O que você considera que ajudou para que essa prática fosse bem-sucedida?”; “Conte uma história onde houve superação de algum obstáculo no seu cotidiano de trabalho. O que auxiliou essa superação? Quais foram os recursos utilizados? Você consegue visualizar esses recursos sendo utilizados em outras situações? Quais?”; “O que mantém você motivado(a) a trabalhar no CRAS?”.

O foco apreciativo dessas perguntas responde ao pressuposto da IA de que mesmo nas mais difíceis situações há algo de bom a ser apreciado pelas pessoas em seu trabalho. Explorar perguntas apreciativas permite dar luz a esses aspectos e ampliá-los na conversa de modo a reconhecer o que permite sua existência. No caso de nossa pesquisa, apostamos que essas perguntas nos permitiriam entender o que os(as) psicólogos(as) descreviam sobre o que faziam, como faziam e o que os ajudava a fazer, quando se descreviam como competentes.

Também incluímos no roteiro perguntas com o foco no futuro, que na IA são realizadas para o resgate dos sonhos das pessoas sobre sua situação, no caso, sobre o trabalho no CRAS: *“Suponhamos que um dia você chegou no seu trabalho e tudo o que deseja para este contexto de atuação está realizado. Como é este cenário?”; “Ainda pressupondo que você esteja neste cenário, como seria sua atuação como psicólogo(a) no CRAS?”.* Essas perguntas também permitem explorar o que os(as) psicólogos(as) entendem como cenário ideal de atuação e entender o que permitiria esse cenário se concretizar.

Esse roteiro guiou as entrevistas com sete psicólogos(as) do interior do estado de São Paulo, convidados(as) a participar desta pesquisa pelo método bola de neve, que consiste em formar uma rede de contatos através dos(as) próprios(as) participantes da pesquisa. Os(as) participantes foram entrevistados(as) presencialmente e via Skype e as entrevistas foram áudio gravadas e posteriormente transcritas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado nas entrevistas presenciais e nas entrevistas via Skype, os termos foram lidos juntamente com os(as) participantes e a anuência se deu verbalmente, estando em acordo com o artigo 5º da Resolução nº 510, de 07 de Abril 2016 do Conselho Nacional de Saúde que afirma que o processo de comunicação do consentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral considerando-se as abordagens metodológicas aplicadas.

As entrevistas tiveram a duração necessária para responder a todo o questionário, com duração média de 30 minutos, variando de 20 minutos a uma hora e foram áudio gravadas com

uso de gravador digital de *Mp3* e realizadas após a anuência dos(as) participantes em participar da pesquisa. Para este capítulo, selecionamos os momentos das entrevistas nos quais os(as) psicólogos(as) abordavam sua avaliação sobre o modo como as perguntas do roteiro foram feitas. Das(os) sete participantes, quatro abordaram esse tema e suas falas são apresentadas a seguir. Também apresentamos a reflexão da entrevistadora, primeira autora deste capítulo, sobre o uso da IA no roteiro de entrevista.

2. Os efeitos do uso da investigação apreciativa

Nesta seção do capítulo, serão analisados trechos da entrevista que foram considerados significativos para pensar os efeitos do enfoque apreciativo na pesquisa. Deste modo, a ideia aqui não será analisar nenhum dos pressupostos da IA acima mencionados, mas sim, provocar uma reflexão sobre os modos pelos quais nos engajamos na pesquisa e os efeitos deste tipo de investigação tanto nos(as) entrevistados(as) como na entrevistadora.

2.1 Entrevistada 1

A Entrevistada 1 (E1) tinha sete anos de formação, trabalhava no CRAS de um município de pequeno porte – em transição para médio, com carga horária de 30 horas semanais, exercendo as atividades de acolhida, atendimentos individuais, visitas domiciliares, acompanhamentos de famílias em programas sociais e atendimentos de famílias em situação de rompimento de vínculos e violações de direitos, devido à inexistência de CREAS naquele município. Ela contou que o formato apreciativo da entrevista permitiu que ela desse voz para os recursos de seu trabalho, algo que ela se surpreendeu positivamente:

E1: Na verdade eu vou falar, assim, vou comentar uma coisa. Achei que foi muito legal o percurso dessa forma como foi feito, né? Que eu assim... Quando começou a perguntar eu falei: “Nossa, vai perguntar dos recursos!” e os problemas também perguntou, né? Mas no final eu acho que perguntar o que seria o ideal acaba dando voz a isso também.

Ao mesmo tempo, E1 afirmou ser um desafio assumir uma postura de valorização quando o cotidiano de trabalho é mais marcado pelas dificuldades do que pelas facilidades.

E1: Porque assim, eu... Assim, eu acho que eu fui falando bastante coisas do que eu vejo como positivo, mas no dia-a-dia eu enfrento muita dificuldade, assim. Então eu acho muito difícil estar nessa posição, fazendo um trabalho que eu acho que tá muito aquém do que é necessário pra essas famílias e tudo mais.

Mas conclui ter sido um exercício válido, no qual pôde reconhecer o que estaria faltando para a superação dessas dificuldades:

E1: Então... mas eu acho que foi bom desse jeito, porque cê vai valorizando que que você tem de bom, que que você tem de recurso, o que tem conseguido fazer; mas também no fim cê consegue falar um pouco do que falta, do que precisaria mudar pra fazer algo melhor.

2.2 Entrevistada 2

A entrevistada 2 tinha 13 anos de formação, trabalhava no CRAS de um município de pequeno porte, com carga horária de 20 horas semanais, exercendo atividades de acolhida, atendimentos individuais, visitas domiciliares, acompanhamentos de famílias em programas sociais, grupos e oficinas. E2 considerou as perguntas da entrevistadora “inusitadas”, por tirarem o foco predominante em sua atuação naquilo que é ruim:

E2: Acho que até as suas perguntas foram muito inusitadas. (...) A gente fica tão compenetrado no que é maçante do dia a dia. Em números, números de casos, né, quantidade mesmo assim, esse é o temor maior que eu tenho, né, é o meu trabalho perder a qualidade pelo acúmulo de coisas (...) porque é esmagante mesmo, sabe. (...) e eu vejo, é muito essa coisa de meta, de ter que atingir isso, atingir aquilo, responder isso, responder aquilo, né. Como se os números fossem o mais importante às vezes.

O que E2 considerou interessante nas perguntas apreciativas teve relação com ela se relembrar dos aspectos positivos de seu trabalho, como o bom relacionamento com a coordenadora e a possibilidade de refletir sobre o que a equipe valoriza em seu trabalho:

E2: Ah porque a gente convive junto, né, a gente é uma equipe já, assim, de muito tempo. Que nem, a coordenadora do CRAS está a mais tempo do que existe o CRAS, do que eu conheço ela desde o início. A assistente social que a gente se gosta muito tem um ótimo trabalho em parceria, essa do que reconheceria de bom no meu trabalho, eu nunca parei para pensar. A gente não para às vezes para analisar isso e a gente precisava, acho que plantou aí em mim uma... Me instigou a querer saber, né. Acho que eu faria essa pergunta depois.

2.3 Entrevistada 3

A Entrevistada 3 (E3) tinha 26 anos de formação, trabalhava em um dos dois CRAS de um município de pequeno porte, com 20 horas semanais, exercendo as atividades de acolhida, atendimentos individuais, visitas domiciliares, acompanhamentos de famílias em programas sociais realização de grupos e oficinas e algumas ações referentes ao cadastramento de famílias no Cadastro Único (base de dados do governo federal para acesso aos programas sociais).

E3 valorizou o modo como as perguntas permitiram o foco naquilo que é necessário para lidar com os problemas e não apenas em identificá-los e pareceu entender que alguns

pontos da entrevista deveriam fazer uma provocação para que o(a) profissional de psicologia se perguntasse se está realmente fazendo algo para melhorar suas insatisfações ou está “acomodado” nas dificuldades, característica que acredita ser importante na atuação profissional nesta política pública:

E3: Uma pergunta que eu acho assim interessante em qualquer entrevista que você fizer e em qualquer área é: “Se você está insatisfeita e o que você poderia fazer para melhorar?”. Porque às vezes a gente não para para pensar nisso, o dia a dia vai te envolvendo num novelo, num emaranhado. Quando chega alguém e fala assim: “Oh, mas você está fazendo isso porque você é obrigado ou você poderia fazer diferente?”. Então levanta aquele ponto de interrogação, que tem algumas coisas que você até poderia fazer diferente, mas por causa da rotina que você se acostumou, você vai levando daquele jeito o tempo todo. Eu acho que é uma questão interessante na entrevista, porque motiva para a mudança.

2.4 Entrevistada 4

A Entrevistada 4 (E4) tinha cinco anos de formação, trabalhava no CRAS de um município de pequeno porte, com carga horária de 20 horas semanais, exercendo atividades de acolhida, atendimentos individuais, visitas domiciliares e acompanhamentos de famílias em programas sociais. E4 também era responsável pela execução de atividades relacionadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além de atendimento às famílias em situação de rompimento de vínculos e violações de direitos, devido à inexistência de CREAS naquele município. E4 conta que ao aceitar participar da pesquisa previu que teria que falar mal do CRAS no qual trabalhava e imaginou como a entrevistadora iria julgar o serviço negativamente, enquanto ela entendia ser necessário reconhecer que estavam em um momento de melhorias:

E4: Olha, quando você falou comigo, no começo, eu pensei “Nossa eu vou ter que falar muito mal daqui, porque talvez ela (entrevistadora) vá falar: ‘Meu Deus, como que tem lugar que funciona desse jeito?’”. Porque realmente, a gente está num momento que está melhorando, mas eu não tenho muitas coisas positivas para falar daqui, porque eu não poderia, porque realmente falta muita coisa e a gente tem que conviver com todos esses obstáculos que eu te falei.

Com esta entrevistada em particular, a busca por histórias de sucesso, momentos de competência e superação de obstáculos foi atravessada pelo relato das vivências negativas em seu cotidiano de trabalho. E4 enfatizou em suas respostas os significativos limites estruturais e organizacionais que interferiam em sua atuação, o que dificultou que conseguisse encontrar algo de positivo em meio a todo o contexto que nos apresentava:

Entrevistadora: Você consegue identificar o que faz com que você se sinta competente. O que permite que isso aconteça?

E4: Não sei se eu consigo identificar isso.

Entrevistadora: Alguma coisa da sua formação ou da estrutura do local...

E4: Ah ta.. Então, aqui, o CRAS daqui é complicado, porque assim, a gente não tem equipe completa. Na equipe mínima que deveria ter, não tem. Então, já é outro desafio. Aqui desde o começo eu sempre tive muitas dificuldades, por causa da gestão, porque a gente sabe quando a gente trabalha em uma cidade pequena, tem um desafio de ter muitas vezes um superior que não têm a formação para estar ali, não entende o nosso papel, o nosso trabalho, então isso também sempre foi um obstáculo aqui. Aqui eu já tive que fazer muitas vezes coisas que não cabem à minha função, então isso é muito complicado também. Hoje eu sinto que as coisas estão mais assim, digamos que direcionadas, estão mudando para melhor, mas a gente ainda sofre muita dificuldade com isso. Que a gente vê que tem assim, pouco investimento dessa parte do município também. Então, é muito complicado.

2.5 Entrevistadora

Negando a pesquisa como um campo de acesso a uma pretensa realidade e entendendo que o rigor da pesquisa construcionista social está na pormenorização de como o pesquisador está implicado no processo de pesquisa, dando visibilidade a todas as fases do processo, em consonância com a postura filosófica adotada (Spink 2014), esta pesquisa coloca a questão do lugar de onde fala o(a) pesquisador(a) como processo importante nos resultados obtidos. Para a pesquisa construcionista social, é importante nos atentarmos às metodologias de trabalho empregadas para a construção do conhecimento. Sabendo-me como não neutra nesta pesquisa, coloco de qual lugar estou falando: eu, Luciana, primeira autora deste trabalho, sou também psicóloga de um CRAS desde 2014.

Minha prática enquanto psicóloga desta instituição passou por transformações que são de naturezas variadas. Ao chegar no ambiente de trabalho, deparei-me com condições de trabalho que estavam muito distantes do que poderia ser considerado como ideal: os recursos humanos eram em número reduzido e com uma sobrecarga de trabalho bastante significativa; os espaços físicos onde as ações socioassistenciais eram executadas estavam em condições inadequadas e este conjunto de situações foi, da minha perspectiva, pouco receptivo. Se a Psicologia no CRAS já demandaria uma postura de superar obstáculos - por ser eu ainda uma profissional com pouco tempo de formação e nenhuma experiência em políticas públicas - as dificuldades foram elevadas ao nível de uma grande angústia que levaram a perguntas como: “Como atuar dentro da perspectiva de um sistema de garantia de direitos nestas condições?”, “Como assegurar os direitos às(aos) cidadãs(aos) daquela comunidade nestas condições de trabalho?”, “Como fazer Psicologia no CRAS? Como fazer Psicologia naquele CRAS?” e “Como encontrar recursos que possibilitassem uma atuação ética?”.

Frente à ausência de perspectivas para atuação e de referencial teórico-metodológico para o trabalho no CRAS, além de uma formação que não me instrumentalizou para o trabalho neste campo, era urgente encontrar algum meio de estar ali e fazer meu trabalho de forma ética e coerente com o que preconizava a política nacional de assistência social e o código de ética profissional do(a) Psicólogo(a).

Durante o tempo em que estava aprendendo a lidar com este campo de trabalho, fui apresentada ao Construcionismo Social e à Investigação Apreciativa. Neste contexto, a IA foi uma possibilidade de ter contato com histórias outras que não aquelas onde tudo é difícil e nada de bom acontece. Ao invés disso, a IA enquanto recurso conversacional possibilitava olhar para situações onde houve ganhos e entender como aquilo era possibilitado.

Inicialmente senti dificuldade em assimilar a lógica proposta pela IA e houve duras críticas de minha parte tanto enquanto profissional de Psicologia quanto como pesquisadora a essa proposta, pois entendia que ela poderia mascarar os problemas macroestruturais envolvidos no trabalho do(a) psicóloga(o) no CRAS e temia que os sucessos profissionais pudessem ser supervalorizados como mérito pessoal. Entendi afinal que a IA pode ser um posicionamento ético-político quando deixa explícito o processo que leva aos seus resultados finais, quando dá visibilidade aos recursos sem mascarar os problemas. Identificar este “algo” que possibilita as coisas acontecerem de um modo positivo era o que muito me interessava.

Durante as transcrições das entrevistas percebi minha dificuldade em seguir o roteiro quando o profissional insistia em atribuir seus sucessos somente aos seus recursos pessoais e a sua formação. Em certa medida, trabalhar neste contexto exige do(a) psicólogo(a) uma busca por aprimoramentos teóricos e técnicos e o interesse do profissional é fundamental e necessário, mas me interessava saber das relações de construção desses saberes e de maneira especial, dos aspectos estruturais que os permitia serem colocados em prática. Interessava-me saber também se a legislação do SUAS estava sendo respeitada naqueles contextos, pois me interessava saber se o Estado estava fazendo sua parte naquelas histórias narradas. Eu apostava que buscar por esses aspectos estruturais me daria mais ferramentas para pensar a prática dos(as) psicólogos(as) no CRAS em diferentes lugares e permitiria argumentar sobre a necessidade de uma estrutura mínima garantida pelo Estado para que houvesse uma atuação de qualidade.

De todo modo, o contato com os(as) profissionais foi bastante gratificante na medida em que pude me sentir próxima de meus pares ao escutar e ver o entusiasmo que o campo desperta neles(as) e como colocam a motivação para o trabalho como algo que os(as) impulsiona a buscar recursos para atuar em um campo de trabalho tão recente quanto

significativo conquistado pela categoria profissional. Também foi muito positivo ver profissionais com tantos saberes e com capacidade de ação tão significativa na sociedade contando como suas atuações geram mudanças na vida das pessoas, das famílias e nos territórios, mesmo tendo a dimensão do custo deste sucesso para o(a) profissional. Muitos(as) deles(as) relataram a busca por formações, cursos, aprimoramentos e estudos constantes. Também relataram sua insistência junto ao município para que pudessem usar suas horas de trabalho para participação em cursos de formação oferecidos – mesmo que não necessariamente restritos à área de atuação do profissional de nível superior do SUAS; a necessidade constante de estar estudando sobre assuntos diversos devido às diferentes necessidades e públicos que chegam para ser atendidos nos CRAS, e como o cotidiano de trabalho é desgastante pela quantidade de trabalho que são convocados(as) a assumir.

Diante deste cenário descrito pelos(as) entrevistados(as), as questões trazidas por eles(as) também se fizeram minhas em muitas situações. A voz de minha orientadora e dos(as) docentes presentes em meu exame de qualificação passaram a fazer parte do meu cotidiano de trabalho. Creio que no dia-a-dia muitos questionamentos foram devolvidos tanto para o público atendido como para os profissionais com quem dialogo, seja de modo direto através do compartilhamento de algumas reflexões tanto em termos de posicionamento no cotidiano do trabalho na medida em que acredito que minha prática tenha se tornado um pouco mais crítica e menos mecânica.

3. Sobre ser crítico e apreciativo quando falamos em políticas públicas

Como abordar as insuficiências no trabalho no CRAS na sua complexidade, entendendo-as como atravessadas pela falta de investimentos e sucateamento do Estado, sem culpabilizar os(as) trabalhadores(as) individualmente por elas e podendo dar visibilidade a histórias de recursos e potências, mas ao mesmo tempo não individualizando essas experiências positivas?

Silva e Rasera (2013) abordam os efeitos negativos da retórica de um serviço público problemático, inclusive para construção de argumentos a favor de interesses da iniciativa privada, por exemplo, como o da privatização. Assim, dizer que o que funciona no público é uma forma de manter aquilo vivo e dizer o que é necessário para mantê-lo, explicitando os meios pelos quais o sucesso é ou seria atingido, atribuindo corretamente a responsabilidade de cada personagem envolvido(a).

Nesta perspectiva, ao abordar as histórias de sucesso dos(as) participantes da pesquisa, os momentos de competência e os momentos de superação de obstáculos e questionando sobre o que lhes dá suporte e o que possibilita que estes momentos aconteçam, estamos buscando pelos modos pelos quais os recursos estão presentes e como são disponibilizados, em um comprometimento com a realidade local. Deste modo, usar a IA em um contexto de política pública é uma tentativa de posicionamento político no campo de pesquisa nesta área de atuação.

Em um contexto de tantos desafios como o cotidiano de trabalhadores(as) do CRAS isso pode ser bastante útil na medida em que o cotidiano de trabalho pode acabar produzindo uma desconexão das motivações mais profundas destes(as) profissionais para sua atuação. Segundo Reed (2007), aquilo que focamos – neste caso, resgate de vivências positivas e identificação de competências e de momentos de experiências onde as coisas foram bem feitas - pode promover uma realidade potente para lidar com as adversidades impostas pelo cotidiano, ao invés de uma realidade onde as coisas estão sempre falhando.

Ao mesmo tempo, ao buscar histórias de sucesso em um contexto como o do CRAS assumimos, enquanto pesquisadoras, um risco na medida em que a palavra “sucesso” carrega em si um sentido bastante forte e que conduz muitas vezes a alguma experiência focada no indivíduo, a uma ideia de empreendedorismo, “perfil” – como se o sucesso estivesse no(a) trabalhador(a), sem levar em conta os empecilhos do dia-a-dia e as adversidades em atuar em uma política pública – principalmente no cenário nacional. Isso se torna ainda mais crítico quando, somadas à necessidade de uma condução adequada da IA, poder ser produzido um efeito de personificar algo sem levar em conta o contexto em que este “algo” ocorre.

Rogers e Fraser (2003) apontaram a possibilidade de efeitos como os acima mencionados serem gerados com o uso da IA cujo uso segundo eles requer o preparo epistemológico adequado de compreensão no que esta prática consiste, senão assume-se o risco de se tornar somente um meio de dizer coisas positivas sobre algo. Além disso, os autores colocam que isso pode acabar conduzindo a resultados com poucos fundamentos ou à autocongratulação dos(as) participantes, que podem evitar assuntos difíceis e/ou oferecer dados incompletos.

No contexto atual do Brasil, onde temos uma situação de contenção de gastos públicos cada vez maior e pensando que a assistência social enquanto política pública não possui as mesmas garantias constitucionais que a saúde, educação e a previdência (com exceção do pagamento do BPC – Benefício de Prestação Continuada), existe a preocupação de que o foco nas histórias de sucesso poderiam deslegitimar a discussão em torno da precarização do trabalho

e do desmonte do SUAS, por um ataque constante inclusive aos princípios que regem a política – de integralidade, universalidade e igualdade. Como conciliar o relato do positivo com a situação que estamos vivendo? Como sair da reclamação do que não dá certo para falar do que funciona sem deixar de discutir a questão do desmonte no SUAS? De fato, há a preocupação de que ficar só no que dá certo possa esconder o que está errado e de que o preço desse “dar certo” pode ter como efeito uma maior precarização das condições de trabalho, legitimando a ideia de que cortes de recursos poderiam ser feitos sem impacto direto nos resultados.

Por outro lado, trazer o que é feito de bom e inovador e fazer circular esse conhecimento no campo pode ser uma estratégia relevante, desde que todos os aspectos contextuais sejam considerados. Reed (2007) coloca que a utilização da IA em ambientes de trabalho de muito estresse e grande pressão não busca evitar ou ignorar as vivências negativas. As entrevistas são uma negociação entre entrevistador(a) e entrevistado(a) e a experiência mostra que se a necessidade em falar de problemas existir, isso pode acontecer. A imagem do(a) pesquisador(a) muitas vezes carrega uma carga negativa e com necessidade de manejo pelo(a) entrevistado(a) de uma expectativa de perguntas muitas vezes coercitivas. A mudança de uma postura defensiva de encontrar problemas e culpados(as) para uma postura de exploração de forças leva tempo e requer uma negociação constante para que possa se mover de posições negativas para posições apreciativas

Considerações finais

A partir deste texto, respondemos positivamente às questões do Prof. Dr. Emerson F. Rasera (comunicação pessoal, 23 de novembro de 2018) sobre nossa pesquisa por ocasião de sua participação na banca de qualificação de Mestrado da primeira autora, questões essas que em muito inspiraram a escrita deste capítulo: “É possível ser apreciativo e crítico? É possível ser apreciativo com os(as) profissionais e cobrar do estado suas responsabilidades? É possível defender uma política pública e ainda assim reconhecer seus limites e apontar suas contradições? É possível trabalhar com IA e reconhecer seus limites, apontando para os desafios em sua inserção no contexto brasileiro?”.

Pensar a atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS, onde o trabalho cotidiano já é repleto de desafios pela natureza do trabalho e com toda a produção científica da área enfatizando a dificuldade da profissão de se pensar em contextos outros que não os tradicionalmente tidos como parte do rol de possibilidades de atuação do profissional de Psicologia (como a clínica ou mesmo o SUS, quando pensado como uma possibilidade de ofertar procedimentos

psicoterapêuticos para a população), nos convidou para o uso da IA enquanto uma estratégia de resgate de recursos e como possibilidade de criação de realidades mais potentes. O receio de um uso ingênuo da IA, que individualizasse as experiências de sucesso dos(as) profissionais entrevistados(as) e que não levasse em consideração os contextos institucionais e sociais dos envolvidos, construindo uma narrativa unilateral, e a busca pelos cuidados para que isso não ocorresse foi uma constante em nossa pesquisa. Porém, a experiência com a IA foi a oportunidade para alguns(as) participantes de pensar coisas antes não pensadas e resgatar histórias em que vivenciaram momentos positivos em seus cotidianos de tantas dificuldades, segundo relataram.

Embora o foco de nossa pesquisa não seja o desenvolvimento da IA enquanto uma metodologia de intervenção, um roteiro inspirado em suas premissas se mostrou útil e produziu efeitos positivos nos(as) entrevistados(as). Sabemos que estar em campo coloca a possibilidade de produção de uma realidade que possa ser útil para o contexto pesquisado e seus(suas) participantes. Deste modo, enfatizamos que esse pode ser considerado um argumento importante para que nossas práticas enquanto pesquisadores(as) sejam constantemente repensadas de modo a fazermos escolhas que levem o campo em consideração e que busquem diminuir efeitos danosos ou pouco positivos para nossos(as) colaboradores(as).

Referências

- Andrade, Anne G. S., & Morais, Normanda A. (2017). Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*: 37(2), 378-392. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001412016>.
- Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB- RH/SUAS*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

- Cockell, Jeanie, & McArthur-Blair, Joan. (2012). *Appreciative inquiry in higher education: A transformative force*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Costa, Rafaela R., & Alberto, Maria F. P. (2017). Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(1), 193-208. Recuperado em 30 de março de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100014&lng=pt&tlng=pt
- Gergen, Kenneth J., & Gergen, Mary. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto NOOS.
- McNamee, Sheila. (2014). Construindo conhecimento / Construindo Investigação: Coordenando mundos de pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 105-131). Rio de Janeiro, RJ: Editora NOOS.
- Pereira, Vinicius T., & Guareschi, Pedrinho A. (2016). O CRAS em relação: profissionais e usuários em movimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 102-110 <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1153>
- Pereira, Vinicius T., & Guareschi, Pedrinho A. (2017). A Psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i119584>
- Reed, Jan. (2007). *Appreciative Inquiry: Research for change*. London: Sage Publications.
- Rogers, Patricia J., & Fraser, Dugan. (2003). Appreciating Appreciative Inquiry. *New directions for evaluation*, 100, 75-83. <https://doi.org/10.1002/ev.101>
- Romagnoli, Roberta C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia e Sociedade*, 28(1), 151-161. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>.
- Silva, Gabriela M., & Rasera, Emerson F. (2014). A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 21(1), 61-76. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000012>
- Souza, Laura V.; McNamee, Sheila, & Santos, Manoel A. (2010). Avaliação como construção social: investigação apreciativa. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 598-607. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300020>
- Spink, Mary J. P.; Brigagão, Jacqueline. I. M.; Nascimento, Vanda L. V., & Cordeiro, Mariana P. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Capítulo 6

O método de execução penal APAC e a construção do Self

Sirlene Lopes de Miranda

Danilo Silva Guimarães

Introdução

Este trabalho descreve as implicações da vivência institucionalizada na construção cultural do Self em um sistema prisional no qual a pessoa assume uma dupla posição: 1 - cumpre sua pena; e 2 - também participa da administração da instituição penal, como responsável pela segurança, sendo ator do sistema prisional e fiscal da aplicação da própria metodologia de execução penal. Trata-se de uma discussão teórico-metodológica a partir do campo teórico da psicologia cultural em sua vertente semiótico-constructivista (Simão, 2010) e de um estudo de caso na instituição APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), método alternativo de cumprimento de pena privativa de liberdade que prescinde de presença policial e compartilha a administração com a comunidade local, uma política pública da justiça vinculada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desde 2001.

O presente texto buscará discutir como se dá a construção cultural do Self nesse contexto específico de institucionalização e cumprimento de pena privativa de liberdade, e quais reverberações teóricas são possíveis a partir desse estudo de caso, tomando como partida as noções teóricas de multiplicação dialógica (Guimarães, 2013), cultura (Valsiner, 2012b), reguladores semióticos (Valsiner, 2012b) e balizas (Valsiner, 1998). Os dados empíricos utilizados neste capítulo partem de um recorte de informações de pesquisa realizada como doutorado para a qual foram realizadas 12 visitas à APAC para observar como se davam as relações interpessoais, contando com o registro das informações em um diário de campo e 18 entrevistas com os diferentes atores que compõem a instituição, perante consentimento prévio.

1. A construção cultural do Self

Valsiner (2012b) propõe uma teoria sociocultural de desenvolvimento humano que se baseia no conceito de ação simbólica, que implica em uma integração entre afeto e racionalidade em um processo constante de produzir objetivos e metas diante da

imprevisibilidade do futuro. O autor toma a cultura como um regulador semiótico, inerente e sistêmico dos processos psicológicos individuais, um processo dinâmico que se articula com os sistemas intra e interpsicológicos da pessoa. Partindo-se desta noção de cultura, torna-se necessária uma análise da episteme de uma dada tradição e da historicidade dos processos sociais que participam da construção cultural da subjetividade. Consideramos que há estruturas de conhecimento ocultas em cada período histórico particular nas quais se encontram pressupostos e preconceitos, em geral, não conscientes, mas que se fazem presentes no pensamento das pessoas de uma época e que podem se materializar em estratégias de poder e na legislação destes ou de períodos históricos posteriores.

Nesta perspectiva de pesquisa, compreende-se que a cultura não é algo dado, pronto e pré-determinado, e nem se resume a um conjunto de práticas de uma dada comunidade, mas de sentidos, valores e significados compartilhados entre as pessoas e também com ela mesma, no nível intrapsicológico, a partir de uma historicidade em um fluxo de tempo irreversível (cf. Valsiner, 2012a), no qual o presente compartilha experiências de nosso passado e também do futuro iminente e que está em processo de construção nas relações dialógicas do agora.

Esse entendimento da cultura também se inclui na análise das transformações construtivas do curso natural da pessoa e da trajetória de vida ao longo de seu desenvolvimento (Valsiner, 2007). Os cursos de ação tomados por ela ao longo da trajetória de vida se dão para lidar com os desafios que poderão surgir. Entre o presente situado e o futuro iminente, a ação simbólica dá sentido ao fluxo irreversível do tempo e às experiências no presente vivido.

No Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia a noção de Self é discutida levando-se em conta negociações e trocas dialógicas nas relações eu-outro-mundo (Simão, 2010; Simão, 2015). Para a área, um dos mais relevantes precursores dessa discussão, que elaborou de forma sofisticada a noção de Self, é Wiliam James. James (1890/1990) traz a concepção de Self como um espaço intrapsíquico integrado às relações da pessoa com os outros e o mundo. Ele foi um dos primeiros a trazer a discussão de uma noção de Self na qual o mundo interno e o externo se complementariam, pois a partir de suas concepções sobre a consciência do eu, há um Self bipartido que, em parte, é um sujeito ativo do conhecimento (eu) e, por outro lado, um objeto passivo de ser conhecido (mim). James (1890/1990) define o Self como não apenas material e individual, mas também social, espiritual e empírico, ao envolver tudo aquilo que pode ser chamado de “meu”.

Há uma ênfase nos processos internos de constituição do Self a partir das contribuições de James, mas, a partir desta compreensão teórica, também há fronteiras de separação

afrouxadas entre mundo interno e externo, que contribui para o Self ser compreendido a partir de uma natureza processual. Como o Self integra as experiências interpsicológicas no plano intrasubjetivo? As percepções sobre os outros no mundo sensível também coexistem no processo constitutivo do Self, partindo-se da própria compreensão de um eu social e espiritual que Wiliam James (1890/1983) propôs. Este capítulo trará, então, para discussão alguns apontamentos de Mead quanto aos aspectos relacionais de construção do Self e, a seguir, as contribuições da multiplicação dialógica para a sua compreensão.

Mead (1934/1992) propõe que o Self seja definido através das relações com os outros, ressaltando que o Self pode emergir e sofrer transformações com o passar do tempo. A consciência seria, então, resultante da capacidade humana de usar símbolos e pensar sobre o próprio Self ao permitir que as pessoas se comportem socialmente. Mead (1934/1992) partiu da discussão sobre sociedade e indivíduo para construção de sua teoria sobre o Self, a partir da gênese social de formação da personalidade, pela qual uma segunda pessoa torna-se essencial para a construção de uma autorreferência para o eu por meio das trocas simbólicas e das convenções semânticas compartilhadas intersubjetivamente.

Mead (1934/1992) colaborou para avanços no entendimento da subjetividade construída a partir de uma interação social, na qual a linguagem é o elemento central para a formação social do Self. Alguns de seus conceitos foram apropriados e “(re)significados como aportes científicos balizadores da teoria social” (Souza, 2011, p. 377). Seus constructos se apresentam na obra dos sociólogos Berger e Luckmann (1966/2004), em especial ao discorrer sobre “a construção social da realidade”; e do sociólogo alemão Jürgen Habermas (1988), que parte do pressuposto de que dialeticamente ocorre a individuação do sujeito no processo intersubjetivo de interiorização da realidade (Souza, 2011).

Os avanços na compreensão da noção de Self propiciadas por Mead nos permitem pensar em conflitos para o Eu em situações sociais causadoras de tensão e inquietação. Mas, como o Self resolve essas tensões dialógicas com ele mesmo e com as interações em sociedade? Novas perguntas e questionamentos surgem na compreensão do Self: I) quando a interação social for balizada por diferentes culturas e linguagens, as trocas gestuais e simbólicas ficariam restritas ao campo da linguagem verbal? e II) quanto às relações concretas e dinâmicas do cotidiano relacional e sua emergência na constituição do eu, como se dariam tais processos?

Visando ampliar essa discussão, lançaremos mão de constructos contemporâneos da Psicologia Cultural, em sua vertente semiótico-construtivista, como tentativa de ampliar o debate e trazer mais fortemente no texto, esta metateoria em Psicologia. É notável que existem

diferentes concepções de Self na Psicologia enquanto ciência. Do ponto de vista da multiplicação dialógica, o Self diz de uma constituição dinâmica, a partir das relações intra e interpessoais que se articulam na construção de aspectos interpsicológicos (Guimarães, 2013). O Self se constitui na relação entre o eu e o outro em um mundo sensível, o que implica na tentativa de um diálogo e na busca por compartilhamentos intersubjetivos. Tais compartilhamentos nunca serão completos, pois os objetos não são os mesmos para diferentes perspectivas em relação.

A noção de multiplicação dialógica focaliza o limite dialógico entre o eu e o outro integrando aquilo que é imaginado intrasubjetivamente e a dimensão intersubjetiva. Portanto, orienta o pesquisador na direção de uma abordagem detalhada sobre os processos envolvidos no compartilhamento psicológico e na diferenciação interpessoal de cursos de elaboração de sentido das experiências vividas (Guimarães, 2013). O Self, tal como abordado por meio da noção de multiplicação dialógica, é entendido como território de tensões dialógicas entre identidades e alteridades, ao abrigar múltiplas perspectivas a partir das relações sociais concretas. Isso envolve a articulação de experiências vividas no âmbito interpessoal (percebidas como externas) e intrapessoal (percebidos como internas).

Na compreensão dos processos de compartilhamento e diferenciação psicológica, pode-se dizer que os processos relacionais permitem a emergência de mais de um objeto de referência semiótica, pois estes não são os mesmos para os diferentes pontos de vista (cf. Marková, 2006; Guimarães, 2013). Portanto, a multiplicação dialógica, contemplando as contribuições de Marková, parte da concepção de uma multiplicação da tríade dialógica (eu-outro-objeto semiótico) à medida que esse objeto se diferencia em diversas perspectivas socioculturais.

2. Método

A participação observante (Bastien, 2007; Malfitano & Marques, 2011), foi utilizada como recurso metodológico para o estudo de caso que possibilitou descrever e analisar as relações concretas no âmbito da instituição penal APAC. Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores institucionais.

O estudo de caso compreendeu 12 visitas à APAC (unidade masculina situada em Minas Gerais), realizadas no período entre julho de 2015 a julho de 2016, de frequência mensal, sendo que a pesquisadora permanecia na instituição e acompanhava as atividades institucionais (que envolviam homens privados de liberdade, funcionários, membros da diretoria, voluntários da

comunidade local, familiares das pessoas presas, egressos da APAC e membros do Tribunal de Justiça) e que ocorriam entre 8h e 16h, aos domingos (dia reservado para visitas familiares) e nas segundas-feiras. Neste capítulo, há apenas recortes dessa pesquisa de doutorado, deixando-se claro que não se trata aqui de uma pesquisa que vise comparar diferentes metodologias de execução penal, muito menos defender um método em detrimento de outro, mas apenas de discutir dados empíricos em um estudo de caso, preservando suas particularidades. Foi utilizado um diário de campo, de forma complementar, para registro dessas informações levantadas durante a observação do contexto institucional, visando compreender as relações interpessoais no cotidiano institucional.

O método APAC se fundamenta em 12 elementos (Ottoboni, 1997/2001; Ferreira, 2016): 1- Participação da comunidade civil através da coparticipação na administração da instituição; 2- Responsabilidade e ajuda mútua durante o cumprimento da pena entre as pessoas privadas de liberdade, em uma instituição sem presença de agentes armados; 3- Trabalho a partir de atividades artísticas e teatrais oferecidas ao regime fechado com o intuito de despertar autoestima, potencialidades e senso estético e criativo; profissionalização para as pessoas do regime semiaberto, conforme interesses de cada pessoa; 4- Acesso às práticas de espiritualidade singulares das pessoas, direito previsto na Lei de Execução Penal; 5-Assistência jurídica, pois 95% das pessoas que cumprem pena não possuem recursos financeiros suficientes para essas despesas; 6- Assistência à saúde, com acesso a atendimento médico, psicológico e dentário; 7- Participação da família no método APAC (acompanhamento psicossocial da família por uma equipe técnica), e com visitas sem revistas vexatórias; 8- Voluntários da comunidade local auxiliando os funcionários e diretoria administrativa; 9- Centro de Reintegração Social – CRS, pequenas prisões com regimes devidamente separados; 10- Progressão de regime e livramento condicional a partir da individualização da pena; 11- Participação em eventos de reflexão religiosa e artística; 12-Participação em atividades de valorização humana - para reflexão de vida, planejamento pessoal, afetivo e profissional.

A partir das informações levantadas na pesquisa, foi elaborado um protocolo de análise das antinomias e aspectos expressivos (Wertsch, 1993) que emergiram das experiências vividas com os participantes em três campos-tema (cf. Spink, 2003) selecionados para análise: i- relações interpessoais, ii- relações intrapessoais, e iii- relação APAC-sistema prisional convencional (presídio estadual). A noção de campo-tema (cf. Spink, 2003) foi desenvolvida para debates em pesquisa de campo do ponto de vista da psicologia social. Campo-tema diz respeito às redes de sentidos que se interconectam, “é um espaço criado - usando a noção de

Henri Lefebvre (1991) - herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação” (Spink, 2003, p. 28). O campo é uma rede de sentidos construídos a partir das trocas dialógicas sobre o tema de estudo. Cada contexto de convívio interpessoal apresenta um sistema de valores distinto que baliza múltiplas trajetórias de ação (cf. Boesch, 1991) para a pessoa.

Esta pesquisa, situada na área de Políticas Públicas da Justiça, Psicologia e Direitos Humanos destacará os seguintes subtópicos de discussão: os processos históricos de construção da prisão como pena; as tensões dialógicas estabelecidas na fronteira entre os sistemas de crenças e valores vividos no método convencional e no método APAC; os aspectos institucionais e os circuitos de poder na construção cultural do Self.

3. Os processos históricos de construção da prisão como pena

Será apresentada aqui apenas a tradição cultural na qual se assenta o objeto de estudo da presente pesquisa e como ela se torna dominante na determinação das formas de encarceramento na atualidade no contexto brasileiro: o modelo ocidental de sanções penais. Neste capítulo, fica delimitado o período compreendido desde a antiguidade até a modernidade em uma breve reflexão dos processos culturais de construção da pena, que não tem como objetivo esgotar essa discussão, mas apenas contextualizar a origem da prisão e apresentar seletivamente pontos de tensão que ocorreram ao longo dos processos prisionais no mundo ocidental. A identificação desses pontos de tensão é relevante em uma perspectiva dialógica de pesquisa, na qual é preciso considerar a dimensão da temporalidade¹ na construção dos fenômenos e a compreensão de um presente que também integra dimensões de passado e de futuro no agora, em uma transformação constante.

Concepções culturais presentes desde a antiguidade até a transição de uma sociedade guerreira para uma sociedade cortesã (entre séculos XIV e XV) assentam transformações de sentido na construção social da prisão como pena.

Na antiguidade, desde os primórdios dos rituais de guerra, o suplício era praticado como espetáculo estético de tortura (Zainab, 2008). O poder era delineado e demonstrado pela punição. Havia uma emoção voyeurística em visualizar cenas de violência do próprio

¹ A noção de temporalidade aqui trazida parte dos estudos de Ingold (2000), Guimarães (2015) e Guimarães & Nash (submetido). Refere-se à uma reciprocidade de atividades mutuamente compartilhadas, nas quais “a pessoa, ao realizar suas tarefas, também atende a outras pessoas” (Ingold, 2000, p. 196) e não a uma sucessão de eventos no tempo.

espetáculo sangrento (jogos romanos violentos, charadas romanas, espetáculos apresentados nas arenas), ao mesmo tempo que se produzia tensão e medo (Zainab, 2008). Esse modo de pensar a punição se estendeu até a Idade Média, uma vez que o suplício permanecia como algo permitido e executado publicamente contra os hereges como atos de fé durante o período da Inquisição.

Foucault (1987) descreve que a natureza do poder de punir, a partir do século XIV, deixou de responder à ordem religiosa ou teológica e passou a responder a outro princípio secular e profano, o senso de justiça enquanto lei. Com a queda do poder do cristianismo católico, de forma progressiva, foi desenvolvido o conceito de justiça como aplicação de uma norma construída pelas demandas da sociedade. Um ‘terceiro’ com mais poder começou a surgir na pessoa do governo-Estado, que passou a monopolizar a legislação e a tributação.

O ideário liberal (predominante nos séculos XVII e XVIII) prioriza as noções de individualismo, sociedade, leis, razão e liberdade. Predominava a defesa que o homem possuía sua própria iniciativa para alcançar seus objetivos, em oposição à racionalidade socialmente dominante no período anterior. A modernidade fez emergir o direito ao livre comércio e à propriedade, o objetivismo e uma visão de igualdade entre os homens. A razão era considerada o mecanismo legítimo pelo qual o homem deveria experimentar o mundo à sua volta. Fruto deste percurso de defesa das propriedades e do uso da razão surgiu o primeiro momento de consolidação da prisão como pena, agora, como instrumento disciplinar do governo-Estado (Foucault, 1987).

Desde a Idade Média, com os perseguidos pela Igreja, a pena não se configurava como prisão, mas, ao contrário, caracterizava-se pelos açoites, amputação de membros, confisco de bens, trabalho forçado e morte. A prisão se apresentava como guarda provisória das pessoas (que eram condenadas por alguém que as considerava pessoas que colocavam a ordem social em risco). A prisão também tinha como finalidade a retenção de prisioneiros do rei, escravos punidos por seus senhores ou prisioneiros de guerra, além de custódia dos infratores à espera de serem julgados pelo rei. A vitória do poder soberano do rei sobre a pessoa era representada em um cerimonial: corpos esquartejados, marcados no rosto ou no ombro e expostos a um cerimonial judiciário (Foucault, 1987).

Como reação à ênfase iluminista conferida à razão, o romantismo se caracterizou como um movimento político, filosófico e artístico particular que surgiu nas décadas finais do século XVII na Europa e durou até parte do século XIX. Emergiu nesse período uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo, fruto de um movimento estético e idealista. No

percurso de tensionamentos entre os ideários iluminista e romântico, o questionamento do poder de punir por parte dos órgãos estatais especiais e a adoção de tribunais de pessoas letradas levantou a ideia de uma sanção corretiva e de uma nova subjetividade com o advento da sociedade disciplinar (Carvalho Filho, 2002).

A disciplinarização da sociedade foi marcada pelas mudanças ocorridas entre os séculos XVIII e XIX que levaram a alterações nas tecnologias de poder (Foucault, 1987). Ao longo dessas mudanças históricas, emergiram várias instituições de poder que aplicaram as medidas disciplinares: os asilos, os manicômios, as prisões, as fábricas, as escolas. As instituições passaram a se organizar a partir de um sistema rigoroso de controle que contava com uma arquitetura dos prédios favorável ao controle interno da vida diária e das ações das pessoas, com vigilância constante dos corpos dos indivíduos. A disciplina normalizadora emergiu como uma estratégia de captura das subjetividades das pessoas. A lei e o governo ganharam uma forma regular de administração fortalecendo a estatização da justiça penal (Foucault, 1987).

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, os sistemas judiciais e penais foram organizados na Europa e no mundo. Com o surgimento de um novo modelo disciplinar punitivo direcionado à pessoa em cumprimento de pena, nasceram procedimentos punitivos que não mais deixavam marcas nos corpos das pessoas punidas, mas configuravam-se como uma punição velada. O castigo corporal deixou de ser praticado, abominado pela sociedade, e cedeu espaço ao poder disciplinar. Ao contrário de destruir o corpo do indivíduo criminoso, a sociedade assumiu o controle sobre ele. As penas tornaram-se aplicáveis proporcionalmente aos atos praticados. O direito de punir deslocou-se do Estado, enquanto detentor de um poder vingativo e soberano e passou para uma punição enquanto justificativa de defesa da sociedade.

Foucault (1987) aponta o conceito de normatização como a dominação, na qual se exerce o poder como norma, uma forma de poder que regulariza a vida dos indivíduos, uma sociedade que rege a vida das populações (biopolítica) e que se exerce sobre contextos e instituições diversas. A sociedade disciplinar substituiu as práticas de suplício de outrora por uma sociedade panóptica, uma máquina da vigilância (termo que literalmente quer dizer: “vê-se tudo”, de Jeremy Bentham) construída pela tecnologia do poder (ou microfísica do poder).

A sociedade panóptica diz respeito ao uso das estratégias tácitas de poder que atravessam séculos, a sociedade de controle, na qual todas as atitudes das pessoas são vigiadas por arquiteturas que se assemelham a prisões ao favorecer uma visão privilegiada das pessoas que circulam pelas organizações e instituições. As fábricas, as escolas, os manicômios, os hospitais, as prisões, as lojas, as empresas, as tecnologias e câmeras digitais da atualidade

representam esta noção de sociedade de controle. Uma sociedade na qual impera o panoptismo nas relações interpessoais cotidianas e nas instituições.

Acerca dessas estratégias disciplinares, Foucault (1987) critica a ineficácia do poder coercitivo, e questiona o papel do Estado na trajetória de construção da criminalidade e de corpos passíveis de manipulação a partir dos interesses políticos governamentais. O autor afirma que a sociedade panóptica provoca vários efeitos indesejáveis: se todos podem ver o poder vigilante, mas ninguém sabe como e quando ele se fará presente, todos ficam constantemente atentos; há uma vigilância permanente em seus efeitos, um olhar hierárquico, uma sanção normalizadora e a produção de docilidade ao regime. Entretanto, Foucault descreve que o Estado é um órgão que possui poder disciplinar, mas não é o único, pois o poder está nas mãos de todos os indivíduos, não emanando do sujeito em si, mas de uma rede de relações que envolve pessoas, assim como no próprio discurso, na arte, na arquitetura, na escola.

Há duas polaridades que se colocam nesses movimentos históricos discutidos por Foucault: a soberania e a vingança do Estado como uma pena *versus* a vigilância que promove atitudes passivas e dóceis ao processo de disciplinarização. Um campo de tensões que se apresenta nesse percurso histórico de construção das sanções penais: eficácia e não eficácia dos métodos de suplício empregados como pena, ainda são questionadas na contemporaneidade no mundo ocidental e que promovem discussões a partir de diversos pontos de vista: direitos humanos, ciência criminal, políticas públicas e de segurança, métodos higienistas de limpeza social.

A partir dessa historicidade da construção das penas entende-se que a noção de crime se caracteriza a partir de um valor simbólico e particular, definido segundo os momentos históricos, socioeconômicos e culturais, e que carrega consigo as características de exclusão e de uma prática de higiene social que se apresenta nas novas e atuais tecnologias e circuitos de poder engendrados nos sistemas penitenciários constituídos na tradição ocidental.

4. As tensões dialógicas estabelecidas na fronteira entre os sistemas de crenças e valores vividos no método convencional e no método APAC

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi fundada em 1972, em São José dos Campos/SP. Membros do movimento cristão católico, denominado Cursilho de Cristandade de São Paulo/SP, que visitavam periodicamente homens e mulheres privados de liberdade, insatisfeitos quanto à temática dos direitos humanos, à carência de assistência

psicossocial e de saúde aos presos e à superlotação das celas nesse presídio, desenvolveram um projeto piloto baseado em um conjunto de atividades de intervenção e assistência a pessoa em cumprimento de pena (Ottoboni, 1997/2001). Atualmente as APAC estão organizadas como uma política pública no âmbito da Justiça (Estado de Minas Gerais, 2011) a partir do projeto “Novos Rumos na Execução Penal” fundado em 2001 pelo então desembargador de Justiça de Minas Gerais, Joaquim Alves de Andrade². Hoje, essa metodologia de execução penal contempla cerca de 50 unidades em seis estados brasileiros, contanto com mais 30 unidades em processo de reconhecimento enquanto política pública brasileira, e aplicação parcial do método (conforme legislação específica) em outros 15 países.

Retomando o presente estudo de caso, a partir dos dados construídos ao longo da pesquisa, do ponto de vista dialógico, foi possível constatar uma comunicação estreita entre sistema prisional convencional (presídio estadual) e o método APAC na interface com a comunidade envolvente. Embora não tenha sido perguntado aos participantes da pesquisa sobre a sua história de vida antes da condenação ou sobre as experiências que trazia do presídio estadual e a relação estabelecida com a sociedade civil, em vários momentos questionaram experiências nesses contextos distintos.

Neste campo-tema, experiências da pessoa no sistema prisional APAC a partir das memórias e de relações dialógicas construídas anteriormente no presídio estadual, emergiram várias antinomias (dos dados empíricos contemplados em cerca de 220 horas de participação observante na instituição e a partir da análise do conteúdo de 18 entrevistas), sendo elas aqui sistematizadas: i) método APAC descrito como mais digno que o sistema convencional x potencializar um convívio interpessoal conflitante; ii) a relação estabelecida entre APAC e sistema prisional convencional, sendo o julgamento e a condenação precedente à entrada no método penal APAC, ou seja, ter uma situação jurídica definida; iii) estar preso x descrever-se como um ‘preso feliz’; iv) sentir-se preso pela consciência x o que fazer da ‘dignidade’ que possui durante o cumprimento de pena, uma vez que cumprir pena canaliza historicamente

² Ressalta-se que a APAC não diz respeito a uma Parceria Público Privada (PPP), não se vincula a uma administração de origem religiosa, bem como não corresponde ao cumprimento de penas alternativas ou a crimes de menor poder ofensivo. Ela diz respeito a uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, uma Associação pela qual a comunidade envolvente participa da gestão institucional em conjunto o governo do Estado, a partir do gerenciamento e fiscalização dos gastos públicos. Cabe à pessoa sentenciada (a APAC não recebe presos provisórios), pedir uma vaga no método APAC, por solicitação de própria autoria ou por defensor/advogado, independentemente do crime praticado. As vagas oferecidas dependem da capacidade da instituição mais próxima do núcleo familiar da pessoa presa. A implantação do método APAC depende da aprovação da comunidade local em obter um presídio sem guardas e armas em um local próximo ao centro da cidade, conforme pressupõe a metodologia, a partir de uma discussão prévia com a sociedade civil por meio de sucessivas audiências públicas.

sentidos relacionados a sofrimento e humilhação para expiação (purificação) dos erros cometidos. A partir dessas antinomias, para guiar nossa discussão, parte-se de uma síntese desses dados empíricos na antinomia-tema “*estar ‘preso pela consciência’ e ser um ‘preso feliz’ no método APAC x e o que fazer do tempo e das relações de dignidade vivenciadas durante o cumprimento de pena privativa de liberdade*”.

Os homens privados de liberdade que participaram do estudo de caso lembravam (durante a entrevista) suas experiências no sistema prisional convencional, ao relatar a ausência de dignidade, uma estigmatização nas relações com a sociedade local, bem como conflitos relacionados às celas de convívio e com os agentes de segurança. No método APAC, marmitas são substituídas pelos talheres, uniformes não são usados, as pessoas convivem com livre circulação na área interna de cada regime, possuem acesso às chaves dos respectivos prédios e operam as portarias de entrada e saída das pessoas. Conviver, trabalhar e estudar com integrantes do mesmo regime e demais atores institucionais (conforme os relatos obtidos na entrevista e na participação observante) potencializam os conflitos e as tensões dialógicas nos níveis intra e intersubjetivo. As negociações dialógicas se dão para resolver os conflitos que emergem a partir dessas antinomias.

Estes três modos de convívio (presídio estadual, APAC e comunidade envolvente) oferecem possibilidades específicas para as pessoas a partir das práticas, dos ritos e dos sentidos compartilhados entre elas, que se constituem como reguladores semióticos no fluxo da experiência. Qual o papel que a instituição APAC ocupa na construção cultural do Self da pessoa que cumpre pena? A APAC canaliza fronteiras (cf. Boesch, 1991; Marsico, 2015) entre sistemas de valores antigos e novos, e ao permitir uma passagem fluida entre valorações e práticas cristalizadas em cada um desses contextos relacionais. A instituição APAC se propõe a uma ruptura com as metodologias convencionais de cumprimento de pena ao balizar a emergência dos valores de responsabilidade e liberdade - uma construção de reguladores semióticos para o fluxo da experiência singular da pessoa que cumpre pena ou participa da coparticipação na gestão dessa execução penal.

Se a vivência institucionalizada emerge entre as bordas que guiam a realidade pessoal e as bordas que guiam a realidade institucional, novos reposicionamentos para o Self podem ocorrer por meio da possibilidade de elaboração das ações possíveis no curso de vida para a pessoa que cumpre pena. Seria esse Self, então, o mesmo Self que James (1890/1990) descrevia a partir das propriedades do Eu? A *minha pena* e a *minha liberdade* não seriam posses muito particularizadas que fogem à vida cotidiana das subjetividades? Quando a liberdade é cerceada,

o que sobra para o senso de propriedade do eu e para as relações intersubjetivas em um contexto de vida institucionalizada? Considerar essas particularidades implica em considerar as balizas (cf. Valsiner, 1998) e as bricolagens (cf. Zittoun, 2006) provocadas ao Self pela institucionalização e pelos sistemas de valores (morais, éticos e cristãos...) presentes na pena nos três diferentes contextos relacionais citados acima, integrados ou não ao Self e que promovem uma “colagem” de elementos recursivos, valorativos e crenças.

Tânia Zittoun (2006, 2007) ao realizar um estudo sobre as transições dos jovens para a vida adulta, discutiu a centralidade da construção da noção de responsabilidade, uma ‘responsabilidade simbólica’ que marca a experiência dos jovens. Trazendo essa noção para a presente pesquisa, qual seria a responsabilização simbólica do Self durante e após uma institucionalização, em especial no contexto de execução penal? Se não há apenas um sistema simbólico que organiza os valores e preceitos éticos, morais e religiosos, como o Self lida com as antinomias constituídas nas marcas da disciplina, da hierarquização, do controle sobre as subjetividades na vida que foi institucionalizada, dos sentimentos e afetos que foram direcionados para uma experiência privada de relações familiares?

A construção de um novo sistema de valores que passa a orientar as ações no presente e em relação ao futuro promove ao Self posicionamentos e reposicionamentos enquanto tentativas de superar as antinomias que emergiram nessas relações (em um processo de bricolagem- Zittoun, 2006/2007): colaborações nas relações interpessoais e conflitos entre papéis institucionais e papéis pessoais; compartilhamentos de experiências e afastamentos interpessoais; participação ativa na administração do próprio sistema prisional, bem como a possibilidade de evasão e fuga a partir da posse das chaves do sistema prisional. O Self emerge como uma possibilidade de organização das múltiplas trajetórias de ação disponíveis por meio das ações simbólicas.

Recorro a fragmentos de uma entrevista com um egresso do sistema prisional APAC, que nos traz o sentido que atribuiu para o cumprimento de pena na APAC e a vivência institucionalizada:

Pesquisadora: O que significa a APAC para você? Qual o sentido da APAC?

Entrevistado: “Aprendizagem de tudo... Experiência de vida. Experiência de vida lá é outra. Regras importantes... de fé, de tudo... aprendi tudo lá dentro! Não sabia fazer o nome do pai, aprendi tudo lá dentro, não rezava, não tinha oração. Tem o serviço lá que ajudava com a remição de pena, ajudava a pegar uma profissão, de quem não tinha né! E o artesanato, a psicologia, eu tive duas psicólogas lá dentro, me ajudaram demais mesmo! Tudo foi bom demais pra mim, eu só tenho a agradecer. Os cultos, a missa, as atividades de valorização humana, tudo

foi bom demais pra nós! Muitos voltaram pra lá, mas eu estou firme, não quero saber de cadeia mais não!”

[Linhas 3904 a 3910, Diário de Campo, 25/10/15]

A experiência no presídio e na APAC emergem na narrativa da pessoa egressa do método APAC como algo que pretende manter distante de sua vida atual, fazendo uma espécie de ruptura com um período no qual estava privado de liberdade, porém do qual obteve aprendizados. Elementos morais, éticos e cristãos, além do auxílio psicológico e das atividades de valorização humana aparecem na narrativa da pessoa como elementos discursivos presentes na bricolagem (Zittoun, 2006) produzida pelo Self.

Muitos participantes da pesquisa também trouxeram relatos que a razão que os mantêm cumprindo pena na metodologia APAC, sem evasões ou fugas, diz respeito à relativa autonomia que possuem em comparação com as vivências no sistema prisional convencional; uma relação de confiança estabelecida entre ela e a instituição, com os familiares e com a comunidade envolvente; Somando a isso, há possibilidades de inserção no mercado de trabalho, de estudar e se sentir aceito e valorizado enquanto profissional e pessoa, alguém que cometeu um crime, mas que buscou uma vitória simbólica referente à mudança de curso de vida e também uma elaboração do sofrimento vivido no cárcere.

Os binômios liberdade-reclusão e autonomia-heteronomia emergem como reguladores da experiência institucionalizada no contexto penal APAC, enquanto valores e atribuição de sentido para o sofrimento provocado pela privação de liberdade. Os recursos simbólicos e os reguladores afetivos favorecem continuidade e consistência da experiência no contexto institucional APAC e uma ressignificação da trajetória de vida. O Self se constrói pela elaboração das antinomias e ressignificação das vivências pessoais a partir das trajetórias de ação e da dialogicidade nos processos de regulação afetivo-cognitiva disponível no contexto institucional APAC.

Aspectos expressivos e ações simbólicas também emergem neste processo de reposicionamentos do Self: 1- como transformar a história de vida em arte (teatro, canto, artesanato); 2- penitência (ritos e práticas religiosas cristalizadas ao longo da sociogênese das prisões no contexto ocidental e na origem da APAC); 3- qualificação profissional, descrita como estratégia para utilização do tempo cronológico destinado ao cumprimento da pena; 4- estudo como estratégia de inclusão social; 5- resgate de vínculo familiar descrito, muitas vezes, como o motivo de se manterem vinculado ao sistema APAC sem evasões e fugas. A autonomia relativa à pessoa que cumpre pena no método APAC conflita com a heteronomia que existe nos sistemas prisionais.

Uma pessoa que cumpre pena no regime fechado (participante da pesquisa) escreveu reflexões e poemas me entregou dois textos de sua autoria, sendo um deles escrito no período em que estava no presídio e o outro escrito sobre a instituição APAC. Estes dois textos exemplificam a tênue relação entre a experiência no sistema prisional convencional e a experiência de cumprimento de pena no método APAC. A autorização foi concedida pelo autor para incluir seus textos como parte dos dados de pesquisa:

Texto 1:

O dia de um pensamento

“Quiseram roubar meu chão, tentaram furtar meus sonhos e fraudar minha alegria. Procuraram presentear-me apenas com a escuridão. Os anos que já se passaram levaram consigo o fio de lembranças que ainda restava. Pude sentir de tal forma que o incômodo das lágrimas que aconchegava a insônia, e degustei a avareza do ódio por toda a madrugada. Meu sangue incendiava em minhas veias. Naufraguei nos meus mais fatais pensamentos. O silêncio fez-se de meu amigo, minha mente fez-se vencida, mas meu coração ainda luta. Minha alma agoniada clamava em prantos pela luz que estava adormecida em mim. Faltava a ponte que me fazia enxergar o horizonte. Não pude mais sentir a leveza do céu sobre minha cabeça, perdi o faro que me permitia sentir a essência das flores. Saiu da memória como se estende um pé adiante ao outro. Minha existência desfazia-se como qualquer objeto em brasa. O sossego do espírito se ausentava e a tristeza me dominava”. A.R. (sic)

[presídio estadual, 15/11/2013]

Esse primeiro texto retrata a revolta, a insônia, o desejo de vingança, a solidão no cárcere, a dificuldade para seguir em frente e uma melancolia e humor rebaixado de quem está privado de liberdade e do convívio com outras pessoas. O segundo texto, produzido pela mesma pessoa, dois anos após a redação do primeiro texto, estando na APAC, refere-se aos desejos de transformar momentos ruins em coisas surpreendentes que mostrem o valor da pessoa.

Texto 2:

O momento

“A cada dia as coisas se tornam mais diferente porque encontramos dentro de nós momentos inesquecíveis e ao mesmo tempo muito importante... Porque sabemos que em todos os sentidos nos tornamos admirados por sermos pessoas diferente. No entanto, precisamos ser fortes para superar tudo aquilo que nos impede de transformar o amargo da vida em algo doce. Tratando de forma momentos ruins em coisa surpreendente que mostre o valor de cada um. Por isso, vejo cada um que vive entorno de mim criando diferentes formas para, estando juntos, possamos viver momentos inigualáveis. A cada tempo, os sentidos tornam tudo possível para aqueles que acredita em si mesmo”. A. R. (sic)

[APAC, 20/11/2015]

A frase “a cada momento, os sentidos tornam tudo possível” remeteu a busca por soluções dos conflitos intrapessoais perante a possibilidade de cumprir pena com dignidade e relativa autonomia conflitando com a prisão enquanto humilhação decorrente de discursos autoritários. No processo dialógico, transformar o amargo em doce e criar formas para o viver em coletividade, dentro e fora da instituição, e oportunizar a vivência de “momentos inigualáveis” diz de ações simbólicas como práticas integrativas da experiência institucionalizada ao Self.

Escolher produzir artesanato e expor este artesanato, por exemplo, é uma saída para demonstrar sua valia em detrimento ao processo de reclusão; estar preso, mas possuir valores e potenciais; querer viver esses momentos de transformação da exclusão em inclusão quando expõe os produtos de artesanatos nas feiras e eventos; quando vende esses produtos, adicionando um valor financeiro para a renda familiar; quando escreve poemas; monta um coral; visita Igrejas e outras instituições para realizar apresentações artísticas. É um novo curso de ação que reconstrói o amargo em algo de sabor mais doce, produzir modos de estar juntos menos conflitivos, produzir liberdade na reclusão, produzir autonomia nos processos carregados de heteronomia.

5. Os aspectos institucionais e os circuitos de poder na construção cultural do Self

Foucault (1969/1976) argumenta que nenhum saber é neutro, pois os discursos que o produzem são expressões e articulações de poder com estratégias próprias. No campo do saber político e institucional, os discursos são formas de controle social em um dado contexto histórico. Os modos de produção de saber em criminologia, execução penal e inserção social estão inseridos em um fluxo descontínuo na história, em um fluxo que interconecta experiências de várias épocas, desde a medieval até o contexto atual, desde os espetáculos estéticos sangrentos e, os açoites, até a prisão como sanção penal, que, agora, configura estratégia de poder que se apresenta com outra roupagem, com outras características imbricadas em um contexto político e histórico de valorização de um controle sutil e pleno sobre as pessoas que permeia a sociedade panóptica na contemporaneidade.

A compreensão dos processos de constituição do encarceramento na tradição ocidental e suas implicações nas subjetividades das pessoas na atualidade do contexto brasileiro de execução penal APAC permite uma articulação entre o poder disciplinar em Foucault e um dos modelos de compreensão contemporânea de subjetivação discutido por Figueiredo (1994/2002)

em um panorama histórico-filosófico: o regime disciplinar permeando a construção da própria Psicologia, no qual a disciplina emerge nas relações intra e interpessoais na vida cotidiana, dentro e fora das instituições.

Os circuitos de poder (cf. Clegg, 1989, em diálogo com proposições foucaultianas) são relações de significados e pertencimentos que são mobilizados para as pessoas, favorecendo o uso de técnicas de produção e de disciplina, padrões estabelecidos que nomeiem a organização/instituição como um agrupamento social. O exercício do poder poderá ser, nesta perspectiva, de duas formas: 1 - episódico, que diz do poder dos atores exercido momentaneamente; 2 - o poder à disposição, que seria a manifestação do poder oferecido pelas regras.

Os dois modos de poder (cf. Clegg, 1989) se juntam ao compor um circuito de poder. Esses circuitos poderão estar sujeitos a alterações e desafios que promovem mudanças sociais ao desafiar as regras e as relações que estruturam o poder e a dominação. Os dispositivos de poder podem também ser usados como instrumento de controle para manter os circuitos de poder previamente existentes. Esta noção de poder momentâneo ou poder à disposição permite refletir em parte ao movimento instituinte e ao movimento instituído de Barembliitt (1996). Entretanto, ambos dizem das possibilidades de cristalização de práticas de poder ou mudanças nos mecanismos de controle e administração da rotina das pessoas e de suas subjetividades.

Clegg (1990) propõe também a noção de imbricamento. Este conceito “refere-se a configuração das relações de ‘relativa autonomia’ e de ‘relativa dependência’ que existem entre as formas de organização econômica e social e sua respectiva estrutura cultural e valores institucionais no centro das quais são constituídas” (Clegg, 1990, p. 7). Este autor sugere que o imbricamento diz da ação organizacional circunscrita por uma estrutura institucional dentro da qual a ação é desenvolvida e se torna possível, sendo a estrutura institucional todas as normas financeiras, impostos, crenças religiosas, políticas e públicas constituídas a respeito das igualdades de oportunidades, sejam elas industriais, políticas ou regionais.

Partimos da noção de ‘balizas’ (Valsiner, 1998) para compreendermos o que foi descrito até aqui como ‘tecnologias e dispositivos de poder’ ou ‘circuitos de poder’ ou ‘imbricamentos’. As balizas são “instrumentos de organização temporários, construídos na ação e na ideação, no diálogo entre as pessoas, entre pessoas e expectativas contextuais, ou entre sentidos pessoais e significados coletivo-culturais” (Valsiner, 1998, p. 3). A cultura oferece balizas que conduzem os ritmos da ação das pessoas para atingir os objetivos das instituições.

A realidade institucional prisional pode ser balizada por: normas convencionadas e temporariamente formuladas, mantidas ou ignoradas pela coletividade de cada regime prisional e pela pessoa, individualmente. 1) regras disciplinares e relacionais construídas e reconstruídas nas relações institucionais, não definidas, a priori, em um regime disciplinar ou código de conduta, mas estabelecidas nas relações do aqui e agora da interação e nas dimensões extraverbais vividas ou promovidas na instituição APAC; 2) relações institucionais e pessoais, a partir dos distanciamentos e aproximações das posições pessoais e institucionais que emergem no cotidiano institucional, aceitações e resistências de seus membros em relação aos procedimentos e tecnologias que o sistema de Justiça utiliza ou reformula; 3) reguladores semióticos afetivos na relação estabelecida entre as pessoas, como valores e crenças; 4) reguladores semióticos diversos, como o trabalho, a sanção normalizadora e materializada no âmbito da justiça e a relação estabelecida entre as redes de relações que mantêm a instituição em funcionamento a partir da aceitação da comunidade local, condição prévia para sua permanência e existência da instituição APAC, dentre outros.

Essas normas que balizam as relações institucionais nos remetem à noção de redundância de Valsiner (2007). Para o autor, redundância se refere à cobertura da mesma função por mais de um sistema de controle que, por sua vez, garante o desenvolvimento da pessoa de maneira segura devido às possibilidades compensatórias construídas no próprio sistema de redundância. Assim, os corpos são submetidos a regras e disciplinas de maneira redundante a partir dos significados construídos pela cultura para as ações de *cumprir pena*, *ressocializar-se*, *recuperar-se*.

A redundância dos sistemas de controle também se organiza como um mecanismo aberto, no qual surgem possibilidades de ações canalizadas para novas construções semióticas para estas ações de *ressocializar-se*, *recuperar-se* e *cumprir pena*, de modo que algo compensatório ocorra por meio de processos psicológicos que operaram com alta estabilidade mediante uma superprodução de sistemas de controle redundantes. Esses mecanismos abertos, compensatórios e reguladores dos resultados são complexos, e dotados de construções e reconstruções de tensões dialógicas. Diferentes pessoas se relacionam com diferentes partes das mensagens semióticas presentes nos discursos institucionais e tecnologias de poder que se relacionam com essas mensagens e significados em seus próprios termos.

A partir dos dados empíricos, verificou-se que os circuitos de poder emergem pelas redes relacionais na execução penal APAC, não por uma pessoa ou um papel exercido por uma instituição. Esses circuitos de poder e imbricamentos (cf. Clegg, 1990) balizam as

subjetividades das pessoas que participam do Método APAC. Essas relações de poder capilarizadas são balizas que emergem nas trocas dialógicas entre diferentes perspectivas e que se articulam a elucubrações que talvez se aproximem dos movimentos instituintes e instituídos (Baremlitt, 1996). Elas também se apresentam nos cursos de ação da pessoa, guiando o potencial de ação (cf. Boesch, 1991) para uma ou outra direção, fluxos que permeiam constantemente a trajetória de vida. Tais alternâncias entre a emergência de novas práticas de inserção social, por exemplo, e a cristalização destas propostas (‘movimentos instituintes e instituídos’ em Baremlitt, 1996) favorecem uma descontinuidade no fluxo da experiência das pessoas, que, por sua vez, promove um desencaixe, uma experiência inquietante. Na busca por uma solução integrativa para as tensões dialógicas, os rituais criativos se mostram como modo de elaboração dessas descontinuidades no fluxo da experiência e da temporalidade que interconecta passado, presente e futuro.

A APAC enquanto sistema prisional se coloca como uma subversão ao sistema convencional, uma vertente instituinte, segundo a noção proposta por Baremlitt, ao romper com a presença policial, algemas, uniformes estigmatizantes, e propor um sistema menos desumanizado, que permite caminhos e trajetórias de subjetivação para a pessoa que cumpre pena, que permite às pessoas tomadas de decisões e coparticipação na administração e fiscalização da própria instituição. Entretanto, a instituição APAC não responde a todas as problematizações que permeiam o cumprimento de pena privativa (além de não corresponder ao método de execução penal hegemônico no Brasil e ser codependente do sistema prisional convencional³) e que dizem respeito a um sistema macrossocial, ao abranger a responsabilidade de todo o poder público, do governo- Estado e do Judiciário quanto à formulação, revisão e aplicação das leis. Discussões no nível macrossocial, envolveria pensar outras políticas públicas que visem a prevenção às diversas violências, e acesso ao sistema de garantia de direitos sociais, econômicos, políticos, de saúde, educação, segurança pública, alimentação e moradia.

Considerações Finais

No contexto da presente pesquisa, os processos de tensionamentos dialógicos potencializaram uma reflexão acerca de outros contextos institucionais. Na relação das pessoas com as instituições, no contexto da saúde e educação, incluindo-se a vida cotidiana essas

³ Codependência: O método APAC de cumprimento de pena privativa recebe exclusivamente pessoas sentenciadas, ou seja, pessoas que foram condenadas e, portanto, cumpriram pena no sistema prisional convencional (presídio, penitenciária).

tensões dialógicas também se colocam presentes para as subjetividades? A partir do Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia, é possível pensar que esses circuitos de poder (cf. Clegg, 1990) e as vertentes instituintes e instituídas (cf. Baremblytt, 1996) compreendidas nas redes de relações dialógicas, emergem da sintonização rítmica das experiências afetiva-cognitivas das pessoas que lidam com experiências institucionalizadas.

A forma com que cada pessoa se relaciona com seus afetos perpassa como ela utiliza os recursos semióticos de uma dada cultura que promove diferentes níveis de generalização e hipergeneralização na regulação afetiva da experiência. A partir deste estudo, foi possível observar que o método APAC otimiza a evocação dos signos hipergeneralizados autonomia e heteronomia, reclusão e liberdade que emergem da experiência institucionalizada e das tensões dialógicas nesse contexto de execução penal, guiando experiências inquietantes e tomadas de decisões em uma ou outra direção no curso da trajetória de vida da pessoa. A responsabilidade, a liberdade e a autonomia emergiram (a partir do enunciado das pessoas e dos dados extraverbais) como valores (cf. Valsiner, 2012a) durante o cumprimento da pena neste sistema prisional.

As pessoas se movimentam na experiência em sociedade a partir de mudanças de posições institucionais, deslocando-se entre os papéis que são institucionalmente delimitados a partir de demandas situacionais (Gillespie & Martin, 2014). O Self se constrói nesse contexto de múltiplas posições, inclusive de posicionamentos contraditórios. As pessoas não estão ancoradas em apenas uma ou outra posição social, mas podem acumular várias posições e contextos (Gillespie & Martin, 2014). A troca de posição é que favorece a relação dialógica, uma dialogicidade que permeia a autonomia relativa da pessoa em um viver institucionalizado da vida cotidiana. Portanto, estudar as pessoas a partir do contexto extraverbal de pesquisa nos permitiu identificar essas diversas posições sociais em trâmite e trocas dialógicas entre as posições pessoais e institucionais. Administrar o próprio método de execução penal é simultaneamente ocupar a posição de pessoa presa e de responsável pela segurança da instituição, o que permite à pessoa que cumpre pena a troca de posição no diálogo institucional que, por sua vez, potencializa a autonomia e uma relativa liberdade entre as pessoas.

Buscou-se, neste capítulo, uma sofisticação conceitual a partir da articulação que trouxesse a noção de Multiplicação Dialógica (Guimarães, 2013) e a noção de poder disciplinar em Foucault (1987), a partir de Clegg (1989, 1990), que nos permitiu compreender melhor as questões sócio-históricas que permeiam a contemporaneidade das execuções penais, ainda que de forma transformada. A partir desta articulação entre preceitos teóricos foi possível refletir

que, os modos de subjetivação que ocorrem nesse cenário de execução penal, na qual a pessoa possui uma dupla posição, cumprir pena e administrar o próprio método de execução, só poderiam ocorrer em uma rede de relações dialógicas carregadas de circuitos de poder que se tornam dimensões constitutivas do Self. As múltiplas perspectivas em diálogo promovem relações descontínuas no fluxo da experiência da pessoa, mas relações interdependes e inter-relacionadas ao contexto sociocultural no qual se dá o cumprimento da pena. A busca por um compartilhamento ainda que mínimo nessa rede de relações dialógicas favorece as negociações e os reposicionamentos do Self ao longo da trajetória de vida.

Várias regulações semióticas (cf. Valsiner, 2012a) se apresentam na relação que a pessoa estabelece com seu sistema de valores (cf. Branco & Madureira, 2008) a partir das experiências com campos culturais diversos. A partir dos dados empíricos, constatou-se que essas antinomias (Marková, 2006) surgem a partir das experiências vividas pela pessoa nesses três contextos relacionais diferentes - sistema prisional convencional (presídio estadual), instituição APAC e comunidade envolvente. Cada um destes espaços de convívio apresenta um sistema de valores distinto que favorece múltiplas trajetórias de ação para a pessoa que, por sua vez, direciona os mecanismos autorreguladores do Self.

Valores são crenças carregadas de afeto e associadas a propósitos ou orientadas para um objetivo (Branco & Madureira, 2008). “São concebidos como construções dinâmicas motivacionais mais elevadas, que são poderosas o suficiente para guiar nossa conduta e que estão profundamente imbrincadas de afeto” (Mattos, 2016, p. 179). Esses sistemas de valoração ocorrem no campo extraverbal, portanto, só foram identificados a partir de uma metodologia que permite uma relação com o cotidiano concreto das relações institucionais e uma compreensão acurada acerca dos fenômenos que perfazem a instituição – participação observante.

Cada contexto de convívio interpessoal apresenta um sistema de valores distinto que baliza múltiplas trajetórias de ação (cf. Boesch, 1991) para a pessoa. Então, qual o papel que a instituição APAC ocupa na construção cultural do Self da pessoa que cumpre pena privativa de liberdade? A partir dos dados empíricos, constatou-se a elaboração de sistemas de valores, que passam a orientar as ações no presente e em relação ao futuro iminente, que canalizam a construção pelo Self de posicionamentos e reposicionamentos enquanto tentativas de elaborar tensões dialógicas experimentadas pelas pessoas. O Self se desenvolve como uma possibilidade de organização das múltiplas trajetórias de ação disponíveis por meio das ações simbólicas.

Referências

- Baremblytt, Gregório F. (1996). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Bastien, Soulé. (2007). Observation participante ou participation observante? Usages et justifications de la notion de participation observante en sciences sociales. *Université de Caen Basse-Normandie*, 27(1), 127-140. Recuperado de <http://www.recherche-qualitative.qc.ca/Review.html>
- Berger, Peter, & Luckmann, Thomas. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Original publicado em 1985)
- Boesch, Ernst E. (1991). *Symbolic action theory and cultural psychology*. Berlin- Heidelberg: Springer-Verlag.
- Branco, Angela, & Madureira, Ana F. A. (2008). Dialogical Self in action: The emergence of Self-Positions among complex and cultural dimensions. *Estudios de Psicología*, 29(3), 319-332. <https://doi.org/10.1174/021093908786145377>
- Carvalho Filho, Luis F. (2002). *A prisão*. São Paulo: Ed. Publifolha.
- Clegg, Stewart. (1990). *Modern organizations: organization studies in the postmodern world*. London: Newbury Park, Sage Publications.
- Clegg, Stewart R. (1989). *Frameworks of Power*. London: Sage Publications.
- Estado de Minas Gerais (2011). Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *A execução penal à luz do método APAC* (J. R. Silva Org.). Belo Horizonte: TJMG.
- Ferreira, Valdeci A. (2016). *Juntando cacos, resgatando vidas: Valorização humana- base do Método APAC e a viagem ao mundo interior do prisioneiro*. Belo Horizonte, MG: Gráfica O Lutador.
- Figueiredo, Luis C. M. (2002). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Educ/Escuta. (Original publicado em 1994)
- Foucault, Michel. (1976). *The Archaeology of Knowledge* (A. M. Sheridan Smith. Trad.). London: Routledge. (Original publicado em 1969)
- Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (L. M. P., Vassalo Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gillespie, Alex, & Martin, Jack. (2014). Position Exchange theory: a socio-material basis for discursive and psychological positioning. *New Ideas in Psychology*, 32, 73-79. <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2013.05.001>

- Guimarães, Danilo S., & Nash, Ricardo. (submetido). O que nos comunica o ritmo? Reflexões a partir do construtivismo semiótico-cultural em psicologia. *Revista Interações*. Portugal.
- Guimarães, Danilo S. (2013). Self and dialogical multiplication. *Interações*, 24, 214-242. <https://doi.org/10.25755/int.2843>
- Guimarães, Danilo S. (2015). Temporality in cultural trajectories: a psychological approach on semiotic constructions. In L. M. Simão, D. S. Guimarães, & J. Valsiner (Orgs.), *Temporality: Culture in the flow of human experience* (pp. 331-358). Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Habermas, Jürgen. (1988). *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Ingold, Tim. (2000). *The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. New York: Routledge.
- James, William. (1990). *The principles of psychology*. New York: Cosimo Classics. (Original publicado em 1890)
- Malfitano, Ana Paula S., & Marques, Ana C. R. (2011). A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. *Revista Cadernos de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos*, 19(3), 289-296. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2011.002>
- Marková, Ivana. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente* (H. M. Filho Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 2003)
- Marsico, Giusepinna, & Valsiner, Jaan. (2015). Striving for the new: Cultural Psychology as a Developmental Science. *Culture & Psychology*, 21(4), 445-454. <https://doi.org/10.1177/1354067X15623020>
- Mattos, Elsa de. (2016). A mediação semiótica da "responsabilidade": um estudo sobre a construção de valores na transição para a vida adulta. *Psicologia USP*, 27(2), 178-188. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20160002>
- Mead, George H. (1992). Part III: The Self. In W. C. Morris (Ed), *Mind, Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist* (pp. 135-226). London: The University of Chicago Press. (Original publicado em 1934)
- Ottoboni, Mário. (2001). *Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Editora Cidade Nova. (Trabalho original publicado em 1997)
- Simão, Livia M. (2010). *Ensaio dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro*. São Paulo: Hucitec.
- Simão, Livia M. (2015). Culture as a Moving Symbolic Borders. *Integrative Psychological and Behavioral Science*; 50(1),14-28. <https://doi.org/10.1007/s12124-015-9322-6>

- Souza, Renato F. (2011). George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 369-378. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200018>
- Spink, Peter K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- Valsiner, Jaan. (1998). *The guided mind: A sociogenetic approach to personality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valsiner, Jaan. (2007). *Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology*. New Delhi: Sage Publications.
- Valsiner, Jaan. (2012a). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida* (Bastos, A. C. de S. Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Valsiner, Jaan. (2012b). *A guided Science: History of Psychology in the mirror of its making*. New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- Wertsch, James V. (1993). *Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action*. Harvard University Press.
- Zainab, Bahrani. (2008). The essence of war. In B., Zainab, *Rituals of war: the body and violence in Mesopotamia* (pp. 207- 223). New York: Zone Books.
- Zittoun, Tânia. (2006). *Transitions: Development through symbolic resources*. Greenwich, CT: InfoAge.
- Zittoun, Tânia (2007). Symbolic resources and responsibility in transitions. *Young*, 15, 193-211. <https://doi.org/10.1177/110330880701500205>

Agradecimentos

À CAPES (bolsa de doutorado) e à FAPESP (processo número 2018/13145-0).

Capítulo 7

Memória Política e Elaboração Psicossocial: contribuições e articulações a partir de uma pesquisa participante

Beatriz Besen de Oliveira

Introdução

No interior da Psicologia Política (Guzzo & Lacerda Jr., 2011; Hur, 2015) e da Psicologia Social Comunitária (Montero, 2004, 2006), resgata-se as contribuições de Ignacio Martin-Baró (1989, 1998, 2003, 2004) em relação à construção de uma Psicologia da Libertação e do compromisso do psicólogo latino-americano. Martin-Baró realizou uma crítica direta à psicologia hegemônica na década de 60, a qual, amparada por modelos americanos, apontava uma suposta homogeneidade e integração da sociedade (Oliveira, Guzzo, Tizzei & Neto, 2014). A realidade de El Salvador, país no qual o autor desenvolveu sua prática profissional e foi assassinado, rompia com as concepções de harmonia societal. E isso se expandia para a América Central e do Sul que, nas décadas de 1960 a 1980, viveram sob repressão e guerras, tendo como pano de fundo uma profunda desigualdade social.

Em *O papel do Psicólogo*, Martin-Baró (1998) irá, de partida, dizer que o trabalho do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que atende e que, portanto, o profissional deve ter em conta as condições as quais estão submetidos os povos latino-americanos: uma realidade marcada pela injustiça e violência estruturais, respaldadas e produzidas também pelo Estado. Defende ainda que a Psicologia deve partir da constatação de que nossas sociedades vivem em uma realidade trágica; de que o conflito político, econômico e cultural define as sociedades latino-americanas; que há um estado de alienação, tanto dos indivíduos quanto das instituições e, por fim, de que há necessidade de construção de uma memória histórica para que se revelem as condições que oprimem, bloqueiam e paralisam o povo (Martin-Baró, 1998).

A partir da transição democrática e do estabelecimento da Constituição de 1988 no Brasil – que também representa a adoção de um modelo de Estado de Bem-Estar Social – há um aumento sistemático da presença e atuação dos psicólogos no interior do Estado,

especialmente na saúde pública e na assistência social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Essa atuação vai desde a ponta, ou seja, desde a execução das políticas públicas e contato direto com a população, até o campo da formulação, gestão e avaliação destas. É desde essa posição que diversos psicólogos têm se comprometido a realizar pesquisas acadêmicas que analisam suas práticas institucionais, assim como delineiam perspectivas e diretrizes para políticas públicas. O desafio é grande, pois, conforme apontado no primeiro parágrafo, a injustiça e violência também são produzidas e reproduzidas no interior do Estado. Mas, o aumento das pesquisas e produções no interior da Psicologia que abordam políticas públicas pode e deve contribuir para uma análise mais apurada das sociedades latino-americanas e das necessidades reais de suas comunidades, assim como para o combate à violência de Estado e ao autoritarismo em ascensão.

A pesquisa de mestrado *A sua memória agora é a minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco* (Oliveira, 2019) foi, em grande parte, realizada enquanto a pesquisadora ocupava um cargo comissionado de coordenação no Centro Educacional Unificado (CEU) gerido pela Prefeitura de São Paulo e teve origem nas experiências e encontros com a comunidade de Heliópolis – periferia urbana da cidade de São Paulo. Realizou-se uma *pesquisa participante* (Montero, 2007) em um projeto de formação de oito jovens moradores do território no campo dos direitos humanos, tendo como matriz central o resgate, compartilhamento e construção da *memória política* (Ansara, 2008) dos moradores, movimentos sociais e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira.

O subprojeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* era parte de um projeto maior aprovado e financiado pelo edital das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia¹ e proposto pelo coletivo Margens Clínicas² em parceria com a União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), professores do Departamento de Psicologia Social da USP e a gestão do CEU Heliópolis. Por meio dele, esses jovens que atuavam como pesquisadores da memória local recebiam uma remuneração mensal. A pesquisa de mestrado buscava analisar o potencial do processo de construção da *memória política*

¹ Foi para aprofundar a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política que surgiu o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que seleciona, por meio de Chamada Pública, projetos da sociedade civil para promoção de uma reparação simbólica, por meio de atenção psíquica a pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência de Estado, ajudando a enfrentar os legados da ditadura (Ministério da Justiça, Governo Federal. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho>).

² O coletivo Margens Clínicas foi criado por alguns ex-alunos do Instituto de Psicologia da USP em parceria com colegas de outras áreas das ciências humanas. Surgiu do desejo de oferecer atendimentos psicanalíticos a vítimas da violência de Estado.

protagonizada pelos jovens para o re-estabelecimento de relações de *reconhecimento recíproco* (Honneth, 2009), a elaboração de suas experiências de violência e o engajamento à participação política.

Dado o escopo do capítulo, não será possível desenvolver e apresentar todos os achados da pesquisa. O capítulo tem início por meio de (1) um resgate e articulação de bibliografia voltadas aos temas da memória e identidade, referenciais centrais para a pesquisa. Em seguida, é inserido o conceito de (2) *memória política* e sua diferença em relação à memória coletiva. Segue-se para (3) uma exposição sobre a pesquisa de mestrado, a metodologia, as análises realizadas e algumas das conclusões acerca do Estado. Por fim, apresenta-se (4) o conceito de elaboração psicossocial e a importância do grupo como espaço para estabelecimento de relações de confiança e reconhecimento e segue-se para as considerações finais, apontando a importância da memória política como referencial teórico e instrumento prático para o desenvolvimento de uma Psicologia crítica em território latino-americano, a qual deve contribuir e influenciar a formulação de políticas públicas.

1. Memória e Identidade

São diversas as terminologias cunhadas para tratar da memória: memória social, memória coletiva, memória histórica, memória pública, memória política, entre outras. Trata-se de um tema que perpassa o campo das ciências humanas e sociais, interessando a psicólogos, sociólogos, historiadores e filósofos. Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês que se tornou um referencial nos estudos em memória. Ele escreve o livro *Memória Coletiva* (Halbwachs, 1950/1990) na primeira metade do século XX, e sua primeira publicação acontece em 1950, cinco anos após seu assassinato em um campo de concentração nazista. Nessa obra, o autor diferencia memória histórica e memória coletiva, enfatizando a importância do contexto social para a segunda.

Para o autor, a lembrança, mesmo que possa ser considerada como uma reminiscência do passado que pode ser acessada por um pensamento individual, nunca é efetivamente individual, pois é construída a partir das lembranças dos grupos sociais nos quais esse indivíduo está ou esteve inserido. Ele enfatiza que os grupos podem se tornar tão relevantes a ponto de que a história do grupo social de pertencimento passe a ser tratada como a própria história do indivíduo.

A memória seria a reconstituição do passado e a reconstrução do presente a partir dela, fundando um presente em relação ao passado e um passado em relação ao presente. A

lembrança não é uma cópia ou imagem fiel do passado, é uma produção discursiva que tece esse movimento do sujeito de posicionar-se e relacionar sua identidade com sua história. Nesse sentido, Halbwachs (1950/1990) não apenas aponta a seletividade de toda a memória, mas fala em um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais; alguns pontos são selecionados, tanto pelos indivíduos quanto pelos grupos quando constroem suas memórias.

Pollak, sociólogo austríaco, também desenvolveu estudos acerca da memória. Em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), ele aborda a memória como campo de disputa e denomina essa seletividade da memória como enquadramento. Diante do todo das imagens, selecionam-se, ignoram-se ou encobrem-se algumas delas: opera-se a dialética entre o lembrar e o esquecer. O autor estabelece uma relação entre memória e identidade, de forma a considerar que ambas são dependentes:

[as histórias de vida] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (Pollak, 1989, p. 13).

Portanto, a memória influencia na forma de identificação do sujeito, ao mesmo tempo em que a construção identitária influencia no que será lembrado e nos significados atribuídos às diferentes experiências. Isso opera tanto no âmbito individual quanto coletivo, ou seja, a memória de um grupo também será permeada pela identidade que esse grupo valida e legítima. A memória é vista por esses autores como essa fonte de referentes identitários. O passado é acessado sob a forma de lembranças, mas essas lembranças já foram atravessadas pelas experiências seguintes e pelas atuais identidades do sujeito, portanto, são também construções. Pollak afirma:

que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro (Pollak, 1992, p. 204).

Ele aponta três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens; e, por fim, lugares. Além disso,

ele dirá que a memória é atravessada pelos esquecimentos, pelos lapsos, pelas deformações decorrentes tanto do trauma, quanto das novas identificações do sujeito. Segundo Pollak, a memória confere uma sensação de continuidade no tempo, tanto como ser em si, quanto em relação aos sentidos morais e psicológicos que o acompanham: produz-se sentido ao longo do tempo. Cristalizam-se valores e tradições a partir do pertencimento a um grupo e entende-se isso através de estados sucessivos do sujeito. Por fim, a memória produz o sentimento de coerência, como unificação dos elementos constituintes do sujeito. É na ação de narrar-se que todos esses sentimentos vêm à tona, por isso, o elemento que une memória e identidade é justamente o discurso.

Souza (2014) irá pela mesma vertente, apontando que as identidades são construídas dentro do discurso, ou seja, que é discursiva/narrativa a formação de uma identidade, a qual se consolida a partir da falta inerente ao ser; busca-se a identificação com uma representação diante do Outro, por conta de uma ausência essencial. Dentro desse plano discursivo, a identidade funciona então como um arranjo entre os diversos discursos e práticas culturais a que os sujeitos são expostos, convocando-os a ocuparem determinados lugares sociais. Esse arranjo não é fixo, o sujeito durante a vida pode se posicionar de maneiras distintas, mobilizando novas identidades. E esse posicionamento para a construção discursiva da identidade se justifica a partir do recurso à memória: volta-se ao passado para narrar-se e para descrever as diversas posições e discursos que atravessaram o sujeito e fizeram com que se identificasse da maneira presente. A memória é a identidade em ação e o sujeito narra a si mesmo por meio da memória:

Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem (Souza, 2014, p. 116).

O processo de formação das identidades é, portanto, discursivo, pois é no plano do discurso que as diferenças são estabelecidas e as posições sociais do sujeito são determinadas e assumidas. O processo narrativo de construção da memória é um processo necessário para o desenvolvimento do sujeito, no entanto, ele não opera sempre como função espontânea e, para além disso, é muitas vezes prejudicado, sendo justamente nesse ponto que necessitaremos entender a memória em seu aspecto de disputa, assim como a questão central da ideologização e apagamento da memória.

2. Memória Política

Nas origens dos estudos críticos e dialéticos, que buscavam uma correlação entre as estruturas do capitalismo e o bloqueio da emancipação humana, temos a Teoria Crítica da Sociedade, nascida no interior do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt no início do séc. XX. A primeira geração de teóricos aborda a memória principalmente em relação à elaboração do passado e à luta contra a repetição e retorno da barbárie. Em *Como elaborar o passado*, Adorno declara:

[...] a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício (Adorno, 1995a, p. 33).

Diante do horror da Segunda Guerra Mundial, produziram-se novas questões a serem respondidas por esses teóricos que já estavam comprometidos a pensar o modelo de produção de conhecimento na sociedade capitalista. O clima é de grande pessimismo diante de todas as barbáries que o mundo assistiu. No livro *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) buscam aprofundar a compreensão da racionalidade existente e explicar seu uso em favor do horror. Como era possível explicar a ocorrência de Auschwitz? É diante de tal cenário que se declara a autodestruição do esclarecimento. “O que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 11).

O livro traz textos extremamente inovadores, explicitando como as condições para o desenvolvimento da barbárie já estavam e seguem presentes dentro da estrutura do sistema capitalista, alertando para que a educação tivesse como rumo principal “que Auschwitz não se repita”. Adorno aponta que, dentro da sociedade burguesa, por meio da divisão social do trabalho, a memória e a experiência são desvalorizadas frente as ideias de técnica e progresso. A grande preocupação desses autores é a revelação das condições objetivas e subjetivas que permitem que tantas pessoas se identifiquem com personalidades autoritárias e regimes fascistas. Esse é um pressuposto da Teoria Crítica da Sociedade: a injustiça dominante é sustentada por uma ciência que justifica a efetivação do mundo tal qual ele é, significando uma desvalorização da experiência e uma ideologização da memória. Essa ideologização só é possível por meio da construção de uma memória oficial e de um enfraquecimento da transmissão e da narrativa oral.

Esse aspecto da transmissão e do apagamento da memória também foi muito trabalhado por Walter Benjamin, tendo como obra mais conhecida no Brasil *O narrador*, mas trazendo em suas *Teses sobre o conceito de História* (Benjamin, 1986) muitas reflexões acerca do tempo e da narrativa. Tanto Ricoeur (1991) quanto Jeanne Marie Gagnebin (2006), autores que fazem pontes entre a psicanálise, filosofia e a memória, utilizam muito o referencial benjaminiano para realizar um diagnóstico social. Benjamin foi quem apontou que existe algo no mundo capitalista que corrompe a narrativa, que é a necessidade de acompanhá-la com explicações explícitas e reconhecidas e fechá-la com sentido. Ela se torna um emaranhado de informações, e essas só se fundam no tempo do presente, e é ali que tem que se justificar e estar. A narrativa, diferentemente, conserva suas forças com o tempo, ela emana sentido exatamente por se integrar a uma história e, portanto, ainda estar aberta ao desenvolvimento. E no momento em que outras pessoas são integradas àquele tempo narrado, eles se apresentam como personagens e outros tempos vem à tona, interligados a esse primeiro, mas não organizados de maneira sucessiva. Benjamin afirma:

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (Benjamin, 1986, p. 197).

Benjamin dialogou muito com Adorno, e ambos buscaram construir um diagnóstico social a partir do materialismo-dialético. Afirmam então que a perda da capacidade de narrar também colabora para o apagamento da memória e é um obstáculo ao esclarecimento e à superação da injustiça dominante. Como aponta Benjamin (1986), a história dos oprimidos é fragmentada, não está em cartas e documentos, nem nos bens materiais, porque muito do que foi produzido, foi intencionalmente destruído. Por isso, muitas vezes, o que se recolhe são fragmentos e cacos de memória coletiva, que podem potencialmente e por meio da narração elaborativa tornar-se presente e abrir-se ao ensejo de uma nova história. Nem mesmo os mortos estão seguros dentro desse sistema, porque aquilo que muitos deles representam é também ameaça para as classes dominantes. O retorno da reminiscência na forma de repetição é visto por esses autores como origem da barbárie. A impossibilidade de se representar e rememorar as vidas perdidas e as lutas dos povos oprimidos cria condições para que a tragédia se repita. Diante de três movimentos conduzidos pelas classes dominantes se garante que o terror seja esquecido ou se torne inenarrável: o gesto de apagar, ignorar ou suspeitar.

Benjamin faz uma crítica a historiografia burguesa e progressista, pois a primeira constitui um tempo homogêneo e vazio e a segunda um tempo cronológico e linear. O autor

afirma que por conta da hipervalorização da imagem do progresso e da técnica, parou-se de olhar o passado com a função de fundar um novo tempo, o tempo de agora. Benjamin fala do enfraquecimento da experiência, *Erfahrung*, no mundo capitalista em detrimento da experiência vivida pelo indivíduo solitário, a *Erlebnis*. A valorização dessa experiência individual levaria a desagregação e esfacelamento do social. A tarefa de um historiador materialista consistiria em identificar no passado as sementes de outra história, ou seja, a partir dos sofrimentos acumulados e vividos criar uma nova narrativa que se articule ao futuro.

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual (Gagnebin, 1986, p. 16).

Tanto Benjamin quanto Adorno apontaram a questão da técnica como algo que fetichizou as relações e provocou a barbárie. Adorno em *Educação pós-Auschwitz* (1995b) fala em uma consciência coisificada, pois quando os homens passam a considerar a técnica como algo em si, como força própria, ignoram que ela é uma extensão de seus próprios braços. Perde-se a finalidade de uma vida humana digna, e as pessoas tornam-se tais quais as coisas e, na medida em que o são, ganham a capacidade de olhar os outros da mesma forma. A partir dessas análises coloca-se como cerne da questão a ideologia, essa que cobre a memória e torna capaz de que “os fins – uma vida humana digna –” encontrem-se “encobertos e desconectados da consciência das pessoas” (Adorno, 1995b, p. 132).

O discurso oficial sobre o passado, ou a memória de nações, são campo de disputa, justamente por seu potencial ideológico. A história é, em grande medida, a história dos vencedores, ou a narrativa a partir das grandes nações. Por isso, a história de muitos dos indivíduos e grupos de resistência não figura nos livros de História, e não se torna currículo dentro da escola. Beatriz Sarlo, escritora e crítica literária argentina, em sua obra *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007) realiza uma análise da reconstituição da memória, dando um lugar central para o testemunho individual. A autora parte das memórias das vítimas e familiares das vítimas das ditaduras da América Latina, principalmente da Argentina. Ela centraliza o aspecto da disputa entre a história oficial e a memória das vítimas, ressaltando a incidência do passado no presente, assim como o aspecto conflituoso do passado tanto em relação a uma tentativa de pacificação, quanto às disputas para defini-lo.

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma

reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum [...] A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontornável. Podemos dizer que o passado se faz presente (Sarlo, 2007, pp. 9-10).

Tendo isso em vista, e a partir de sua experiência de estudo da memória coletiva da repressão na ditadura civil-militar no Brasil durante o doutorado, Soraya Ansara (2005) desenvolve o conceito de *memória política*. Tal conceito enfatiza o caráter psicopolítico da memória e a coloca para além da memória coletiva por seu rompimento com o caráter ideológico e alienante da história oficial. Tal memória contrapõe-se às narrativas que são institucionalizadas por meio de mecanismos de manipulação como a mídia e a escola.

Já em seu pós-doutorado (Ansara, 2015), a autora trabalhou a articulação entre memória política e Direitos Humanos no território de Heliópolis por meio da revelação da violência política praticada pelo Estado também em regimes democráticos. Essa violência ocorre sob a forma de ausência de políticas públicas, negação de direitos, mas, de maneira mais ostensiva, toma forma na violência policial amparada pela ineficiência e parcialidade jurídicas. Para ressaltar a diferença entre a memória coletiva e política é importante pensar que, dentro de grupos sociais distintos, algumas forças pesam mais diretamente na construção do discurso e, conseqüentemente, da memória e história. Por isso que, na busca da construção de uma *memória política* entram em jogo a consciência política e a narrativa. A memória política é construída e negociada conjuntamente pelos que habitam o espaço, fortalecendo os vínculos e a mobilização social. Ela revela as condições objetivas que afetam as condições subjetivas.

As feridas e marcas do passado atingem os indivíduos coletivamente e individualmente, mas é necessário ter em vista que as forças que operam para legitimar essas violências são fruto de um sistema, que em sua origem já valorava as vidas de maneiras diferentes. O medo do conhecimento e da divulgação dessa história é que a ida ao passado revele a origem dessas forças, e ameace o sistema social em vigor, escancarando que a opressão advém de condições objetivas e não subjetivas. Adorno afirma:

[...] a ideologia dominante hoje em dia define que, quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, ou acreditam ser impotentes, tanto mais elas tornarão subjetiva esta impotência. Conforme o ditado que tudo depende das condições objetivas, de tal modo que as condições existentes permanecem intocadas [...] (Adorno, 1995, p. 36).

Se consideramos as condições como intocáveis e fixas; o que de fato parecem em uma dimensão presente e descontextualizada; logo as razões para as violações se tornam subjetivas

e individuais. Isso reforça discursos que desarticulam lutas comunitárias. A *memória política* situa-se entre o “eu” e a “sociedade”, articulando universos micros e macros, sua peculiaridade é a compreensão de como essa interação acontece. A construção da memória coletiva e, em alguma medida o historicismo, é perpassado por ideologias que incidem na consciência política e, conseqüentemente, também no comportamento político. Ao reconstruir o passado pela via da *memória política*, necessariamente se ultrapassa a dimensão da memória coletiva, pois, tal qual nos aponta Ansara, passam-se pelas dimensões da consciência política apresentadas por Sandoval:

[...] possibilita perceber antagonismos, motivar sentimentos de justiça e injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possam suscitar, de fato, uma ação coletiva em vistas da transformação social. Desse modo, no processo de participação política, os sujeitos tomam consciência de seu passado, da sua realidade social e política construindo uma memória política que os potencializa e os mobiliza a participar das lutas políticas (Ansara, 2008, p. 54-55).

E como a memória é reflexo e porta de observação e compreensão da realidade, não podemos eximir a presença do conflito em seu interior. Considerando uma perspectiva materialista-dialética, a luta e o conflito estão presentes em toda a história. Porém, o conflito pode ser entendido também como um motor de luta, já que muitos dos movimentos de ordem política e ideológica que atuam sobre a memória, o fazem no sentido de pacificá-la e neutralizá-la, escondendo a luta de classes e o papel dos oprimidos.

A memória enquanto construtora de identidade social pode revelar um caminho de resistência à violência de Estado. Sua potência também reside no fato dela ser construtora da identidade coletiva, e definir a existência e a consistência do Outro. Tal como já apontado anteriormente, Pollack (1992) afirma que tanto a memória quanto a identidade podem ser negociadas dentro de um grupo, por isso que quando se fala sobre *memória política* aponta-se um processo de construção. Tal construção abarca e reflete o conflito, fortalecendo a dimensão da cidadania e a luta pelos Direitos Humanos:

Tais elementos encontram-se, sobretudo, na relação da memória com os conflitos ético-políticos que vivemos no Brasil e que, de alguma maneira, restringem o exercício da cidadania, impedem as lutas em favor dos direitos humanos, legitimam ou naturalizam a violação dos direitos por parte do Estado (Cardoso, 2001 citado por Ansara, 2014, p. 12).

O Estado também produz e bloqueia narrativas acerca do passado, pacificando-o por meio de uma omissão de seu aspecto conflituoso. Por isso, uma narrativa externa e pacificadora que se apresenta na disputa ideológica pode ser compreendida como uma forma de controle e

quebra da solidariedade. Trata-se de um movimento intencional que busca anular os laços entre grupos pelo medo de que a união e fortalecimento possam apresentar ameaça ao sistema vigente. Focar a memória de grupos e coletivos periféricos é uma maneira de driblar a história oficial e dar espaço ao conflito e a resistência presentes em toda memória latino-americana. Centralizar a memória política construída na e pela periferia é um projeto de desideologização da memória e descolonização do conhecimento, pois:

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade (Araújo, 1995).³

São essas práticas, esse cotidiano e esses outros modos de subjetividade que foram centralizados no mestrado desenvolvido pela autora.

3. A pesquisa participante e o desenvolvimento do mestrado

É sempre um desafio delimitar qual referencial teórico mais serve à análise de uma experiência profunda de imersão e participação, na qual o(a) pesquisador(a) ocupa um cargo público e realiza parte da análise inserido(a) em seu território de atuação. A primeira fase da pesquisa de mestrado seguiu uma perspectiva de pesquisa-ação-participante. Trata-se de uma metodologia coletiva e participativa, que busca o fortalecimento comunitário, focando no compartilhamento de princípios para construção de conhecimentos. A razão da escolha dessa modalidade de pesquisa foi justamente a implicação da pesquisadora na construção dos pressupostos e da metodologia do projeto *Memórias e Resistências*, além do envolvimento com o território e com os participantes do projeto durante a sua realização. A pesquisa participante tem como traço principal o comprometimento com uma maior articulação entre teoria e prática para produção de conhecimento e solução de problemas.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2005, p. 16).

³ Esse texto é parte do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* de Pernambuco.

A comunidade de Heliópolis não foi mero objeto de investigação da pesquisa e, para ser coerente com tal perspectiva, também se fez necessária a escolha de referenciais críticos. Para a escrita do projeto e posterior análise dos relatos da pesquisa participante apresentou-se como solução recorrer a abordagens sociológicas e psicológicas que empreendem um processo de produção científica com a problematização da própria ciência, da academia e principalmente, das forças e poderes existentes no indivíduo, na sociedade e no Estado que produzem tanto injustiça quanto resistência. São campos que admitem a interdisciplinaridade, por assumirem suas próprias limitações e por estarem convencidos que a especialização também é produto ideológico. Entre elas destacam-se então a Psicologia Social Crítica, a Psicologia Comunitária, a Psicologia Sócio Histórica, a Psicologia Política, a Teoria Crítica da Sociedade, a Sociologia da Ação Pública e algumas correntes da Psicanálise. Ressalta-se que isso não significa que todas elas partam de pressupostos comuns e nem que dialoguem entre si todo o tempo, apenas que as leituras de todos esses campos e o compromisso comum tornam possível referenciá-las e torná-las parte de um projeto de produção de conhecimento a partir dos territórios colonizados.

A pesquisa baseou-se a todo tempo em uma construção dialética e crítica de conhecimento e, por mais essencial que seja tomar como ponto de partida grandes autores que se debruçaram sobre a realidade para a análise e construção de conceitos adequados, isso não define a impossibilidade de novas criações a partir de projetos de produção de conhecimento não hegemônicos. Tendo isso em vista, grande parte das análises se baseou em um referencial distinto: a memória e conhecimento de jovens, lideranças comunitárias e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira. Articulam-se aspectos microssociais e macrossociais, sendo também uma análise sobre o impacto da construção da *memória política* e seu potencial para a elaboração psicossocial. Assim, a pesquisa se inspirou nas lutas de lideranças de Heliópolis e anistiados políticos brasileiros, revelando o conflito, a violência, a tragédia e a resistência que conectam passado e presente, tendo como propósito a criação da esperança e a quebra das repetições.

Partindo de dados empíricos, fornecidos pelos Atlas da Violência produzidos anualmente, desde 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), partiu-se da constatação que os jovens da periferia são as maiores vítimas da violência policial letal. No ano que foi iniciado o projeto, tal Atlas assim descrevia a situação:

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil

habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. [...] Quando analisamos a violência letal contra jovens, verificamos, sem surpresa, uma situação ainda mais grave e que se acentuou no último ano: os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. Quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens.

O projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* buscou trabalhar com aqueles que são as maiores vítimas das violências do Estado: os jovens das periferias. O projeto enviado ao Edital da Comissão de Anistia definia da seguinte maneira o trabalho a ser desenvolvido em Heliópolis:

O segundo campo no qual este projeto procurará atuar será o registro de testemunhos e o **reconhecimento dos impactos da ditadura em setores da população que não estiveram no escopo do incansável trabalho investigativo de familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, nem das Comissões de Estado responsáveis pelo acerto de contas com o legado ditatorial**. Aproveitando uma experiência nascida do trabalho com filhos e netos de desaparecidos em São Paulo, já experimentada com a população do Vale do Ribeira por pesquisadores da Universidade de São Paulo, se **fará uma busca ativa, por meio de agentes jovens capacitados e que vivem na comunidade de Heliópolis/SP, de testemunhos de famílias que vivem naquela comunidade e que foram afetadas pela ação da violência de Estado ao longo da ditadura**. A comunidade de Heliópolis, que se consolidou precisamente no início dos anos 1970, auge da ação violenta da ditadura, manifestou interesse em sediar esse projeto piloto, abrindo um espaço para oficinas e funcionamento das clínicas, e para um museu onde os testemunhos consolidados em entrevistas ou em materiais produzidos nas oficinas Retalhos da Memória possam ser expostos e inseridos em um acervo⁴ (grifos nossos).

A pesquisadora também tinha feito parte do trabalho desenvolvido com a população do Vale do Ribeira durante sua graduação. E, quando iniciados os encontros entre os coordenadores do CEU, do Instituto de Psicologia da USP e das Clínicas do Testemunho nas Margens, foi possível repensar a função dos jovens no projeto. Decidiu-se por não os tratar apenas como agentes de pesquisa, resgate e identificação de vítimas da ditadura. Foi elaborado então um conjunto de ações pautado na Educação Popular e na Educação em Direitos Humanos, os quais abriam espaço para participação e escuta ativa dos jovens, e consequente observação de como esse resgate da memória relacionada ao período da ditadura civil-militar incidia em termos de elaboração psicossocial. Passaram pelo projeto 10 jovens de 14 a 19 anos, dos quais 8 permaneceram e receberam uma bolsa durante o período de setembro de 2016 a março de 2017. Porém, as atividades tiveram início em agosto de 2016 e seguiram até julho de 2017. A

⁴ Trecho extraído do Objetivo e Justificativa do projeto apresentado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), do Rio de Janeiro, para o Ministério da Justiça em 2015. Foi um acordo estabelecido pelo coletivo Margens Clínicas para que eles apresentassem e incluíssem no projeto as ações em Heliópolis

pesquisadora esteve presente na maioria dos encontros e reuniões do projeto, além de acompanhá-los na rotina diária no CEU. Os encontros foram organizados por meio de um planejamento semanal feito inicialmente pelos coordenadores e depois construído conjuntamente com os jovens. Em cada semana era realizada uma reunião de 3 a 4 horas entre os coordenadores e os jovens e outras 6 horas serviam para o desenvolvimento de atividades extras, entrevistas, leituras, estudos, etc.

Os jovens ocuparam tanto o lugar de narradores como de testemunhas das diversas histórias de luta e resistência à violência de Estado no presente e no passado, nos centros da cidade e principalmente na sua própria comunidade. Eles trabalharam como pesquisadores ativos, que buscavam e registravam essas histórias, mas que nesse processo também entravam em contato com suas próprias narrativas, tecendo um fio de conexão que buscava tirá-los dos lugares antigos e movimenta-los até novas posições. É muito importante citar que o projeto ganhou esse nome por escolha dos jovens logo no início dos encontros. Quando apresentado o projeto como *Memórias e Resistências*, eles logo disseram que esse nome poderia soar muito sério para os jovens, causando um afastamento. Disseram que eles mesmos não tinham conseguido entender bem do que se tratava até estarem lá. Foi assim que eles propuseram que nós usássemos “a quebrada” que é a maneira como os moradores se referem às periferias urbanas. A ponte entre as ações violentas do Estado no período ditatorial e as ações da polícia militar logo emergiram, e essa conclusão ressoou rápido entre eles: nós seguimos tendo uma ditadura na quebrada. Assim, o projeto foi rebatizado pelos jovens, representando muito bem o principal eixo de discussão: como a violência permanece em contextos democráticos, afetando principalmente as áreas e a população periférica, e como há uma conexão entre impunidade no passado e no presente, que sustentam esse cenário.

No interior da pesquisa de mestrado, podem-se delinear dois momentos: a pesquisa-ação-participante realizada no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*, no período de julho de 2016 a julho de 2017, o qual envolveu a participação e registros durante a elaboração, execução e avaliação do projeto. Tinha-se como pano de fundo a pergunta de pesquisa: o processo de coleta, acesso e organização da memória política protagonizado pelos jovens é capaz de promover elaboração das experiências de violência e um re-estabelecimento de relações de reconhecimento recíproco (Honneth, 2009)? Portanto, os registros focaram-se nas concepções e relatos dos jovens sobre violências, direitos humanos, conflitos, política, cotidiano, lazer, amizades. Além de observações específicas sobre a relação do grupo, a emergência de conflitos, os diálogos, etc. A segunda fase, durante todo o ano de 2018 e início

de 2019, consistiu na revisão bibliográfica e articulação dos relatos e registros do projeto a luz da questão citada.

Com base no método dialético característico da Teoria Crítica da Sociedade (Horkheimer, 1937) estabeleceu-se o diagnóstico social como modo de compreensão das condições existentes na sociedade que impedem a emancipação humana e buscou-se realizar o registro e análise dos relatos da pesquisa participante a partir de alguns eixos desenvolvidos posteriormente. Tais eixos, dado o conteúdo e a experiência, passaram a relacionar-se às artimanhas do poder e dominação do Estado. São eles: a violência do/no Estado, a persistência das marcas ditatoriais, o racismo, a colonização do ensino e as estruturas excludentes de tomada de decisão no Estado.

Formou-se um diagnóstico social baseado em uma série de relatos e falas da pesquisa participante que evidenciaram que artimanhas do poder no Estado provocam feridas e rupturas no tecido social. Em seguida, realizou-se uma reflexão a partir do método reconstrutivo (Habermas, 1999), com a identificação de práticas efetivas preexistentes e impulsionadas pelo projeto que, dentro dos arranjos políticos, sociais e econômicos atuais, colaboram para a práxis emancipatória. Assim, elencaram-se alguns pontos centrais relacionados às costuras no tecido social: os movimentos sociais como atores centrais, a formação de consciência política entre os jovens e o grupo como espaço de elaboração.

A sua memória agora é a minha memória foi a frase que um dos jovens pesquisadores, em meio a conversa pública⁵ organizada no projeto, falou para Rita Sipahi. Rita é ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), advogada de presos políticos, e, no momento da conversa pública, ainda era conselheira da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Rita foi presa em 1971 e passou 11 meses no Presídio Tiradentes, foi torturada e afastada de seus filhos e família. Ela e sua filha Camila tiveram participação ativa no projeto, estabelecendo laços de confiança com os jovens. A frase tem o poder de sintetizar o que se desenvolveu, por meio da pesquisa, como construção da memória política, que seria então:

a possibilidade de um grupo alcançar um nível de reconhecimento recíproco em que suas memórias, mesmo que não sejam de eventos conjuntos, ganham potência suficiente para se tornarem arma de luta coletiva contra a repetição. Quando os jovens podem olhar para Rita

⁵ Conversa pública é um dispositivo de compartilhamento de memórias em espaços públicos, se realiza por meio de uma roda, que nesse caso foi conduzida pelos jovens, apresentando inicialmente reflexões e produtos do projeto. Estiveram presentes compartilhando suas memórias: os jovens do projeto, coordenadores, professores e estudantes do Instituto de Psicologia da USP, lideranças comunitárias de Heliópolis e anistiados políticos do período da ditadura civil-militar brasileira.

Sipahi e declarar que aquela agora também é uma memória deles, a transformação está dada: aquilo que poderia ser um sofrimento e uma experiência individual de violência, torna-se pública, torna-se do coletivo, de forma que eles também se juntam a luta de Rita e ela a deles. No entanto, isso só se tornou possível a partir de relações prévias de reconhecimento recíproco no grupo de jovens, e de diversos retornos às suas próprias memórias. Foi esse processo que permitiu que nesse encontro e na entrevista eles estivessem preparados e abertos a reconhecer nela algo de semelhante, mesmo que sua origem, sua história e sua memória não pertencessem aos mesmos lugares e tempos (Oliveira, 2019, p. 112).

Confirmou-se a hipótese de que a violência de Estado permanecia após a transição democrática brasileira tomando novas formas como o genocídio, a violência policial e a exclusão, que ainda trazem marcas dos períodos ditatoriais⁶. Isso ficou evidente tanto pelas narrativas dos jovens, quanto pelas entrevistas com moradores de Heliópolis que revelaram que a maioria sequer identificava a transição democrática como um marco de transformação em termos de violência no território. Também se desenvolveu o conceito de elaboração psicossocial, como processo subjetivo e objetivo de revelação das condições que mantêm os sujeitos em seu status quo, ou seja, que bloqueiam a tomada de consciência e a participação política. Tal conceito permitiu pensar a construção memória política justamente como um mecanismo para tal fim.

4. O grupo como espaço de elaboração psicossocial

Durante o projeto *Memórias e Resistências*, buscou-se reservar tempo suficiente para construção de um planejamento que fosse conduzido e direcionado pelos interesses do grupo de jovens. Esse planejamento abria espaços para atividades e momentos de convivência do grupo, assim como para diálogos sobre os conflitos que emergiam. Axel Honneth (2013) aponta que o grupo pode funcionar tal qual um espaço transicional, que incorpora aspectos de experiência que favorecem um sentimento comum de compartilhar as normas de respeito e os valores à luz dos quais os sujeitos podem se reconhecer intersubjetivamente. A concepção de *reconhecimento recíproco* do autor é bem traduzida pela expressão *ser-consigo-mesmo-no-outro* (ou “intuição recíproca”) e alcança como dimensão máxima a esfera da solidariedade (Honneth, 2009). Era visível que nesse espaço de encontro semanal, operou-se uma mudança grande de posição e de estima no interior do grupo.

Com o tempo, surgiram diversas narrativas sobre experiências de violências traumáticas, acompanhadas de indignação e atenção por parte dos outros integrantes. Tornava-

⁶ Jeanne Marie Gagnebin (2010), em “O preço de uma reconciliação extorquida”, analisa o caráter de acordo orquestrado pelas elites da Anistia brasileira, assim como as consequências do perdão irrestrito em termos psicossociais.

se evidente ainda, que essas experiências haviam gerado silenciamentos e isolamentos no passado, tanto nos próprios jovens, quanto nas famílias afetadas (às vezes eram relatos pessoais, outros de situações que viram acontecer ao seu redor). Por isso, uma das conclusões e análises da pesquisa foi justamente o fato de que em nossa sociedade, o reconhecimento recíproco pode ser rompido em razão de experiências de violência do/no Estado. O *reconhecimento* não é uma crença sobre si ou um simples estado emocional, ele se estabelece em um processo dinâmico em diversas esferas da vida, nas quais os indivíduos experienciam a si mesmos como possuidores de certo status, como objeto de preocupação, e como agentes responsáveis dentro de projetos compartilhados.

Com o tempo, e a partir das mediações dos coordenadores, notou-se que o grupo ia deixando de ser um ajuntamento de indivíduos para se tornar o que Gagnebin (2006) chamaria de *organização social comunitária*. Uma das jovens descrevia aquele como um grupo de amizade e afirmava que, depois da experiência no projeto, tinha começado a atuar como mediadora nos debates da escola, nos quais se sentia confiante e recebia um ótimo retorno, sendo muito escutada pelos colegas e professores. Disse ainda que, quando fazia uma redação, não mais tentava só reproduzir ou copiar, sentia-se confiante e buscava expressar seu ponto de vista.

Para Honneth (2013), as autorrelações práticas relacionadas às esferas do reconhecimento são condições básicas para que um indivíduo conduza sua vida autonomamente. Se não existem relações legalmente institucionalizadas de respeito universal pela autonomia e pela dignidade das pessoas, se não há relações próximas de amor e amizade, ou se não existem redes de solidariedade e de valores compartilhados, o indivíduo não encontra as bases de reconhecimento intersubjetivo que o permitem perseguir sua própria concepção sobre a vida digna de valor (Honneth, 2011). Notou-se que o reconhecimento foi condição para que o grupo pudesse narrar suas memórias, ao mesmo tempo que essa narração e compartilhamento também tinha potencial de reestabelecer relações de reconhecimento recíproco.

Gagnebin (2006) trabalha a construção da memória e a narração do passado articulados a dois termos: o primeiro utilizado por Adorno (1985), *Aufklärung*, que é traduzido como esclarecimento, e o segundo, utilizado por Freud (1914/1980), *Durcharbeitung*, que é traduzido como trabalho de elaboração e luto. Ela destaca que ambos tratam de uma luta contra a repetição e ressentimento. Ou seja, ambos falam da criação de instrumentos que evitam que a repetição aconteça, mesmo que sob novas formas, como é o caso da exclusão e do genocídio. O conceito

de *elaboração psicossocial* desenvolvido durante o mestrado da pesquisadora, encontra-se justamente no interstício entre o trabalho de elaboração e o esclarecimento. Trata-se de um processo dialético que ocorre apenas por meio da intersubjetividade e de relações de *reconhecimento recíproco*, e envolve a representação daquilo que antes era inenarrável ou insuportável, de modo a articular experiências e gerar esclarecimento sobre as condições objetivas que o tornaram possível. É um processo de reparação do tecido social, rompido por experiências traumáticas de violência ou violações de direitos.

Assim, diante de um cenário de rompimento de relações de *reconhecimento recíproco*, por conta da desconfiança e do isolamento causado pela própria ação e estrutura estatal, evidencia-se a necessidade de processos que promovam *elaboração psicossocial*, essa que não é pautada nem no perdão individual, nem mesmo na reconciliação. É a elaboração que envolve recuperação da crença na coletividade e que acontece em meio a ela. Trata tanto da dimensão psíquica, reconhecendo que a lembrança traumática insiste em retornar e necessita de elaboração do indivíduo por meio de uma representação à nível consciente. Mas, principalmente, ela é social, porque foca a função elaborativa das memórias na costura das feridas e no reestabelecimento do tecido social que fundamenta toda experiência de coletividade e de política, inclusive. Por isso, a *elaboração psicossocial* também traz a dimensão da criação da esfera pública, porque é a restauração do espaço político, no qual há espaço para a diversidade e para o conflito, onde não se instaura silenciamento, e principalmente, no qual existe confiança. Tendo isso em vista, uma das principais descobertas da pesquisa de mestrado realizada foram as relações de *reconhecimento* que podem emergir em um grupo diante de uma experiência de resgate e construção de memória política.

Essa identificação com o grupo é fundamental para reconstituição da memória, pois os grupos aos quais as pessoas pertencem, se por tarefa ou por escolha, são extremamente significantes na sua experiência de vida, a ponto da história do grupo social ser tratada, não raras vezes, como a própria história do indivíduo. Quando o indivíduo lembra um fato do passado, sua história se confunde com a história do grupo, há uma identificação com o grupo que determina até as formas de comportamento (Ansara, 2001, p. 38).

A memória política pode ser vista como uma experiência do campo da *Erfahrung*, que ocorre em contraposição a privacidade da experiência individual. A construção da *memória política* ocorre a partir de um trabalho de elaboração conjunta, de transmissão de uma experiência em sentido pleno. Opera por meio da construção de uma comunidade de vida e discurso comuns entre gerações que dentro desse tempo visto como linear e lógico, não teriam se encontrado; mas se encontram no compartilhamento da narração e nos sentimentos comuns.

É um trabalho que se assemelha ao artesanal: se dá forma a uma imensidão de matéria narrável, fazendo uma ligação entre gesto e palavra, entre o vivido e o dizível, entre as mãos e a voz. Esse trabalho é coletivo e político, pois a mudança social não se alcança no isolamento e na ausência de conflitos, mas por meio da busca de consensos possíveis e construção conjunta de soluções, tanto no nível micro – dos espaços domésticos e cotidianos – quanto macro – do Estado e dos espaços públicos.

Reconstrói-se o tecido social mediante a prática de transformar o passado. O processo de recuperação da memória histórica pode se dar enquanto um processo de construção de *memória política*, o qual funda um processo de *elaboração psicossocial*, que envolve trabalho de luto e esclarecimento, e conduz ao rompimento da repetição e a conscientização que:

(...) não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de transformar sua relação com o meio e sobretudo com os demais (Martin-Baró, 1998, p. 170).

Considerações finais

As construções e elaborações realizadas durante o mestrado da pesquisadora revelaram o potencial da *memória política* enquanto mecanismo de *elaboração psicossocial*. No atual contexto de ascensão de discursos autoritários e extremistas no país, é essencial que as pesquisas se comprometam com a construção dialética e crítica do conhecimento e um dos caminhos possíveis é justamente partir das memórias e demandas dos territórios colonizados. Esse movimento colabora para a construção e consolidação de uma Psicologia Crítica Latino-americana. Tal Psicologia incorpora aspectos como a violência e o conflito que ficam mascarados nas memórias hegemônicas, contadas somente pelos vencedores ou por aqueles que monopolizam os meios de registro e disseminação de informações. Mesmo autores europeus com um olhar crítico não escrevem a partir da mesma posição de um sujeito histórico que convive e observa as narrativas e estruturas desde as periferias do capitalismo. A própria função da Psicologia pode ser repensada a partir do sofrimento e da experiência de quem está a margem, a partir das narrativas dos que vivem nas nações colonizadas e que em seu potencial de transgressão e de resistência escancaram contradições na Psicologia hegemônica.

A Psicologia deve pautar-se nas condições materiais e objetivas que produzem e reproduzem desigualdade, humilhação social e violência cotidiana, assim como ater-se aos aspectos mais sensíveis das experiências cotidianas, dos movimentos sociais e da luta política.

Deve-se encontrar na delicadeza das relações, assim como na concretude das determinações econômicas e sociais, um balanço que colabore para uma leitura mais apurada da realidade, assim como para a produção de políticas públicas mais transformadoras.

A análise da persistência das marcas ditatoriais também deve ser considerada como campo de pesquisa e base para elaboração de políticas públicas. Tais marcas incidem de forma a naturalizar diversas práticas de violação por parte dos aparatos estatais. Além disso, esse tipo de violência acompanhado das políticas de esquecimento do Estado abre feridas no tecido social, feridas essas que estão sendo aprofundadas no presente por meio da anulação de órgãos e políticas de defesa dos Direitos Humanos e pela disseminação de discursos que estimulam e legitimam o ódio. O projeto realizado em Heliópolis tem condições de ser replicado em outros territórios, por meio, novamente, de políticas públicas, remunerando jovens para atuar como pesquisadores da memória local, assim como para reconstruírem e elaborarem suas memórias coletivamente. O psicólogo pode e deve estar envolvido na elaboração, execução e avaliação das políticas de memória voltadas à juventude, reforçando a dimensão coletiva e o impacto dos processos de *elaboração psicossocial* em termos do reestabelecimento da esfera pública e, conseqüentemente, do fortalecimento democrático.

Referências

- Adorno, Theodor W. (1995a). O que significa elaborar o passado. In T. W. Adorno, *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, Theodor W. (1995b). Educação após Auschwitz. In T. A. Adorno, *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, Theodor W., & Horkheimer, Max. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ansara, Soraia. (2001). Memória Coletiva: Um Estudo Psicopolítico de uma Luta Operária em São Paulo. *Revista Psicologia Política*. 1(2), 22-41.
- Ansara, Soraia. (2005). *Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica* (Tese de Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17073>
- Ansara, Soraia. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Recuperado em 01 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&tlng=pt

- Ansara, Soraia. (2012). Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*, 12(24), 297-311. Recuperado em 01 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&tlng=pt
- Ansara, Soraia. (2014). *Memória Política e Direitos Humanos: resistência e luta de grupos oprimidos contra a violência do Estado* (Relatório de Pós-Doutorado) Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Álvarez-Gayou, Juan L. (2004) *Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología*. México, D. F.: Ed. Paidós Educador.
- Benjamin, Walter, Gagbenin, Jeanne M., & Rouanet, Sérgio P. (1986). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Freud, Sigmund. (1914/1980). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 191-203). Rio de Janeiro: Imago.
- Gagnebin, Jeanne M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Gagnebin, Jeanne M. (2010). O preço de uma reconciliação extorquida. In: E. Telles & V. Safatle (Orgs.), *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo.
- Galeano, Eduardo. (1976). *As veias abertas da América Latina*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Guzzo, Raquel S. L., & Lacerda Jr., Fernando. (Eds.). (2011). *Psicologia Social para América Latina – O resgate da psicologia da libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Habermas, Jürgen. (1999). Reconstruction and Interpretation in the Social Sciences. In J. Habermas, *Moral Consciousness and Communicative Action*. Massachusetts: MIT Press.
- Halbwachs, Maurice. (1950/1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Honneth, Axel. (2009). *Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Honneth, Axel. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, 15(33), 56-80. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/42432/0>
- Hur, Domenico U. (2015). A psicologia política no interstício das disciplinas. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 663-671. Recuperado em 01 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300013&lng=pt&tlng=pt

- Huyssen, Andreas. (2014). *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, práticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Huyssen, Andreas. (2014). *Políticas de memória no nosso tempo*. São Paulo: Leya.
- Lowenthal, David. (1998) Como conhecemos o passado. *Rev. Projeto História*, 17, 63-201.
- Martin-Baró, Ignacio. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, Ignacio. (1984). Guerra y salud mental. *Estudios Centroamericanos*, 429/430, 503-514.
- Martin-Baró, Ignacio. (1989). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*. 9(35), 89-108.
- Martin-Baró, Ignacio. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martin-Baró, Ignacio. (2003). *Poder, Ideología y Violencia*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martin-Baró, Ignacio. (1985/2004). *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Minayo, Maria C. (1994). Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. *Saúde e Sociedade*, 3(2), 42-63. <https://doi.org/10.1590/S0104-12901994000200004>
- Montero, Maritza. (2007). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Oliveira, Beatriz B. (2019). *A sua memória agora é minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072019-104655/pt-br.php>
- Oliveira, Lucian B., Guzzo, Raquel S. L, Tizzei, Raquel P., & Silva Neto, Walter M. F. (2014). Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*. 3(1), 205-230.
- Pollak, Michael. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Ricoeur, Paul. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papius.
- Santos, Cecília M. (2010). Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 127-154.
- Sarlo, Beatriz. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras.

Yamamoto, Oswaldo H., & Oliveira, Isabel F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n/e), 9-24. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Capítulo 8

A Política Municipal para a População Imigrante: reflexões a partir de uma perspectiva de gênero

Rocio Bravo Shuñia
Núria Margarit Carbassa

Introdução

No contexto das migrações contemporâneas, observa-se que o último registro populacional sobre imigrantes, disponibilizado em 2017, contabilizava 257,7 milhões de pessoas. Deste número, 124,8 milhões são mulheres, ou seja, 48% do total, o que faz delas uma parcela relevante dos processos migratórios. No Brasil, há atualmente 807 mil imigrantes. Este número representa apenas 0,4% da população brasileira, ou seja, é uma proporção relativamente baixa se comparada à países como a Alemanha e os Estados Unidos, que gira em torno dos 15,5% (Global Migration Data Portal, 2019a).

Observamos que, atualmente, várias vertentes dos movimentos de migrantes, assim como diferentes autoras(es) (Magliano, 2007; Neves, Nogueira, Topa & Silva, 2016; Bertoldo, 2018), assinalam o fato do gênero influir, decisivamente, na experiência de mobilidade humana e, conseqüentemente, na maneira como a desigualdade se reproduz nas mulheres imigrantes, por causa da condição dupla e transversal. Podemos considerar que o papel das mulheres é, de fato, uma das principais características dos processos atuais em torno das migrações internacionais.

Da mesma forma, diversos relatórios elaborados pela Organização Internacional das Migrações – OIM (Fleury, 2016), assim como as informações colocadas no Portal de Dados sobre a Migração Global da OIM (Global Migration Data Portal, 2019b), também apontam que o gênero tem o potencial de marcar significativamente a experiência de migração, sendo uma das dimensões que mais determina tal experiência, junto com outras dimensões estruturais como são a raça e classe.

Embora a feminização das migrações venha sendo mais estudada e analisada como o resultado da articulação complexa entre forças estruturais condicionadas pelos papéis de

gênero, a discriminação sexual e a globalização (Neves et al., 2016), ainda há importantes questões referentes a como os Estados vão responder a esta demanda.

No âmbito das políticas públicas, a migração no Brasil ocupou um lugar decisivo na história recente do país. Entre os séculos XIX e XX, a migração foi incentivada por vários Governos de Estado, que subsidiaram e promoveram a entrada de imigrantes no país, principalmente como parte das políticas de embranquecimento da população brasileira e substituição da mão de obra escravizada por mão de obra imigrante (Sampaio & Baraldi, 2019; Paiva & Moura, 2008; Paiva, 2000).

Entre os anos 1980 e 1990, coincidindo com o fim da ditadura, o debate sobre políticas públicas no Brasil aparecia com mais intensidade e, na América Latina, se assentava a relação entre o Estado e a sociedade baseada na noção de direitos. No contexto brasileiro – em áreas como a saúde, educação, questões urbanas e reforma agrária – a orientação da Constituição de 1988 para a construção dos serviços públicos foi baseada na noção de direitos civis, sociais e políticos (Spink, 2013).

Anteriormente, ainda no regime de exceção, surgiu a necessidade de criar uma legislação migratória, principalmente por conta das demandas na questão da emigração, pois não existia uma política que contemplasse a possível reinserção ao país de famílias brasileiras que tinham emigrado (Oliveira, 2017). No ano 1980, foi promulgado o Estatuto do Estrangeiro no Brasil por meio da Lei nº 6.815/1980 (Brasil, 1980) que, na contramão de tudo que vinha sendo discutido sobre políticas públicas em outras áreas, se embasando na segurança nacional, representou uma restrição de direitos civis a partir de uma leitura da presença do imigrante como uma ameaça (Guerra, 2017a; Guerra, 2017b; Oliveira, 2017; Vainer, 2000).

Algumas décadas depois, com o aumento da pressão migratória e de novos fluxos migratórios globais, tornou-se evidente que o Estatuto não conseguia responder às diversas necessidades migratórias, o que levantou um novo debate sobre política migratória (Guerra, 2017a; Guerra, 2017b; Oliveira, 2017).

Diante desse cenário de pressão e se antecipando à revisão legislativa em nível federal, o município de São Paulo começou a elaborar a primeira legislação municipal no campo. Em 2013, sendo o município que recebia – e ainda hoje recebe – a grande maioria dos imigrantes que chegam ao Brasil (Oliveira, 2013), por meio da Lei nº 15.764/2013 no Artigo nº 242, criou-se a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) dentro da pasta da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Prefeitura de São Paulo, 2013; Sampaio & Baraldi, 2019).

Assim, a promulgação da Lei nº 16.478/2016 que institui a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) em julho de 2016, elaborada e pensada por meio do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante (Prefeitura de São Paulo, 2016a), constituiu uma promissória iniciativa de ações de participação democrática em prol do reconhecimento dos direitos desta população, que envolveu tanto a sociedade civil, entre elas mulheres imigrantes ativistas, e outras jurisdições governamentais do poder público (Prefeitura de São Paulo, 2017).

Por outro lado, um ano depois, em 2017, em nível federal, foi sancionada a Nova Lei Nacional de Migração (Lei nº 13.445/2017), atual política migratória brasileira que finalmente substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980, após 37 anos de vigência. Embora a Nova Lei tenha sido aprovada com 30 vetos, ela significou um importante avanço em relação ao Estatuto, pois foi baseada na noção de migrar como direito e na garantia dos direitos humanos do imigrante (Oliveira, 2017; Guerra, 2017a, Guerra, 2017b).

Acreditamos que, neste processo de formulação de leis, as políticas públicas se configuraram como um discurso institucionalizado que descreve a realidade, o que implica não apenas a definição das problemáticas designadas a grupos populacionais, mas também as soluções possíveis, que, de certa maneira, já estão implícitas na própria formulação dos problemas (Agrela Romero, 2004). Desta forma, incluir considerações de gênero na formulação de políticas públicas de migração pode providenciar que este grupo seja reconhecido e considerado como público alvo de ações, programa e projetos que possam ajudar a reduzir vulnerabilidades e evitar perpetuar ou exacerbar desigualdades (Asamblea General de las Naciones Unidas (2018). A partir do entendimento das políticas públicas como produto social e não como um fato dado (Spink, 2013), nos interessamos em pesquisar a maneira como as políticas são formuladas, investigando se as mulheres imigrantes são consideradas dentro do desenho da política e, se forem, qual é o lugar que ocupam no discurso oficial.

Como indicam Cyntia Sampaio e Camila Baraldi (2019), são os governos locais os encarregados por efetivar a inclusão de imigrantes à maioria dos serviços públicos, por responder aos desafios e se favorecer das possibilidades resultantes da mobilidade migratória internacional. Embora sejam poucas as vezes que as autoridades locais são convocadas para (re)formular políticas migratórias nacionais, elas têm a responsabilidade de atender às demandas dentro do território de sua competência.

Neste sentido, ferramentas como os Conselhos Participativos e as Conferências Municipais surgem como propostas de espaços democráticos e controle social de políticas

públicas. A participação da população imigrante nos Conselhos foi ampliada para esta população por meio do Decreto Municipal nº 56.208/2015, que garantiu que parte das cadeiras dos conselheiros fossem ocupadas por imigrantes. Este fato atendeu assim a demanda de participação política deste grupo populacional, sem que para isso fosse necessário ter passado pelo processo de naturalização ou pertencer a algum partido político.

Por outro lado, as Conferências Municipais de Políticas Públicas para Migrantes são eventos de caráter consultivo, com o objetivo de elaborar propostas e diretrizes para nortear as políticas municipais para imigrantes. A 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes aconteceu entre os dias 29 de novembro e 1 de dezembro de 2013, convocada via Decreto Municipal nº 54.476/2013 (Prefeitura de São Paulo, 2014). A 2ª Conferência foi celebrada no tempo de elaboração e publicação do presente texto, entre os dias 8 e 10 de novembro de 2019.

Na conjuntura atual, as agendas relacionadas à migração feminina continuam sendo adiadas ou esquecidas pelas políticas públicas, talvez porque são consideradas pouco relevantes para o desenvolvimento das economias receptoras; ou porque é precisamente o esquecimento, o trabalho não remunerado ou precário e as diversas formas de subjugação da mulher que são instrumentos úteis para a manutenção do capital. Daí a importância de se trazer à tona estudos sobre políticas públicas e migração feminina, para ressaltar a efetiva participação de mulheres imigrantes como sujeitos de direitos (Magliano, 2007; Neves et al., 2016; Martínez & Martínez García, 2018; Bertoldo, 2018).

Nesta perspectiva, o presente capítulo tem como objetivo trazer algumas reflexões de como a *mulher imigrante* é nomeada e inserida dentro da Lei Municipal nº 16.478/2016 – que instaurou a Política Pública Municipal para a População Imigrante – e do Decreto Municipal nº 57.533/2016, que a regulamentou, partindo de uma perspectiva de gênero (Scott, 1990, 1999; Fraser, 2002, 2006, 2007; Magliano, 2007; Neves et al., 2016; Martínez & Martínez García, 2018; Bertoldo, 2018), intercultural (Aguilar Idáñez & Buraschi, 2012) e de debates sobre Estado-nação e migração (Sayad, 2008; Domenech, 2018).

Em termos metodológicos¹, observamos as palavras “gênero”, “mulher” ou “mulheres” nos dois documentos oficiais citados acima e analisamos os sentidos que se atribuem em cada umas de suas aparições e descrições utilizadas. Essa análise permitiu enxergar qual é a mulher imigrante que aparece nos textos, considerando que tais documentos constituem repertórios

¹ A dissertação de mestrado de Carla Bertuol (2008), apresentada por Aragaki, Piani e Spink (2014), que analisa o sentido da palavra *criança* em documentos de domínio público, foi uma referência metodológica interessante para desenvolver nossas reflexões.

linguísticos, componentes de práticas discursivas e, portanto, produzem sentidos (Spink, Ribeiro, Conejo & Souza, 2014).

Deste modo, para melhor organizar as nossas reflexões, dividimos o capítulo em duas partes: na primeira parte, apresentamos os *Resultados* obtidos do levantamento de dados feito tanto da Lei PMPI quando do seu decreto; na segunda parte, *Discussão*, trazemos reflexões sobre os dados levantados, dialogando com os estudos sobre migração, interculturalidade, gênero, psicologia e políticas públicas, assim como, com as experiências (Scott, 1999) decorrentes de nossas próprias pesquisas de pós-graduação e da vivência como militantes em espaços de migração, mulheres e LGBT+.

1. Resultados

1.1 A Lei Municipal nº 16.478/2016

A presente lei municipal da cidade de São Paulo, que institui a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), assim como o Conselho Municipal de Imigrantes, foi promulgada no dia 21 de junho de 2016 pelo então Prefeito Fernando Haddad, como Lei nº 16.478/2016 (Prefeitura de São Paulo, 2016a). Nesta Lei, considera-se população imigrante todas as pessoas, independentemente de sua situação migratória ou documental, que se deslocam de sua residência habitual para o Brasil, sendo estes refugiados, apátridas, estudantes e/ou imigrantes laborais.

Dos dez artigos que compõem a lei, destacamos alguns pontos que explicitam os objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias que a regem:

- o primeiro artigo designa a Secretaria de Direitos Humanos como ente articulador encarregado de implementar a lei a partir de uma perspectiva transversal às políticas e aos serviços públicos, sendo um de seus quatro objetivos: propiciar o respeito à diversidade e à interculturalidade (Artigo 1º, I);
- no segundo artigo, dos seis princípios, ressaltamos o que faz referência à igualdade de direitos e de oportunidades, considerando as especificidades dos imigrantes (Artigo 2º, II).
- no terceiro artigo, entre suas dez diretrizes, salientamos o respeito pelas especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência (Artigo 3º, III), além do artigo que regulamenta a atuação do Poder Público na promoção da participação

de imigrantes nas instâncias de gestão participativa, garantindo-lhes o direito de votar e ser votado nos conselhos municipais (Artigo 3º, VIII);

- no sétimo artigo, dentre suas sete ações prioritárias, encontra-se a valorização da diversidade cultural, garantindo a participação da população imigrante na agenda cultural e nos espaços públicos do Município, assim como impulsionando a produção intercultural (Artigo 7º, V).

Em resumo, podemos dizer que dos aspectos que se sobressaem na lei, tem-se, primeiro, a especificação de quem é imigrante; segundo, a igualdade de direitos, respeitando as especificidades da imigração; terceiro, o respeito à diversidade, o gênero e a interculturalidade, este último considerada como uma ação prioritária; e, quarto, a promoção da participação de imigrantes nos conselhos participativos.

1.2 O Decreto nº 57.533/2016

O Decreto nº 57.533/2016, que regulamenta a Lei Municipal da População Imigrante, regulamenta e institui, por um lado, o papel do Governo Municipal na participação social; e, por outro, as Políticas Públicas voltadas à população imigrante (Prefeitura de São Paulo, 2016b). Na parte da Participação Social, o documento explicita o papel do Governo Municipal na promoção e incentivo a coletivos da sociedade civil e institui o Conselho Municipal de Imigrantes, órgão consultivo vinculado à Coordenação de Políticas para Migrantes, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Na parte das Políticas Públicas, o documento aborda o papel de cada uma das Secretarias e demais serviços públicos para oferecer políticas voltadas a imigrantes.

1.3 A mulher imigrante no Decreto

No Decreto da PMPI, podemos constatar a presença da dimensão *mulher* na construção da política, de modo que as palavras *gênero* e *mulher/es* são incluídas em seis dos vinte e cinco artigos que compõem o decreto. A primeira vez que aparece a palavra *mulher* é quando se fala sobre o Conselho Municipal de Imigrantes, configurado como um conselho participativo (Artigo 6º). Para ampliar a paridade de participação, em dezembro de 2013, o Município de São Paulo promulgou a Lei nº 15.946/2013, que determinou a obrigatoriedade da composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos Participativos.

Desta maneira, observamos que no Artigo 6º do Decreto também é garantida, no Conselho de Imigrantes, a participação mínima de 50% de mulheres. Além disso, neste Conselho é exigida a participação mínima do 50% de imigrantes. Por outra parte, no capítulo sobre as Políticas Públicas, a palavra *mulher/es* e *gênero* aparecem das seguintes formas:

- sobre as políticas que competem à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, é explicitada a necessidade de conceder atenção especial ao atendimento sócio assistencial de “mulheres imigrantes egressas do sistema prisional e sua/seu/s filho/s menores de idade” (Artigo 11º).
- sobre as políticas que competem à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, a palavra *mulher* aparece quando é especificada a necessidade de capacitação do pessoal de equipamentos públicos em relação a questões de *gênero* e para atenção às *mulheres* imigrantes vítimas de violência doméstica e familiar, garantindo o acesso à proteção da Lei Federal nº 11.340 de agosto de 2006 e à acolhida, tendo em conta a vulnerabilidade frequentemente agravada pela ausência da rede familiar no país” (Artigo 13º).

O restante de menções dentro das Políticas para Mulheres também estão relacionadas ao combate à violência de gênero contra a mulher imigrante, em que se ressalta a necessidade de realizar “campanhas e ações preventivas sobre a violência contra a mulher direcionadas à população imigrante”, bem como a necessidade de “proteger a mulher em risco de violência doméstica e familiar” (Prefeitura de São Paulo, 2016b). Finalmente, o texto frisa a importância de garantir o atendimento das mulheres, independentemente de sua condição documentária.

- Em relação à Secretaria Municipal de Saúde, encontramos um inciso que fala sobre a necessidade de fornecer atenção integral à saúde da mulher imigrante, gerenciando programas de assistência e promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, respeitando a diversidade, promovendo o parto humanizado e intercultural, e ações de prevenção e combate à violência obstétrica (Artigo 14º, IV).
- Na parte que aborda as competências da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, do Trabalho e do Empreendedorismo, o Artigo 17º salienta, entre outras coisas, que se forneça prioridade às *mulheres em situação de violência doméstica e familiar*, para que possam ter apoio técnico sobre empreendedorismo, formação de cooperativas e acesso a crédito e microcrédito.

- Finalmente, nas competências da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, se prevê a necessidade de estimular a participação de mulheres imigrantes nos eventos organizados pela própria Secretaria, ademais, de promover “a participação e contemplação de projetos de mulheres” nos editais de chamamento relacionados ao esporte e lazer (Artigo 23º).

Em resumo, vemos que a garantia de participação pública das mulheres imigrantes e o atendimento a suas especificidades são contempladas em seis artigos do Decreto nº 57.533/2016, que regulamenta a Lei PMPI, nas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (Artigo 11º), de Políticas para as Mulheres (Artigo 13º), de Saúde (Artigo 14º), de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (Artigo 17º) e na de Esportes, Lazer e Recreação (Artigo 23º), além de contemplar as mulheres imigrantes na conformação do Conselho Municipal de Políticas para Imigrantes no Artigo 6º (Prefeitura de São Paulo, 2016b).

Por outro lado, observamos que o debate sobre gênero e direitos das mulheres não é inserido na atuação de quatro secretarias: a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, esta última encarregada de gerir a Coordenação Municipal de Políticas para Migrantes, hoje chamada Coordenação de Políticas para Imigrante e Promoção do Trabalho Decente.

2. Discussão

2.1 Estado-nação, interculturalidade e imigração

A necessidade de explicitar quem é imigrante na Lei Municipal de Políticas para a População Imigrante, a quem dirige-se esta lei, evidencia a linha divisória macro entre imigrantes e nacionais-natos, apresentando-nos um conjunto de normas que operam nas estruturas estatais para regular o cotidiano e classificar em grupos a população. A imigração, como menciona Abdelmalek Sayad (2008), nos permite questionar os fundamentos geopolíticos que envolve a junção Estado-Nação.

Da mesma forma, nos permite observar que as migrações não são lidas da mesma maneira, existem outras características que permeiam a relação desigual entre imigrantes, nacionais-natos e o Estado, definida pela conjuntura socioeconômica e política do país de origem, assim como seu histórico colonizador/colonizado, os adendos da cor/raça/etnia, o

gênero, a orientação sexual e a língua quase pré-designam os direitos, os deveres de assimilação bem como as barreiras (in)superáveis que terão.

A imigração coloca em avaliação tanto o país de origem como o país receptor, sua constituição e os acordos internacionais. Se examinarmos o Artigo 13º da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) em relação à migração, do qual o Brasil é signatário, veremos que ele assinala que toda pessoa tem direito de ir e vir. Nesta mesma linha, se inscreve o Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que menciona que todos, brasileiros e imigrantes, são iguais perante a lei. Entretanto, os limitam no Artigo 14º, que prescreve que os direitos políticos ao sufrágio são concedido apenas a nacionais natos ou naturalizados (Brasil, 1988).

Seguindo a análise dos direitos políticos, em nível federal a Lei de Migração nº 13.445/2017 assinala, no Artigo 3º, que se procurará o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. Tal artigo se contradiz com o Artigo 14º citado anteriormente, decorre daí a seguinte pergunta: como é possível uma integração política sem o direito à sufrágio? Ou, como menciona Eduardo Domenech (2018), fazendo menção aos debates que traz Abdelmalek Sayad: “Como é possível [para o imigrante] existir numa ordem sócio-política chamada nação sem existir politicamente?”(Domenech, 2018, p. 4, tradução nossa).

A Lei PMPI tenta se aproximar, ainda que timidamente, dessa existência política, ao integrar os imigrantes nos conselhos participativos, tanto como votantes como abrindo a possibilidade de serem conselheiros escolhidos em votação, o que poderia ser julgado como um avanço mais contundente no plano simbólico do que, necessariamente, a real efetivação de um reconhecimento político. Embora os Conselhos se constituam como órgãos de controle e monitoramento social de políticas públicas, sua existência e incidência é continuamente questionada por governos neoliberais que procuram afastar a sociedade civil destes espaços².

Outra importante abordagem da Lei Municipal é o respeito pela diversidade e a interculturalidade. A diversidade cultural e a imigração, como defendem María José Aguilar Idáñez e Daniel Buraschi (2012), são processos estruturais que precisam de respostas globais

² Em nível federal, no dia 05 de setembro de 2019, foi publicado o Decreto nº 10.003/2019 no Diário Oficial da União (DOU), que anulou o mandato de todos os conselheiros eleitos e empossados em março do mesmo ano e mudou o funcionamento de escolha de conselheiros no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), determinando que não mais seriam escolhidos por eleição e sim seguindo um processo seletivo. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro reduziu a participação da sociedade civil de quatorze para nove conselheiros, deixando o governo federal com maioria absoluta no colegiado, com 13 membros (Brasil, 2019).

encaminhadas à integração efetiva e à convivência intercultural. Desse modo, a interculturalidade constitui um posicionamento ético, social e normativo que procura superar modelos hegemônicos que se limitam a folclorizar aspectos culturais da imigração ao colocá-los em agendas públicas que pretendem fomentar o respeito pelas diferenças por meio de festas tradicionais, artesanato e gastronomia, enquanto ainda mantêm estruturas desiguais de poder e de acesso a direitos, demarcando uma linha hierárquica entre imigrantes e nacionais-natos. Portanto, a interculturalidade advoga por uma visão crítica e transformadora da integração, a fim de quebrar com essa divisão nacionalista e promover uma cidadania universal fundamentada nos direitos humanos (Aguilar Idáñez & Buraschi, 2012).

2.2 Gênero e imigração

Em nível internacional, vêm sendo mobilizadas discussões a respeito da imigração baseadas nos Direitos Humanos. Entre os dias 10 e 11 de dezembro de 2018, foi celebrado, em Marrakech, o Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular³, com o objetivo de estabelecer uma série de princípios e compromissos, entre os Estados membro, sobre a migração internacional em todas suas dimensões (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2018).

Em relação ao papel do gênero na imigração, o Pacto incluiu, entre seus dez princípios reitores, a perspectiva de gênero como algo necessário para abordar a complexidade que envolve a migração. O Pacto apela para promoção da igualdade entre os gêneros, promovendo a autonomia das mulheres e meninas, reconhecendo sua capacidade de agência e liderança, superando a percepção de vitimização sob a qual os migrantes são percebidos (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2018).

A inclusão da perspectiva de gênero no Pacto permite responder às necessidades e vulnerabilidades particulares das mulheres, sem, no entanto, criar outras condições de vulnerabilidade. De modo que, dos vinte e três objetivos que aponta o pacto, dezenove nomeiam gênero ou mulheres dentro de suas propostas. Entre esses objetivos, encontra-se, por exemplo, a proposta de oferecer aos imigrantes programas de desenvolvimento e capacitação de aptidões à distância ou on-line de fácil acesso, com uma perspectiva de gênero; ou o acesso à assistência

³ O Brasil participou da elaboração e assinatura do Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular durante o governo de Michel Temer, mas deixou de ser signatário quando o governo foi assumido por Jair Bolsonaro em 08 de janeiro de 2019 (Jornal Nacional, 2019).

social, atendimento médico e psicológico, e o acesso à justiça e a vias de recurso eficazes, especialmente em casos de violência, abuso e exploração sexual e por razão de gênero (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2018).

Além disso, o Pacto também contempla a proteção e garantia de direitos humanos em situações mais específicas, como o tráfico de pessoas, vítimas de violência e a proteção dos menores não acompanhados (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2018). Assim, pode ser concluído que o gênero está ganhando importância como categoria de análise nos debates internacionais sobre a migração.

Nessa sintonia, a Lei Municipal incluiu dentro das diretrizes de atuação do Poder Público, por meio das Secretarias Municipais na efetivação da PMPI, o respeito pelas especificidades de gênero e orientação sexual (Artigo 3º, III). Isto refletiu no Decreto 57.533/2016, que abarcou as questões de gênero e das mulheres nos Artigos 6º, 11º, 13º, 14º, 17º e 23º. Esses artigos outorgam a paridade participativa de mulheres compondo o Conselho Municipal de Políticas para Imigrantes, a elaboração de estratégias de assistência social e interculturalidade no sistema de saúde, no atendimento de vítimas de violência de gênero, ou para as mulheres egressas do sistema prisional e de seus filhos, assim como a sua inclusão em programas de economia solidária e editais de incentivo ao esporte e lazer.

Embora tanto a Lei de PMPI quanto o Decreto que a institui apresentem grandes avanços para a construção e operacionalização de políticas em uma perspectiva de gênero, ainda existem algumas inquietações no ar: a qual mulher nos referimos quando falamos de mulher imigrante? Acreditamos que não tenha uma só resposta a esta questão, mas segundo a colocação da palavra *mulher imigrante* na Lei Municipal de Migração, entendemos que muitas vezes a mulher que aparece é uma mulher cis, heterossexual e em constante vulnerabilidade, apagando sua identidade de gênero e sexualidade, tanto quanto suas possibilidades de agência.

Por outro lado, a questão da vulnerabilidade pode estar em concordância com os altos índices de violência contra a mulher no Brasil: a cada dois minutos uma mulher sofre violência doméstica, ou a denúncia de 180 casos de estupros por dia, dos quais o 82% das vítimas são mulheres (Instituto Patrícia Galvão, 2019), esses são dados alarmantes que de fato precisam ser atendidos como prioridades na lei.

Porém, existem outras diversidades de mulheres que não só cis, e sim também transsexuais, lésbicas, bissexuais, dentre outras dissidências sexuais que não são eximidas de sofrer violência no Brasil, sabe-se de denúncias por ter sofrido humilhações, hostilização e até

ameaças de morte (Instituto Patrícia Galvão, 2019). No ano 2017, em um ranking mundial, o Brasil foi colocado como o terceiro país que mais mata as pessoas trans (TGEU, 2019). Ponderando tais observações, observamos que essa ausência é uma evidência clara de como as políticas públicas ainda são pensadas e redigidas dentro de um plano heterocisnormativo. De modo que a falta de nomeação dessa diversidade de migrações dentro do município pode acrescentar as situações de invisibilidade (Honneth, 2011) ou de reconhecimento errôneo (Taylor, 2000), fazendo pensar num padrão de migração quase homogêneo.

Como explica Axel Honneth (2011), a visibilidade é um ato performativo que requer um conjunto de gestos e ações que afirmam a inteligibilidade de algum ser/nós, ou seja, a relação de conhecer e reconhecer as características relevantes desse ser/nós em um determinado espaço-tempo. A invisibilidade vai além de um simples problema de não perceber alguém; ela tem mais a ver com a falta de confirmação social da existência. Por outra parte, o reconhecimento errôneo, como mencionado por Charles Taylor (2000), consiste em nomeações reduzidas e abjetas que podem aprisionar e oprimir o sujeito.

Dessa forma, o reconhecimento errôneo cria uma relação institucional de subordinação e uma violação de justiça que impede uma participação cidadã igualitária na vida social e política, como o caso de pessoas imigrantes. As instituições estruturam a interação de acordo com padrões heterocisnormativos, androcêntricos, brancos e capitalistas neoliberais, que impedem a participação em pé de igualdade (Taylor, 2000; Fraser, 2006; Honneth, 2011) entre imigrantes e nacionais-natos, situação que resulta em diferentes níveis de vulnerabilidade, dependendo das alocações em que é ignorada ou falsamente reconhecida a sua existência.

Para Nancy Fraser (2006, 2007), o problema de reconhecimento é uma questão de igualdade de status. Padrões institucionalizados criam mecanismos de subjugação, exclusão ou invisibilidade, formas de não reconhecimento ou subordinação de status que impedem alguns membros da sociedade, como as pessoas imigrantes em toda sua diversidade, agir em equidade de condições e ter paridade de participação. De modo que a luta pelo reconhecimento não é a valorização da identidade e sim a superação do status de subordinação, ou seja, de uma justiça alinhada ao plano deontológico.

Na análise do presente tempo histórico e social, Fraser (2002) defende que hoje o plano socioeconômico foi superado como o único que ditava o caminho para a justiça social, atribuindo agora um peso maior a outras dimensões que antes praticamente não eram contempladas. Embora essa mudança tenha sido muito positiva, a autora vê nela o risco de acontecer um esquecimento do eixo da distribuição, que seria deslocado pela luta pelo

reconhecimento. Para evitar esse total deslocamento, a autora propõe, entre outras estratégias, uma concepção bidimensional da justiça social, em que não se substituiria uma dimensão pela outra, senão que as duas seriam abrangidas.

A autora também se preocupa pelo que ela chama de *falso reconhecimento*, o qual, segundo ela, leva a pensar em implementar políticas de identidade que, basicamente, se limitam a criar uma nova identidade para os grupos e minorias sociais, baseada muitas vezes em estereótipos. Fraser propõe, no lugar disso, implementar políticas que garantam a participação paritária na vida e interação social, conseguindo assim o reconhecimento recíproco (Fraser, 2002). Acreditamos que essas importantes críticas de como está sendo tratada a justiça social na globalização podem ser um norte importante na concepção de políticas para mulheres imigrantes.

Portanto, se pensarmos em políticas públicas para a população imigrante que promovam uma justiça desde um enfoque de gênero, precisamos tanto da criação de políticas de redistribuição como de reconhecimento, ambas são primárias e co-originárias (Taylor, 2000; Fraser, 2006; Honneth, 2011). Assim, a paridade democrática requer tanto uma condição intersubjetiva que possa garantir o respeito e equidade de oportunidades para conseguir reconhecimento social, como também uma condição objetiva em que a redistribuição de recursos materiais e financeiros possa assegurar a independência com voz e vez de mulheres imigrantes cis e trans em toda sua diversidade.

Para concluir, concordamos com Fraser (2006) ao afirmar que agir com justiça é trabalhar em prol da participação sufragista, equitativa, representativa e plural das pessoas. Neste sentido, consideramos necessário que as mulheres imigrantes acessem os debates e processos políticos – sobre suas demandas, reivindicações e deliberações – que afetam diretamente suas vidas.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo intentamos trazer alguns apontamentos relevantes sobre a Lei Municipal de Políticas para a População Imigrante e seu decreto desde um olhar de gênero e interculturalidade. Como Peter Spink (2013) comenta, a própria ideia de política pública é um produto social historicamente construído, uma ferramenta discursiva que consegue delimitar não só a agenda política, mas também as problemáticas que existem e a orientação das soluções que há como resposta. Em relação à migração, certa visão homogeneizante da figura do

migrante faz com que seja difícil enxergar diferentes especificidades dentro das pessoas que migram, prevalecendo o entendimento de uma massa homogênea e estereotipada sobre o que é ser um migrante na formulação de políticas públicas.

Trazer essa discussão de como as mulheres imigrantes são inseridas ou esquecidas nas políticas municipais nos faz pensar nas possibilidades de agência e reconhecimento, bem como na fragilidade dos ganhos em direitos para as mulheres em toda sua diversidade, que muitas vezes são consideradas minorias, sendo que correspondem a um pouco mais de 50% do total da população do país.

Além disso, a perspectiva intercultural, junto a outras dimensões como raça e etnia, são fundamentais para que possamos fazer, considerando a discussão sobre o gênero, uma análise completa da desigualdade social, do acesso aos serviços e equipamentos e da garantia de direitos humanos.

As políticas de reconhecimento são, muitas vezes, colocadas como conflitivas e desvantajosas. Ante alguma crise do capitalismo, são as primeiras a ser cerceadas, consideradas como itens passíveis de sacrifício em prol da melhora econômica, do aumento de emprego, da diminuição do preço do dólar, da busca por atrair investimentos e, assim, nessas condições, os status de subalternos são novamente recolocadas.

Portanto, consideramos que ainda há muito que defender e construir-se em políticas para migrantes desde uma perspectiva intercultural e de gênero, não como tarefa que atinge só ao município de São Paulo, mas também ao Estado. A migração é um fenômeno complexo que envolve todas as esferas de governo (municipais, estaduais e federal), as quais devem construir e/ou instrumentalizar políticas públicas específicas para atender as demandas deste grupo populacional e, se possível, construir tais políticas através de medidas de participação direta como o direito ao voto nos níveis municipal, estadual e federal.

A fim de orientar outras reflexões que aqui não conseguimos abordar, consideramos importante aprofundar em outros marcadores sociais que perpassam as vivências dos imigrantes nas dimensões de sexualidades e identidades de gênero (população LGBT+), raça/etnia/cor, nacionalidade e classe; para repensar nessa diversidade de vozes que são ou deveriam ser reconhecidas e atendidas quando formulamos políticas públicas.

Por fim, nos valendo da Psicologia como fundamento teórico para olhar e analisar criticamente as políticas públicas, concordamos com diversas(os) autoras(es) (Galeão-Silva, 2017; Lane & Codo, 1984; Martín-Baró, 1996; Sawaia, 2009; Spink, 1996) que também

apontaram para a necessidade de fazer da Psicologia Social uma disciplina crítica, voltada à comunidade e aos grupos em condição de vulnerabilidade social, vistos como sujeitos ativos, e tendo por base uma análise integral das relações políticas, éticas, sociais e econômicas. Ponderando esta informação, bem como toda a pesquisa realizada para a construção deste capítulo, conclui-se que é responsabilidade das(os) psicólogas(os) comprometer-se com a transformação social da realidade desses sujeitos ativos.

Referências

- Agrela Romero, Belén. (2004). La acción social y las mujeres inmigrantes: ¿Hacia unos modelos de intervención?. *Portularia*, 4, 31-42
- Aguilar Idáñez, María J., & Buraschi, Daniel. (2012). El desafío de la convivencia intercultural. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(38), 27-43.
- Aragaki, Sérgio S.; Piani, Pedro P., & Spink, Mary J. (2014). Uso de repertórios linguísticos em pesquisas. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento, M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 229-246). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Asamblea General de las Naciones Unidas. (2018). *Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular*, A/CONF.231/3, 2018. Recuperado de <https://www.refworld.org/es/pdfid/5c0eac944.pdf>
- Bertoldo, Jaqueline. (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálysis*, 2(21), 313-323. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>.
- Bertuol, Carla. (2008). Crianças no espaço urbano: um estudo sobre políticas públicas no contexto das “Cidades amigas da criança” (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Brasil. (1980). *Lei nº 6.815, 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no estrangeiro. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.445, 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Recuperado de http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20234460/doi-1-2017-05-25-lei-no-13-445-de-24-de-maio-de-2017-20234437
- Brasil. (2019). *Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019*. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm

- Domenech, Eduardo. (2018). Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad. *Conferência de fechamento no simpósio: 20 anos depois: A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*.
- Fraser, Nancy. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 7-20
- Fraser, Nancy. (2006). La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In N. Fraser & A. Honneth (Org.), *¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico* (pp. 149-175). Madrid: Morata.
- Fraser, Nancy. (2007). Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova*, (70), 101-138.
- Fleury, Anjali. (2016). Understanding women and migration: A literature review. *Global Knowledge Partnership on Migration and Development Working Paper*, 8.
- Galeão-Silva, Luís G. (2017). Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. In N. Silva Junior & W. Zangari (Orgs.), *A psicologia social e a questão do hífen* (pp. 91-100). São Paulo: Blucher.
- Global Migration Data Portal. (2019a). Migration Data Portal: The bigger picture (2019). Recuperado de https://migrationdataportal.org/?t=2019&i=stock_abs
- Global Migration Data Portal. (2019b). Migration Data Portal: The bigger picture. *Gender and Migration*. Recuperado de <https://migrationdataportal.org/themes/gender>
- Guareschi, Neuza M. F. (2017). Psicologia e Políticas Públicas: As práticas Profissionais no Campo da Saúde e da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 253-257.
- Guerra, Sidney. (2017a). A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. *Revista de Direito da Cidade*, 9(4), 1717-1737.
- Guerra, Sidney. (2017b). Alguns aspectos sobre a situação jurídica do não nacional no Brasil: da lei do estrangeiro à nova Lei de Migração. *Revista Direito em Debate*, 26(47), 90-112.
- Honneth, Axel. (2011). Invisibilidad: sobre la epistemología moral del reconocimiento. In A. Honneth, *La Sociedad del desprecio* (pp. 165-181). Madrid: Editorial Trotta.
- Honneth, Axel. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, 15(33), 56-80.
- Instituto Patrícia Galvão. (2019). *Violência contra as mulheres em dados*. Recuperado de <https://dossiesagenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>
- Jornal Nacional. (2019, 08 de janeiro). Brasil informa à ONU que vai deixar Pacto de Migração. *Jornal Nacional*. Recuperado de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/08/brasil-informa-a-onu-que-vai-deixar-pacto-de-migracao.ghtml>

- Lane, Sílvia T., & Codo, Wanderley. (1984). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Magliano, María J. (2007). Migración de mujeres bolivianas hacia Argentina: cambios y continuidades en las relaciones de género. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, (14).
- Martín-Baró, Ignacio. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martínez, Manuel F., & Martínez García, Júlia. (2018). Procesos migratorios e intervención psicosocial. *Papeles del Psicólogo*, 39(2), 96-103.
- Neves, Ana S. A.; Nogueira, Maria C. O. C.; Topa, Joana B., & Silva, Estefânia G. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia*, 33(04), 723-733.
- Oliveira, Antônio T. (2013). Um Panorama da Migração Internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília*, 21(40), 195-210.
- Oliveira, Antônio T. R. (2017). Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista brasileira de Estudos de População*, 34(1), 171-179.
- Paiva, Odair C. (2000). *Breve história da hospedaria de imigrantes e da imigração para São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- Paiva, Odair, & Moura, Soraya. (2008). *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz Terra
- Prefeitura de São Paulo. (2013). *Lei nº 15.764 de 27 de Maio de 2013*. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria. São Paulo: Gabinete do Prefeito. Recuperado de <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Lei%20comtrae.pdf>
- Prefeitura de São Paulo (2014). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Documento final da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para Imigrantes de São Paulo*. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Doc%20Final_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP_2014.pdf
- Prefeitura de São Paulo. (2016a). *Lei nº 16.478, 08 de julho de 2016*. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. São Paulo: Gabinete do Prefeito. Recuperado de <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016>
- Prefeitura de São Paulo. (2016b). *Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016*. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. São Paulo: Gabinete do Prefeito. Recuperado de <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016>

- Prefeitura de São Paulo. (2017). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Política Municipal para a População Imigrante*. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projetos/index.php?p=205909
- Sampaio, Cyntia, & Baraldi, Camila. (2019). *Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo*. Documentos de Projetos (LC/TS.2019/16/Rev.1). Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Recuperado de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44491/S1900310_pt.pdf?sequence=4&isAllowed=y
- Sawaia, Bader B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sayad, Abdelmalek. (2008). Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. *Apuntes De Investigación del CECYP*, (13), 101-116. Recuperado de <http://apuntescecy.com.ar/index.php/apuntes/article/view/122/107>
- Spink, Kevin K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, Peter K. (2013). Psicologia e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos. In E. Marques & C. A. P. Faria (Orgs.), *A política pública como campo multidisciplinar* (pp. 155-180). São Paulo: Editora UNESP.
- Spink, Peter K. (2018). Psicologia e Políticas Públicas. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia e Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 13-31). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Spink, Peter K.; Ribeiro, Maria A. T.; Conejo, Simone P., & Souza, Eliete (2014). Documentos de domínio público e a produção de informações. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento & M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 207-229). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Taylor, Charles. (2000). A política do reconhecimento. *Argumentos filosóficos*, 241-274.
- TGEU – Transgender Europe. (2019). *Trans Murder Monitoring*. Recuperado de <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/>
- Vainer, Carlos B. (2000). Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, 36, 15-32.

Capítulo 9

Negligência na prestação de serviços públicos a pessoas trans: uma análise de denúncias realizadas por meio do serviço Disque Direitos Humanos

Ubirajara de None Caputo

Introdução

No ano de 2003, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República instituiu o serviço Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100, para acolher, encaminhar aos órgãos responsáveis e acompanhar denúncias de violações de direitos humanos ocorridas em todo o território nacional. Originalmente, o serviço destinava-se a recepcionar denúncias de violações cometidas contra crianças e adolescentes, mas, em 2010, passou a receber denúncias referentes a outros segmentos com vulnerabilidade acrescida¹, entre eles, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT²).

O usuário do serviço Disque 100, chamado denunciante, relata ao atendente a situação em que teria havido violação de direitos humanos. O atendente transcreve o relato para registro em banco de dados, procurando obter do denunciante as seguintes informações: quem sofreu a violação (vítima); quem a praticou (suspeito); em que local a violação ocorreu; caso a violação tenha se repetido, há quanto tempo isso ocorre; em que horários; como a violação é praticada; se algum órgão público foi acionado etc. Também é possível denunciar uma violação de direitos

¹ Atualmente, o Disque 100 está vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e recebe denúncias de violações contra os seguintes grupos: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em restrição de liberdade, população LGBT, população em situação de rua, indígenas, quilombolas, ciganos, migrantes e refugiados, comunicadores e jornalistas. As violações podem incluir temas como: discriminação étnica ou racial, tráfico de pessoas, trabalho escravo, terra e conflitos agrários, moradia e conflitos urbanos, violência policial, violência contra comunidades tradicionais ou contra grupos desabrigados. Para conhecer mais detalhes sobre a trajetória do serviço Disque 100, recomenda-se Sousa e Moreira (2013).

² A sigla LGBT faz alusão a orientações sexuais (LGB) e a identidades de gênero (T). São condições cuja caracterização se deve a dois diferentes conceitos. Enquanto o conceito de orientação sexual liga-se ao gênero das pessoas pelas quais nosso desejo sexual é duradouramente inspirado e atraído, trazendo-nos para inclinações homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, o segundo conceito diz respeito à maneira como percebemos a nós mesmos no espectro feminino-masculino, o que nos traz para as identidades de homem cis, mulher cis, travesti, homem trans ou mulher trans. As letras LGB, iniciais das palavras lésbicas, gays e bissexuais, não assinalam todas as direções de prazer; como também T, a letra inicial de travestis ou transexuais, não assinala todas as posições de gênero. Há ênfase, portanto, na sigla LGBT, sobre direções e posições que exigem ação afirmativa. Pessoas percebidas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são ainda alvo de considerável desrespeito público e violência social, golpes contra a integridade corporal e contra a dignidade.

humanos sem a intervenção de um atendente, utilizando-se o aplicativo para *smartphones* Proteja Brasil ou pelo serviço Ouvidoria online, disponível na internet.

O Disque 100 é uma política pública³ que tem como objetivo conhecer e monitorar violações de direitos humanos a fim de fundamentar políticas de enfrentamento da violência contra grupos vulnerabilizados na sociedade brasileira.

1. Descrição da pesquisa

A pesquisa empírica à qual este texto se refere resultou em Dissertação de Mestrado, realizado sob orientação do professor José Moura Gonçalves Filho. O objetivo principal da pesquisa foi conhecer a violência contra pessoas trans apreensível pelo exame das denúncias de violações de direitos humanos, realizadas por meio do serviço Disque 100. Desejava-se entender quais atos constituíam essa violência, quem os praticava, onde e como eles ocorriam e em quais contextos.

A análise dos relatos⁴ permitiu, por um lado, descrever violências praticadas durante a prestação de serviços públicos, tais como serviços de saúde, segurança, assistenciais e de educação e, por outro, criticar o próprio serviço de denúncias, ligado às políticas públicas de direitos humanos da época, para oferecer uma proposição numa perspectiva psicológica: é preciso mais que apurar denúncias e, em alguns casos, proteger as vítimas, é preciso ajudá-las a tratar as marcas anímicas do sofrimento.

A Psicologia Social dispõe de teorias para examinar tais marcas, entre as quais, destaco a Humilhação Social⁵: “uma modalidade de angústia disparada pelo impacto traumático da desigualdade política” (Gonçalves Filho, 1998). Além da Psicologia Social, o campo teórico – interdisciplinar – que fundamenta a pesquisa conta com contribuições do Direito (Bobbio, 2004; Comparato, 2008; Dallari, 2004), dos Estudos da Violência (Agamben, 2007; Chauí, 2017; Crettiez, 2011) e dos Estudos de Gênero (Butler, 1997, 2016, 2017; Foucault, 2001, 2014; Rubin, 1993)⁶.

Foi feita uma análise documental sistemática dos relatos de violações registrados pelo Disque 100, no ano de 2015, que têm travestis, homens transexuais ou mulheres transexuais

³ Neste trabalho, emprega-se o conceito de políticas públicas conforme Bucci (2006): “políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.” (p. 241).

⁴ Optou-se por não assinalar eventuais erros ortográficos nos relatos citados neste trabalho.

⁵ Ver também Gonçalves Filho (1998).

⁶ Para conhecer a lista completa dos autores utilizados na pesquisa, ver Caputo (2018).

como vítimas. Para tanto, criou-se formulário específico⁷ onde se registraram informações sobre as violações (local, data, periodicidade etc.), sobre as vítimas (relação com os suspeitos, gênero auto percebido etc.), sobre os suspeitos (gênero, quantidade etc.), sobre os métodos utilizados etc.

2. Resultados

Obtiveram-se 308 denúncias em que foram identificadas 774 violações, o que perfaz média de 2,5 violações por denúncia. As violações foram classificadas nas seguintes categorias: a) agressão verbal: uso de termos ofensivos para referir-se às vítimas, deboche, chiste, uso de nome em desacordo com o gênero pelo qual a vítima se identifica; b) assassinato: morte consumada da vítima; c) ameaças (exceto de morte): anunciar violações pretendidas contra a vítima ou contra alguém de seu relacionamento; d) ameaça/tentativa de morte: anunciar que vai assassinar ou providenciar a morte da vítima ou tentar matar a vítima; e) discriminação: ato que exclui a vítima de um grupo de pessoas, prejudicando-a, recusando-lhe tratamento disponível aos demais; f) negligência: atitude discriminatória representada especificamente por recusa, omissão ou desleixo, na efetivação de um dever do suspeito em relação à vítima; g) prejuízo financeiro: extorquir, subtrair valores ou atentar contra o patrimônio da vítima; h) violência física: ataque à integridade corporal da vítima, causando danos perceptíveis ou não; i) violência sexual: forçar ou coagir à prática de atos sexuais, ou agenciar compulsoriamente ato sexual.

A distribuição das violações por categoria, em ordem decrescente, resultou nos seguintes percentuais: agressão verbal, 27,4%; violência física, 15,4%, discriminação, 13,6%; ameaça/tentativa de morte, 11,1%; ameaças (exceto morte), 10,6%; prejuízo financeiro, 9,3%; violência sexual, 6,6%; negligência, 4,5%; assassinato, 1,6%.

Homens são responsáveis por três vezes mais violações do que mulheres. E há também violações institucionais. Nesses casos, as violações teriam sido cometidas por agentes públicos no exercício de suas funções nas áreas de educação, saúde, assistência social, justiça e segurança. Quase um terço das denúncias (26,9%) refere-se a violações durante a prestação de um serviço público às vítimas. Foram agressões verbais, ameaças, atos discriminatórios e, principalmente, negligência. As instituições envolvidas nas denúncias foram responsáveis por 50% das violações na categoria negligência.

As denúncias de violações institucionais citam Escolas Públicas de Ensino Médio e de Ensino Superior, Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos), Centros de Atendimento de

⁷ Ver Caputo (2018), apêndice B.

Assistência Social (CRAS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o Serviço Único de Saúde (SUS), Conselhos Tutelares, Juizados Cíveis, Delegacias de Polícia Civil e Militar, Presídios e Junta Militar.

Nesses espaços públicos, a denúncia mais recorrente diz respeito à não utilização dos nomes sociais das pessoas trans. Por um lado, as vítimas referem-se ao grande constrangimento de serem tratadas publicamente em desacordo com sua autopercepção de gênero e, por outro, os violadores parecem bastante insensíveis a esse respeito. Há vários relatos que demonstram essa insensibilidade, como nos seguintes exemplos: uma servidora de um órgão municipal de assistência social recusou-se a tratar as vítimas pelo nome social alegando que “elas não eram operadas”; o médico não atendeu o pedido da vítima para chamá-la pelo nome social e agiu “como se o ocorrido não tivesse o menor significado”; a escola se negou a colocar o nome social da vítima na lista de presença e a permitir-lhe o uso do banheiro feminino, causando constrangimentos que a fizeram desistir do curso.

A recusa em utilizar o nome social traduz um apego ao modelo binário de gênero, o que se verifica em vários contextos de violação. A recusa é especialmente grave quando provém de agente público, pois denuncia um ataque contra a cidadania praticado sob tácito consentimento do Estado: evidencia inépcia ou descaso do Estado Brasileiro, insuficiente gestão ética e legal dos serviços prestados à população, fraqueza na orientação, promoção, reparação ou punição das atuações de servidores públicos. Foram referidos casos em que o agente público, mesmo tendo experiência em atender cidadãs e cidadãos trans, e com conhecimento das leis que regulamentam o uso do nome social⁸, recusou-se a fazê-lo.

2.1 Escola

O uso de nome em desacordo com a autopercepção de gênero enseja, especialmente no ambiente escolar, a exposição da vítima ao ridículo. As escolas aparecem nas denúncias como ambientes hostis em que as vítimas são expostas a escárnio público, a agressões verbais e a violência física. A violência na escola frequentemente se ampara na inação dos responsáveis, como no seguinte exemplo:

⁸ Por exemplo: “Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto. Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.” (Decreto nº 8.727/2016).

Os fatos ocorrem há três meses, diariamente . . . na rua e dentro da Escola Estadual [nome da escola omitido]. Nas agressões físicas são jogados pedaços de madeira e pedras em direção à vítima. . . a diretora tem conhecimento da situação e não toma nenhuma providência . . . os pais não têm conhecimento dos fatos.

É importante destacar que em ambiente escolar, muitas vezes, as vítimas são crianças ou adolescentes e, nesses casos, a negligência dos responsáveis descumpre, cumulativamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ação ou omissão de agentes públicos que deliberadamente desrespeitam o ECA prenuncia o que o futuro reserva aos jovens trans. O próprio Conselho Tutelar, instituído pelo Art. 131 do ECA⁹, ao ser acionado por um grupo de adolescentes que teria sofrido violência por parte de integrantes de uma igreja evangélica, informou que “não poderiam averiguar os fatos pois os adolescentes deveriam mesmo frequentar a igreja para que não tenha pecado e não seja tentado pelo demônio”.

2.2 Assistência social

As Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, comumente chamadas de abrigos, também são espaços públicos de sofrimento para pessoas trans. As denúncias relatam que as jovens travestis e transexuais abrigadas são expostas continuamente e por períodos prolongados a violações de vários tipos. Os suspeitos são: outros abrigados, funcionários e “educadores”. Nesses espaços, além de escárnio, agressões verbais, violência física e negligência dos responsáveis, foram relatados casos de discriminação, como em: “A instituição [Unidade de Acolhimento Institucional] proíbe que a vítima deixe transparecer sua identidade de gênero, proibindo por exemplo que use roupas femininas. A vítima se encontra em estado de depressão”.

Também há casos em que os Centros de Atendimento de Assistência Social (CRAS), paradoxalmente, se negam a prestar assistência à população trans. Há denúncias cujos suspeitos são agentes públicos que não demonstram hesitação alguma em dizer que “viado não tem direito a nada”, negando-se a conceder uma cesta básica, ou ainda que “não arrumava emprego para travesti”, indicando um ponto de prostituição.

2.3 Atendimento médico-hospitalar

As denúncias que tratam de atendimento médico-hospitalar a pessoas trans demonstram desconsideração dos profissionais de saúde, falta dos conhecimentos esperados e ignorância

⁹ *In verbis*: “O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (Lei nº 8.069, 1990).

dos cuidados devidos a esses pacientes. Ao buscar por serviços médicos, algumas vítimas relatam que os médicos teriam dito, por exemplo: “eu não atendo esse tipo de coisa” ou que a vítima tomasse o remédio que quisesse, que se automedicasse. A negligência no atendimento médico-hospitalar chega a colocar em risco a própria vida das vítimas, como na denúncia em que uma transexual procurou a emergência de um hospital público e o suspeito teria afirmado “que não iria atendê-la, pois se está naquela situação foi ela mesma que procurou”. Mesmo quando o atendimento é prestado, nota-se o despreparo do setor em tratar da saúde das travestis e transexuais. A denúncia em que “[nome da vítima omitido], transexual . . . ficará 30 dias internada . . . e está num quarto destinado a homens, ocasionando constrangimento tanto à vítima quanto aos outros pacientes” exemplifica claramente essa situação.

2.4 Segurança pública

Os serviços públicos de segurança, notadamente a ação das polícias civil e militar, aparecem nas denúncias examinadas com uma contradição que os distingue dos demais serviços públicos. Como todas as situações descritas incluem violência, seria devido esperar que os policiais atuassem como agentes protetores das vítimas. Muito ao contrário, os policiais aparecem como suspeitos de várias categorias de violação, especialmente ameaças e discriminação, e a corporação policial é reiteradamente denunciada como tendo sido negligente no atendimento às vítimas. Segundo as denúncias, travestis são comumente tratadas pelos policiais como se fossem “criminosos” e suas versões dos fatos, quando relatadas à polícia, tendem a ser desacreditadas. Muitas vítimas afirmam que não tentaram registrar ocorrência policial referente a uma violência sofrida porque não acreditam na ação das polícias ou porque temem ser maltratadas pelos policiais.

A maioria das violações em que há policiais envolvidos possui pelo menos uma das seguintes características: a) violação direta, em que o agente policial seria o autor da violação por ação deliberada e não necessariamente vinculada ao papel social da corporação policial; b) negligência, em que a violação se constitui na inação dos agentes de segurança, no descaso e no descumprimento das atribuições da corporação. Também foram notificadas violências sob custódia policial, contra travestis presas em celas junto com homens ou que teriam sido torturadas por agentes policiais. Por exemplo:

[nome da vítima omitido], travesti, foi agredida fisicamente pelo agente carcereiro, nome não informado. O fato ocorreu hoje, [data omitida], na [local omitido]. Após uma briga de vizinho a vítima foi levada pra Delegacia e está detida. E no local sofreu agressões da parte do suspeito

por conta da orientação sexual. Acredita-se que o acusado usou algum tipo de objeto para agredir, pois a vítima está com rosto desfigurado, havendo possibilidade de flagrante, raspam o cabelo e despiram sua roupa, deixando com seios à mostra.

Note-se que, além da violência física, esse episódio inclui forte violência simbólica. Os cabelos da travesti foram raspados e seus seios expostos com clara intenção de humilhar e “corrigir” a vítima, conformando-a a um padrão estético masculino.

A negação em reconhecer o feminino na travesti e na mulher trans, ao tratá-las como homens, também aparece no contexto dos serviços públicos de segurança. Essa negação ocorre desde a recusa em utilizar o nome social até as situações em que o corpo da vítima é manipulado indevidamente. Por exemplo:

A vítima juntamente dos outros amigos que a acompanhava foi abordada por três policiais para ser revistada, sendo um deles do sexo feminino. No momento da revista a vítima pediu para que fosse revistada pela policial. Mas [nome do policial omitido] criticou o pedido e disse que a mesma não possui direito algum por ser transexual, discriminando-a devido a identidade de gênero. Porém pelo fato da vítima insistir para que não fosse revistada por algum policial do sexo masculino, [nome do policial omitido] deu voz de prisão a mesma por desacato à autoridade. [e] recebeu ameaças do policial caso contasse a alguém sobre o ocorrido.

Também decorre dessa resistência em reconhecer o gênero feminino das vítimas que casos de estupro sejam desqualificados pela polícia, como em:

[nome da vítima omitido] foi abusada sexualmente por suspeito de nome não informado. . . . A polícia foi acionada e se omitiu a dar socorro à vítima . . . os policiais entraram na casa do suspeito e ao invés de prestar socorro à vítima a hostilizou chamando a mesma de lixo, traveco, que não tinha motivo suficiente para realizar denúncia.

Os policiais aparecem no conjunto das denúncias como responsáveis pela maioria dos casos de negligência. Às vezes, há uma recusa explícita do agente policial em registrar a queixa e averiguar os fatos relatados pelas vítimas; outras vezes, a recusa baseia-se em justificativas insólitas e maliciosas, como no caso em que a travesti

sofreu tentativa de atropelamento pelo carro [marca do carro omitida], [cor do carro omitida] com placa [placa do carro omitida] [e] tentou fazer um boletim de ocorrência na Polícia Civil porém não conseguiu por não ter testemunhas na hora do ocorrido.

Há ocasiões em que os agentes policiais, além de recusar atendimento às vítimas, ameaçam-nas e as agridem, como nos casos em que travestis são exploradas sexualmente, surradas, roubadas e ameaçadas de morte.

Merecem destaque as denúncias em que as vítimas tentam notificar a polícia sobre violações que teriam sido cometidas por agentes policiais. Nesses casos, a recusa em registrar ocorrências contra seus colegas policiais evidencia corporativismo que, algumas vezes, está

associado a abusos de autoridade. Essas denúncias expressam a angústia das vítimas diante de uma situação “sem saída” e, muitas vezes, seu temor de represálias, como nos exemplos que se seguem:

travestis trabalham no local e constantemente são agredidas fisicamente com cassetetes de borracha e socos [por policiais]. [as travestis] são ameaçadas de morte caso denunciem os fatos. Foi informado que os policiais jogam bombas de efeito moral e arremessam spray de pimenta para impedir o trabalho das vítimas . . . A delegada [nome da delegada omitido] [da Delegacia de Defesa da Mulher] tem conhecimento dos fatos, inclusive é ela quem dá ordens aos policiais para agredirem as travestis;

A vítima (mulher transexual) foi até a delegacia de polícia civil do município tentar registrar boletim de ocorrência contra o delegado. O agente policial [nome do agente omitido] se recusou a registrar boletim contra o delegado. Há um ano [a vítima] moveu dois processos contra [nome do delegado omitido], os dois envolvem violência física e sexual, com isso o suspeito usa o poder de delegado para mandar os policiais agredirem a vítima.

Considerações finais

Segundo as conclusões da pesquisa, a violência contra pessoas trans opera por meio de cinco eixos ligados à interdição da vida física, social e política e à reificação para o sexo e escárnio públicos (Caputo, 2018, p.87). Ao observar o tratamento dispensado pelos serviços públicos às pessoas trans descrito nas denúncias, fica claro que lhes é negada a cidadania plena. A interdição na vida social das pessoas trans é uma forma precária de eliminação, como alternativa atenuada à interdição da vida corpórea. Na interdição social não é a existência que incomoda a ponto de ter que ser eliminada, mas é a convivência, a presença que é insuportável.

A proscrição, ainda que parcial, das pessoas trans da vida social implica, necessariamente, interdição em sua vida política. É preciso lembrar que os agentes públicos, responsáveis pelo funcionamento das instituições, também são produtos do modelo cisgênero-heteronormativo de sociedade. Parece que o núcleo de sentido da interdição na vida política das pessoas trans, isto é, na sua relação com o Estado, assenta-se na seguinte questão: se elas não são compreendidas integralmente como pessoas, como poderiam ser sujeitos plenos de direitos destinados aos demais cidadãos?

Qualquer tentativa de atenuar a situação dramática em que vivem as pessoas trans inclui, necessariamente, ouvi-las com a máxima atenção. Essa é tarefa inescapável da Psicologia Social (embora não se encerre nela) porque, como assinala Gonçalves Filho (2018), não se pode ignorar que a vítima olha para a violência de um ângulo privilegiado: é a ela, sobretudo, que cabe a tarefa de refletir sobre os atos violentos; é ela que especula as motivações e lida com os impactos da violência, tarefas que repercutem no tempo, sempre pedindo detalhamento.

Tampouco seria possível compreender suficientemente a violência contra pessoas trans ignorando seus efeitos intrassubjetivos. Ouvir atentamente, compreender e procurar atender as necessidades de pessoas trans, especialmente no que se refere a políticas públicas, são tarefas que estão longe de se realizar.

Referências

- Agamben, Giorgio. (2007). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (H. Burigo, trad.). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Bobbio, Norberto. (2004). *A era dos direitos*. 7a ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Bucci, Maria P. D. (2006). *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that matter*. New York, NY: Routledge.
- Butler, Judith. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. (2017). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. (Coleção Sujeito e História). São Paulo, SP: Civilização Brasileira.
- Caputo, Ubirajara N. (2018). *Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2019-08-10, de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-111830/pt-br.php>
- Chauí, Marilena. (2017). *Sobre a violência*. (Coleção Escritos de Marilena Chauí). São Paulo, SP: Autêntica.
- Comparato, Fábio K. (2008). *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 6a ed. São Paulo, SP: Saraiva.
- Crettiez, Xavier. (2011). *As formas da violência*. São Paulo, SP: Loyola.
- Dallari, Dalmo A. (2004). *Direitos Humanos e Cidadania*. (Coleção Polêmica). São Paulo, SP: Moderna.
- Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional.
- Foucault, Michel. (2001). Aula de 22 de janeiro de 1975. In *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Foucault, Michel. (2014). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Gonçalves Filho, José M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>
- Gonçalves Filho, José M. (2018). Anotações de reuniões de orientação. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional.
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, PE: SOS Corpo. (versão em português para fins didáticos).
- Sousa, Sônia G., & Moreira, Maria I. C. (Orgs.). (2013). *Quebrando o silêncio: disque 100*. Goiânia, GO: Cãnone Editorial.

Capítulo 10

Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil: um campo de reflexão e prática profissional em construção

Henrique Araujo Aragusuku

Felipe Cazeiro

Introdução

O campo de estudo em políticas públicas tem se constituído gradativamente como uma área de conhecimento, atuação, ensino e prática direcionado ao desenvolvimento de planos, projetos, programas, ações e pesquisas a partir de diversas áreas do conhecimento – como da Sociologia, da Psicologia, da Ciência Política, da Administração, entre diversas outras. Desta maneira, há uma ampla diversidade de perspectivas possíveis para a abordagem dessa temática, tanto no que se refere a suas descrições conceituais, como em seus enfoques e no que é enquadrado como relevante para o estudo, a avaliação e até mesmo a proposição de políticas públicas (Marques & Faria, 2013; Cordeiro, Aguilar Lara, Aragusuku & Maia, 2019; Souza, 2007).

Um conceito mais geral de “política pública”, na maioria das vezes, é utilizado para se referir a propostas, medidas e ações do poder público (nas suas diversas instâncias) direcionadas à resolução dos problemas de determinadas populações. Ou seja, a política pública possui uma área (saúde, educação, justiça, etc.), uma instância (câmara municipal, governo estadual, secretarias, etc.) e um público alvo. Neste pressuposto, implicitamente, é demarcada uma certa ambiguidade, pois conforme destacou Peter Spink na mesa-redonda “Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafios dessa relação”, no IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas (Maceió-Alagoas):

[política pública] refere-se àquilo que os governos escolhem para realizar, onde colocam suas prioridades e seus recursos. Por implicação, também se refere àquilo que os governos escolhem não fazer, porque, quando se diz que a prioridade é essa, também se diz que a prioridade não é aquela. Então, ela tem cortes em dois caminhos (Conselho Federal de Psicologia, 2007, p. 80).

A partir de uma ampla revisão da literatura especializada, Celina Souza (2006) destacou e sintetizou uma diversidade de concepções que explicitam o caráter multifacetado e, em muitos

momentos, polissêmico do estudo de políticas públicas, sendo difícil a delimitação de uma única conceituação:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (Souza, 2006, p. 36-77).

Tendo em vista tais conceituações, é possível perceber que as políticas públicas possuem um caráter projetivo, processual, contínuo, mutável e interdependente (a partir da relação Estado-sociedade). A interface entre Psicologia e políticas públicas tem ocorrido de diversas maneiras, por meio de diferentes áreas de atuação – como a assistência social, a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, os direitos humanos, entre outras (Cordeiro et al, 2019). Paralelamente, é através das políticas públicas que a sociedade, em sua participação e controle social em um Estado democrático, adquire uma forma de colocar o “governo em ação”, uma vez que os problemas e necessidades sociais podem ser colocados em pauta na agenda pública (Souza, 2006). Ou seja, discutir política pública nos suscita a indagar questões sobre os contextos (culturais, políticos e sociais) de construção dessas políticas, seus enfoques e os atores envolvidos (Conselho de Psicologia, 2007; Grau, Iñiguez-Rueda & Subirats, 2010; Spink, 2013).

Partimos assim da premissa de que as políticas públicas são um campo que envolve processos complexos e multideterminados; e concordamos com a conceituação geral das políticas públicas como o "Estado em ação" (Höfling, 2001), implementando um projeto de governo a partir de suas diversas instâncias e áreas de atuação. No entanto, em uma perspectiva psicossocial, cabe destacar que também as compreendemos como constitutivas de espaços de subjetivação e de produção discursiva, que permeiam a construção de sentidos em torno da delimitação de problemas sociais (e seus sujeitos) que demandam a resolução e/ou mediação do poder público na tentativa de equiparação social (Spink, 2013).

Neste âmbito de implementação de um projeto de governo, encontram-se também as políticas públicas voltadas para as populações LGBT, que visam a promoção da cidadania e de direitos humanos para este grupo social. De forma geral, conceituamos as “políticas públicas LGBT” como as ações do poder público direcionadas às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais, entre outras identidades sexuais/gêneros

dissidentes (LGBTQIA+), que existem de forma transversal às agendas governamentais tradicionais (saúde, educação, direitos humanos, segurança, etc.). Tais políticas públicas reforçam a importância de ações de equidade que visam a redução das violações e do combate à LGBTfobia, que historicamente têm sido negligenciada na esfera pública (Froemming, Irineu & Navas, 2010; Mello, Brito & Maroja, 2012).

Cabe explicar que o termo LGBTfobia, corrente nos espaços de militância política, parece se referir a uma psicopatologia por causa do seu sufixo “fobia”, designado para corroborar com uma aversão ou um medo irracional por situações, pessoas ou objetos. Este termo advém da noção de “homosexualphobia”, utilizado de forma pioneira pelo psicólogo norte-americano George Weinberg na década de 1960. Aparecendo pela primeira vez na imprensa em 1969, o psicólogo procurava identificar traços da “personalidade homofóbica” a partir da experiência da homossexualidade masculina (Rios, 2007). Embora este termo seja perpassado por constantes transformações e negociações de seu uso, ele ainda nos remete à traços clínicos e medicalizantes (Junqueira, 2007).

Neste sentido, evidenciamos que da “homofobia” o termo foi ampliado para “LGBTfobia” pelos movimentos sociais, visando ampliar o campo de alcance de fenômeno que não é apenas psicológico-individual, mas também político e sociocultural. Conforme refletiu Marco Aurélio Máximo Prado: “passou-se da esfera estritamente individual e psicológica para uma dimensão mais social e potencialmente mais politizadora” (Prado, 2010, p. 7-8). Ou seja, tivemos nos últimos anos uma conceituação das violências sofridas pelas pessoas LGBT como fenômeno social e político, restritivo ao exercício de direitos, à cidadania e aos direitos humanos.

Neste capítulo, buscaremos apresentar uma breve leitura das interfaces entre Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil – seu histórico, seus principais elementos teóricos e práticos, seus desafios e tensões atuais. Trata-se de uma contribuição inicial para um campo de estudos e intervenções ainda incipiente, que conta com poucas sistematizações de caráter ampliado. Este tem sido um campo de atividade acadêmica, teórica e prática dos autores, que ao longo de suas trajetórias de pesquisa e militância se depararam, em diversos momentos, com a atualidade desta temática. Ressaltamos que os dados e as reflexões aqui expostas são oriundas de diversos projetos de pesquisa e intervenção, perpassando as dissertações de mestrado dos autores (Aragusuku, 2018, Cazeiro, 2019), assim como outros projetos paralelos em andamento ou já concluídos (Aragusuku & Lee, 2015; Aragusuku & Lopes, 2018; Cazeiro & Sewo, 2015;

Galindo, Cazeiro, Lemos de Souza & Serra, 2017; Cazeiro et al., 2018; Cazeiro, Souza & Bezerra, 2019).

Em termos metodológicos, este capítulo se estrutura como uma análise de conjuntura de caráter introdutória e panorâmica, organizando eventos e ações de atores (sociais e individuais) em uma narrativa integrada, na qual a rigorosidade se constrói a partir da sistematização das fontes de pesquisas (documentos, referências da literatura, dados de domínio público, etc.). No entanto, não buscamos a resolução de um problema delimitado de pesquisa, mas sim o levantamento de diversas “problemáticas” em torno deste campo, lançando reflexões iniciais que podem ser aprofundadas e reelaboradas por pesquisas posteriores. Portanto, dividimos o capítulo em três subtópicos. O primeiro trata especificamente sobre as políticas públicas LGBT no Brasil, traçando um histórico sobre a questão. No segundo subtópico, delimitamos alguns pontos referentes às relações entre Psicologia e políticas públicas no cenário nacional. Por fim, no terceiro subtópico apresentamos breves reflexões sobre as interfaces entre a Psicologia e as políticas públicas LGBT no Brasil.

1. Gênero, sexualidade e políticas públicas LGBT no Brasil: definições conceituais e aspectos históricos

As políticas públicas destinadas para os grupos sociais convencionados na esfera pública como LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) são bastante recentes no Brasil, adentrando no campo das políticas governamentais fundamentalmente a partir dos anos de 1990 e 2000. No entanto, podemos dizer que as políticas públicas LGBT estão inscritas no marco das proposições políticas que circundam a temática do gênero e da sexualidade, promovidas por múltiplos movimentos sociais desde fins dos anos de 1970, acompanhando o processo de redemocratização do país (Green, 2000; Mello et al., 2012). Dessa forma, podemos nos perguntar: como se constituiu a temática do gênero e sexualidade no Brasil e, conjuntamente, o que são políticas públicas LGBT?

A temática do gênero e da sexualidade diz respeito a um processo de desnaturalização das relações sociais e das normas culturais instituídas no campo do “sexo”. Por um lado, temos o questionamento das desigualdades em termos de poder que historicamente atravessaram as relações entre “homens” e “mulheres”, ou seja, o questionamento de um domínio patriarcal que define as mulheres como inferiores e politicamente incapazes. Cabe ressaltar que esta compreensão vinha sendo referendada pelos saberes médicos e psicológicos desde meados do

século XIX, a partir da produção de uma psicofisiologia do sexo que definia o “homem” como um sujeito superior e mais apto para a atuação na esfera pública. O conceito de “gênero”, difundido no cenário acadêmico e político brasileiro em fins dos anos de 1980, proporcionou uma ferramenta discursiva que potencializou o questionamento destas relações, trazendo tais diferenças e desigualdades para o campo das relações socioculturais (historicamente constituídas, relacionais e mutáveis), em contraponto à naturalização e cristalização biomédica (Haraway, 1991).

Por outro lado, o movimento de desessencialização da “questão sexual” também possibilitou caminhos para a emergência das sexualidades e gêneros dissidentes no âmbito da esfera pública. Assim, a partir do surgimento de novos movimentos sociais (de homossexuais, lésbicas e travestis) nos anos de 1980, presenciamos um processo crescente de organização política frente à repressão das sexualidades não-heterossexuais e gêneros não-cisgêneros (Cazeiro, Souza & Bezerra, 2019; Aragusuku & Lee, 2015; Green, 2000) – algo que posteriormente culminaria na constituição de uma agenda LGBT de políticas públicas, promovida por múltiplos atores da sociedade civil e do poder público. Portanto, nos últimos trinta anos, tais grupos promoveram um processo de politização da sexualidade e do gênero, vinculado às lutas pela redemocratização do país e pela incorporação da perspectiva dos direitos humanos nas agendas governamentais.

Destacamos que este processo não ocorreu de forma isolada, constrangido unicamente pelos marcos nacionais. A constituição de uma agenda LGBT esteve vinculada a uma ampla agenda de direitos humanos promovida por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta agenda foi substancialmente fortalecida ao longo dos anos 2000, adentrando nas discussões jurídicas e legislativas de diversos países, tocando questões como a descriminalização da homossexualidade, o combate à discriminação social e institucional, o reconhecimento das uniões homoafetivas e o direito à adoção homoparental (Mendes, 2019; Parker, Petchesky & Sember, 2008). Mais recentemente, nos últimos cinco anos, tivemos o fortalecimento da luta pela despatologização das identidades trans.

No cenário brasileiro, ao longo das últimas três décadas, “gênero e sexualidade” se constituiu enquanto um campo epistêmico (Facchini, Daniliauskas & Pilon, 2013), influenciando sobre a esfera pública a partir da atuação de grupos acadêmicos, entidades científicas, organizações políticas, associações profissionais, instituições governamentais, etc. Em relação ao âmbito acadêmico, podemos afirmar que os grupos de pesquisas tiveram um importante papel na articulação deste campo no Brasil, atuando a partir de um intenso diálogo com as

demandas propagadas pelos movimentos sociais. Gradativamente, tais demandas se converteram em políticas públicas e ações governamentais respaldadas por especialistas oriundos/as das mais diversas áreas do conhecimento, como da Antropologia, da Sociologia, da Administração Pública, da Educação, da Psicologia, da Filosofia entre diversas outras.

Em termos conceituais, políticas públicas LGBT são proposições, programas e ações promovidas pelo Estado (comportando Judiciário, Legislativo e Executivo) que são direcionadas às pessoas LGBT. Assim como apresentado em documentos governamentais (Brasil, 2002a, 2002b, 2010), as pessoas LGBT são enquadradas enquanto um grupo social oprimido, prejudicado por padrões culturais discriminatórios, que o tornam sujeito de políticas de direitos humanos. Em concordância ao exposto nos parágrafos anteriores, esta definição está vinculada às conceituações e proposições sobre gênero e sexualidade elaboradas por uma ampla rede de atores da sociedade civil e do poder público, em meio as disputas institucionais e socioculturais que atravessam a esfera pública.

Nos últimos dez anos, as políticas públicas LGBT no Brasil foram analisadas por uma série de pesquisas acadêmicas (Aragusuku & Lopes, 2018; Galindo et al., 2017; Ramos & Carrara, 2006; Froemming et al., 2010; Mello et al., 2012), que trataram sobre os processos socioinstitucionais, as interações e disputas políticas, as produções discursivas, as normatizações jurídicas, entre outras questões. Como destacado pela literatura, o processo de formulação e implementação destas políticas é perpassado por uma marcante fragilidade institucional e por constantes retrocessos. Lembrando que a temática do gênero e da sexualidade e, em específico, das políticas públicas LGBT se constituem em relação a desigualdades e conflitos em termos de poder, estando historicamente marcadas pela forte oposição de grupos conservadores no campo das políticas sexuais (Parker et al., 2008; Irineu, 2014).

As primeiras políticas públicas destinadas para as pessoas LGBT no Brasil, para além das políticas de saúde no âmbito do HIV/AIDS, foram implementadas em fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Isto ocorreu a partir de iniciativas locais, como a criação do Disque Defesa Homossexual (DDH) e de um Centro de Referência especializado, no Estado do Rio de Janeiro, em 1999; e de um Centro de Referência GLTTB no município de Campinas-SP, em 2003 (Oliveira, 2006; Ramos & Carrara, 2006). Paralelamente, o Governo Federal estabelecia os primeiros marcos nacionais para a formalização das políticas públicas LGBT – como quando considerou os homossexuais como um grupo “em situação vulnerável” no I Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 1996) e incluiu uma série de ações voltadas à “comunidade

GLTTB” no II Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2002a), durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ao longo do Governo Lula (2003-2010), tivemos a institucionalização das políticas públicas LGBT no âmbito do Governo Federal, com a implementação de uma série de ações que partem da publicação do Programa Brasil Sem Homofobia (2004) à criação da Coordenação Geral de Promoção de Direitos de LGBT (2009) e do Conselho Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (2010) – perpassando também uma diversidade de ações e programas. Como um legado deste período, tivemos a propagação das políticas públicas LGBT em praticamente todas as regiões do país, impulsionadas pelas ações e programas federais. De forma mais expressiva, isto possibilitou a expansão dos Centros de Referência e dos Conselhos LGBT nos municípios e estados, propiciando o surgimento de uma rede do poder público e de uma burocracia especializada na implementação desta política.

A partir de 2011, tivemos um cenário de descenso para as políticas públicas LGBT, principalmente por conta do avanço de grupos conservadores nas instituições políticas brasileira (sobretudo na Câmara dos Deputados), que impuseram uma forte oposição a tais políticas e uma dinâmica institucional de retrocessos (Aragusuku, 2018; Aragusuku, Aguilar Lara, Fraccaroli & Martins, 2019). O Governo Dilma (2011-2016) implementou uma série de ações e programas, porém paralelamente recuou na efetivação de políticas já previstas, após protestos de grupos conservadores que compunham a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Por exemplo, tivemos como um caso marcante o congelamento do Programa Escola Sem Homofobia em 2011, intitulado de “kit gay” por parlamentares conservadores. Esta dinâmica de avanços, negociações e recuos marcou o governo até o seu fim, junto ao fortalecimento político (crescente) das bancadas conservadoras radicalmente opostas às políticas públicas LGBT.

De 2016 em diante, perpassando os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual), presenciamos um contexto de intensa fragilização e de não reconhecimento dos grupos LGBT como sujeitos de políticas de direitos humanos. No caso do atual governo, existe um discurso oficial de oposição às políticas de direitos humanos, concomitante a um cenário de retração das instituições democráticas e do diálogo com a sociedade civil. No âmbitos dos municípios e estados, vemos uma conjuntura bastante desfavorável para a implementação de políticas LGBT, enquadradas como uma forma de desestabilização da “família tradicional” e dos “valores cristãos” por lideranças políticas conservadoras – agora respaldadas pelo Governo

Federal – sobretudo a partir do discurso político da “ideologia de gênero” (Aragusuku, 2018; Galindo et al., 2017).

As políticas públicas LGBT partiram de um cenário de ascensão e emergência, durante a década de 2000, e atravessaram um período de descenso e retração nos anos de 2010. Por outro lado, vemos que esta política adentrou na agenda pública de forma irreversível, consolidando-se na esfera discursiva enquanto uma política de direitos humanos. Logicamente, isto não minimiza as possibilidades de profundos retrocessos legislativos e jurídicos. Como mostraremos a seguir, a Psicologia brasileira enquanto campo profissional e acadêmico majoritariamente se posicionou de forma favorável às políticas de direitos humanos e às políticas públicas LGBT, e existem diversos atravessamentos entre estes campos que ainda foram pouco analisados. Desse modo, como podemos estruturar uma compreensão geral das relações entre a Psicologia e as políticas públicas LGBT no Brasil?

2. Desafios e tensões no campo da Psicologia: direitos humanos e políticas públicas

Os marcos jurídicos que institucionalizaram a Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil são recentes. Datado não mais do que 60 anos, o reconhecimento da profissão de psicólogo no Brasil e sua regulamentação se deu com a Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamentou o exercício profissional e dispôs sobre os cursos de formação em psicologia. Além disto, tivemos a criação do Sistema de Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais) pela Lei n.º 5.766, de 1971 – posteriormente regulamentado por meio do Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977 (Soares, 2010).

Como destacado por Antonio Soares (2010), integrante da primeira gestão do CFP, as contribuições para o estudo da Psicologia já estavam presentes no contexto brasileiro desde o início do século XX, subordinadas majoritariamente a áreas como a Fisiologia, a Filosofia, a Educação, a Medicina e a Psiquiatria. Por outro lado, Mitsuko Antunes (2006) e Ana Maria Jacó-Vilela (2012), mais concretamente, observaram que já na década de 1930 era possível encontrar textos, obras, estudos, práticas e intervenções que definiam a Psicologia enquanto uma área de saber autônoma. Na compreensão de tais autoras, as atuações eram embasadas em um modelo experimental correspondente às lógicas utilitaristas destinadas ao controle das interações sociais, contribuindo para a efetivação de mecanismos de ajustamento, disciplinamento e exclusão dos grupos considerados desviantes (Antunes, 2006; Jacó-Vilela, 2012).

Paralelamente, Andréa Scisleski, Hebe Gonçalves e Lilian Cruz (2015) refletiram que a Psicologia, antes da sua instituição como uma profissão, estava em grande parte interligada ao campo socioassistencial. No entanto, tal atuação não era respaldada por uma perspectiva de ampliação da cidadania (que perpassa em grande parte as políticas públicas contemporâneas), mas por uma lógica de segregação e controle da “anormalidade”. Ao longo deste percurso histórico, foram articulados modelos de subjetividade engendrados ao individualismo, em que Kleber Prado Filho e Sabrina Trisotto (2007), ao discorrerem sobre a Psicologia através de uma ótica foucaultiana, entenderam-na como uma “disciplina da norma”, ou seja, que produz e agencia processos de normalização.

Para as autoras, a Psicologia conjuga uma relação de saber-poder visando definir cientificamente quem são os sujeitos (sujeição) a partir de inferências sobre a subjetividade humana e suas normas. Dessa forma, “ela [a Psicologia] sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não patologizadas” (Prado Filho & Trisotto, 2007, p. 11-12). Nesta perspectiva, ressaltamos a história da Psicologia a partir de seu caráter utilitarista, prescritivo e disciplinador que visa o ajustamento social, desconsiderando a diversidade de modos de vida e formas de subjetivação para além da norma.

Em confluência a este viés individualizante e normalizador, as associações científicas e profissionais da Psicologia brasileira inicialmente se posicionaram de forma neutra em relação à Ditadura Civil-Militar de 1964 – assim como as próprias gestões do Sistema de Conselhos de Psicologia, instituídas pelo governo militar em um período de grande repressão política (Hur, 2012). Em certa medida, muitos/as profissionais restringiam a sua atuação aos consultórios, oferecendo à sociedade uma forma de remediar o mal-estar e os conflitos sociais. Como descrito por Cecília Coimbra (1995), para evitar retaliações por parte das agências governamentais de vigilância e repressão, diversos/as psicólogos/as e psicanalistas buscaram lidar com os conflitos sociopolíticos reafirmando a necessidade do ajustamento individual, reconduzindo os/as desviantes à normalidade por meio da família nuclear e dos valores tradicionais.

Neste contexto, o limiar entre o que era normal e o que não era fora dúvida, visto que, muitas das intervenções eram demandadas pelo regime sociopolítico vigente. Em contrapartida, movimentos de resistência estavam em ascensão contra este regime, colocando a sociedade numa arena de disputa pela democracia, pelos direitos humanos e pela liberdade. Movimentos sociais foram se organizando neste campo de disputa, especialmente, os movimentos feministas

e LGBT que confrontavam as normas instituídas de gênero e sexualidade respaldadas pelo regime militar, por parte significativa da sociedade, pelos saberes médicos e psicológicos. Esta última “por meio, sobretudo, da emissão de laudos periciais que atestam a verdade sobre aquele ou aquela de quem se fala, verdade entendida como uma pretensa coerência entre anatomia corporal e anatomia política” (Galindo et al., 2017, p. 256).

Neste sentido, Galindo et al. (2017) destacaram que as tecnologias psis integraram-se aos poderes biomédicos, jurídicos e policiais como forma de manutenção de uma ontologia do “verdadeiro sexo”, que configurava modos de existências dos gêneros e das sexualidades tidos como desejáveis. Com a abertura democrática no Brasil, referendada com a assinatura da Constituição Federal de 1988, foi consagrado o princípio de participação da sociedade civil no controle social do Estado, possibilitando a participação dos/as cidadãos/ãs na administração pública através dos conselhos gestores de políticas públicas nas diversas áreas (Yamamoto, 2004; Gonçalves, 2010; Spink, 2013; Dagnino, 2004). Paralelamente, junto a redemocratização, tivemos uma reorganização da Psicologia a partir dos sindicatos e dos conselhos, que assumiram a perspectiva dos direitos humanos e da cidadania, trabalhando pelo fortalecimento das premissas sociais respaldadas pela nova constituição.

Trata-se de uma transformação estrutural no contexto político nacional, com a participação direta de diferentes categorias profissionais (organizadas em associações, conselhos e sindicatos) no processo de gestão das políticas públicas. A Psicologia enquanto categoria profissional, organizada por meio dos Conselhos e do Sindicatos, passou a atuar mais fortemente em parceria com o poder público, seja para defender seus interesses corporativos, ou para contribuir com a elaboração, implementação e avaliação de programas e políticas governamentais. Um dos exemplos deste processo foi a consolidação das proposições políticas da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica (Costa-Rosa, Luzio & Yasui, 2001). Assim, já não cabia mais um único modelo centralizado, individualista e patologizante a ser defendido, abrindo espaços para intervenções mais descentralizadas, coletivas e de caráter comunitário.

A partir destas transformações, a Psicologia foi confrontada a se reinventar o que permitiu autores/as como Ana Bock, Odair Furtado e Maria Teixeira (2009) a pensarem em “Psicologias”, no plural, demonstrando a existência de uma diversidade de teorias e abordagens, bem como de estratégias e campos de atuação. Assim, os cursos de graduação, a partir das reformulações construídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituíram a divisão dos cursos de Psicologia em um Núcleo Comum e em Ênfases Curriculares. Analisando os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia (PPCs), Pablo Seixas (2014) constatou a

existência de argumentos que reivindicam uma formação “compromissada socialmente, generalista, pluralista, com centralização na pesquisa, defesa da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, formação interdisciplinar e defesa de uma visão de homem e de Psicologia crítica e reflexiva e não-individualizante (coletivista)” (Seixas, 2014, p. 225-226).

Esta implementação é evidenciada em um estudo mais recente de Seixas, Costa, Oliveira, Costa e Yamamoto (2016), em que os/as autores/as destacam a presença do tema “Política Social” nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Os autores demonstram que tal tema se encontra majoritariamente no núcleo comum dos cursos evidenciando o caráter essencial (de formação básica) que esse tema tem surgido na graduação, e que a área da saúde acaba por congrega a maior parte das discussões em uma vertente mais aplicada.

Considerando essa formação curricular, o aumento significativo no número de profissionais graduados e a inserção em programas e serviços na esfera pública, o Conselho Federal de Psicologia sentiu a necessidade de criar, em 2006, um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Este centro foi fundado com o objetivo de “sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas. Através das Referências Técnicas é possível demonstrar a contribuição da Psicologia na elaboração e implementação de políticas públicas mais humanizadas a partir da compreensão da dimensão subjetiva destas políticas”¹. Sendo assim, o Conselho Profissional reconhece que há um grande número de profissionais atuando no campo das políticas públicas e decide realizar pesquisas de âmbito nacional que buscam identificar, refletir e analisar as ações que vêm sendo desenvolvidas e podem subsidiar referências para a atuação nos diversos campos pesquisados (Conselho Federal de Psicologia, 2005a).

Além de todos esses fatores, vale ressaltar, entretanto, que ao enfatizar tais transformações históricas, não estamos negando que muitos aspectos e princípios que orientam a atuação dentro dos moldes historicamente tradicionais citados continuem a permear não somente a prática profissional, mas também a formação acadêmica em Psicologia. Porém, não nos deteremos na discussão sobre a permanência dos modelos tradicionais, já que nosso objetivo é focalizar esse movimento de transformação da prática profissional para procurar compreender algumas das dimensões, desafios, tensões e reivindicações das articulações entre

¹ Página virtual do CREPOP, seção “Conheça o Crepop”. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/conheca-o-crepop>. Acesso em 4 de março de 2019.

Psicologia e políticas públicas, especialmente no que tange às políticas públicas voltadas às populações LGBT.

É certo que desde sua regulamentação como profissão até os dias atuais, a Psicologia tem experimentado transformações consideráveis em sua configuração, diretamente associadas à significativa inserção de psicólogos/as no campo das políticas públicas. Seja pela porta de entrada no campo da saúde pública ao final da década de 1980 (Yamamoto & Oliveira, 2010), ou pela expressiva inserção de psicólogos/as na assistência social nos anos 2000 (Macedo & Dimenstein, 2009), o cenário atual tem permitido diversas reinvenções que, contrapostas ao passado elitista e normalizador, tem permitido uma atuação profissional mais compromissada com as diferentes realidades sociais, com a perspectiva dos direitos humanos e a promoção de cidadania para grupos excluídos e vulnerabilizados.

Assim, não há somente uma mudança na população que passa a ser alvo de atenção da prática profissional da Psicologia, mas também uma mudança nas próprias questões e demandas direcionadas ao saber psicológico, como o enfrentamento das desigualdades sociais, da violação de direitos e das violências em suas múltiplas formas (verbal, simbólica, física, psicológica, emocional, estrutural e institucional, entre outras). A temática das políticas de direitos LGBT, emergente nos anos 2000, se somou a tais questões, sendo atualmente uma problemática que perpassa as relações entre a Psicologia e as políticas públicas no Brasil.

3. “Saindo do Armário”: reivindicações no campo da Psicologia nas políticas públicas LGBT

As relações entre Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil foram estabelecidas a partir de um intenso diálogo com as demandas dos movimentos LGBT em termos de direitos humanos e ampliação de cidadania. Como destacado no ponto anterior, o Sistema de Conselhos de Psicologia e as gestões do CFP tiveram, nas últimas duas décadas, um papel protagonista na proposição tanto de discussões sobre direitos humanos, quanto de ações sobre políticas públicas. A partir das ações e dos programas promovidos pela entidade que regulamenta a prática profissional, as políticas públicas LGBT adentraram nas discussões da Psicologia em todas as regiões do país (Aragusuku & Aguilar Lara, 2019; Aragusuku & Lee, 2015). No entanto, a existência deste diálogo entre a Psicologia (como ciência e profissão) e as políticas LGBT é bastante recente, perpassando fundamentalmente o século XXI. Historicamente, as relações da Psicologia com as sexualidades e gêneros dissidentes da cis-heteronormatividade foram marcadas por processos de patologização, normalização e controle (Galindo et al., 2017).

Ao longo do século XX, a sexualidade “natural” e o “verdadeiro sexo” foram instituídos tendo em vista a normalização dos corpos e das expressões afetivo-sexuais, especialmente com o aval dos saberes da Medicina, da Psiquiatria e da Psicologia a partir de numerosas técnicas de readequação psicológica e ajustamento social. Contudo, se por um lado havia uma grande iniciativa de identificação “científica” desses sujeitos a partir de tipologias psicopatológicas (homossexual, travesti, lésbica, etc.); por outro, presenciávamos um processo de ressignificação destas identidades, que gradualmente eram desvinculadas da linguagem da patologia, junto ao agenciamento de novas sociabilidades e identidades sexuais. A partir de meados do século XX, no mundo ocidental, tais identidades influíram na organização de movimentos por reivindicação de direitos, possibilitando a reconfiguração destas “patologias sexuais” em “sujeitos políticos” (Aragusuku & Lee, 2015; Galindo et al., 2017).

Na realidade brasileira, a organização das sexualidades dissidentes eclodiu mais profundamente durante a década de 1980, em meio à epidemia da AIDS que assolava de início as populações de homossexuais e travestis – transformando-as, inapropriadamente, em “vetores” de transmissão da doença, de forma a potencializar a opressão à esta população que cotidianamente já era estigmatizada. Tal conotação foi validada pelos meios científicos e midiáticos norte-americanos como GRID, isto é, Gay Related Immune Deficiency (sigla em inglês para “imunodeficiência relacionada aos gays”), permitindo que se anunciasse a epidemia enquanto um “Câncer Gay” nos Estados Unidos e na França e “Peste Gay” ou “Peste Rosa” no Brasil (Carrara & Moraes, 1985; Camargo Jr., 1994; Herzlich & Pierret, 2005). Enquanto um campo da saúde, a Psicologia esteve vinculada aos processos relacionados ao HIV/AIDS e, conseqüentemente, à reorganização dos movimentos LGBT em torno desta questão.

Ao longo dos anos de 1980 e 1990, tivemos a participação ativa de psicólogas/os nas iniciativas da sociedade civil no campo da prevenção de IST/AIDS e da Educação Sexual (Aragusuku & Lee, 2015; Paiva, 1992), que posteriormente se converteram em políticas públicas a partir da sua incorporação nas agendas governamentais. Esta atuação possibilitou transformações na forma como a Psicologia lidava com a sexualidade, por conta da sua aproximação com os movimentos LGBT que emergiram neste período, deslocando o foco da psicopatologia e do desvio para os processos socioculturais e de cidadania. Foi sobretudo a partir dos anos 2000 que presenciamos uma grande difusão da perspectiva em gênero e sexualidade nas pesquisas em Psicologia no Brasil (Paiva, 2008; Sposito, 2015), remodelando o seu olhar para as sexualidades dissidentes.

Paralelamente a estas transformações no campo acadêmico, tivemos o fortalecimento da temática de gênero e sexualidade no Sistema de Conselhos de Psicologia, influenciando sobre a

prática profissional. Como apresentamos anteriormente, o fortalecimento desta temática ocorreu em confluência com o debate sobre direitos humanos e políticas públicas promovido pelo CFP e pelos Conselhos Regionais, paralelamente a um processo mais amplo de proposição de políticas públicas LGBT na agenda do Governo Federal, iniciado nos Programas Nacionais de Direitos Humanos, nos anos de 1990, e concretizado no Programa Brasil Sem Homofobia em 2004 (Aragusuku, Aguilar Lara, 2019).

Desse modo, ao longo dos últimos vinte anos, os movimentos LGBT estabeleceram uma agenda de demandas em termos de políticas públicas, legislações e marcos jurídicos. Dentre as demandas que conformam esta agenda, podemos destacar: a criminalização da LGBTfobia; o reconhecimento da identidade de gênero/nome social; a despatologização das identidades trans; o fim dos tratamentos intitulados de “cura gay” (terapias de conversão); o casamento civil igualitário; a adoção de crianças por casais homoafetivos; e o fortalecimento de programas específicos e de saúde integral para a população LGBT (Brasil, 2002a; Brasil, 2002b; Brasil 2013; Parker et al., 2008).

Neste sentido, tendo em vista tais demandas e reivindicações, a Psicologia foi convocada a repensar a sua prática profissional e sua produção acadêmica, considerando questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, procurando também o diálogo com as políticas governamentais de direitos humanos, com os movimentos sociais e outras entidades profissionais e científicas. Portanto, pensar sobre as práticas profissionais da Psicologia no contexto das Políticas Públicas LGBT demanda consequentemente uma consideração sobre os atravessamentos éticos, estéticos e conceituais, micro e macro políticos, intersubjetivos e socioculturais (Aragusuku & Lee, 2015; Galindo et al., 2017), de modo a construir uma prática que fortaleça os direitos e a cidadania desta parcela da população que historicamente seguem enfrentando barreiras, estigmas e invisibilidade no cenário político e social.

Traçando um percurso histórico, o CFP concretizou uma série de ações em termos de políticas LGBT que influenciaram o debate jurídico e normativo que perpassa o campo das políticas públicas, das quais podemos citar:

- a publicação da Resolução 01/99, que estabeleceu normas de atuação profissional em relação à questão da orientação sexual²;

² A Resolução 01/1999 foi a primeira ação do CFP em termos de promoção de cidadania para as populações LGBT, sendo também uma das resoluções mais atacadas e questionadas por grupos conservadores. Concomitantemente,

- a campanha “Adoção, um direito de todos e todas” em afirmação do direito à adoção homoparental, em 2008;
- o Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual, em 2010, realizado em Brasília;
- a publicação da Resolução 14/11, que dispôs sobre a inclusão do nome social na “Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo” – atualizada pela Resolução 10/18;
- a publicação da “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”, em 2013;
- a campanha “Despatologização das Identidades Travestis e Transexuais”, em 2014, com a posterior abertura de uma página virtual, em 2015;
- a 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT e Campos Relacionados, realizada no Rio de Janeiro, em 2016;
- e a publicação da Resolução 01/18, que estabeleceu normas de atuação profissional em relação às pessoas transexuais e travestis.

Assim, percebe-se que, apesar da pouca sistematização na literatura acadêmica, existe uma forte atuação das entidades e grupos da Psicologia (em especial do Sistema de Conselhos) dentro do campo do gênero e da sexualidade, perpassando conjuntamente o campo das políticas públicas, sobretudo no que tange à regulamentação da prática profissional. No entanto, ainda são muitos os desafios para a consolidação desta agenda em termos de políticas públicas que atuem de forma propositiva em uma ampla diversidade de áreas para além do campo da saúde – como na educação, na assistência social, na segurança pública, etc.

Alçar a prática da Psicologia brasileira junto aos direitos humanos e a promoção de cidadania para a população LGBT, a partir das mais diversas áreas em políticas públicas, é também assegurar o respeito ao código de ética da profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2005b), que estabelece princípios básicos de conduta e atuação. Dentre tais princípios, podemos destacar o “princípio fundamental I”, em que o “psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (p. 7); e o ponto “b” do artigo 2º, em que está vedada a indução de “convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (p. 9). Portanto, consideramos que tais princípios

foi uma das resoluções que mais influenciou sobre as discussões legislativas em nível federal. Para uma análise histórica desta resolução, ver Aragusuku e Aguilar Lara (2019).

fundamentam o suporte à construção de políticas públicas LGBT, tendo em vista a promoção de cidadania para grupos historicamente excluídos e perseguidos por conta de suas expressões de gênero e afetivo-sexuais.

Neste sentido, como um campo de reflexão e prática profissional em permanente construção, reivindicamos a contínua aproximação da Psicologia com o campo das políticas públicas LGBT, sobretudo que esteja atenta às demandas dos movimentos LGBT e esteja circunscrita nos esforços atuais pela manutenção da perspectiva dos direitos humanos nas instituições governamentais, que encontra-se ameaçada pela chegada de grupos conservadores nos principais cargos decisórios do país.

Considerações finais

Como vimos ao longo deste capítulo, os entrelaçamentos entre Psicologia e políticas públicas LGBT no Brasil são recentes e atravessam fundamentalmente os marcos do século XXI, momento em que as políticas públicas LGBT adentraram na esfera pública brasileira e, paralelamente, a temática LGBT ganhou grande destaque na Psicologia enquanto atividade acadêmica e prática profissional. Enquanto que nos anos 2000 presenciamos um período de emergência das políticas públicas para as pessoas LGBT no âmbito do Governo Federal e em diversos governos locais (municipais e estaduais), nos anos de 2010 tivemos um processo gradual de retrocessos vinculados ao avanço de grupos conservadores na esfera pública.

Ao longo deste processo de aumento da polarização e do conflito político, os grupos e instituições da Psicologia brasileira – associações científicas e profissionais, sindicatos, Sistema de Conselhos, grupos de pesquisa, etc. – posicionaram-se de forma ativa na defesa da perspectiva dos direitos humanos, da democracia, da igualdade social e, conseqüentemente, das políticas LGBT. Tal posicionamento político esteve em confluência com as posições expressas, desde fins dos anos de 1980, no período pós-redemocratização, quando uma perspectiva crítica e contestatária de análise da sociedade se expandiu nas práticas profissionais, acadêmicas e formativas em Psicologia.

Em nossa compreensão, a despeito deste cenário de retrocessos, as políticas públicas LGBT adentraram na agenda de políticas públicas de municípios e estados em todo o Brasil, com diversas políticas que oferecem serviços e práticas de cuidado e assistência psicossocial. Por outro lado, a Psicologia também se insere nos processos de formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas, contribuindo a partir da análise dos aspectos

intersubjetivos, socioafetivos e interacionais das políticas que, em muitos momentos, são apagados pelas perspectivas tecnicistas de administração pública. Concomitantemente, compreendemos a atuação da Psicologia nas políticas públicas LGBT como um campo de pesquisa e prática profissional ainda em construção, que necessita de estudos e contribuições mais sistemáticas. Neste sentido, este capítulo buscou abrir o debate e trazer algumas considerações iniciais para o processo de consolidação deste campo.

Referências

- Antunes, Mitsuko A. M. (2006). A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94.
- Aragusuku, Henrique A. (2018). *O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03062019-181514/es.php>
- Aragusuku, Henrique A., & Aguilar Lara, Maria F. (2019). Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe.3), 6-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Aragusuku, Henrique A.; Aguilar Lara, Maria F.; Fraccaroli, Yuri, & Martins, Alexandre N. (2019). Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(4), 5-33.
- Aragusuku, Henrique A., & Lee, Henrique O. (2015). A Psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 5(1), 131-154. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/125153>
- Aragusuku, Henrique A., & Lopes, Moisés A. S. (2018). Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 29, 147-171. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.07.a>
- Bock, Ana M. B.; Furtado, Odair, & Teixeira, Maria L. T. (2009). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (14a ed.). São Paulo: Saraiva
- Brasil. (1996). *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Presidência da República. Recuperado de <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf/view>
- Brasil. (2002a). *Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH II*. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado de <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH2.pdf>

- Brasil. (2002b). Câmara dos Deputados. *Conheça as reivindicações dos homossexuais*. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/NAO-INFORMADO/22600-CONHECA-AS-REIVINDICACOES-DOS-HOMOSSEXUAIS-.html>
- Brasil. (2010). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SDH/PR. Recuperado de <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Camargo Jr., Kenneth R. (1994). Aids e a Aids das Ciências. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, 1(1), 35-60. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701994000100005>
- Carrara, Sérgio, & Moraes, Cláudia. (1985). “Um mal de folhetim”. *Comunicações do ISEER*, 4(17), 20-206.
- Cazeiro, Felipe. (2019). *Histórias posit(HIV)as de gays e pessoas trans: dos estigmas à cidadania* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27395>
- Cazeiro, Felipe; Souza, Emilly M. F., & Bezerra, Marlos A. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), p. 1-12. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>
- Cazeiro, Felipe; Silva, Leidiane, J.; Brito, Patricia P.; Assis, Aderleni A., & Furtado, Vanessa C. (2016). Vidas que se (trans)formam e não se esgotam: promoção de saúde no Centro de Ressocialização de Cuiabá-MT. *EPOS*, 7(2), 27-41.
- Cazeiro, Felipe & Sewo, Mírian T. (2015). Diversifique-se: Diversidade e o enfrentamento ao Heterossexismo. *Raízes e Rumos*, 3(2), p. 33-40. Recuperado de <http://www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/view/5517/5025>
- Conselho Federal de Psicologia. (2005a). Relatório do III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/iii-seminrio-nacional-de-psicologia-e-politicas-pblicas/>
- Conselho Federal de Psicologia (2005b). Código de Ética Profissional do Psicólogo. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP. Recuperado de: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Relatório do IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Brasília: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatrio-iv-seminrio-nacional-psicologia-e-politicas-pblicas/>

- Coimbra, Cecília M. B. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Cordeiro, Mariana P., Aguilar Lara, Maria F., Aragusk, Henrique A., & Maia, Rodolfo L. A. (Orgs.). (2019). *Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas: diálogos na pós-graduação* (Vol. 1). São Paulo: IPUSP.
- Costa-Rosa, Abílio; Luzio, Cristina A., & Yasui, Silvio. (2001). As conferências nacionais de saúde mental e as premissas do modo psicossocial. *Saúde em Debate*, 25(58), 12-25.
- Dagnino, Evelina. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In D. Mato (Org.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela
- Facchini, Regina; Daniliauskas, Marcelo, & Pilon, Ana C. (2013). Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, 44(1), 161-193.
- Froemming, Cecilia N.; Irineu, Bruna A., & Navas, Kleber. (2010). Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, 14(n/e), 161-172.
- Galindo, Dolores; Cazeiro, Felipe; Lemos de Souza, Leonardo, & Serra, Arthur Galvão. (2017). LGBTs e gênero banidos?: notas genealógicas sobre projetos de lei no Brasil. *Psicologia em Estudo*, 22(2), 253-265. <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.33506>
- Gonçalves, Maria G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Grau, Marc; Íñiguez-Rueda, Lupicínio, & Subirats, Joan. (2010). La perspectiva sociotécnica en el análisis de políticas públicas. *Psicología Política*, 41, 61-80.
- Green, James N. (2000). *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.
- Haraway, Donna J. (1991). 'Gender' for a Marxist Dictionary: the sexual politics of a word. In D. J. Haraway (Ed.), *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature* (pp. 127-148). New York: Routledge.
- Herzlich, Claudine, & Pierret, Janine. (2005). Uma Doença no Espaço Público, a AIDS em Seis Jornais Franceses. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 15(sup.), 71-101. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312005000300005>
- Höfling, Eloísa de Matos. (2001) Estado E Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos CEDES*, 21(55), 30-41. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>
- Hur, Domenico U. (2012). Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, 23(1), 69-90. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012000100004>

- Irineu, Bruna A. (2014). Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Revista Em Pauta*, 34(12), 155-178. <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15088>
- Junqueira, Rogério D. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1(1), 1-22.
- Macedo, João P., & Dimenstein, Magda. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300002>
- Marques, Eduardo, & Faria, Carlos A. P. (Orgs.). (2013). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp.
- Mello, Luiz; Brito, Walderes, & Maroja, Daniela. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>
- Mendes, Lucas R. (2019). *State-sponsored homophobia* (13a ed.). Geneva: ILGA.
- Oliveira, Roberto M. (2006). *Avaliação dos Centros de Referência como Estratégia para Superação da Violência Contra Gays, Lésbicas e Transgêneros* (Relatório de Pesquisa). Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, Brasília.
- Paiva, Vera. (Org.). (1992). *Em tempos de AIDS: sexo seguro, prevenção, drogas, adolescentes, mulheres, apoio psicológico aos portadores*. São Paulo: Summus.
- Paiva, Vera. (2008). A Psicologia redescobrirá a sexualidade?. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 641-651. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002>
- Parker, Richard; Petchesky, Rosalind, & Sember, Robert. (2008). *Políticas sobre Sexualidad: reportes desde las líneas del frente*. Sexuality Policy Watch. Recuperado de <https://sxpolitics.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/03/sexpolitics-en.pdf>
- Prado, Marco A. M. (2010). Prefácio. In D. Borrillo, *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- Prado Filho, Kebler, & Trisotto, Sabrina. (2007). A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. *Revista Aulas*, 3(1), 1-14.
- Ramos, Sílvia, & Carrara, Sérgio (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, 16(2), 185-205. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>
- Rios, Roger R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea – Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: Nuances

- Scisleski, Andréa C. C.; Gonçalves, Hebe S., & Cruz, Lilian R. (2015). As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. *Revista de Ciências Humanas UFSC*, 48(2), 60-74. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p60>
- Seixas, Pablo S. (2014). *A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN* (Tese de Doutorado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17401>
- Seixas, Pablo S.; Costa, Ana L. F.; Oliveira, Andressa M.; Costa, Joyce P., & Yamamoto, Oswaldo H. (2016). As políticas sociais nas disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 9-16 <http://dx.doi.org/10.24879/201600100010042>
- Soares, Antonio R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 8-41. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>
- Souza, Celina. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Spink, Peter K. (2013). Psicologia Social e Políticas Públicas: Linguagens de Ação na Era dos Direitos. In E. Marques & C. A. P. Faria (Orgs.), *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp.
- Sposito, Sandra E. (2015). *Homossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em Psicologia: da despatologização à luta por direitos* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/136106>
- Jacó-Vilela, Ana M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 3, 28-43. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>
- Yamamoto, Oswaldo H., & Oliveira, Isabel F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>
- Yamamoto, Oswaldo H. (2004) Psicologia e políticas sociais (públicas) no Brasil. *Psicologia*, 9(1), 99-117.

Capítulo 11

Políticas Públicas de Saúde e questões de Gênero possíveis: uma leitura a partir da Psicologia Social

Mariana Fagundes de Almeida Rivera

Fernanda Lyrio Heinzelmann

Ianni Regia Scarcelli

Introdução

Busca-se, neste capítulo, discutir questões ligadas às concepções de gênero imbricadas na construção de políticas públicas de saúde e, a partir delas, identificar aspectos que possibilitem a ampliação do diálogo entre a Psicologia Social da Práxis, formulada por Enrique Pichón-Rivière, e o campo das políticas públicas.

Desse modo, tendo como eixo principal a questão de gênero, serão consideradas a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (Política Nacional de Saúde LGBT). Tal opção foi feita considerando o desenvolvimento de dois estudos¹, vinculados ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), inseridos no Grupo de Pesquisa do LAPSO – Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social.

Importante ressaltar que essas duas políticas de caráter nacional representam conquistas de movimentos sociais e avanços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere a gênero desde os anos 2000. É preciso, no entanto, compreender quais concepções de gênero estão presentes nessas políticas, pois, como apontado por Joan Scott (1995), “gênero” pode ser utilizado de diferentes formas a depender da perspectiva adotada. Judith Butler (2008), por exemplo, compreende que uma cultura pautada em termos da lei pode criar um gênero tão fixo e determinado quanto o pensado biologicamente. Não se pode, de acordo com tais perspectivas, perder de vista que “gênero” revela relações de poder estabelecidas histórica e socialmente.

¹ Mestrado conduzido por Mariana Fagundes de Almeida Rivera, que tem como objetivo compreender como se manifestam as questões de gênero na Atenção Básica do SUS, e doutorado conduzido por Fernanda Lyrio Heinzelmann, que analisa efeitos de políticas públicas de saúde na vida de homens trans.

Explicitar concepções, conceitos e referenciais teóricos se faz necessário para construção desse caminho.

1. Psicologia social e políticas públicas

Partindo de uma concepção crítica acerca da anomia indivíduo-sociedade, tem-se como referência uma Psicologia Social que compreende o sujeito imerso em suas relações sociais, que reconhece a mútua determinação entre sujeito e estrutura social. Considera-se também que a concepção de sujeito na sociedade moderna impregna-se progressivamente na cultura e torna-se categoria central de discursos, práticas e saberes para criação de instituições, práticas coletivas e representações sobre o papel da sociedade e do Estado (Bezerra, 1989; Scarcelli, 2017).

Os pressupostos apresentados por Pichón-Rivière são de grande valia para orientar análises como aqui se realiza, pois se inscrevem em uma perspectiva de crítica da vida cotidiana, bem como do Estado e das instituições. Essa crítica faz frente à ideia de que a cotidianidade é um todo auto evidente e inquestionável, buscando desvelar aquilo que é tido, ingenuamente, como o real por excelência (Quiroga, 1998).

As políticas públicas, por fazerem parte de uma realidade complexa e sempre mutante, também podem e devem ser questionadas nessa direção, pois apesar de serem compreendidas como um fenômeno que nasce com a necessidade de concretizar os direitos sociais a partir do início do século XX (Bucci, 2006), elas acabam frequentemente se configurando em ações estatais que almejam a permanência do *status quo*. De acordo com Oliveira (1987),

(...) a atuação governamental, através das chamadas “políticas públicas”, costuma orientar-se em pelo menos duas grandes direções: a da garantia de condições “econômicas”, e a da garantia de condições “político-ideológicas” de reprodução da ordem estabelecida e do modo de produção a ela associado (Oliveira, 1987, p. 374).

Desse modo, considera-se importante desenvolver uma leitura crítica que leva em conta não apenas a formulação e implementação das políticas públicas, como também as concepções de Estado, sujeito e sociedade que possibilitam que essas políticas estejam em vigência (Scarcelli, 2017). Isso é importante quando se considera a dimensão institucional na análise de uma realidade complexa e mutante, conforme proposto por Pichón-Rivière (1988). Esse aspecto da teoria pichoniana mobiliza indagações sobre as instituições, mas também sobre as práticas e diretrizes políticas no campo das políticas públicas (Scarcelli, 2017).

Esse autor, ao formular sua proposta de Psicologia Social, elaborou uma teoria de grupo operativo compreendida como instrumento de intervenção e técnica de investigação (Scarcelli, 2017), que analisa três dimensões: psicossocial (o estudo do sujeito através de seus vínculos e relações interpessoais), sociodinâmica (o estudo centrado no grupo) e institucional (o estudo da relação dos grupos entre si e as instituições que os regem). As três dimensões (ou direções) não são excludentes e nem separáveis; na verdade, todo estudo deve abarcá-las em sua unidade e interjogo (Bleger, 1984). “Através do estudo psicossocial, sociodinâmico e institucional, é possível ter um conjunto de informações coletadas no exterior que dizem respeito também ao interior do sujeito” (Scarcelli, 2017, p. 143).

No entanto, profissionais e pesquisadores psi costumam se concentrar na direção do sujeito, tendo dificuldade de transitar entre essas três dimensões, principalmente pela institucional, também compreendida como a investigação dos grandes grupos, sua estrutura, origem, composição, história, economia, política, ideologia, etc. (Scarcelli, 2017).

Considerando a complexidade do que está posto no interjogo nas três dimensões analisadas no grupo operativo, Scarcelli (2017) propõe um conjunto de perguntas que possibilitam a identificação aspectos que podem ser úteis na discriminação de dimensões e âmbitos de problemas ligados ao campo social. Nesse sentido, propõe um recorte que considera quatro âmbitos:

- Político-jurídico: indaga sobre leis, diretrizes políticas, programas governamentais e não governamentais decorrentes dessas políticas e seus aspectos legais, normas, prescrições, entre outros.
- Social-cultural: indaga sobre grupos e sujeitos, suas necessidades e demandas no contexto de proposição, implantação e implementação de políticas e práticas;
- Teórico-conceitual: indaga sobre fundamentos teóricos e filosóficos, sobre concepções que sustentam práticas, programas, diretrizes políticas, leis, etc.
- Técnico-assistencial: indaga sobre os modos de criação, implantação, implementação e desenvolvimentos de práticas de programas, diretrizes políticas e lei (Scarcelli, 2017, p. 218).

Os diferentes âmbitos – tal como as três dimensões apresentadas por Pichón-Rivière – não podem ser compreendidos separadamente, ou seja, são um recorte metodológico que têm o objetivo de dar subsídios à formulação de questões quando se investiga o campo das políticas públicas.

As duas políticas selecionadas para análise, PNAISM e Política de Saúde LGBT (assim como, de maneira geral, as leis do SUS) podem ser compreendidas como referências orientadoras e legais para a implantação de ações de saúde no âmbito do SUS que visem a assistência integral de determinadas populações (mulheres² e pessoas LGBTs). Considerando os âmbitos mencionados, o modo como essas duas políticas se apresentam (leis, portarias, etc.) podem se relacionar ao *âmbito político-jurídico*. Contudo, foram elaboradas em um processo no qual participaram grupos e sujeitos com suas histórias inseridos em contextos diversos que, ao serem indagados, aproximam-se do que está sendo considerado como *âmbito social-cultural*. Como será exposto a seguir, movimentos de mulheres, feministas e LGBTs tiveram importante força de negociação para a proposição dessas políticas em um país que, para defender sua democracia, deve estar em diálogo com as pressões sociais de grupos organizados como esses.

Esse diálogo travado entre diferentes frentes esboça a diversidade de concepções carregadas pelos diferentes atores sociais. A visão de mundo, o conjunto de interesses, as compreensões a respeito do Estado, do sujeito, da sociedade, da saúde vão estar em disputa na proposição das políticas públicas. As visões e referenciais teórico-técnicos e filosóficos, das diversas áreas do conhecimento, sobre como se concebe mulheres, homens, travestis, transexuais³, cisgeneridades, transgeneridades, sexualidade, direitos reprodutivos, entre outras questões, estão presentes no estabelecimento de políticas de atenção a subgrupos específicos da sociedade. Embora tais referências sejam fundamentais, além de frequentemente não serem explicitadas, são composições carregadas de contradições e antagonismos. Essas questões podem ser indagadas pelo que está sendo proposto como *âmbito teórico-conceitual* e serão discutidas mais detidamente neste trabalho.

As indagações relacionadas ao *âmbito técnico-assistencial* dizem respeito ao conjunto de práticas que se desenvolvem a partir do arcabouço legal proposto por essas políticas (político-jurídico), que incluem, portanto, os conflitos em torno das concepções e teorias (*âmbito teórico-conceitual*) trazidas pelos diferentes atores sociais (*âmbito social-cultural*). A partir de tal perspectiva, tem-se constatado que na esfera da vida cotidiana, principalmente no

² No caso deste capítulo, busca-se não incorrer no equívoco de considerar “mulher” como “mulher cisgênero, ou “homem” como “homem cisgênero”, sem marcar essa questão. Como será discutido, a concepção do que é “mulher” e do que é “homem” esteve em discussão e atores sociais das questões trans, dos estudos queer e LGBTs denunciam o mascaramento dessa disputa. Quando for necessária marcar a diferença, será utilizado “mulher cisgênero”, como no caso das mulheres cisgênero dos movimentos feministas que serão apresentados aqui, assim como será usado “homem cisgênero” e “homem trans”.

³ Utiliza-se aqui a nomenclatura “transexuais” por compor o nome da política analisada. Reitera-se, entretanto, que tal nomenclatura deriva de uma lógica biomédica, e por vezes é refutada pelas próprias pessoas às quais se refere.

mundo do trabalho, há uma lacuna entre os âmbitos de definição e implementação de políticas (político-jurídico) e de implementação de práticas (técnico-assistencial) (Scarcelli 2017), pois aspectos referentes aos âmbitos social-cultural e teórico-social pouco transitam nas indagações e discussões que se voltam para políticas e práticas.

Essa é uma discussão interessante e importante – e um tanto dela é desenvolvida nas pesquisas das autoras e de pós-graduandos do LAPSO – mas não será apresentada aqui, sob pena de escapar do objetivo deste capítulo. No entanto, esse distanciamento pode ser pensado a partir da análise de quais grupos compuseram a construção das políticas, normas e leis, quais sujeitos participam de sua execução e de quais concepções partem.

Procurando responder provisoriamente à pergunta formulada: a compreensão ou identificação das lacunas, dos ‘distanciamentos’ entre os âmbitos político-jurídico e técnico assistencial pode ser buscada também nas mediações que têm ficado ausentes (nos âmbitos social-cultural e teórico-conceitual) das formulações, tendo a psicologia social de referência como modo de não perder de vista a dimensão do sujeito psíquico/social (Scarcelli, 2017, p. 231).

Dessa forma, as duas políticas aqui apresentadas foram consideradas a partir desses referenciais. Estes, assim como a discussão da noção de gênero, orientaram uma leitura reflexiva dos textos da PNAISM e da Política de Saúde LGBT aqui apresentada.

2. Gênero e políticas de saúde

Para compreender gênero, faz sentido olhar para os feminismos. O plural se refere ao reconhecimento da multiplicidade de ações lutando contra a opressão de gênero, uma vez que tem sido, desde sua origem, um movimento variado e com múltiplas manifestações (Pinto, 2003). É importante reconhecer que os feminismos brasileiros foram influenciados por teorias e ativismos da Europa e Estados Unidos, num diálogo que, de certa forma, perdura até hoje. Muitas mulheres – marcadamente cisgênero – tiveram contato, no exílio durante a ditadura civil-militar, com movimentos feministas europeus (Pinto, 2003). Assim, diferentes perspectivas foram se formando, entretanto, uma motivação e interesse comum se estabeleceu: rebater aqueles que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres remetendo-as às características biológicas (Louro, 1997).

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade

importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (Louro, 1997, p. 21).

Buscando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, feministas de língua inglesa passaram a utilizar *gender* como distinto de *sex* (no Brasil, o conceito passou a ser utilizado no final dos anos 1980). Não se nega, contudo, a biologia, mas se enfatiza, de forma deliberada, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (Louro, 1997). Dessa forma,

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (Louro, 1997, p. 22).

Estudos buscavam evitar afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem”. Afastando ideias essencialistas sobre os gêneros, levava-se em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos. Nesse sentido, feministas negras contribuíram com críticas fundamentais (ainda pouco ouvidas) aos movimentos de mulheres cisgênero brancas de classes média e alta. Estas, com frequência, tomam suas próprias experiências como gerais para todas as mulheres, ignorando que classe e raça fazem intersecção com a opressão de gênero (Carneiro, 2003; Davis, 2016).

Os estudos queer também buscaram desconstruir alguns preceitos rígidos das conceituações feministas essencialistas sobre gênero. Contrapondo a ideia de Simone de Beauvoir de que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, Judith Butler (2008) sugere que o próprio conceito de “mulher”, entendido como o sujeito do feminismo, seja problematizado. Para Butler não é possível determinar o que define um sujeito mulher, apontando o reducionismo de leituras essencialistas, ou exclusivamente sociais. E autoras transfeministas como Jaqueline de Jesus e Hailey Alves (2012) propõem um olhar mais amplo para as pautas e questões que permeiam os feminismos, que possam incluir perspectivas não-normativas, e sobretudo as pessoas trans⁴.

Nos anos finais da ditadura no Brasil, movimentos feministas também buscaram se articular no processo de redemocratização, levando pautas específicas para as discussões das novas políticas. Em relação às demandas para o projeto de reforma sanitária, mulheres

⁴ O termo “pessoas trans” (derivado de “transgênero”) refere-se às pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, ou socialmente (Jesus, 2013).

cisgênero e feministas tiveram fundamental participação, lutando, por exemplo, pelo direito à contracepção e liberdade de escolha em relação à maternidade.

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde⁵, em 1986, considerada marco na luta pelo SUS, decidiu-se pela chamada imediata de uma Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, que ocorreu no mesmo ano. Tal Conferência detalhou as perspectivas de mudanças almejadas na organização da atenção à saúde da mulher no país em processo de mudança política (vale considerar, que nesse momento, ainda se olhava especificamente para as questões em torno da cisgeneridade).

Já na “Carta das mulheres brasileiras aos constituintes”⁶, por meio da qual se defendeu pontos específicos para serem contemplados na nova Constituição Federal de 1988, o tema da saúde da mulher também está em destaque. Nesta carta, estão pontos bastante específicos, como: a garantia de assistência integral à saúde da mulher independentemente de sua situação de procriadora; o veto ao Estado de qualquer ação que interfira no exercício da sexualidade, assim como o veto ao Estado da promoção do controle de natalidade; garantia do direito à mulher de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo; a garantia de livre opção pela maternidade, incluindo o direito a evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher; o dever do Estado de oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais.

Foram conquistados, na Constituição de 1988, alguns pontos fundamentais, mas objetivos como garantias no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular quanto ao aborto, não foram contemplados (Brasil, 1988). Fortes resistências, por parte de demais constituintes e de representantes religiosos, conseguiram fazer frente a essas pautas.

Na Constituição Federal, consolidaram-se também as diretrizes para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), afirmando que saúde é um direito universal e que deve ser garantido pelo Estado.

A proposta do SUS está vinculada a uma ideia central: todas as pessoas têm direito à saúde. Este direito está ligado à condição de cidadania. Não depende do “mérito” de pagar previdência social (seguro social meritocrático), nem de provar condição de pobreza (assistência do sistema de proteção), nem do poder aquisitivo (mercado capitalista), muito menos de caridade

⁵ As Conferências Nacionais de Saúde são espaços de discussão pública em que diferentes segmentos da sociedade se reúnem para discutir publicamente questões relacionadas ao âmbito da saúde. A oitava é considerada a precursora do SUS.

⁶ Resultado de uma campanha nacional que articulou ativistas, movimentos feministas e associações de diferentes regiões do país.

(filantropia). Com base na concepção de *seguridade social*, o SUS supõe uma sociedade solidária e democrática, movida por valores de igualdade e de equidade, sem discriminações ou privilégios (Paim, 2009, p. 43, itálicos do autor).

Saúde também passa a ser definida de forma mais ampla, para além da ausência de doença. A Constituição Federal de 1988 aponta as políticas econômicas e sociais como intervenções fundamentais para a garantia do direito à saúde. Dessa forma, questões como distribuição de renda, emprego, salário, acesso à terra, assim como educação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, previdência e assistência social influem sobre a saúde das pessoas e das comunidades (Paim, 2009). Duas leis específicas, em 1990, foram promulgadas a fim de se criar, de fato, o SUS: a Lei nº 8.080/1990 e a Lei nº 8.142/1990 (Brasil, 1990a, 1990b).

O SUS traz em si o desafio da saúde para todas as pessoas, do acesso universal e igualitário às suas ações e serviços. Estão a isso diretamente relacionados os chamados “princípios do SUS”, como o da universalidade e o da igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Em país gigante em território e demandas sociais, esse desafio se torna ainda mais relevante.

Políticas específicas foram sendo implementadas ao longo dos anos a fim de se fazer valer os direitos propostos na Constituição e nas leis do SUS. Aqui, faz-se uma escolha por focar em duas: Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). Ambas estão intimamente relacionadas às questões de gênero apresentadas anteriormente, assim como são um fruto possível das lutas imbricadas pelos movimentos sociais, de mulheres cisgênero, de feministas e de LGBTs.

3. Políticas públicas e saúde da “mulher”

Antes de apresentar a PNAISM, cabe aqui uma breve contextualização histórica sobre como se chegou a essa política mais atual de assistência à saúde da “mulher”. Retoma-se a ressalva de que esta construção se concentra nas questões envolvendo a cisgeneridade, uma vez que o debate da questão trans e dos estudos queer é mais recente e não esteve historicamente contemplado nas lutas feministas e nas políticas de saúde para as “mulheres”.

Até o século passado, as ações de saúde da mulher cisgênero no Brasil eram fortemente pautadas pelo binômio mãe-filho, destacando a reprodução como quase única preocupação. Com a busca pelo controle populacional e o investimento na contracepção, ações nesse sentido

também passaram a se tornar sobressalentes (Villela & Monteiro, 2005). Na década de 1970, foi criado o Programa de Saúde Materno Infantil, ainda muito focado na reprodução, que oferecia atenção ao pré-natal.

Importantes pressões dos movimentos feministas vinham na direção, então, de justamente questionar esse viés, em que mulheres são tomadas como objetos reprodutores. Passam, assim, a exigir políticas mais amplas, que ultrapassassem essa concepção (Villela & Monteiro, 2005). Ocorreu também importante discussão sobre o que até então se limitava apenas ao âmbito privado, como a desigualdade na relação entre homens e mulheres e a violência que muitas vezes dela decorre. Além da reflexão sobre a sobrecarga de trabalho sofrida pelas mulheres, que ficam responsáveis pelos cuidados com a casa e filhos, além de questões em relação à sexualidade.

A partir de debates construídos socialmente, então, é formulado, em 1984, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), precursor da atual política. A ideia de integralidade apontava para o atendimento de todas as necessidades de “todas as mulheres”, retirando a atenção exclusiva da reprodução. No entanto, na realidade dos serviços de saúde, as ações não caminharam em consonância ao novo Programa, mantendo-se com o foco na contracepção, atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério (Villela & Monteiro, 2005). Além disso, “todas as mulheres” não incluía as pessoas trans.

Em meio a debates sobre “saúde reprodutiva”⁷, “direitos sexuais e reprodutivos”⁸ e a pressões dos movimentos sociais, já nos anos 2000, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a partir de um diagnóstico epidemiológico da situação da saúde da mulher cisgênero no Brasil e do reconhecimento da importância de se contar com diretrizes que orientassem essas políticas de saúde.

3.1 Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher

A leitura do texto da PNAISM leva à percepção de que há dois momentos distintos dessa política. O primeiro, mais questionador, encontra-se no início, quando está apresentado o que se compreende por gênero e dados da realidade brasileira de saúde da mulher – apesar de não

⁷ “Saúde reprodutiva” passa a abranger a perspectiva de que os problemas de saúde relacionados à reprodução não são uma fatalidade biológica, nem determinantes da situação social das mulheres, mas resultantes das relações de gênero.

⁸ “Direitos sexuais e reprodutivos” parte também de reivindicações de movimentos LGBTs, sobretudo após a epidemia de HIV/Aids, compreendendo a necessidade do reconhecimento do livre exercício da sexualidade, saudável e segura, como um direito para demandar políticas públicas.

explicitamente, está evidente que os dados se referem à cisgeneridade. O segundo traz as proposições enquanto política – os princípios, diretrizes e objetivos –, que parecem não se relacionar com aquele primeiro mais questionador. Nesse segundo momento, ao contrário, o texto dialoga mais diretamente com as políticas estruturais do SUS e não propõe transformações mais robustas no que tange à realidade anteriormente apresentada na própria abertura da PNAISM.

Para elucidar essas questões, apresenta-se aqui alguns pontos de destaque do texto. Primeiro, um trecho em que se articula saúde e gênero, considerando que “(...), as questões de gênero devem ser consideradas como um dos determinantes da saúde na formulação das políticas públicas” (Brasil, 2004, p. 12). Destaca-se também que o texto da política apresenta, inclusive, uma concepção de gênero:

O gênero, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica. É construído e alimentado com base em símbolos, normas e instituições que definem modelos de masculinidade e feminilidade e padrões de comportamento aceitáveis ou não para homens e mulheres. O gênero delimita campos de atuação para cada sexo, dá suporte à elaboração de leis e suas formas de aplicação. Também está incluída no gênero a subjetividade de cada sujeito, sendo única sua forma de reagir ao que lhe é oferecido em sociedade. O gênero é uma construção social sobreposta a um corpo sexuado. É uma forma primeira de significação de poder. (Brasil, 2004, p.12).

A política coloca ainda como imprescindível incorporar a perspectiva de gênero nas análises epidemiológicas e no planejamento de ações de saúde. Vale aqui fazer algumas observações, a título de exemplificar o tipo de problemática identificada na análise da PNAISM. Encontra-se, quando se apresenta dados sobre a saúde das mulheres adolescentes, uma forte ênfase, no entanto, à gravidez na adolescência, fazendo discretos apontamentos a respeito do direito a uma sexualidade livre e plena. Com isso, mira-se, novamente, na mulher enquanto procriadora, além de indicar uma ideia de que há uma faixa etária ideal para o exercício da maternidade.

Já no panorama sobre a situação das mulheres no climatério/ menopausa, encontra-se distintas posições. Por um lado, reconhece a dificuldade desse momento de vida que advém de uma supervalorização da maternidade e do mito da eterna juventude, o que traz um olhar sobre as questões de gênero interessante. Por outro lado, há uma afirmação questionável de que a medicalização do corpo da mulher “só será modificada quando as mulheres tiverem consciência dos seus direitos, das possibilidades preventivas e terapêuticas e das implicações das distintas práticas médicas sobre o seu corpo” (Brasil, 2004, p. 44, grifo nosso). Repousa aqui não apenas

a ausência de uma crítica à própria Medicina como campo do saber e profissional, mas também uma atribuição invertida de responsabilidade para as próprias mulheres.

Assim, ainda que com algumas ressalvas, a PNAISM faz análises de dados importantes de maneira a destacar questões de gênero que partam de uma perspectiva que considera as dimensões sociais e de poder. Problematiza-se a situação precária em que as mulheres realizam aborto no Brasil; aquilo que hoje é chamado de violência obstétrica; a dificuldade de se ampliar o acesso a outros métodos contraceptivos (além da pílula e da laqueadura); a medicalização das mulheres no período de climatério e menopausa; a relação entre saúde mental e a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres; a necessidade de a perspectiva de gênero compor a formação de profissionais e ações dos serviços de saúde; a invisibilidade das mulheres lésbicas no SUS; e as recorrentes barreiras de acesso aos serviços de saúde impostas às mulheres negras. No entanto, é notável a exclusão das pessoas trans nessa política; não há nenhuma menção a elas, nem à complexidade de sua situação de saúde. Homens trans que têm útero e vagina são ignorados, mesmo que componham, por exemplo, o grupo de pessoas que necessita de atenção ginecológica e obstétrica. Além disso, questões ainda centradas ao redor da reprodução perpassam toda a política, supervalorizando mulheres que escolhem ser ou são mães.

Entre princípios, diretrizes e objetivos gerais, a política parece lidar com a questão de “gênero” meramente como um recorte populacional, diferenciando “mulheres” de “homens”. A fragilidade dessas questões no texto da política remeteria, assim, à sua inviabilidade no plano assistencial.

3.1.1 Entre princípios e diretrizes, um recorte populacional genérico

Ainda que a PNAISM seja bastante progressista no que diz respeito à análise que faz da condição da mulher no país nas últimas décadas, e que as diretrizes tragam uma diversidade interessante de ações possíveis, seus princípios se mostram genéricos em termos de humanização e qualidade do atendimento e os objetivos não especificam questões de opressão. Além disso, não havendo menção às pessoas trans, pode apontar para uma perspectiva de gênero ainda ligada aos substratos da biologia e não aberta para a construção social do gênero de forma mais radical. Não constrói, por exemplo, possibilidades para superar a sobrecarga de responsabilidade que recai sobre as mulheres no cuidado com os filhos, mas também sobre a contracepção e sobre o próprio processo de pré-natal, para focar nas questões de reprodução e maternidade.

Será que uma abertura, nas propostas da política, para discussões sobre escolhas reprodutivas mais autônomas, em relação à gravidez, ao parto, ao aborto e à adoção não faria mais jus ao enfoque de gênero? Não seria uma forma de não mais submeter as mulheres a consultas, procedimentos, prescrições nas quais aquele que está no lugar de poder é o profissional da saúde? Promover uma verdadeira autonomia das mulheres em relação à própria saúde (inclusive - e talvez principalmente - sexual e reprodutiva) não seria mexer com as normas de gênero e tirar as mulheres da posição de assujeitadas à lógica patriarcal? Incluir as pessoas trans nos serviços de atendimento à saúde das mulheres não causaria um necessário choque com fundamentos tão tradicionais e biologizantes de Medicina, Enfermagem, Psicologia, etc.?

Há uma forte ênfase no âmbito das práticas - ou, para utilizar a referência de recorte metodológico, no âmbito técnico-assistencial -, em termos de princípios, diretrizes e objetivos, o que faz com que a PNAISM se exima da responsabilidade de propiciar desconstruções para além dos muros das unidades de saúde. Desconstruções sociais necessárias para uma mudança radical na condição de saúde das mulheres, algo que a própria política insinua, mas não encaminha as possibilidades que cabem ao SUS. A política parece, assim, mais endereçada aos processos e ações intramuros dos serviços de saúde, no sentido de restabelecer a saúde das mulheres. Pouco se direciona a respeito de promoção e prevenção, limitando-se às ações de recuperação de uma saúde há muito fragilizada, em parte, por uma sociedade desigual em termos de gênero. Parece que o SUS não tem nada que se a ver com o combate à opressão e às desigualdades de gênero, apenas cuidar de quem o procura.

Para ir além: que mulheres, que subjetividades de mulheres estão propiciadas a se desenvolver mediante a implementação de uma política generalista, de mero recorte populacional? Quais as responsabilidades das políticas de saúde em relação à subjetividade das pessoas?

4. Políticas públicas e saúde LGBT

Se por um lado, as ações ligadas à saúde da “mulher” foram estruturadas a partir de perspectivas feministas, mas associadas à noção de direitos sexuais e reprodutivos, as ações voltadas ao público LGBT desde o início estiveram mais ligadas aos direitos sexuais. A necessidade de democratizar o acesso dessa população à saúde pública no auge da epidemia de HIV/Aids na década de 1980, foi fundamental para elaboração destas políticas públicas.

É preciso considerar que até 1990 a homossexualidade estava listada no Código Internacional de Doenças (CID) como “homossexualismo”, um transtorno mental (Bento & Pelúcio, 2012); de maneira que a estigmatização e o apagamento sistemático da população LGBT e suas demandas perdurou mesmo nas décadas seguintes. Soma-se a isto, a forte repressão vivida, sobretudo pelas travestis, durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, que sentenciou muitas destas à morte, ou à marginalização pela reiteração de preconceitos, expondo-as à enorme vulnerabilidade social.

E quando o país dava seus primeiros passos em direção à redemocratização, começaram a ser notificados os primeiros casos de Aids no Brasil (Galvão, 2005). O histórico de desassistência da população LGBT fez com que este fosse um dos primeiros e mais afetados grupos no começo da epidemia de HIV/Aids – na época, inclusive chamada de “câncer gay”. A maior vulnerabilidade à doença estaria ligada ao desrespeito à dignidade e aos direitos humanos das pessoas LGBT, decorrentes das situações já mencionadas (Brasil, 2013; Galvão, 2005).

Foi com o objetivo de conter a epidemia, que as primeiras ações voltadas a esta população foram propostas, via mobilização de grupos e redes de apoio remanescentes da ditadura, que lutavam por sua cidadania plena (Parker, 2000; Paiva, 2002). Assim, antes mesmo da existência do SUS, em 1985, o Programa Nacional de DST e Aids foi regulamentado, e por meio deste, a produção de alguns remédios com distribuição gratuita pelo sistema público de saúde foi possibilitada (Galvão, 2005; Parker, 2000). Tal prática foi mantida após a regulamentação e implementação do SUS, e ampliada nas décadas seguintes, passando então a considerar demandas e necessidades específicas deste grupo na elaboração de políticas públicas como a que será analisada a seguir.

4.1 Política Nacional de Saúde LGBT

O texto da Política de Saúde LGBT inicia contextualizando algumas das bases sociais que a pautaram. Faz um apanhado da luta histórica do movimento LGBT por direitos, e a seguir introduz alguns dados que justificam a necessidade de uma política específica para esta parcela da população brasileira. Dentre esses, destaca a disparidade do acesso de mulheres lésbicas e bissexuais em relação às mulheres heterossexuais, no que diz respeito a exames preventivos de câncer.

Com relação ao exame preventivo de câncer cérvico uterino (Papanicolau), o Dossiê cita dados da pesquisa realizada em 2002, pela Coordenação DST/Aids do Ministério da Saúde, que demonstram que entre as mulheres heterossexuais a cobertura na realização desse exame nos

últimos três anos é de 89,7%. Já entre as lésbicas e mulheres bissexuais a cobertura cai para 66,7%, mesmo entre pessoas com maior escolaridade e renda (Brasil, 2013, p. 14).

Destaca também a junção de fatores que contribuem para a maior situação de vulnerabilidade social das travestis, uma maior exposição a DST/Aids, e ainda maiores riscos à saúde mental.

A prostituição para as travestis significa não apenas sua sobrevivência financeira, mas também a possibilidade de pertencimento social, que lhes é negado em outros espaços, como foi explicitado por Benedetti (2005). Segundo o autor, é na rua que as travestis exercitam o feminino, a afetividade, as relações sociais, mas é também o espaço de consumo em geral, inclusive de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos. A rua e a prostituição acarretam também maiores riscos de contrair DST/Aids e mais violência, o que torna esse grupo ainda mais vulnerável. A depressão, as crises de ansiedade e sensações de pânico parecem ser frequentes entre as travestis (Brasil, 2013, p. 14).

Além disso, intervenções corporais feitas de maneira precária, com materiais tóxicos, como o silicone industrial, ou a utilização indiscriminada de hormônios tanto por travestis, quanto por mulheres e homens trans, acarreta diversos problemas de saúde que foram considerados na elaboração da Política de Saúde LGBT.

A Política Nacional de Saúde LGBT foi elaborada a partir dos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988, que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana, entre eles o direito à saúde. Assim, define como objetivo geral: “Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (Brasil, 2013, p. 18). Este objetivo considera que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero culmina no estigma social vivenciado pelas populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e são fatores determinantes para sua saúde, ou processos de sofrimento e adoecimento. E para que possa ser alcançado, são listados vinte e quatro objetivos específicos que incluem premissas como: o respeito às diferenças e à diversidade, intersetorialidade⁹ e interseccionalidade¹⁰, qualificação de profissionais de saúde para atender as especificidades dessa parcela da população, e desenvolvimento de pesquisas específicas para o aprimoramento dos serviços oferecidos, entre outras.

⁹ Modo de gestão de articulação, planejamento e cooperação entre distintos setores da sociedade, e entre diversas políticas públicas para atuar sobre os determinantes sociais (Akerman, de Sá, Moyses, Rezende & Rocha, 2014).

¹⁰ Conforme Nogueira e Oliveira (2010, p.15), uma teoria que “pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social”.

No que se refere à presença do termo “gênero”, na Política de Saúde LGBT, está quase que integralmente associado ao termo “identidade”, e é mencionado a fim de definir uma categoria a ser considerada em vários dos seus âmbitos. O texto não especifica de onde parte o conceito de identidade de gênero utilizado, pois não define nem mesmo uma abordagem clara de gênero. Neste quesito, não há fundamentação teórica explícita no texto, mas entende-se que se trata de uma abordagem que divide “sexo” e “gênero” a partir de um reforço da lógica binária, reiterando também a existência de apenas dois sexos, dois gêneros e duas orientações sexuais.

Esta talvez seja a maior limitação da Política Nacional de Saúde LGBT: a ausência de uma discussão mais ampla sobre sexualidade. Ainda que termos como “orientação sexual” e “identidade de gênero” sejam mencionados na introdução do texto, os mesmos não são conceituados e algumas concepções sobre sexualidade parecem estar fortemente pautadas nas polaridades macho/fêmea, masculino/feminino, homossexual/heterossexual, cis/trans. Tais dicotomias negam o espectro de possibilidades existente entre cada um destes pólos (também não estanques), possivelmente para garantir a inteligibilidade cultural das existências que pautam. Uma inteligibilidade cultural diretamente associada à matriz heterossexual que naturaliza corpos, gêneros e desejos, como afirma Butler (2008), e que presume que:

[...] para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (Butler, 2008, p. 216).

Uma matriz que por sua premissa, ignora também a existência de pessoas não-binárias¹¹, ou intersexuais¹², grupos nem mesmo mencionados no texto da política pública em questão, o que também deixa a dúvida sobre que tipo de atendimento e cuidados estariam disponíveis para estas no SUS. Marca ainda lugares um tanto rígidos em relação às demandas de cada grupo nas diretrizes desta política.

Ações para atendimento ginecológico e prevenção de cânceres cérvico uterino e de mamas previstas no texto não incluem homens trans que eventualmente não tenham realizado mastectomia e/ou histerectomia. Uma ausência que pode ser relacionada às lacunas que Scarcelli (2017) se refere “ao distanciamento existente entre um âmbito de definição de

¹¹ Adota-se aqui um critério de auto-identificação, conforme utilizado por Teresa Teixeira e Nuno Carneiro (2018) “pessoas questionantes do binarismo de gênero, seja porque não se identificam com o binarismo de gênero, seja porque se identificam com o não-binarismo de gênero” (p. 134).

¹² Após extensa pesquisa na literatura médica, Paula Machado (2005) concluiu que “essas definições se referem, de forma geral, a corpos de crianças nascidas com a genitália externa e/ou interna nem claramente feminina, nem claramente masculina” (p. 252).

diretrizes políticas, seus aspectos legais e da formulação de programas e outro âmbito ligado aos modos de ajustar essas diretrizes aos recursos disponíveis para a criação e desenvolvimento das práticas” (Scarcelli, 2017, p. 230).

Neste sentido, em alguma medida, homens com maior passabilidade¹³ cisgênero estariam mais expostos a constrangimentos, uma vez que sua aparência, lida como masculina, dificultaria, ou mesmo impossibilitaria buscar acompanhamento ginecológico, ou mesmo um pré-natal - lembrando que a maternidade ainda é percebida como exclusividade de mulheres cisgênero. Estudos já apontaram que muitas vezes mesmo quando um problema de saúde existe, alguns atendimentos nem mesmo são realizados, pois este público não é bem recebido, e/ou é desrespeitado (Angonese & Lago, 2017).

A Política de Saúde LGBT não faz menções aos homens trans fora dos âmbitos que tratam de intervenções corporais, como as cirurgias de mastectomia e histerectomia, e a hormonioterapia, possivelmente por não considerar que estes podem necessitar de outros tipos de atendimento também. Vale dizer, que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Brasil, 2008), por sua vez, também não inclui homens trans, fazendo com que muitas vezes os cuidados destes com a própria saúde sejam simplesmente ignorados.

Conforme já mencionado, políticas públicas em relação à saúde feminina no Brasil foram historicamente pautadas na dimensão reprodutiva das mulheres (Barbosa & Facchini, 2009), e não em direitos sexuais para englobar a sexualidade de forma mais ampla. Não só no Brasil, mas internacionalmente, os direitos sexuais foram concebidos como um complemento aos direitos reprodutivos, em função de injustiças presentes nas relações de gênero que negavam/negam autonomia reprodutiva (Rios, 2008), sobretudo às mulheres. Em função disso, com alguma frequência, proposições e práticas de saúde não incluem lésbicas e homens trans, fazendo com que não se sintam (e de fato não sejam) acolhidos por estas, ocasionando um distanciamento dos serviços de saúde. Práticas que revelam o já mencionado distanciamento entre os âmbitos político-jurídico e o técnico assistencial (Scarcelli, 2017) das políticas públicas, expresso na insegurança e recusa dos próprios profissionais de saúde ao se depararem com questões que fogem ao seu conhecimento, e/ou capacidade de atuação.

No geral, entende-se que as propostas presentes na Política de Saúde LGBT buscam atender a demandas genéricas, partindo de concepções biologizantes, que mais visam combater doenças e enquadrar existências que fogem à regra, do que promover saúde. Desta maneira,

¹³ O termo “passabilidade de gênero” refere-se à capacidade que uma pessoa possui em passar pelo gênero com o qual se identifica (Duque, 2013).

repete-se o questionamento feito sobre a PNAISM: que subjetividades estão propiciadas a se desenvolver a partir desta política para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, ou ainda para pessoas que não se identificam como pertencentes a nenhum destes grupos?

Considerações finais

Partindo dos pressupostos da Psicologia Social da Práxis, lança-se um modo de olhar sobre a importância da dimensão institucional que sempre deveria estar presente na compreensão de questões sociais, sem perder de vista a dimensão do sujeito psíquico/social (Scarcelli, 2017).

O difícil exercício do pensamento dialético entre as políticas públicas e as necessidades, desejos e demandas de grupos e sujeitos faz-se necessário ao se considerar os distanciamentos entre a definição de políticas e a implantação/implementação de práticas (Scarcelli, 2017). As indagações presentes na proposição dos quatro âmbitos – político-jurídico, social-cultural, teórico-conceitual e técnico assistencial – apresenta-se como parte de um modo de construir esse caminho.

Nesse caminhar, compreende-se que há uma disputa em termos de concepções em torno das diferentes possibilidades de manifestações de gênero e da sexualidade, e quando esses debates permanecerem ausentes na construção das políticas públicas, o campo da saúde continua operando com vertentes biologizantes e medicalizantes. Esse viés leva, muitas vezes, ao desenrolar de ações e práticas de saúde que silenciam existências, que impossibilitam o acesso a serviços públicos e que reforça as condições para as desigualdades de gênero.

Por fim, é importante ressaltar que no cenário político de incertezas em que esse capítulo é escrito, as críticas às políticas aqui analisadas não buscam invalidar benefícios que representam na vida das pessoas. No processo de desmonte de políticas públicas e redução drástica de financiamentos, é fundamental marcar os avanços que tais iniciativas constituíram, sobretudo para que direitos adquiridos após décadas de luta não sejam perdidos.

Referências

Akerman, Marco; Franco de Sá, Ronice; Moyses, Simone; Rezende, Regiane, & Rocha, Dais. (2014). Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11), 4291-4300. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>

- Angonese, Monica, & Lago, Mara C. S. (2017). Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade [online]*, 26(1), 256-270. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017157712>
- Barbosa, Maria B., & Facchini, Regina. (2009). Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(Supl. 2), s291-s300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400011>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Brasil. (1990a). *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Governo Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- Brasil. (1990b). *Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Governo Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes)*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf
- Brasil. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Bento, Berenice, & Pelúcio, Larissa. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 559-568. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>
- Bezerra Jr, Benilton. (1989) Subjetividade moderna e o campo da psicanálise. In: J. Birman, (Org.), *Freud – 50 anos depois* (pp. 219-239). Rio de Janeiro: Relume-Dumaré.
- Bleger, José. (1984). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bucci, Maria P. D. (Org). (2006) *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva.
- Butler, Judith. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Carneiro, Sueli. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Duque, Tiago. (2013). *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280487/1/Duque_Tiago_D.pdf
- Galvão, Jane. (2005). Brazil and access to HIV/AIDS drugs: a question of human rights and public health. *American journal of public health*, 95(7), 1110-1116. <https://dx.doi.org/10.2105/AJPH.2004.044313>
- Jesus, Jaqueline G. (2013). Feminismo e Identidade de Gênero: elementos para a construção da Teoria Transfeminista. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*. Florianópolis. Recuperado de http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf
- Jesus, Jaqueline G., & Alves, Hailey. (2012). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11(2). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>
- Louro, Guacira L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Nogueira, Conceição, & Oliveira, João M. (2010). Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. (pp. 9-18). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, Jaime A. (1987). Reformas e reformismo: “democracia progressiva” e políticas sociais (ou “para uma teoria política da reforma sanitária”). *Cadernos de Saúde Pública*, 3(4), 360-387. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000400002>
- Paim, Jairnilson S. (2009). *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Paiva, Vera. (2002). Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/ AIDS e o processo de emancipação psicossocial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 6(11), 25-38. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832002000200003>
- Parker, Richard. (2000) *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. São Paulo: Editora 34.
- Pichón-Rivière, Enrique. (1988). *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pinto, Céli R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Quiroga, Ana P. (1998). Introdução à segunda edição: Psicologia social e crítica da vida cotidiana. In E. Pichón-Rivière & A. P. Quiroga, *Psicologia da vida cotidiana* (pp. 9-17). São Paulo: Martins Fontes.
- Rios, Roger R. (2008). *Direitos sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto latino-americano*. Recuperado de <http://www.clam.org.br/pdf/rogerport.pdf>
- Scarcelli, Ianni R. (2017). *Psicologia Social e Políticas Públicas: Pontes e Interfaces no Campo da Saúde*. São Paulo: Zagodoni.
- Scott, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Teixeira, Teresa, & Carneiro, Nuno S. (2018). Gozar os gêneros: para uma escuta queer de não-binarismos de gênero. *Ex aequo*, 38, 129-145. <https://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.09>
- Villela, Wilza, & Monteiro, Simone. (2005). Atenção à saúde das mulheres: historicizando conceitos e práticas. In W. Villela & S. Monteiro (Orgs.), *Gênero e saúde: Programa Saúde da Família em questão* (pp. 15-31). São Paulo: ABRASCO.

Capítulo 12

O SUS e a Atenção Primária em Saúde: tensões entre o modelo seletivo e o modelo ampliado de saúde

Rodolfo Luis Almeida Maia

Fernanda de Jesus Ligeiro Braga

Mariana Prioli Cordeiro

Introdução

O presente capítulo é um exercício reflexivo, fruto de uma parceria entre os/as autores/as deste capítulo. A parte empírica é o desdobramento de uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social sobre os espaços de controle social no Sistema Único de Saúde (SUS)¹ realizada pelo primeiro autor, e as reflexões apresentadas contam com a contribuição das experiências profissionais da segunda autora, que foi residente no Programa de Rede de Atenção Psicossocial². A pesquisa se propõe a acompanhar e contribuir com um grupo auto-organizado de moradores/as dos bairros do jardim Brasília e jardim Vitória-Régia, pertencentes ao distrito da Brasilândia, na zona norte de São Paulo. O grupo se chama “Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia” e luta desde 2011 pela construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no território. Na medida em que acompanhamos a Comissão, percebemos a importância de se discutir os modelos de saúde que embasam a forma de organização do SUS, tanto por conta do momento político atual quanto porque sentimos falta de um aprofundamento dessas discussões ao longo de nossas formações enquanto psicólogos/as. Assim, este capítulo possui como enfoque uma discussão acerca dos modelos seletivo e ampliado de saúde.

Antes de abordarmos as ações da Comissão, vale apresentar, ainda que de forma breve, o SUS e a concepção de saúde que o embasa. O SUS é definido no Art. 4º da Lei Orgânica da Saúde (LOS) (Lei nº 8142/1990) como o “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por

¹ Trata-se do projeto de mestrado intitulado “A produção do Controle Social no SUS: Experiências com a Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia” que está sendo desenvolvida pelo primeiro autor deste capítulo no Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Trata-se do Programa de Rede de Atenção Psicossocial da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com sede na cidade de Santos, no estado de São Paulo.

órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (Brasil, 1990). Essa definição está em consonância com o que preconiza a Constituição Federal do Brasil, que, em seu art. 196, determina que a “saúde é um direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988) – o que é considerado um marco na história do Brasil porque implica diretamente o Estado no oferecimento de ações, serviços e programas, de saúde para toda a população brasileira, além de construção de um complexo sistema de vigilância e monitoramento dos indicadores de saúde. Na prática, o SUS se estrutura a partir de três grandes princípios, definidos na Lei Orgânica da Saúde (LOS) (Lei nº 8080/1990):

- **Universalidade:** Isto quer dizer que todas/os as/os cidadãs/os têm o direito à saúde e que cabe ao Estado assegurar que este direito seja garantido, independentemente de gênero, orientação sexual, raça, ou quaisquer outros atributos ou características;
- **Integralidade:** É a ideia de que os processos de saúde e doença devem ser considerados de forma integral e não fragmentada;
- **Equidade:** Que é o princípio da igualdade adequado às diferentes demandas e realidades. Em outras palavras, a equidade é o princípio que assegura uma igualdade no acesso à saúde a partir da consideração das desigualdades de condições.

A partir desses princípios, o SUS é organizado em três níveis de complexidade: o **nível primário** é responsável por ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento e manutenção da saúde, sendo as Unidades Básicas de Saúde (UBS) os equipamentos de referência. O **nível secundário** inclui atendimentos especializados e serviços de urgência e emergência. Já no **nível terciário**, são realizadas as ações e procedimentos de alta complexidade, como cirurgias e processos de reabilitação (Ayres, Paiva & França, 2012).

Consideramos que o processo de construção do conceito e das ações de nível primário - ou da chamada "Atenção Primária à Saúde" (APS) - é social, histórica e politicamente construído, e não pode ser compreendido sem que se considere o desenvolvimento de discussões acerca dos modelos de saúde. Conforme aponta Spink (2010), os processos de saúde-doença envolvem uma complexa confluência de realidades que produzem aquilo que estamos nomeando como saúde ou como doença:

As experiências no campo da saúde – nossas atividades do dia a dia, os problemas de saúde que enfrentamos ou que poderemos enfrentar no futuro e, sobretudo, as complicadas e

tortuosas maneiras de manter-se saudável ou ser cuidado frente ao processo saúde-doença – são complexas e envolvem práticas profissionais que devem ser baseadas tanto no saber teórico-técnico quanto na erudição. A complexidade a que nos referimos não trata meramente de pontos de vista diferentes: das pessoas saudáveis, dos pacientes, dos médicos, dos profissionais de saúde, dos gestores e, é claro, da ciência. Trata-se da concomitância de múltiplas versões (Law & Mol, 2002), de realidades fractais que são performadas de diferentes formas pelos muitos actantes sociais e materiais que estão presentes nessa rede heterogênea (Spink, 2010, p. 42).

Assim, consideramos que nós, enquanto profissionais psicólogos/as, em nossas atividades cotidianas, seja como pesquisadores/as, atuando em serviços do SUS, ou em clínicas particulares, estamos inseridos/as em uma complexa rede de relações que está associada ao processos de produção do binômio saúde-doença.

Ao longo da pesquisa, vimos observando que diversas tensões entre os movimentos de luta pela saúde e a gestão pública estão relacionadas a uma disputa pelos modelos de saúde que estruturam as ações e serviços de saúde. Chamamos de *modelo* o horizonte ético-político que embasa as concepções de saúde e, conseqüentemente, estrutura as ações do poder público (Giovanella et al., 2018). Em outras palavras, um *modelo* é o conjunto de diversos sentidos que são atribuídos àquilo que estamos chamando de saúde-doença e que, mantendo-se mais ou menos estáveis ao longo do tempo, norteiam tanto nossas formas de atuação profissional quanto a ação do poder público e a organização das ações e serviços de saúde.

Neste capítulo, damos ênfase a dois modelos específicos de saúde: o primeiro é o *modelo seletivo*, no qual o sistema se organiza para priorizar o acesso a serviços de saúde a populações-chave, geralmente de baixa renda e em maiores condições de vulnerabilidade(s), respondendo a demandas específicas apenas a partir do aparecimento de doenças ou agravos (Mendonça, 2009). Já o segundo, é o *modelo ampliado*, que entende os processos de saúde e doença enquanto fenômenos complexos e singulares que implicam a relação com qualidade de vida, emprego, acesso a saneamento básico, etc. e que perpassam uma possibilidade de produção de um estilo de vida saudável (Dalmolin, Backes, Zamberlan, Schaurich, Colomé & Gehlen, 2011).

De forma geral, percebemos que as disputas entre os movimentos de luta pela saúde e a gestão pública no município de São Paulo são reflexo de uma tensão na qual os governos atuais – nos três níveis de gestão (municipal, estadual e nacional) –, estão buscando alterar diversas formas de organização do SUS e caminhando para um modelo seletivo de saúde e de APS, enquanto os movimentos de luta pela saúde buscam preservar o modelo ampliado de saúde, que embasou as concepções de APS presentes na forma de organização do SUS.

Portanto, o objetivo deste capítulo é evidenciar, a partir das nossas experiências de campo, que as tensões entre os movimentos de luta pela saúde e a gestão pública possuem como pano de fundo a tensão entre os modelos ampliado e seletivo de APS. Para isso, iniciaremos com uma breve discussão sobre o processo de construção da noção de APS e sua articulação com a implementação do SUS.

1. Um histórico da noção de APS e da estruturação do SUS

Do ponto de vista da tradição euro-norte-americana³, até o final da Idade Média, as concepções relacionadas aos processos de saúde-doença estavam muito atreladas à religiosidade cristã. A partir do Renascimento e das descobertas de Louis Pasteur, a saúde passou a ser pensada como ausência de doença, sendo doença definida pela presença de um agente externo no corpo físico humano, causando seu mau funcionamento. Ademais, os processos de urbanização que se intensificaram com a Primeira Revolução Industrial trouxeram novos perfis e tipos de patologias que fizeram com que os Estados passassem a dar grande importância para as questões de saúde pública (Hegenberg, 1998).

Esses fatores foram importantes para estruturar o trabalho da epidemiologia enquanto campo de saber científico e consolidar o modelo de História Natural das Doenças, que busca definir as condições ambientais que aumentam ou diminuem as chances de se contrair uma determinada enfermidade (Ayres, Paiva & França, 2012). É a partir desta concepção que a noção de **prevenção** passa a ocupar um lugar central no desenho das políticas públicas de saúde.

Na mesma direção, em sete de abril de 1948⁴, a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵ publicou sua carta de princípios, colocando ênfase no direito à saúde e no dever do Estado de promover e proteger a saúde de seus/suas cidadãos/ãs. Além disso, a referida carta define saúde

³ Resolvemos trazer a tradição euro-norte-americana neste trabalho pois é ela que embasa as concepções de ser humano, de saúde e doença da ONU e da OMS (Hegenberg, 1998). Contudo, vale ressaltar que o Brasil é um país que congrega uma diversidade nas formas de pensar a saúde que não pode ser resumida a esta tradição. As tradições indígenas, por exemplo, trabalham com outras matrizes de constituição de sujeito, ambiente, natureza e cultura que nos levam a formas muito distintas de pensar o que é saúde e doença. Um grande exemplo disto é o livro “A queda do céu” de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) no qual o xamã Yanomami traz um alerta sobre a relação entre a agressão à terra e à natureza perpetrada pelos brancos e os processos de adoecimento não somente dos povos indígenas, mas também dos próprios brancos.

⁴ Desde a publicação da carta de princípios, o dia 7 de abril passou a ser celebrado como o Dia Mundial da Saúde.

⁵ Criada em 1948 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a OMS tem como principal objetivo “desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos” (OMS, 1948, p. 2 tradução nossa). No original: “*The objective of the World Health Organization (hereinafter called the Organization) shall be the attainment by all peoples of the highest possible level of health*” (OMS, 1948, p. 2).

como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 1948, p. 1, tradução nossa)⁶.

A primeira coisa que pode ser notada a partir dessa definição é que, uma vez que saúde não é somente ausência de doença, ela deve ser encarada de forma propositiva e não apenas contrafática, ou seja, não somente devemos buscar a prevenção de doenças, mas também a promoção de contextos e ambientes saudáveis. É neste sentido que a noção de **promoção** emerge como uma questão importante para definir as políticas de saúde.

Em 1978, foi realizada pela OMS a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde em Alma-Ata. Este evento se debruçou sobre diversas experiências e estudos nas áreas da saúde pública e epidemiologia, e principalmente sobre o modelo do *National Health System (NHS)*, no Reino Unido, para então chegar a uma declaração final. Nesta, os cuidados primários e a universalização do acesso à saúde foram tidos como os horizontes políticos através dos quais os governos deveriam trabalhar para atingir os melhores índices de saúde e de qualidade de vida de seus cidadãos/ãs. A declaração não somente recomendava estes caminhos, como apontava que todos os países, e em especial os países em desenvolvimento, possuíam condições necessárias para seguir nessa direção e melhorar os indicadores de saúde de seus cidadãos/ãs. Além disso, a declaração também delimitou um conjunto de ações que são abrangidas por aquilo que estava sendo definido como Cuidados Primários em Saúde, que:

incluem pelo menos: educação, no tocante a problemas prevalentes de saúde e aos métodos para sua prevenção e controle, promoção da distribuição de alimentos e da nutrição apropriada, previsão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico, cuidados de saúde materno-infantil, inclusive planejamento familiar, imunização contra as principais doenças infecciosas, prevenção e controle de doenças localmente endêmicas, tratamento apropriado de doenças e lesões comuns e fornecimento de medicamentos essenciais. (OMS, 1978, p.2)

Podemos perceber que a definição de “Cuidados Primários em Saúde” da Declaração de Alma-Ata se aproxima daquilo que estamos chamando de *modelo ampliado de saúde*, uma vez que atrela diversos aspectos, como acesso a saneamento básico, à água potável e o planejamento familiar, à concepção de saúde e de APS. Assim, os cuidados primários em saúde ganharam um contorno muito delimitado a partir desta conferência e deram as diretrizes que posteriormente seriam incorporadas ao SUS no Brasil. Sendo assim, se antes os documentos da OMS e do Sistema ONU apontavam para caminhos deveras genéricos, foi a partir da Conferência de Alma-Ata que a APS e a universalização do acesso ganharam embasamento

⁶ No original: “*Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity*” (OMS, 1948, p. 1).

tanto teórico quanto político para se consolidar enquanto estratégias com o melhor custo-benefício para atingir índices de saúde e qualidade de vida (Pinto & Giovanella, 2018).

No Brasil, a oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, é tida como o marco histórico nas discussões sobre saúde no Brasil, pois foi um espaço que congregou diversas lideranças de movimentos dos mais variados segmentos que lutavam por melhorias no acesso a serviços de saúde. Nela, foram deliberados os princípios e diretrizes que posteriormente seriam incluídos na Constituição Federal e culminariam na implementação do SUS. O modelo ampliado de saúde orientou o texto incluído na Constituição Federal e pôde ser sintetizado na fala de Sérgio Arouca, professor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), durante a cerimônia de Abertura da Conferência:

[Saúde] é um bem-estar social que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que simplesmente não estar doentes. Que tenham direito a casa, ao trabalho, a um salário condigno, à água, à vestimenta. Que tenham direito à educação, a ter informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. Que tenham, direito a um meio-ambiente que não nos seja agressivo, mas, pelo contrário, que permita a existência de uma vida digna e decente. Que tenham direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização, à livre possibilidade de autodeterminação de um povo e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência. Daquela violência resultante da miséria, que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja submetido ao medo da violência de um governo sobre o seu próprio povo para que sejam mantidos interesses que não são interesses do povo (Arouca, 1986).

Além de atrelar a concepção de saúde às noções de direitos à educação, ao saneamento básico e à preservação ambiental, a fala de Arouca defende a ideia de que direito à saúde é também direito à participação e à autodeterminação política. Quatro anos depois, em 1990, foram sancionadas as Leis Orgânicas da Saúde (LOS) nº 8080/1990 (Brasil, 1990) e nº 8142/1990 (Brasil, 1990a), que, imbuídas deste modelo ampliado de saúde, institucionalizaram o SUS enquanto política organizada na forma de um sistema público, descentralizado e com organização a nível nacional.

Apesar de haver experiências de APS no Brasil datadas desde o início do século passado (Lavras, 2011), foi a partir da Constituição de 1988 e da aprovação das LOS que se materializou a construção de um novo modelo assistencial (ou de atenção). Nesse sentido, foram implementados o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e depois foi proposto o Programa de Saúde da Família (PSF), que passou a ser entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial e nomeado Estratégia Saúde da Família (ESF).

A ESF é considerada como a forma prioritária de expansão da APS no Brasil. Ela possui uma equipe composta por: enfermeiro/a, médico/a, auxiliar ou técnico/a de enfermagem, e

Agente Comunitário/a de Saúde (ACS). A figura do/a Agente Comunitário/a de Saúde (ACS) possui um papel central. O/A ACS é um/a profissional de nível médio que reside no bairro onde atua e, portanto, é um forte elo entre a comunidade e a UBS (Brasil, 2017). Segundo a PNAB, dentre as atribuições de um/a ACS, estão:

Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local (Brasil, 2017).

Além disso, a ESF também conta com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que são equipes multiprofissionais compostas por profissionais de nível superior como educadores/as físicos/as, psicólogos/as, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros/as, que atuam de forma integrada às ESF, sem necessariamente atender diretamente a população, mas dando um suporte ao trabalho dos/as profissionais da ESF para que as demandas da comunidade sejam trabalhadas a partir da noção da integralidade, conforme é possível observar na descrição dos trabalhos do NASF na PNAB:

[São Competências do NASF] b. Contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários; c. Realizar discussão de casos, atendimento individual, compartilhado, interconsulta, construção conjunta de projetos terapêuticos, educação permanente, intervenções no território e na saúde de grupos populacionais de todos os ciclos de vida, e da coletividade, ações intersetoriais, ações de prevenção e promoção da saúde, discussão do processo de trabalho das equipes dentre outros, no território (Brasil, 2017, grifo nosso).

Assim, podemos afirmar, a partir das descrições dos trabalhos do NASF e dos/as ACS, que a ESF foi pensada a partir de um *modelo ampliado de cuidado*, pois a ideia é justamente trabalhar a noção de saúde a partir da sua relação com o território, com as demandas e vulnerabilidades locais e a partir de uma perspectiva multiprofissional, não se limitando a uma abordagem biomédica.

Ademais, a concepção de **integralidade** também é muito presente na forma como a ESF foi desenhada. “A definição legal e institucional de integralidade é um conjunto articulado de ações e serviços de saúde, preventivos e curativos, individuais e coletivos, em cada caso, nos níveis de complexidade do sistema” (Pinheiro, 2008, p. 257). Mattos (2005) realiza uma discussão sobre os diferentes sentidos da noção de integralidade e afirma que, em termos de respostas governamentais às demandas de saúde, a integralidade pode ser definida como:

a busca de uma visão mais abrangente daqueles que serão os "alvos" das políticas de saúde que configura a integralidade numa de suas acepções. Em outra, é a recusa em aceitar um recorte do problema que o reduza a uma ou algumas de suas dimensões, desconsiderando as demais. As respostas aos problemas de saúde devem abarcar as suas mais diversas dimensões. Analogamente, devem oferecer respostas aos diversos grupos atingidos pelo problema em foco (Mattos, 2005, p.66).

A partir dos excertos acima, podemos afirmar que a noção de **integralidade** está diretamente relacionada a um *modelo ampliado de saúde*, já que pensar a integralidade do cuidado é pensar os processos de saúde e doença de forma não reducionista ou fragmentada. Portanto, conforme podemos perceber a partir das discussões acima, o modelo ampliado de saúde permeou, de forma geral, a formulação e a implementação do SUS no Brasil.

E é justamente esse modelo de saúde – integral e universal – que a “Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia” busca fortalecer. Mas antes de abordarmos suas estratégias de luta, faz-se mister explicitarmos o percurso metodológico adotado na pesquisa.

2. Procedimentos metodológicos

Conforme citamos anteriormente, a “Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia” é um grupo auto-organizado de moradores/as que luta desde 2011 pela construção de uma UBS no bairro do Jardim Brasília, zona norte de São Paulo.

Iniciamos uma parceria entre a Comissão de Moradores e a Universidade de São Paulo em março de 2018 e, ao longo desta caminhada de quase dois anos, vimos acompanhando o grupo em diversos espaços e atividades das quais participam. Até o mês de outubro de 2019, participamos de 48 idas a campo, entre reuniões da Comissão de Moradores, audiências públicas, reuniões de conselho gestor, a 20ª Conferência Municipal de Saúde e a 16ª Conferência Nacional de Saúde. A principal característica da Comissão de Moradores é o intenso acúmulo de conhecimento sobre a organização do SUS em suas diversas instâncias e sua intensa atuação nos espaços institucionalizados de controle social do SUS.

Quando falamos de espaços de controle social estamos nos referindo principalmente aos Conselhos Gestores de Saúde e Conferências de Saúde, instâncias previstas na LOS nº 8142/1990, além das audiências públicas, que são regulamentadas por diversas portarias, como a Lei Complementar nº 141/2012 que prevê a realização de audiências públicas a cada quatro meses para que o poder executivo preste contas dos gastos com saúde ao poder legislativo.

Coelho, Ferraz, Fanti e Ribeiro (2010) realizaram um mapeamento dos movimentos de luta pela saúde na década de 2010 e afirmam que as ações dos movimentos da zona norte de

São Paulo, região à qual pertence a Comissão de Moradores, possuíam como característica central a atuação dentro dos espaços institucionalizados de controle social. Esta também é uma característica muito forte da Comissão de Moradores, uma vez que, das 48 idas a campo que realizamos, 21 delas correspondiam a reuniões de conselhos gestores de saúde, conferências de saúde ou audiências públicas.

Esses espaços institucionalizados de controle social têm se mostrado como oportunidades privilegiadas para observar as concepções e tendências da gestão pública municipal. Geralmente, as reuniões contam com a presença de atores/atrizes importantes da gestão pública municipal, como o prefeito, o secretário municipal de saúde, coordenadores/as regionais de saúde, vereadores/as e prefeitos/as regionais, que respondem a diversos questionamentos da população que se faz presente nesses espaços. Portanto, em nossa experiência de campo junto à Comissão de Moradores, acumulamos uma quantidade significativa de registros das falas e manifestações públicas desses/as atores/atrizes ligados/as à gestão pública, que neste capítulo são utilizados como *corpus* de análise.

As experiências de campo foram registradas de modo a detalhar ao máximo os acontecimentos dos encontros dos quais participamos. As formas de registro de diário de campo foram essencialmente aquelas propostas por Geertz (1989). A ideia é que os diários de campo sejam registros sistemáticos de tudo aquilo que é considerado significativo para o/a pesquisador/a imerso/a nas cenas cotidianas. Em termos de procedimentos metodológicos, os registros foram feitos em três etapas:

- 1- As informações foram registradas em diários de campo e o máximo de informações e detalhes é descrito.
- 2- Os diários de campo foram transcritos para um arquivo eletrônico em formato *Microsoft Word*, no qual é elaborada uma narrativa mais concisa sobre aquele dia em específico.
- 3- As falas específicas dos/as atores/atrizes ligados/as à gestão pública foram identificadas e copiadas para um arquivo no formato *Microsoft Word*.

Ao todo, foram identificadas 17 falas de atores/atrizes ligados/as à gestão pública municipal das quais 5 delas são utilizadas neste capítulo. As análises foram realizadas partindo-se de um referencial construcionista no qual as falas dos/as atores/atrizes ligados/as à gestão pública municipal foram consideradas como práticas discursivas que não somente evidenciam, mas também produzem e reproduzem os modelos de saúde que embasam suas ações.

Vale ressaltar que como este capítulo é um exercício reflexivo que estamos realizando a partir das experiências de campo e das discussões que acumulamos ao longo de nossas formações, nosso objetivo, aqui, é mais levantar questões e iniciar debates do que realizar uma análise rigorosa do nosso vasto material de campo. Portanto, selecionamos algumas falas que elucidam concepções de saúde, doença, APS e modelos de cuidado para exemplificar as tensões entre os modelos de saúde que estamos discutindo.

3. Discussão

A primeira característica, que podemos perceber nas práticas discursivas dos/as atores/atrizes ligados/as à gestão pública, é a forte presença de elementos daquilo que podemos chamar de *discursos gerencialistas*, que podem ser exemplificados pela fala de um representante da Secretaria Municipal de Saúde, durante uma audiência pública⁷: “É preciso ter um controle mais rigoroso das OS’s [Organizações Sociais de Saúde]... Se o médico atende 16 consultas por dia, o dinheiro é pago para os OS’s e não tem nenhuma avaliação se a consulta foi boa ou ruim”.

O termo gerencialismo é comumente utilizado para designar ideias da corrente autointitulada como a “Nova gestão pública”. Segundo, Dasso Junior (2016), a ideia central da “nova gestão pública” gira em torno dos pressupostos de que a burocracia essencialmente estatal é ineficiente quando comparada com a iniciativa privada e, portanto, é necessário que haja diferentes arranjos para que se aumente a eficiência dos serviços entregues à população pelo Estado. O texto de Bresser-Pereira e Grau (1999) intitulado “Entre o Estado e o mercado: o público não estatal” é considerado um marco na defesa do gerencialismo no Brasil. Nele os autores fazem uma discussão sobre as diferenças entre o que é *público* – e consequentemente associado ao interesse do bem comum – e o que é *estatal* – e diz respeito à burocracia do Estado propriamente dita. A partir daí, a discussão sobre uma nova dimensão pública e não estatal é defendida como a resposta para os problemas de apropriação dos mecanismos de burocracia estatal por interesses de grupos específicos: “a democracia tem que ser aperfeiçoada para tornar-se mais participativa ou mais direta; e a administração pública burocrática deve ser substituída por uma administração pública gerencial” (Bresser-Pereira & Grau, 1999, p. 24).

⁷ Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 30 de maio de 2018. A Lei Complementar nº 141/2012 (Brasil, 2012), além de estabelecer valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, também regulamenta as normas de fiscalização, avaliação e controle dos gastos públicos com saúde. Dentre os mecanismos previstos nesta lei está a obrigatoriedade das secretarias de saúde em realizar Audiências Públicas de prestação de contas nas casas legislativas de seus municípios, Estados ou da União a cada quatro meses.

A administração pública gerencial é, então, entendida como aquela regida pelos princípios de controle da entrega de resultados que somente podem ser obtidos quando combinados com as formas de mercado, nas quais há a concorrência e, portanto, o comprometimento com a prestação de um serviço de qualidade. Esses elementos estão presentes na fala do representante da SMS, que afirma ser necessário um controle mais rigoroso dos resultados entregues pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS). Contudo, a discussão sobre como gerenciar as OSS – quais serviços são entregues, quais métricas são consideradas na avaliação, como se dá o repasse de recursos, etc. – implica uma discussão sobre os modelos de saúde que estão sendo considerados, e isso parece não ocorrer (pelo menos não de forma participativa e transparente). O discurso gerencialista, tal qual é empregado pelos/as atores/atrizes da gestão pública, assume uma característica de discurso de verdade e, portanto de incontestabilidade. Todos/as queremos uma melhor eficiência nos gastos e opor-se a determinadas ações da prefeitura acaba sendo entendido como opor-se a um bem comum, como demonstra a fala a seguir:

Eu também sou munícipe e quero as mesmas coisas que vocês. Nós queremos uma saúde melhor para a todos os munícipes de São Paulo e, se transformarmos esse projeto⁸ em um projeto político, ele não vai pra frente e todos nós perdemos (Advogada representante do Projeto Avança-Saúde da SMS, Audiência Pública realizada no dia 5 de junho de 2018 na escola SENAC Tiradentes).

A fala da representante elucida exatamente o aspecto de discurso de verdade para o qual estamos chamando a atenção. Um projeto baseado em “dados técnicos”, conforme ouvimos diversas vezes de representantes da SMS, não pode ser questionado, por mais que esses dados técnicos não sejam amplamente divulgados pela gestão pública. Porém, a questão que estamos levantando é de que essa discussão gerencialista, por mais necessária que possa ser neste momento de austeridade e de diminuição de recursos para as políticas sociais, mostra-se mais próxima a uma *cortina de fumaça* que é lançada para evitar que as discussões sobre modelos de saúde sejam aprofundadas e percebamos que as ações da gestão pública caminham para um modelo seletivo de saúde, em detrimento ao modelo ampliado que historicamente tem norteado o SUS.

Um dos exemplos é a Portaria nº 2979, publicada em 12 de novembro de 2019, que altera drasticamente a forma de repasses de recursos do governo federal para os entes

⁸ O projeto mencionado pela representante da SMS diz respeito a um empréstimo de cem milhões de dólares, contraído pela prefeitura municipal de São Paulo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Trata-se de uma iniciativa deveras controversa da Prefeitura Municipal que foi questionada por diversos movimentos de luta pela saúde justamente pela falta de transparência no seu processo de formulação (BID, 2019).

municipais. Nela, o Piso de Atenção Básica (PAB) fixo, é substituído por um piso *per capita*. Em outras palavras, as UBS passam a receber recursos não mais a partir do número de famílias presentes na área de abrangência de seu território, como era feito anteriormente, mas a partir do número de pessoas cadastrados no serviço. O Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo emitiu uma nota técnica no dia 14 de novembro de 2019, afirmando que essa mudança implicará uma diminuição drástica no repasse de recursos para os serviços vinculados à APS, uma vez que, por exemplo, no Estado de São Paulo, apenas 36% da população total possui cadastro ativo no SUS (COSEMS/SP, 2019). Ademais, os NASF perdem o repasse financeiro específico que era destinado a eles, sendo que as próprias prefeituras deverão arcar com os gastos dos/as profissionais das equipes multidisciplinares. Na prática, conforme aponta a nota técnica, isso representará o fim dos NASF, uma vez que a grande maioria das prefeituras no Brasil não possui recursos suficientes para se sustentar financeiramente, dependendo diretamente dos recursos do governo federal (Arretche, 2012).

Conforme aponta Mendes (2012), as ações e serviços de saúde realizadas dentro de certo desenho institucional estão diretamente ligadas, entre outras coisas, aos modelos de saúde que os orientam. Isso pode se manifestar, por exemplo, explícita ou implicitamente, em documentos informativos, legislativos, nos discursos de gestores/as e trabalhadores/as, na alocação de recursos, entre outros. Assim, podemos observar que essas mudanças nos repasses de recursos para a APS relacionadas à Portaria nº 2797/2019 vão muito além de um simples “corte de gastos”. Elas representam uma mudança drástica no modelo de saúde que embasa a APS no SUS. O fim dos recursos para o NASF representa uma desvalorização das equipes multidisciplinares e um retorno a um modelo biomédico de saúde, ao passo que a alteração do PAB para um sistema de financiamento *per capita* apontam para uma lógica ambulatorial na qual os serviços são organizados para resolver apenas demandas específicas associadas ao aparecimento de doenças. Isso se aproxima do modelo focalizado de saúde em detrimento do modelo ampliado.

Durante a abertura da 20ª Conferência Municipal de Saúde, ocorrida entre os dias 22 e 24 de março de 2019, tivemos a oportunidade de presenciar a fala do secretário municipal de saúde na ocasião, Edson Aparecido. O secretário sustentou o argumento de que o SUS é subfinanciado, mas que este é um problema relacionado aos repasses do Governo Federal, uma vez que a prefeitura do município de São Paulo investe “mais do que deveria” na saúde. Segundo ele, os repasses do Fundo Nacional de Saúde não acompanharam a expansão da Rede de Atenção à Saúde, o que fez com que o próprio município tivesse que arcar com o provimento dos serviços.

Então, se nós formos observar, a Constituição prevê que os municípios invistam 15% do orçamento com saúde. Aqui em São Paulo a gente investe quase 20%. Ou seja, nós, a prefeitura municipal investe demais em saúde, mais do que deveria (vaias da plateia). Não... Não... Eles vão ter que ouvir! Vão ter que me ouvir! Tá aqui no slide! O problema é que o governo federal não fez a parte dele. Não repassa os recursos da forma como tem que repassar, mas a gente investe sim em saúde! (Edson Aparecido, Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, abertura da 20ª Conferência Municipal de Saúde, 22 de março de 2019).

A legislação do SUS definiu o financiamento da saúde de modo tripartite, isto é, com a participação da União, dos estados e municípios. Gradualmente a participação federal no subsídio dessa política diminuiu devido à ausência de reajustes condizentes com as necessidades do sistema, ficando a cargo, sobretudo dos municípios o custeio do setor (Castro, Lima & Machado, 2018). Assim, os municípios passaram gradualmente a dar conta do déficit de repasse. Este contexto tende a se agravar com a aprovação da Emenda Constitucional nº95/2016, que congela os gastos federais, sendo atualizados apenas pela inflação do ano anterior com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na prática, significa o congelamento real das despesas federais, com redução progressiva do gasto público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Tais despesas não poderão acompanhar o crescimento da renda e da população, agravando ainda mais a situação de subfinanciamento público da saúde. Caso se mantenha, haverá perda real do setor frente a outras despesas obrigatórias da União (ex: Previdência Social) com aumento na disputa entre diferentes áreas da política social (Castro, Lima & Machado, 2018, p. 7).

Pensando na realidade da maioria dos municípios brasileiros, a EC nº 95/2016 representará uma precarização dos sistemas de saúde, educação, assistência social, devido à impossibilidade de sustentar financeiramente essas políticas sociais. Matsushita e Cavalcanti (2017) afirmam que, ao aprovar a EC nº 95/2016, o Estado brasileiro optou por um modelo de desenvolvimento pautado no sacrifício das políticas sociais, o que, segundo os autores, seria uma “violação da finalidade constitucional da ordem econômica e da garantia da existência digna a todos” (p. 87). Em outras palavras, o que estamos observando é a submissão das políticas sociais a um projeto econômico que não foi amplamente discutido e pactuado.

É difícil prever o impacto real da aprovação da EC nº 95/2016 no município de São Paulo uma vez que a cidade representa uma realidade muito peculiar em relação à maioria dos municípios brasileiros, tanto do ponto de vista de sua independência em relação aos recursos do governo federal, quanto pela constituição histórica do SUS (Arretche, 2012). Se em 1990 são aprovadas as LOS nº 8080/1990 e nº 8142/1990, e a organização do SUS passa a se consolidar, a Prefeitura de São Paulo fica, entre os anos de 1992 e 2000, sob uma gestão contrária à implementação de um sistema público e universal (Alves Sobrinho & Cappucci,

2003). Nesse período, foi implementado no município um programa paralelo chamado Programa de Atenção à Saúde (PAS) que possuía como premissa a desestatização da rede e a parceria com cooperativas que eram contratadas para garantir a oferta de serviços de saúde via convênios com clínicas e outras instituições particulares. Nesse sentido, podemos afirmar que o PAS era fortemente embasado em um modelo focalizado de saúde e contrastante com o modelo ampliado de saúde do SUS. Esses oito anos fora do SUS geraram uma rede de ações e serviços de saúde complexa e peculiar, com diversos equipamentos que não estão previstos nas normativas do SUS e que possuem uma estrutura ambulatorial mais próxima de um modelo focalizado de saúde, como é o caso das Unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

Assim, não se trata apenas do subfinanciamento do sistema, mas também de uma disputa de modelos de saúde. Isso fica evidente na fala do representante da SMS que, ao apresentar a prestação de contas da SMS na câmara dos vereadores, elucidou as concepções de saúde que pautam as ações da prefeitura ao ser questionado sobre por que a prefeitura, ao contrair o empréstimo com o BID, priorizou a ampliação da rede de urgência e emergência e da atenção secundária, ao invés da APS:

Estão falando que nós [da SMS] estamos deixando de lado a Atenção Básica. Isso não é verdade! Todos nós queremos a ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e isso não é questionado. Nós queremos que os munícipes entendam melhor a rede e saibam quais são os equipamentos de referência para seu território de alta, média e baixa complexidade. A meta maior da prefeitura é que cada munícipe tenha um médico para chamar de seu (Representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), audiência pública de prestação de contas da SMS na Câmara Municipal de São Paulo, 30 de maio de 2018, grifo nosso).

Dizer que a meta da Prefeitura é que cada pessoa tenha um médico para chamar de seu, revela uma concepção de APS fortemente pautada na ideia de um cuidado centralizado no atendimento médico, ainda mais quando se observa que a ESF, como é descrita na PNAB, é orientada por uma concepção de integralidade na qual a centralidade da figura do/a médico/a dá lugar a uma equipe multidisciplinar. Ademais, a fala de que “todos queremos a ampliação da Estratégia Saúde da Família” é questionável, principalmente quando se observa as mudanças que a PNAB sofreu ao longo dos últimos anos.

A primeira edição da PNAB data de 2006, e foi responsável por ampliar a noção/concepção de atenção primária e assumir a ESF como substitutiva à rede de atenção básica tradicional. A segunda edição se deu em 2011 e trouxe importantes contribuições, das quais destacamos a criação de diferentes modalidades de equipes (consultórios na rua, ribeirinhas e fluviais) e a inclusão do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). A última revisão ocorreu em 2017, por meio da publicação da Portaria nº2436 (Brasil, 2017). Tal



reformulação foi amplamente criticada não só pelo teor de seu conteúdo, mas também por não ter promovido amplo debate sobre as alterações propostas, desconsiderando as instâncias de controle social, uma vez que foi aprovada sem a anuência do Conselho Nacional de Saúde e sem os estudos técnicos da área.

Apesar do texto manter a ESF como “prioritária”, foi estabelecida a integração do trabalho dos/das ACS com o dos/das Agentes de Endemias, e, foi retirado o número mínimo de ACS por equipe, o que pode gerar a redução significativa desses/as profissionais que, conforme discutimos anteriormente, são atores/atrizes centrais na efetivação da política de AB. Todas essas mudanças apontam para uma tendência de enfraquecimento da ESF como estratégia prioritária na expansão da APS.

É nessas circunstâncias que os movimentos de luta pela saúde ganham um papel fundamental de preservação da ESF e, conseqüentemente, de um modelo ampliado de saúde. Na audiência pública de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde na Câmara Municipal de São Paulo, ocorrida em novembro de 2018 e que pudemos acompanhar com a Comissão de Moradores, obtivemos os dados da cobertura de ESF no município no ano de 2018 que podem ser observados na figura 1, abaixo:

Figura 1. Cobertura da ESF no município de São Paulo por Coordenadoria Regional de Saúde (CRS).

Estratégia Saúde da Família

CRS	UBS com ESF	Nº DE ESF	POPULAÇÃO	COBERTURA SAÚDE DA FAMÍLIA
CENTRO	8	33	455.427	25,0%
LESTE	63	329	2.480.894	45,8%
NORTE	53	261	2.292.968	39,3%
OESTE	15	77	1.068.022	24,9%
SUDESTE	54	249	2.700.811	31,8%
SUL	105	570	2.755.537	71,4%
TOTAL	298	1.519	11.753.659	44,6%

Fonte: Planilha de Monitoramento da Atenção Básica - Dezembro/2018

Fonte: Relatório de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde correspondente ao último quadrimestre de 2018 (Prefeitura de São Paulo, 2018).

A Figura 1 evidencia dois aspectos da cobertura da ESF no município de São Paulo: o primeiro é a média de cobertura do município bem abaixo da média nacional, que atingiu 64% em 2016 (Neves, Flores, Duro, Nunes & Tomasi, 2018). Já o segundo é a enorme discrepância entre as regiões do município. O território pertencente à Coordenadoria Regional Sul, por exemplo, possui a maior taxa de cobertura, chegando a mais de 70%, enquanto no centro da cidade a taxa de cobertura atinge apenas 25%. O território correspondente à Coordenadoria Regional Norte, onde se localiza o distrito da Brasilândia, possui 39,3% de cobertura.

Não podemos afirmar que estas diferenças entre as regiões do município se dão por conta da presença de movimentos sociais mais consolidados, mas o que vimos observando a partir das experiências com a Comissão de Moradores é que a atuação destes grupos é fundamental para pressionar a gestão pública na direção de um modelo ampliado de saúde. Conforme apontam Coelho, Ferraz, Fanti e Ribeiro (2010), as regiões da zona sul e zona leste de São Paulo, que possuem as maiores coberturas de ESF do município, também são os locais onde diversos movimentos históricos de luta por melhores condições de saúde nasceram e se consolidaram. O Movimento de Saúde da Zona Leste, por exemplo, se originou em 1970, a partir da organização de diversas mulheres no bairro da Cidade Patriarca, na zona leste da cidade de São Paulo, que estavam sofrendo por conta que uma epidemia de sarampo que não estava sendo sequer divulgada pelo governo da época. A partir de então, o grupo passou a exigir melhorias no acesso aos serviços de saúde e a construção de equipamentos públicos de saúde em seu território, consolidando-se como um dos principais movimentos de luta pela saúde da cidade e como precursor de diversas práticas que serviram de exemplo para pensar a política do SUS (MSZL, 2014).

Nessa perspectiva, a própria Comissão de Moradores também pode ser entendida como um movimento que luta por um projeto político de saúde muito mais próximo do modelo ampliado de saúde, conforme se pode observar a partir da fala de dona Rute, líder da Comissão de Moradores, em uma conversa durante um café:

Quando a gente começou nossa luta, a gente fazia reuniões para saber do que o bairro precisava. Vinha sempre um monte de vereador aqui falando que ia construir creche, porque creche é fácil de construir. Mas a gente não queria creche. Todo mundo falou que o maior problema do bairro era a falta de saúde, falta de um “posto de saúde”, que quando a gente começou a gente chamava de posto. Depois a gente foi estudando e viu que realmente o que faz sentido pra gente aqui é uma UBS. A gente precisa de uma referência de saúde pro bairro, precisa agente de saúde, de vacinação. Precisa de um lugar de referência (Rute Costa, líder da Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-Régia, dia 14 de setembro de 2019).

Ao longo desses dez anos, a Comissão nunca perdeu de vista que seu foco principal é a UBS, justamente porque uma UBS representa o tipo de cuidado que a comunidade reconhece como mais adequado para suas demandas, justamente porque se trata da produção de saúde, e não apenas de um atendimento ambulatorial. É a vacina, são os/as ACS, é a referência para o bairro que são incluídos na definição de saúde. Nesse sentido, a luta da Comissão de Moradores é a luta por um modelo ampliado de saúde, que trabalhe de forma integral e seja referência no território.

Considerações finais

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar a importância de que psicólogos/as aprofundem-se no debate que apresentamos neste capítulo, uma vez que a Psicologia, enquanto campo de construção de saberes científicos e de intervenção profissional, está diretamente envolvida com as práticas de produção de saúde-doença. Portanto, é fundamental que o debate acerca das relações entre os modelos de saúde e a implementação do SUS seja aprofundado. O SUS é resultado de uma tensão entre diferentes práticas que envolvem contextos históricos e territoriais muito distintos, que precisam ser levados em consideração para que possamos ter uma visão ampla e integral dos processos de saúde-doença. Defendemos que “temas de Psicologia” não são somente aqueles que utilizam conceitos clássicos do campo da Psicologia ou que citam diversos/as autores/as da área como embasamento teórico. Reconhecemos que os/as psicólogos/as precisam se aproximar das discussões acerca dos modelos de saúde e da forma de organização das políticas públicas, como o SUS, pois atuam nela diretamente.

Tendo isso em vista, a proposta deste capítulo foi levantar alguns questionamentos e apontar a disputa de modelos de saúde que estamos enfrentando com as mudanças que o Estado brasileiro vem propondo à forma como se estrutura a APS dentro do SUS. Ao longo do texto, utilizamos alguns fragmentos de discursos de representantes da gestão pública municipal para evidenciar que suas ações possuem embasamento no modelo seletivo de saúde, o que está diretamente relacionado aos discursos recorrentes de melhor utilização dos recursos públicos e de que os gastos da prefeitura com o SUS são excessivos.

Assim, a luta da Comissão de Moradores representa, não somente uma ação fragmentada e pontual, mas um contrapeso fundamental na disputa pelos modelos de saúde que embasam as ações e serviços de saúde vinculados ao SUS. É a ponta de um *iceberg* que tensiona e revela as mudanças profundas que estão sendo implementadas no SUS. São os movimentos de luta pela saúde que, neste momento tão importante, se contrapõem às ações deliberadas da gestão pública, defendendo um modelo ampliado de saúde e lembrando que as políticas sociais, como o SUS, têm impacto direto nas múltiplas realidades de toda a população.

Referências

Alves Sobrinho, Eduardo J. M., & Capucci, Paulo F. (2003). Saúde em São Paulo: aspectos da implantação do SUS no período de 2001-2002. *Estudos Avançados*, 17(48), 209-227. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200018>

- Arouca, Sérgio. (1986). Palestra de abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde. (Comunicação pessoal, 17 de março de 1986). Recuperado de https://www.youtube.com/watch?time_continue=273&v=HmqWCTEeQ&feature=emb_title
- Arretche, Marta. (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV/ Editora Fiocruz.
- Ayres, José Ricardo; Paiva, Vera S. F., & França Jr., Ivan. (2012). Cap. 1: Conceitos e práticas de prevenção: Da história natural da doença ao quadro de vulnerabilidades e direitos humanos. In V. S. F. Paiva, J. R. Ayres & C. M. Buchalla (Orgs.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos – Prevenção e Promoção da saúde – Livro I* (pp. 9-22). São Paulo: Juruá.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID]. (2019). *Project BR-L1429: City of São Paulo health care networks restructuring and quality certification project – Avança Saúde SP*. Recuperado de <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1429>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperada de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). Ministério da Saúde. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm.
- Brasil (1990a). Ministério da Saúde. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm
- Brasil. (2012). Casa Civil. Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012. *Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm
- Brasil. (2017). Ministério da Saúde. Portaria n. 2436, de 21 de setembro de 2017. *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Recuperado de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
- Bresser-Pereira, Luiz C., Grau, Nuria C. (1999). Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In L. C. Bresser-Pereira, N. C. Grau (Orgs.). *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado* (pp. 15-48). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Castro, Ana L. B.; Lima, Luciana D., & Machado, Cristiani V. (2018). *Financiamento da atenção básica no SUS*. Texto preparatório para o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - Abrascão 2018. Recuperado de <http://rededepesquisaaps.org.br/wp-content/uploads/2018/02/CastroLimaMachado-Financiamento-da-APS-2018-1.pdf>

- Coelho, Vera S. P.; Ferraz, Alexandre; Fanti, Fabiola, & Ribeiro, Meire. (2010). Mobilização e participação: um jogo de soma zero?: um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, 86, 121-139. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100007>
- Conselho de Secretários Municipais do Estado de São Paulo [COSEMS/SP]. (2019). *Nota Técnica COSEMS/SP: Novo modelo de financiamento da Atenção Primária em Saúde*. Recuperado de <http://www.cosemssp.org.br/noticias/nota-tecnica-cosems-sp-novo-modelo-de-financiamento-da-atencao-primaria-em-saude/>
- Dalmolin, Bárbara B.; Backes, Dirce S.; Zamberlan, Cláudia; Schaurich, Diego; Colomé, Juliana S., & Gehlen, Maria H. (2011). Significados do conceito de saúde na perspectiva de docentes da área da saúde. *Escola Anna Nery*, 15(2), 389-394. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452011000200023>
- Dasso Junior, Aragon E. (2016). “Nova Gestão Pública” (NGP): a teoria de administração pública do estado ultraliberal. Recuperado de <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489>
- Geertz, Clifford. (1989). Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In C. Geertz, *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Giovanella, Ligia; Mendoza-Ruiz, Adriana; Pilar, Aline C. A., Rosa, Matheus C.; Martins, Gabrieli B. et al. (2018). Universal health system and universal health coverage: assumptions and strategies. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1763-1776. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.05562018>
- Hegenberg, Leonidas. (1998). *Doença: um estudo filosófico* [versão online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Recuperado de: <http://books.scielo.org/id/pdj2h/pdf/hegenberg-9788575412589.pdf>.
- Kopenawa, Davi, & Albert, Bruce. (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lavras, Carmen. (2011). Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 20(4), 867-874. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000400005>
- Matsushita, Thiago L., & Cavalcanti, Rodrigo C. (2017). A proposta do estado brasileiro para o desenvolvimento econômico nacional em face da emenda constitucional nº 95 e seus reflexos na saúde e na educação. *Duc in Altum - cadernos de direito*. 17(9), 97-114. <http://dx.doi.org/10.22293/2179-507x.v9i17.466>
- Mattos, Ruben A. (2005). Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser definidos. In R. Pinheiro & R. A. Mattos (Orgs.), *Os sentidos da integralidade na atenção e cuidado à saúde* (8a ed, pp. 43-68). Rio de Janeiro: ABRASCO.
- Mendes, Eugênio V. (2012). *O Cuidado das Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde: O imperativo da consolidação da Estratégia da Saúde da Família* [versão online].

- Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf.
- Mendonça, Claunara S. (2009). Saúde da Família, agora mais do que nunca!. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(Suppl. 1), 1493-1497.
- Movimento de Saúde da Zona Leste [MSZL]. (2014). *Movimento de Saúde da Zona Leste - "Um povo de luta"*. (Vídeo). São Paulo, SP. Produção independente. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Zeo-GI2SHjs&t=102s>
- Neves, Rosália G.; Flores, Thaynã R.; Duro, Sueli M. S.; Nunes, Bruno P, & Tomasi, Elaine. (2018). Tendência temporal da cobertura da Estratégia Saúde da Família no Brasil, regiões e Unidades da Federação, 2006-2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(3), e2017170. <https://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742018000300008>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Recuperado de <http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (1978). *Declaração de Alma-Ata*. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Recuperado de <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declaração-Alma-Ata.pdf>.
- Pinheiro, Roseni. (2008). Integralidade em saúde. In I. B. Pereira & J. C. F. Lima (Orgs.), *Dicionário da educação profissional em saúde* (2a ed., pp. 255-262). Rio de Janeiro: EPSJV. Recuperado de <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>
- Pinto, Luiz F., & Giovanella, Ligia. (2018). Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1903-1914. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.05592018>
- Prefeitura de São Paulo (2018). Secretaria Municipal da Saúde. *Prestação de Contas do terceiro quadrimestre de 2018. Cumprimento à Lei Complementar nº 141/2012 e resolução CNS nº 459/2012*. Recuperado de: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/SMS_Prestacao_Contas_%203_quad_%202018-compactado.pdf
- Spink, Mary J. P. (2010). Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. *Quaderns De Psicologia*, 12(1), 41-56. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.752>

Sobre as/os autoras/es

Adriana Marcondes Machado

Professora do Departamento da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Psicologia pela USP. Fez mestrado e doutorado em Psicologia Social na mesma Universidade. Trabalhou como psicóloga no Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia USP.

Beatriz Besen de Oliveira

Psicóloga social e clínica. Doutoranda do Programa Mudança Social e Participação Política (ProMusPP), mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e mestranda em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO/BR. Pesquisa juventude, identidade e memória política, temas relacionados a sua prática profissional em coordenação e análise de projetos no setor público e privado.

Daniela Barros da Silva Freire Andrade

Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora efetiva do Departamento de Psicologia da Universidade de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá; e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN).

Danilo Silva Guimarães

Bacharel e psicólogo (2005), mestre (2008), doutor (2010) pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche na Clark University (EUA), e livre-docente (2017) na área de História e Filosofia da Psicologia, do Departamento de Psicologia Experimental da USP. Professor do Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da USP (pesquisa e docência).

Dayane Aparecida Nascimento Cardoso

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 2014. Professora substituta no Curso de Psicologia da UFMT – campus Cuiabá (2014/2015). Psicóloga Escolar no Sistema Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (2015/2016). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMT – campus Cuiabá. Professora na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.

Felipe Cazeiro

Doutorando e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Psicólogo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente é Pesquisador na Aids Healthcare Foundation (AHF), Professor Orientador na Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Membro Colaborar da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia 17ª Região (CRP-RN). Dedicar-se ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

Fernanda de Jesus Ligeiro Braga

Graduada em Psicologia (2017) pela Universidade de São Paulo (USP). Foi diretora do Projeto Bandeira Científica de extensão universitária pela mesma universidade (2016-2017), e diretora da Liga de Atenção Primária à Saúde (LAS) da Faculdade de Medicina da USP. Foi residente do Programa de Atenção Psicossocial da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Integra a Frente de Luta Antimanicomial da Baixada Santista de 2018.

Fernanda Lyrio Heinzemann

Doutoranda em Psicologia pela Universidade do Porto, em Portugal. Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Psicologia pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Criação de Imagem de Moda e Styling pelo SENAC-SP. Tecnóloga em Moda e Estilo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisa a temática de gênero, com enfoque em transgeneridade e políticas públicas de saúde.

Flávia de Mendonça Ribeiro

Mestre e doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), com doutorado sanduíche na Roskilde Universitet (RUC), na Dinamarca. Docente da Fundação Hermínio Ometto (FHO-Uniararas). Tem experiência na área de Psicologia Escolar – Ensino Básico, Fundamental e Superior.

Gabriela Milaré

Psicóloga e mestre em Psicologia Social pela Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). É atualmente mestranda pelo Programa Internacional *Erasmus Mundus Social Work with Families and Children*. Membro do Núcleo São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), atua nas áreas da infância e juventude em vulnerabilidade social, promoção de direitos e estudos das relações pessoa-ambiente, com enfoque no espaço da rua.

Gustavo Martineli Massola

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Professor do departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Membro do Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Trabalha principalmente nas seguintes temáticas: Psicologia Socioambiental, constituição psicossocial da identidade, Psicologia Social e controle social.

Henrique Araujo Aragusuku

Doutorando e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Psicologia Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Políticas e Movimentos Sociais (NUPMOS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ianni Regia Scarcelli

Professora Associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Orienta Doutorado e Mestrado em Psicologia Social, além de Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação Formação Interdisciplinar em Saúde da USP. Possui Livre Docência, Doutorado e Mestrado em Psicologia Social pela USP. Psicóloga graduada pela mesma Universidade. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO) da USP.

Jane Teresinha Domingues Cotrin

Graduada em Psicologia pela Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras. Mestre em Educação na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), e doutora em Psicologia Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação de Mato Grosso e membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

Laura Vilela e Souza

Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora e mestre em Psicologia pela USP, campus Ribeirão Preto, com estágio doutoral na University of New Hampshire (EUA). Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Coordenadora do Dialog-USP (Laboratório de Pesquisas em Práticas Dialógicas e Colaborativas).

Lélica Elis Pereira de Lacerda

Assistente social formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Luciana Alonso

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social e membro do Dialog-USP (Laboratório de Pesquisas em Práticas Dialógicas e Colaborativas).

Mariana Fagundes de Almeida Rivera

Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), onde pesquisou a temática de gênero e saúde. Membro do LAPSO – Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social. Psicóloga formada pela USP. Atende também em consultório particular. Já foi psicóloga no SUS e no SUAS.

Mariana Prioli Cordeiro

Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). É Mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutora na mesma área pelo Instituto de Psicologia da USP. Desenvolve estudos sobre políticas sociais, enfocando a inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Núria Margarit Carbassa

Mestranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Psicologia pela Universitat de Barcelona (Espanha), título revalidado no Brasil pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TRAMPOS) da USP.

Naiana Marinho Gonçalves

Psicóloga pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, campus Cuiabá. Dedicase a investigação de temas relativos à Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Teoria Histórico-Cultural e Saúde Mental.

Ubirajara de None Caputo

Doutorando e Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Dedicou-se ao estudo do preconceito motivado por orientação sexual/identidade de gênero, atuando principalmente nos temas: transgeneridade, preconceito, LGBTfobia, trabalho e direitos humanos. É ativista do movimento social por equidade de direitos a pessoas LGBT desde os anos de 1980.

Rocio Bravo Shuña

Doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduada em Psicologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru), título revalidado no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do grupo de pesquisa INCIDIR da USP.

Rodolfo Luis Almeida Maia

Doutorando e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Estudou os espaços institucionalizados de Controle Social do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir das experiências com a Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-régia, em São Paulo. Psicólogo e bacharel em Psicologia formado pela mesma Universidade. Desenvolveu um projeto de iniciação científica sobre a atuação de psicólogos(os) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no tema das relações étnico-raciais.

Ruzia Chaouchar dos Santos

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT.

Sirlene Lopes de Miranda

Psicóloga (2008) formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), mestra (2013) e doutora (2018) em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordena pesquisas na área de Psicologia Jurídica, cidadania e políticas públicas.

Pareceristas

Agradecemos a todas/os aquelas/es que contribuíram para o aprimoramento dos capítulos desta coletânea emitindo pareceres.

Andréia Maria de Lima Assunção
Beatriz Besen de Oliveira
Beatriz Saks Hahne
Cintia Helena Bulgarelli Freitas
Daniel Augusto de Andrade Pinheiro
Denise Zakabi
Felipe Cazeiro
Fernanda Lyrio Heinzemann
Flávia de Mendonça Ribeiro
Gabriela Milaré Camargo
Henrique Araujo Aragusuku
José Fernando Andrade Costa
Laura Vilela e Souza
Liandra Savanhago
Luciana Alonso
Maria Fernanda Aguilar Lara
Mariana Belluzzi Ferreira
Mariana Fagundes de Almeida Rivera
Mariana Prioli Cordeiro
Naiana Marinho Gonçalves
Omar Calazans Nogueira Pereira
Rocio Bravo Shuña
Rodolfo Luis Almeida Maia
Ruzia Chaouchar dos Santos
Sirlene Lopes de Miranda
Thiago Sousa Felix